



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ALEISE GUIMARÃES CARVALHO

**A CONTRA-ARGUMENTAÇÃO EM DISCURSOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS
NO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: UM
ESTUDO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO**

JOÃO PESSOA/PB

2021

ALEISE GUIMARÃES CARVALHO

**A CONTRA-ARGUMENTAÇÃO EM DISCURSOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS
NO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: UM
ESTUDO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento.

JOÃO PESSOA/PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C331c Carvalho, Aleise Guimarães.

A contra-argumentação em discursos dos deputados federais no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff: um estudo semântico-argumentativo / Aleise Guimarães Carvalho. - João Pessoa, 2021.
195 f. : il.

Orientação: Erivaldo Pereira do Nascimento.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Debates - discussões públicas. 2. Contra-argumentação. 3. Discurso político. 4. Polifonia de enunciadores. 5. Negação. 6. Operadores de contraposição. I. Nascimento, Erivaldo Pereira do. II. Título.

UFPB/BC

CDU 808.53(043)

ALEISE GUIMARÃES CARVALHO

**A CONTRA-ARGUMENTAÇÃO EM DISCURSOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS
NO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: UM
ESTUDO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em
Linguística.

Tese aprovada em 22 de julho de 2021.

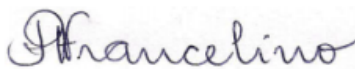
BANCA EXAMINADORA:



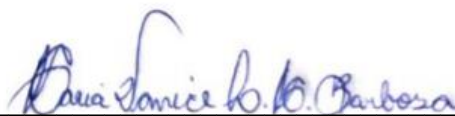
Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento UFPB-PROLING (Orientador)



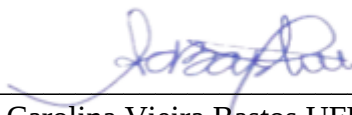
Profª. Drª. Mônica Mano Trindade Ferraz UFPB/PROLING (Examinadora)



Prof. Dr. Pedro Farias Francelino UFPB/PROLING (Examinador)



Profª. Drª. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa UFCG/PROFLETRAS (Examinadora)



Profª. Drª. Ana Carolina Vieira Bastos UFPB/DMI (Examinadora)

Dedico este estudo:

À mainha, Adeilde Guimarães, e a painho, Luiz Nogueira. Meus pais, meus amores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Pai, meu Senhor, pela Sua maravilhosa graça, amor e misericórdia a mim sempre dedicados. Tudo vem Dele e a Ele ofereço minha sincera expressão de louvor e gratidão.

Aos meus pais, Luiz Nogueira e Adeilde Guimarães, por sempre demonstrarem muito amor e acreditarem que eu conseguiria avançar nos estudos e conquistar bons títulos. Obrigada por terem me proporcionado boa educação e bons ensinamentos para minha formação profissional e pessoal.

Ao meu esposo, Mateus Duarte - amor da minha vida-, pela compreensão, paciência, incentivo, amizade, amor, companheirismo, carinho e cuidado dedicados a mim durante a elaboração deste e dos demais trabalhos acadêmicos. Você foi, e é, magnífico, um verdadeiro anjo de Deus para mim. Muito obrigada, meu amor.

À minha irmã, Adeisa Guimarães, pelo imenso incentivo, pelas palavras encorajadoras, pelos conselhos e pela grandiosa ajuda para conclusão deste trabalho.

À minha irmã, Airla Guimarães, pelo apoio e amizade, por dividir comigo momentos de distrações, essenciais para renovar minha mente e redirecionar meu foco, a fim de conquistar meu sonho. Obrigada por toda força que você me dedicou.

Aos meus queridos amigos e vizinhos, Isis Araújo e Pedro Raunny, por estarem comigo em todos os momentos – bons e não tão bons. Obrigada por terem sido tão companheiros durante todo o período do meu curso de doutoramento e, principalmente, por terem sido essenciais neste momento tão difícil de pandemia. Vocês são muito especiais.

Ao professor/orientador, Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento, pelos grandes ensinamentos e pela parceria acadêmica há mais de nove anos. Obrigada por ser tão maravilhoso, por saber ouvir minhas questões e, de maneira exemplar, sempre demonstrar o seu lado humano e sensível. O professor Erivaldo é um verdadeiro exemplo de excelente profissional da educação, inspiração para nós, aprendizes.

Aos meus queridos e valorosos colegas de turma, entrada 2017, em especial, aos amigos do grupo “Campina no Proling”: Diana Ribeiro, Germana Oliveira, Hermano Oliveira, Karol Guedes e Nayara Duarte. Todos vocês, sem exceção, são pessoas de alma nobre, inteligência espetacular e humanidade admirável. Também sou muito grata à minha amiga de orientação, Maria Eliane, que sempre esteve comigo desvendando e analisando as questões difíceis da teoria Semântica. Vocês são mais do que especiais, obrigada por todos os momentos que passamos juntos.

Aos professores que aceitaram compor a banca examinadora de qualificação e de defesa deste estudo, pela disponibilidade em ler nosso texto e por contribuírem significativamente.

À Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, por ter me concedido o afastamento, com ônus, das atividades docente, durante todo o período de curso, quatro anos.

Ao corpo docente do PROLING, pelos maravilhosos debates em sala de aula e a todos que cooperaram, de forma direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, deixo-lhes minhas gratas palavras: muito obrigada.

*“Que o medo de chorar
não lhe impeça de sorrir.
Que o medo de não chegar
não lhe impeça de seguir.
Que o medo de falhar
não lhe faça desistir.*

*Que o medo do que é real
não lhe impeça de sonhar.
Que o medo da derrota
não lhe impeça de lutar.
E que o medo do mal
não lhe impeça de amar.
[...]*

*Use sempre a coragem
para se fortalecer.
E quando o medo surgir
não precisa se esconder.
Faça que seu próprio medo
tenha medo de você.”*

(Poeta Bráulio Bessa)

RESUMO

O contra-argumento é constantemente compreendido como resposta a uma argumentação previamente exposta. Com frequência, vê-se dizer que é preciso elaborar discursos convincentes que inviabilizem a possibilidade da construção de refutação. Essa compreensão está apoiada nos estudos Retóricos, os quais compreendem ser a argumentação elaborada por estratégias do orador e podem ser fortes suficientes ao ponto de evitar contra-argumentos, como também podem ser fracas e propiciar a resposta refutada. Em uma perspectiva oposta à retórica, a TAL propõe que a contra-argumentação está marcada linguisticamente, a partir de determinadas expressões e fenômenos (negação, operadores e contraposição) que permitem orientar o discurso em direção contrária ou oposta. Tomando como base os estudos desenvolvidos pela TAL, despertou-nos o interesse de inclinarmos o nosso olhar para a compreensão acerca da contra-argumentação nos discursos políticos, especificamente, os discursos apresentados pelos Deputados Federais durante a discussão de *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff, realizados em abril de 2016. Assim, este estudo se propôs a investigar fenômenos semântico-argumentativos que cooperam para a construção da contra-argumentação registrados nas notas taquigráficas dos discursos dos Deputados Federais nas sessões de pronunciamentos sobre a acusação de crime praticado pela presidente Dilma Rousseff, a fim de compreender os efeitos de sentido resultantes do comportamento do locutor diante dos enunciados produzidos. Para tanto, a hipótese formulada para esta pesquisa é a de que a contra-argumentação, no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, manifesta-se de maneira polifônica, por meio da negação e de operadores de contraposição, e essas construções polifônicas possibilitam diferentes comportamentos semântico-argumentativos do locutor em relação aos enunciados postos em cena. O *corpus* de investigação desta pesquisa é composto por 438 (quatrocentos e trinta e oito) discursos políticos que foram publicados em 10 (dez) Notas Taquigráficas das sessões de discussão sobre as acusações contra a Presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados Federais. Desse total, foram desenvolvidas descrições e análises das 5 (cinco) primeiras sessões dos discursos dos Deputados Federais. A metodologia de pesquisa utilizada foi a do tipo quanti-qualitativo, de natureza descritivista-interpretativista, uma vez que foram identificados, quantitativamente, os fenômenos de contraposição, em seguida, descritos e analisados, interpretando-os conforme a teoria da Semântica Argumentativa. Toda a descrição e análise estão elaboradas tomando como base as contribuições teóricas de Ducrot e colaboradores (1984), Ducrot (1987 e 1988), Nascimento (2009), no tocante aos estudos da Teoria da Polifonia, e Vogt e Ducrot (1980), Ducrot (1981), Koch (2011), Neves (2012 e 2013) e Silva (2010 e 2015), sobre os estudos dos operadores argumentativos. Diante dos resultados observados a partir da pesquisa desenvolvida, verificaram-se cinco tipos de marcas de contraposição que, com mais frequência, ocorreram no *corpus* investigado. Além disso, percebeu-se que esses diferentes fenômenos de contraposição se realizam em conjunto no *corpus* e, dessa forma, contribuem para a construção da contra-argumentação no gênero “discurso político de sessão parlamentar”.

Palavras-chave: Contra-argumentação. Discurso político. Polifonia de enunciadores. Negação. Operadores de contraposição.

ABSTRACT

The counter-argument is constantly understood as an answer to a previously exposed argumentation. It is often said that it is necessary to produce convincing discourses, in a way that they cannot be refuted. This is supported by the Rhetorical studies, which consider that the argumentation is elaborated by the speaker strategies and can be so strong that they can avoid counter-arguments, as well as they can be weak and provide the refuted answer. In an opposite perspective to the rhetoric, the *TAL* purposes that the counter-argumentation is linguistically marked, from certain expressions and phenomena (negation, operators and contraposition) that allow guiding the discourse in a contrary or opposed direction. On the basis of the studies developed by *TAL*, it aroused the interest of observing the construction of counter-argument in the political discourses, specifically, the discourses presented by the Federal Deputies during the *impeachment* discussion of the then president Dilma Rousseff, realized in 2016 April. Therefore, this study objectives to identify and analyse the semantic-argumentative phenomena, which cooperate with the construction of the counter-argumentation, registered in the tachygraphic notes of the Federal Deputies discourses, in the pronouncements sessions about the accusation of crime practiced by the president Dilma Rousseff, in order to understand the effects of sense resulting from the speaker behaviour before the produced utterances. For this purpose, the hypothesis of this research is that the counter-argumentation, in the “political discourse of parliamentary session” genre, manifests in a polyphonic manner, through the negation of contraposition operators, and these polyphonic constructions enable different semantic-argumentative behaviours of the speaker with relation to the utterances put on the scene. The investigation *corpus* of this research is composed of 438 (four hundred and thirty eight) political discourses that were published in 10 (ten) tachygraphic notes of the discussion sections about the accusations against the president Dilma Rousseff, in the Chamber of the Federal Deputies. Of this total, the study described and analysed the first 05 (five) sessions of the Federal Deputies discourses. The research methodology was quanta-qualitative, with descriptivist-interpretative nature, once it identified, quantitatively, the phenomena of contraposition, next, it described and analysed, interpreting them in the light of the Argumentative Semantics theory. The description and the analysis consider the theoretical contributions of Ducrot and collaborators (1984), Ducrot (1987 and 1988), Nascimento (2009), with respect to the studies of the Poliphony Theory, and Vogt and Ducrot (1980), Ducrot (1981), Koch (2011), Neves (2012 and 2013) and Silva (2010 and 2015), about the studies of the argumentative operators. In the face of the results observed in the developed research, five kinds of contraposition marks were verified that, more often, occurred in the investigated *corpus*. In addition, it was perceived that these different contraposition phenomena are realized together in the *corpus* and, thus, they contribute to the construction of the counter-argumentation in the “political discourse of parliamentary session” genre.

Keywords: Counter-argumentation. Political discourse. Polyphony of speakers. Negation. Contraposition operators.

RESUMEN

El contraargumento se entiende constantemente como respuesta a una argumentación expuesta previamente. A menudo, se dice que es necesario elaborar discursos convincentes que inviabilice la posibilidad de la construcción de refutación. Esta comprensión está apoyada en los estudios Retóricos, que se entienden como la argumentación elaborada por estrategias del orador y pueden ser suficientemente fuertes al punto de evitar contraargumentos, así como pueden ser débiles y propiciar la respuesta refutada. En una perspectiva opuesta a la retórica, la TAL propone que la contraargumentación está marcada lingüísticamente, a partir de determinadas expresiones y fenómenos (negación, operadores y contraposición) que permiten orientar el discurso en dirección contraria u opuesta. Basados en los estudios desarrollados por la TAL, despertó nuestro interés observar la construcción de la contraargumentación en los discursos políticos, más específicamente, los discursos presentados por los Diputados Federales durante la discusión de *impeachment* de la presidenta Dilma Rousseff, realizados en abril de 2016. De este modo, este estudio se propuso identificar y analizar fenómenos semántico-argumentativos que cooperan para la construcción de la contraargumentación registrados en las notas taquigráficas de los discursos de los Diputados Federales en las sesiones de pronunciamientos sobre la acusación por delito practicado por la presidenta Dilma Rousseff, con el fin de comprender los efectos de sentido resultantes del comportamiento del locutor delante de los enunciados producidos. Con este fin, la hipótesis formulada para esta investigación es que la contraargumentación, en el género “discurso político de sesión parlamentaria”, se manifiesta de manera polifónica, por medio de la negación y a través de operadores de contraposición, y esas construcciones polifónicas posibilitan distintos comportamientos semánticos-argumentativos del locutor en relación con los enunciados puestos en escena. El *corpus* de esta investigación es compuesto por 438 (cuatrocientos treinta y ocho) discursos políticos que se publicaron en 10 (diez) Notas Taquigráficas de las sesiones de discusión sobre las acusaciones contra la Presidenta Dilma Rousseff en la Cámara de los Diputados Federales. De ese total, se desarrollaron descripciones y análisis de las 5 (cinco) primeras sesiones de los discursos de los Diputados Federales. La metodología utilizada en la investigación fue la cuantitativa, de naturaleza descriptivo-interpretativa, una vez que han sido identificados, cuantitativamente, los fenómenos de contraposición, posteriormente, descritos y analizados, interpretándolos de acuerdo con la teoría de la Semántica Argumentativa. Toda la descripción y análisis están elaboradas basadas en las contribuciones de Ducrot y colaboradores (1984), Ducrot (1987 e 1988), Nascimento (2009), con respecto a los estudios de la Teoría de la Polifonía, y Vogt y Ducrot (1980), Ducrot (1981), Koch (2011), Neves (2012 e 2013) y Silva (2010 e 2015), sobre los estudios de los operadores argumentativos. Mediante los resultados observados a partir de la investigación realizada, se verificaron cinco tipos de marcas de contraposición que, con mayor frecuencia, ocurrieron en el *corpus* investigado. Además, se observó que estos diferentes fenómenos de contraposición se llevan a cabo conjuntamente en el *corpus* y, por lo tanto, contribuyen para la construcción de la contraargumentación en el género “discurso político de sesión parlamentaria”.

Palabras clave: Contraargumentación. Discurso político. Polifonía de enunciadores. Negación. Operadores de contraposición.

CONVENÇÕES E ABREVIATURAS

TAL – Teoria da Argumentação na Língua.

SA – Semântica Argumentativa.

L – Locutor.

L1 – Locutor responsável pelo texto.

L2 – Locutor dois.

L3 – Locutor três.

L4 – Locutor quatro.

λ – Locutor enquanto “ser do mundo”.

E – Enunciador.

E1 – Enunciador um.

E2 – Enunciador dois.

E3 – Enunciador três.

E4 – Enunciador quatro.

GN – Gramática normativa.

T – Trecho.

F – Favorável.

C – Contrário.

S – Sessão.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Técnica argumentativa por ligação, segundo a Nova Retórica	33
Quadro 2:	Síntese dos procedimentos argumentativos da Nova Retórica	34
Quadro 3:	Contra-argumento para a Retórica e para a Semântica Argumentativa	49
Quadro 4:	Operadores do tipo lógico	74
Quadro 5:	Operadores do tipo discursivo/argumentativo	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de discursos favoráveis e contrários ao <i>impeachment</i>	100
Tabela 2: Quantificação das ocorrências de contraposição no <i>corpus</i>	133

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1: Dados coletados nas 5 primeiras sessões.....</i>	<i>134</i>
<i>Gráfico 2: Classificação do número de casos entre as categorias.....</i>	<i>138</i>

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1:</i>	<i>Esquema visual dos topoi</i>	45
<i>Figura 2:</i>	<i>Trecho do Manual de Procedimentos do Detaq</i>	86
<i>Figura 3:</i>	<i>Esquema ilustrativo sobre gênero e suporte</i>	90
<i>Figura 4:</i>	<i>Esquema ilustrativo sobre o gênero “discurso político de sessão parlamentar”</i>	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 UM PERCURSO SOBRE OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO	24
2.1 A argumentação à luz da Retórica	24
2.1.1 A argumentação na Nova Retórica	28
2.2 Argumentação à luz da Semântica Argumentativa	36
3 TEORIA DA POLIFONIA E OPERADORES ARGUMENTATIVOS: UM DETALHAMENTO TEÓRICO SOBRE AS RELAÇÕES DE CONTRA- ARGUMENTOS NO DISCURSO	51
3.1 Teoria da Polifonia	51
3.1.1 Polifonia de locutores	56
3.1.2 Polifonia de enunciadores	61
3.2 Operadores argumentativos ativadores de contra-argumentos	69
4 O GÊNERO “DISCURSO POLÍTICO DE SESSÃO PARLAMENTAR”, AS NOTAS TAQUIGRÁFICAS E OS PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO	83
4.1 Notas Taquigráficas: o que são e como se realizam na Câmara dos Deputados Federais do Brasil?	83
4.2 Teorização do gênero	87
4.3 Apresentação metodológica	97
4.4 Categorias de análise	102
5 OBSERVAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISES DOS RESULTADOS	104
5.1 Sobre a observação dos dados	104
5.2 Descrição dos dados	105
5.2.1 Contra-argumento ativado pelo elemento “não”	105
5.2.2 Contra-argumento ativado por outras estruturas negativas	111
5.2.3 Contra-argumento ativado pelo operador de contraposição “mas”	117
5.2.4 Contra-argumento ativado por outros operadores de contraposição	121
5.2.5 Contra-argumento ativado pelo elemento “não” em sentenças retificadoras	126
5.3 Análise dos resultados	132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A	156
APÊNDICE B	177

APÊNDICE C181
APÊNDICE D189
APÊNDICE E193

1 INTRODUÇÃO

Nas relações sociais, facilmente ouvimos falar sobre argumentação como estratégias de convencimento para um determinado fim. Associado a isso, encontra-se a ideia de que as estratégias de argumentação devem ser fortes o bastante ao ponto de impossibilitar o “contragolpe”, a contra-argumentação. É natural, portanto, existir a associação de que argumentação e contra-argumentação se realizam a partir de diálogos entre pessoas ou grupos, ou seja, são construídos pelo sujeito usuário da língua(gem) a partir da sua capacidade e das relações com o meio social.

A referida compreensão está amplamente ancorada na concepção de argumentação desenvolvida pelos antigos filósofos, entre os quais destacamos Aristóteles, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande. Aristóteles realizou a organização dos estudos sobre a argumentação e foi ele o precursor dos estudos sistemático da Retórica. Para Platão, a retórica consiste na manipulação do auditório e, para Aristóteles, a retórica é a exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir (ARISTÓTELES, 2007). Assim, de acordo com a Retórica, o caráter persuasivo do argumento está mais para a capacidade e habilidade do orador do que na língua, logo a língua atua como acessório que instrumentaliza o orador para a expressão enunciativa.

Contrariando o entendimento da Retórica Clássica e Moderna acerca da argumentação, Ducrot (1988) formula o alicerce fundamental de todos os estudos argumentativos a partir da Teoria de Argumentação na Língua (TAL) ao afirmar que a argumentação está inscrita na própria estrutura da língua e dela vai para o discurso. Essa constatação deve-se, sobretudo, aos estudos desenvolvidos por ele, Oswald Ducrot, e Jean Claude Anscombe (1994), os quais concluem que a argumentação não compreende apenas o caráter de persuadir a partir de aspectos retóricos, mas corresponde às orientações semânticas dos enunciados, oriundos da própria estrutura da língua.

Assim sendo, é a partir da própria língua que o argumento é estruturado, logo, o sentido do enunciado é apreendido por meio da argumentação estabelecida nas relações dos segmentos da língua, ou seja, diante da significação das frases que constituem os enunciados. Assim, para os estudos da Semântica Argumentativa (SA), a argumentação não é algo externo à língua, mas está na sua própria estrutura. Nessa conjuntura, a citada teoria considera que determinadas palavras/segmentos da língua carregam consigo certo valor argumentativo, possibilitando, assim, continuidade do discurso e orientação argumentativa.

Diante do leque vasto de segmentos linguísticos com valor argumentativo, interessou-nos investigar os estudos acerca dos que apresentam ideia de contraposição no discurso. Nesse sentido, aqui compreendemos que o contra-argumento no discurso não é, necessariamente, construído como uma resposta a uma argumentação previamente exposta, mas é a partir das unidades linguísticas colocadas no discurso que o locutor conduz a determinada orientação argumentativa pretendida. Dizendo de outra maneira, por meio das marcas linguísticas o locutor do discurso revela seu posicionamento e orienta, argumentativamente, para determinado fim, e, dentre esses posicionamentos, tem-se o rechaço, o qual compreende a contra-argumentação no discurso.

Tendo em vista essa compreensão dos estudos desenvolvidos pela SA, surgiu o grande interesse de observar a construção da contra-argumentação nos discursos políticos, especificamente, os discursos apresentados pelos Deputados Federais durante a discussão de *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff, realizados em abril de 2016. Esse momento de discussão sobre a admissibilidade da abertura do processo de *impeachment* na Câmara Federal é compreendido como um evento histórico, o qual marcou o cenário político do país e, portanto, observar a construção argumentativa dos discursos dos representantes da nação – em especial, as marcas de contraposição – é de grande relevância para nós, semanticistas.

Os discursos proferidos pelos Deputados Federais nas sessões da Câmara Legislativa ocorrem de maneira oral e são registrados e publicados nos sites oficiais da Casa em forma de Notas Taquigráficas¹. Ao assistir alguns desses discursos, na transmissão televisionada no momento em que ocorreram, percebemos que algumas marcas linguísticas de argumentação evidenciavam a contraposição nos discursos dos Deputados Federais.

Assim sendo, despertou-nos o interesse de realizarmos uma pesquisa em que investigássemos os fenômenos semântico-argumentativos que cooperam para a construção da contra-argumentação nos discursos políticos dos Deputados Federais nas sessões de discussão sobre a abertura de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, publicados nas Notas Taquigráficas. Nesse sentido, o objeto de estudo da presente pesquisa é o contra-argumento que, para a Gramática Normativa (GN), dita, tradicional, é manifestado pelas conjunções coordenadas adversativas (mas; porém; todavia; no entanto; entretanto; contudo). Diferentemente do que considera a GN, a Semântica Argumentativa (SA) admite que o fenômeno da contra-argumentação pode ocorrer a partir das marcas linguísticas ativadoras de

¹ No Capítulo 4 desta tese são apresentadas considerações sobre Notas Taquigráficas e sobre o gênero “discurso político em sessão parlamentar”.

contraposição, como, por exemplo, as marcas de negação e operadores argumentativos de contraposição.

A SA diverge da abordagem sobre o contra-argumento apresentada pela gramática, dita, tradicional, por ela considerar que os elementos linguísticos de adversidade indicam oposição entre as proposições. Para a SA, a oposição não está nas proposições da língua, mas nas conclusões extraídas a partir delas. Dizendo de outra maneira, o contra-argumento ocorre no discurso a partir da relação entre as conclusões acionadas pelas marcas linguística ativadoras de contraposição.

Nessa perspectiva de abordagem da Semântica Argumentativa, percebemos que são poucos os trabalhos que se propuseram a investigar o fenômeno da contraposição no discurso. Como destaque, apresentamos os estudos de Silva (2010; 2015), o qual desenvolveu essas pesquisas em torno do fenômeno da contraposição nas produções textuais de alunos egressos do Ensino Médio, como também em textos do gênero resumo acadêmico. Além dos estudos de Silva (2010; 2015), apresentamos, também, a pesquisa de Costa (2015), o qual desenvolveu investigação sobre o uso dos operadores “mas” e “embora” nos textos argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio. No mais, pontuamos o estudo de Carmo (2017) que pesquisou sobre o contra-argumento em construções do operador “mas” em textos de elocução formal. Além dos estudos citados, Oliveira (2018) observou como se comportam os operadores de contra-argumentação em redações do Enem. Por fim, destacamos o estudo de Carvalho, Moraes e Nascimento (2020), os quais desenvolveram um artigo sobre o comportamento dos operadores de contraposição na introdução das redações do ENEM (2016 e 2017), publicadas na Cartilha do Participante (2017 e 2018).

A partir desse breve levantamento de estado da arte e considerando as inquietações anteriormente pontuadas, apresentamos, a seguir, a questão problema desta pesquisa: De que maneira ocorre a estratégia de contra-argumentação, no tocante aos fenômenos semântico-argumentativos, nos discursos políticos dos Deputados Federais nas sessões de discussão sobre a admissibilidade do processo de *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff e quais os efeitos de sentido gerados a partir das ocorrências de contra-argumentação presentes nos discursos do grupo de deputados contrário e favorável ao *impeachment*?

Para tanto, a nossa hipótese para esta pesquisa é a de que a contra-argumentação, no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, manifesta-se de maneira polifônica, por meio da negação e de operadores de contraposição, e essas construções polifônicas possibilitam diferentes comportamentos semântico-argumentativos do locutor em relação aos enunciados postos em cena. Assim sendo, apresentamos o objetivo geral desta pesquisa: investigar

fenômenos semântico-argumentativos que cooperam para a construção da contra-argumentação registrados nas notas taquigráficas dos discursos dos Deputados Federais nas sessões de pronunciamentos sobre a acusação de crime praticado pela presidente Dilma Rousseff, a fim de compreender os efeitos de sentido resultantes do comportamento do locutor diante dos enunciados produzidos.

Como objetivos específicos:

- a) Identificar e mapear as ocorrências de contra-argumentação no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, em textos proferidos por Deputados Federais;
- b) Descrever e analisar as ocorrências semântico-argumentativas de contra-argumentação mais recorrentes no *corpus*;
- c) Verificar os efeitos de sentido gerados a partir das ocorrências de contra-argumentação mais recorrentes nos pronunciamentos dos Deputados Federais nas sessões de discussão sobre crime;
- d) Analisar os posicionamentos enunciativos dos locutores responsáveis pelos discursos nos enunciados de contra-argumentação catalogados no *corpus*.

Diante dessas considerações, a nossa investigação contribui substancialmente para os estudos da Semântica Argumentativa, uma vez que não há investigação na área que contemple o mapeamento dos diferentes fenômenos de contraposição ocorrendo, em conjunto, em um *corpus* real de língua em uso. Além disso, até então, não encontramos pesquisas que investiguem as diversas ocorrências de contraposição no gênero “discurso político de sessão parlamentar” como também não há investigação que tenha se proposto investigar o referido gênero a partir do ponto de vista semântico-argumentativo. Assim sendo, consideramos ser esta pesquisa relevante para a linguística, principalmente, para os estudos do campo da Semântica.

O *corpus* de investigação desta pesquisa é composto por 438 (quatrocentos e trinta e oito) discursos políticos que foram publicados em 10 (dez) Notas Taquigráficas das sessões de discussão sobre as acusações contra a Presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados Federais. Desse total de dez Notas Taquigráficas, separamos as 05 (cinco) primeiras para descrição e análise dos discursos nesta presente pesquisa. No que concerne à metodologia de pesquisa adotada, destacamos que este é um estudo quanti-qualitativo, de natureza descritivista-interpretativista, uma vez que pretendemos aqui identificar quantitativamente os fenômenos de contraposição, a fim de descrevê-los e, em seguida, analisá-los, interpretando-os conforme a teoria aqui adotada e que será amplamente discutida nos capítulos 2 (dois) e 3 (três) desta pesquisa.

Dessa feita, esta tese é composta de cinco partes. Os capítulos 2 (dois) e 3 (três) contemplam os estudos teóricos que fundamentam nossa pesquisa. No segundo capítulo, está descrita a trajetória dos estudos sobre a argumentação, na qual está exposta a abordagem da argumentação, como também da refutação, apresentadas pela Retórica Clássica e Moderna. Ainda nesse capítulo estão apresentados os estudos da Semântica Argumentativa, a partir de Ducrot e colaboradores (1994) e Ducrot (1987), os quais expõem uma perspectiva linguística de estudo sobre argumentação, sob a égide do estruturalismo, diferentemente do que propõe os estudos da Retórica.

No terceiro capítulo, estão apresentados os principais pontos relacionados à Teoria da Polifonia, conforme a Semântica Argumentativa. Além disso, estão reunidas as considerações semânticas acerca dos operadores argumentativos, especialmente, os que acionam contra-argumentos dentro do discurso. Assim sendo, no capítulo três o leitor desta tese compreenderá qual a abordagem dos teóricos da Semântica Argumentativa sobre a contraposição e os elementos linguísticos ativadores desse fenômeno linguístico.

No capítulo 4 (quatro), estão reunidas informações acerca do gênero em estudo, gênero “discurso político de sessão parlamentar”, como também questões relacionadas aos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, o quarto capítulo encontra-se subdividido em três partes: a primeira, contempla um levantamento histórico sobre a taquigrafia e Notas Taquigráficas, especificamente, as da Câmara dos Deputados Federais; a segunda, ambiciona expor as considerações teóricas sobre o gênero em estudo; e a terceira parte, tem-se o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa.

No penúltimo capítulo desta tese, capítulo 5 (cinco), encontram-se organizadas as descrições e análises dos dados coletados para este estudo. Com esse propósito, reunimos, inicialmente, algumas observações sobre os dados coletados e, em seguida, estão sistematizadas as descrições dos dados coletados conforme catalogação do *corpus* investigado. Na última parte do texto do referido capítulo, tem-se a discussão da análise dos resultados observados a partir da descrição dos dados.

Neste ponto, é importante salientar que todas as marcas linguísticas ativadoras de contraposição observadas no nosso *corpus* foram catalogadas e organizadas em categorias de análises. No total, construímos 5 (cinco) diferentes categorias de análises, as quais separamos três ocorrências, de cada uma das categorias, para descrição e análises no capítulo 5 (cinco) desta tese. No entanto, essa separação ocorreu somente para sistematizar a nossa investigação, uma vez que esses diferentes fenômenos de contraposição observados ocorrem em conjunto no

corpus o que contribui para a construção da contra-argumentação no gênero “discurso político de sessão parlamentar”.

No último capítulo desta tese, sexto capítulo, estão reunidas as considerações acerca de toda a pesquisa. Com o intuito conclusivo, nesse capítulo foram retomados os objetivos da pesquisa e hipótese, a fim de tecer algumas reflexões sobre os pontos de alcance contemplados nesta tese.

No mais, as constatações aqui empreendidas, através das análises realizadas, vêm contribuir com os estudos do projeto “Estudos semântico-argumentativos e enunciativos na língua e no discurso: marcas de (inter)subjetividade e de orientação argumentativa (ESAELD)”, ao qual esta tese está filiada. O referido projeto tem desenvolvido pesquisas de investigação semântico-argumentativo acerca de diversos fenômenos da língua(gem) nos mais variados gêneros da língua em uso, ou seja, em *corpus* reais. O projeto é coordenado do pelo professor Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

CAPÍTULO 2

UM PERCURSO SOBRE OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo, discutimos, brevemente, a trajetória dos estudos sobre a argumentação. Iniciamos o capítulo com as considerações de Aristóteles (2007), Retórica Clássica, e Chaïm Perelman (1999), Nova Retórica. Em seguida, trazemos a perspectiva do linguista Ducrot e colaboradores (1994) acerca dos estudos da argumentação. Assim sendo, com as contribuições dos clássicos da Retórica e da Nova Retórica, percebemos que a argumentação é algo exterior à língua, logo, é considerada um aspecto pragmático. Nos estudos postulados por Ducrot (1987), uma nova consideração de argumentação é apresentada, agora, não mais como algo fora da língua, mas a argumentação como inscrita na própria língua.

2.1 A argumentação à luz da Retórica

Os estudos desenvolvidos atualmente no campo de investigação da linguística comprovam que a argumentação está inerente à língua e, consequentemente, à linguagem. Essa constatação deve-se, sobretudo, aos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombe (1994), os quais concluem que a argumentação não compreende apenas o caráter de persuadir a partir de aspectos retóricos, mas ela corresponde às orientações semânticas dos enunciados, oriundos da própria estrutura da língua. No entanto, durante um amplo período, a argumentação foi compreendida de maneira diferente da que hoje nos é apresentada a partir dos estudos de Ducrot e Anscombe. Dessa forma, objetivamos, neste primeiro capítulo teórico, elencar as principais considerações dos estudos sistemáticos da argumentação desde os clássicos até os estudos atuais, descrevendo, também, a abordagem do contra-argumento/refutação em cada uma das teorias.

Nesse viés, como ponto inicial de organização de estudo da argumentação encontra-se a Retórica. Pacheco (2011), ao desenvolver um estudo histórico acerca dos postulados da Retórica desde os clássicos até a contemporaneidade, constatou que a argumentação é um campo de interesse e estudo antes mesmo de Aristóteles, no século IV a.C.. Foi, então, na Retórica que, segundo Pacheco (2011), os sofistas apresentaram-se como protagonistas e tornaram-se conhecidos como os mestres na arte de falar bem. Entretanto, mediante o pensamento platônico, a retórica sofística passa a adquirir conotação pejorativa. A mais contundente crítica de Platão à retórica sofista é a afirmação de que essa arte lhes servia como

técnicas argumentativas cujo principal objetivo é subverter a verdade, preocupando-se apenas com a crença, mas desprezando o saber – que é sempre verdadeiro, segundo Platão. Dessa forma, conforme o filósofo grego, a Retórica deveria ser capaz de forçar a adesão do auditório mais exigente somente a partir da argumentação, sem que fossem necessários artifícios enganadores (PACHECO, 2011).

Tendo em vista as transformações sociais mediante a democratização política, os gregos ampliam seus interesses pela compreensão de como falar bem e persuadir o outro nas assembleias populares, das quais haveriam de participar. É Aristóteles, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande, o precursor dos estudos sistemático da Retórica. Dentre sua vasta obra sobre vários campos do saber, é a *Retórica* a obra que o filósofo desenvolve os estudos dos meios de persuasão. Se para Platão a retórica consiste na manipulação do auditório, para Aristóteles, a ela é a exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir (ARISTÓTELES, 2007).

Nessa obra, Aristóteles inicia a discussão sobre a diferença entre Retórica e Dialética. No primeiro parágrafo do primeiro capítulo, o autor afirma que “[...] ambas referem-se a assuntos gerais mais ou menos de interesse da compreensão humana e não pertencem a uma ciência definida” (ARISTÓTELES, 2007, p. 19). Daí por diante, o filósofo prossegue a discussão sobre em que consiste cada uma dessas artes e conclui afirmando que a retórica é uma “aplicação” da dialética, sendo essa utilizada pela retórica como meio de persuadir/convencer.

No segundo capítulo, Aristóteles (2007) afirma que a retórica comporta três tipos de prova. Uma delas é a parte propriamente dialético da retórica, o *logos*. Esse tipo de prova permite compreender o jogo constituído a partir de premissas prováveis – do caráter lógico – em relação às opiniões contrárias, mediante a concretização de uma afirmação. Os outros dois tipos de prova são o *ethos* (etos) e o *pathos* (patos), ambos de ordem afetiva. Com base em Aristóteles, Reboul (2004, p. 48) afirma que “[...] o etos é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório”. O patos “[...] é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que orador deve suscitar no auditório com seu discurso.” (REBOUL, 2004, p. 48). Já o logos consiste no “[...] aspecto dialético da retórica” (REBOUL, 2004, p. 48).

Esses três tipos de prova, no sentido de instrumento para persuasão do auditório, compreendem uma ordem racional, concernente ao logos, e outra afetiva, etos e patos. Assim, para a Retórica, o caráter persuasivo do argumento está mais para a capacidade e habilidade do orador do que na língua, sendo a dialética utilizada como instrumento intelectual, uma vez que

esta é a parte argumentativa da retórica. Nessa perspectiva, a língua atua como acessório que instrumentaliza o orador para a expressão enunciativa (REBOUL, 2004).

De acordo com os estudos sistemáticos de Aristóteles, ao orador cabe o entendimento dos três tipos de argumentos, anteriormente citados, como também a organização desses antes de proferir o discurso. Ou seja, qual o tipo de discurso deverá ser empregado, qual o melhor gênero para desenvolver determinado assunto? Vemos, portanto, uma preocupação de adequação da ação do dizer em conformidade às esferas sociais. É nesse sentido que Aristóteles apresenta três gêneros oratórios: judiciário, deliberativo e epidíctico.

Dessa forma, o discurso do orador deveria sempre estar adequado ao ouvinte, atentando-se plenamente para a escolha e seleção do assunto a ser abordado. Para Aristóteles (2007, p. 29), “[...] o discurso é constituído por três elementos, a saber: o orador, o assunto e o ouvinte, a quem se dirige o discurso, e o qual determina o fim e o objeto do discurso.”. Ao apresentar os três gêneros oratórios aristotélicos, Reboul (2004, p. 45) afirma que “[...] o discurso judiciário tem como auditório o tribunal; o deliberativo, a Assembleia (Senado); o epidíctico, espectadores, todos os que assistem a discursos de aparato”.

O gênero judiciário utiliza-se da acusação ou defesa, refletindo sobre o passado. O deliberativo, aconselha em relação às questões civis, voltado ao tempo futuro. Por fim, o epidíctico tem o caráter de louvar o homem ou suas características e, algumas vezes, de censura. Esse último, refere-se ao presente.

Mais adiante, no quarto capítulo desta tese, voltaremos a abordar essa discussão sobre gêneros oratórios, segundo Aristóteles, e gêneros do discurso, conforme Bakhtin, quando apresentaremos as considerações sobre os textos pertencentes ao *corpus* de investigação desta pesquisa.

Após discutir sobre os tipos de argumentos da oratória, Aristóteles (2007) apresenta as formas de demonstração retórica que são mais comuns a todos os tipos de oratória. Segundo o filósofo, essas são de duas espécies: o exemplo e o entimema. O primeiro é de natureza da indução e consiste na menção dos fatos passados, ou na invenção dos fatos, tais como fábulas e parábolas, a fim de convencer o auditório acerca de um ponto de vista. No entanto, segundo Aristóteles, essa estratégia só deve ser colocada no discurso se pelo método do entimema não se tiver obtido o convencimento do ouvinte.

[...] Se pudermos argumentar por meio do entimema, deveremos utilizar nossos exemplos como prova suplementar subsequente [*sic*]. Os exemplos não deverão preceder os entimemas, visto que será dado ao argumento um ar indutivo, que raramente se amolda apenas às condições da oratória pública. Se eles acompanham os entimemas, têm o efeito do testemunho dado como prova, e isso sempre conta; se você

as colocar no fim, uma única será suficiente; mesmo um único testemunho servirá caso ele seja um bem. (ARISTÓTELES, 2007, p. 121).

Diante dessas considerações, o que vai nos interessar, em termos de desenvolvimento teórico para o presente estudo, é a compreensão aristotélica acerca do entimema. Segundo o filósofo, o entimema é uma demonstração no qual utiliza-se o silogismo de maneira prática, utilizado pela argumentação cotidiana, diferentemente do silogismo demonstrativo. Assim, explica Aristóteles, ao invés da apresentação do silogismo completo:

Premissa maior: todo homem é mortal;

Premissa menor: Sócrates é homem;

Conclusão: Sócrates é mortal.

basta dizer “Por ser homem, Sócrates é mortal”. Portanto, o entimema tem de ser verossímil, “[...] mas também silogismo abreviado, cujas premissas enunciadas são apenas as necessárias”. (REBOUL, 2004, p. 156)

Segundo Aristóteles (2007), o entimema apresenta-se em duas espécies: entimema demonstrativo e o entimema refutativo. O primeiro prova algumas proposições afirmativa ou negativa e é formado pela associação de proposições compatíveis. Nesse tipo de entimema, as conclusões são obtidas a partir das premissas, com as quais o ouvinte concorda. O segundo, por sua vez, é formado pela união de proposições resultante em conclusões não aceitas pelo ouvinte. Assim, a refutação ocorre mediante uma réplica e, segundo Aristóteles (2007, p. 144), “[...] qualquer argumento baseado naquilo que acontece habitualmente está sempre sujeito à réplica”.

Dessa forma, segundo o filósofo, um argumento pode ser refutado quando ocorrer uma objeção e essa pode originar-se de quatro modos:

I – por ataque direto às opiniões de seu oponente;

II – por colocar em evidência outra afirmação semelhante;

III – por colocar em evidência uma afirmação contrária;

IV – por citação de decisões prévias.

Assim, é necessário que o orador domine a construção lógica do entimema, compreendendo que esse é uma espécie de silogismo e exige o conhecimento dos objetos referidos nas premissas para obter uma estrutura lógica dos argumentos. Ocorrendo discordância por parte do interlocutor, o orador deve utilizar-se de estratégias refutativas, tais como as descritas anteriormente, a fim de possibilitar maior expressividade argumentativa. Estas partem das estratégias demonstrativas aristotélicas, as quais adicionando ou reconstruindo premissas, sempre verdadeiras, possibilitam a produção do discurso e geram o convencimento pretendido pelo orador.

Até então, interessou-nos apresentar a origem sistemática dos estudos argumentativos formulados por Aristóteles, estes compreendidos como a Retórica Clássica. Além do citado filósofo, Cícero e Quintiliano, como também alguns outros oradores de Roma desenvolveram obras sobre a retórica, fortalecendo esses estudos. No entanto, após a queda do Império Romano e, conseqüentemente, a ascensão do pensamento cartesiano/positivista, inicia-se um processo de declínio da Retórica.

O foco nos estudos que demonstravam exatidão de resultados, os quais atendessem à ciência racional, cujas provas fossem demonstradas analiticamente com premissas verdadeiras, concretas e inquestionáveis fez com que, por longo período, a retórica ficasse à margem. Por não ser considerada ciência pelos estudiosos positivistas, a retórica foi “[...] destituída de seu status racional, sendo relegada ao plano de mera prática mundana composta de prosaicos artifícios estilísticos” (PACHECO, 2011, p. 6). Foi no século XX que os filósofos retornaram seus olhares para a retórica, passando a considerá-la como objeto digno de estudo. Esse interesse deu-se a partir dos estudos da Filosofia da Linguagem e Filosofia de Valores e a partir do filósofo polonês Chaïm Perelman a tradição positivista foi rompida, retornando o interesse concernente aos estudos das estratégias argumentativas como instrumento que possibilita a persuasão. Essa nova fase dos estudos retóricos é classificada como Nova Retórica e é sobre ela que trataremos no tópico seguinte.

2.1.1 A argumentação na Nova Retórica

Na obra “Tratado da Argumentação”, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) iniciam o texto da introdução afirmando que esse livro é um tratado que possibilita a ruptura com a concepção da razão e raciocínio, oriunda em Descartes. Assim, os autores dedicam algumas páginas da introdução para justificarem os motivos que os levaram a estudar a retórica, traçando um novo olhar sobre ela e contrariando a lógica das ciências experimentais e indutivas. Por causa do desinteresse dos lógicos e filósofos modernos em relação aos assuntos retóricos, os autores apresentam a Nova Retórica afirmando que essa “[...] se relaciona, sobretudo, com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos autores gregos e latinos, que estudaram a arte de persuadir e convencer, a técnica da deliberação e da discussão” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 5).

Nessa ótica, os autores apresentam o objeto da nova teoria afirmando que esse está relacionado ao estudo das técnicas discursivas “[...] que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN e

TYTECA, 2005, p. 4, *grifos dos autores*). Com isso, dizem ser necessário não confundir os aspectos relativos à verdade dos relativos à adesão, mas que esses sejam estudados separadamente, pois, somente assim, é possível o desenvolvimento de uma teoria da argumentação de abrangência filosófica.

A Nova Retórica é um resgate dos estudos da Retórica Clássica, mas, logicamente, de forma ampliada, ultrapassando, em determinados aspectos, as considerações apresentadas na retórica antiga. Entretanto, como ponto principal de aproximação entre as duas retóricas, destaca-se a compreensão do auditório. Para ambas, toda argumentação se desenvolve em função de um auditório. Segundo Perelman (1999), o auditório não é, necessariamente, aquele que o orador interpela expressamente, mas o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação.

A partir dessa compreensão, Perelman (1999, p. 30) afirma que argumentação é o agir sobre o auditório, “[...] modificar as suas convicções ou as suas disposições por meio de um discurso que se lhe dirige e que visa ganhar adesão dos espíritos, em vez de impor sua vontade pela constrição ou pela domesticação”. O orador deve trabalhar seu discurso, necessariamente, na intenção de agir sobre o auditório, a fim de conquistar a sua adesão. Com efeito, todas as escolhas discursivas são motivadas para tal finalidade.

Logo, antes de iniciar a argumentação, é necessário que o orador esteja atento às peculiaridades do seu auditor, ao qual se destinará o discurso a ser proferido. Conhecendo bem seu auditório, a seleção de conteúdo será realizada a partir dos interesses do orador em relação ao interlocutor, a fim de que, de forma pertinente e eficaz, consiga obter a adesão do público às ideias apresentadas.

Dessa forma, o autor (1999) afirma que não há discurso neutro, mas este é sempre tendencioso, por mais que não pareça. Embora o discurso, aparentemente, seja objetivo e imparcial, manifestará o caráter parcial, seja de forma voluntária ou involuntária. A escolha de elementos que constituem o discurso revela o caráter imparcial desse. Exemplo disso são as figuras colocadas pelo orador em seu discurso. Estas devem ser utilizadas de forma discreta, ao ponto de seu uso parecer normal, e isso deve implicar mudança de perspectiva do auditório. Caso contrário, ou seja, se não implicar a adesão do auditor, “[...] a figura será percebida como ornamento, figura de estilo, permanecendo ineficaz como meio de persuasão” (PERELMAN, 1999, p. 58).

Ao continuar o raciocínio de uma nova retórica que contraria os postulados dos lógicos formalistas, Perelman (1999) afirma que, na argumentação, os fatos e verdades podem ser colocados em prova, serem questionados. Assim sendo, os elementos pertencentes à

argumentação não podem ser rígidos, uma vez que a “[...] argumentação se caracteriza por uma interação constante entre os seus elementos” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 214). Não é possível que se reduzam os raciocínios à demonstração a partir de premissas, os quais só serão admitidos se as operações estiverem de acordo com um esquema prévio. Segundo os autores citados, a argumentação é influenciada pelos fatores sociais e políticos, e isso interfere nos espíritos participantes do discurso, então, não poderá ser analisada de maneira estática, num jogo de demonstração.

A partir dessa compreensão, os autores apresentam algumas considerações acerca das principais técnicas argumentativas, as quais estão divididas em duas formas, a saber: ligação e dissociação. Os processos de ligação decorrem das conexões de elementos desiguais e separados que permitem transferir para a conclusão a adesão concedida às premissas. Como processos de dissociação, Perelman (1999) afirma que são técnicas de ruptura, cujo objetivo é separar elementos que a linguagem ou tradição reconhecida tinham anteriormente ligado entre si.

É válido destacar que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 215) afirmam que esses dois processos são complementares e concomitantemente operam entre si, pois “[...] toda ligação implica uma dissociação e inversamente: a mesma forma que une elementos diversos num todo estruturado os dissocia do fundo neutro do qual os destaca”. Assim sendo, esses processos trabalham em conjunto, o primeiro ligando elementos distintos, enquanto o segundo modificando o pensamento dominante, alterando as ideias de sustentação em voga.

Embora sejam estes processos complementares, inclusive, possível de serem analisados em um mesmo argumento, os autores anteriormente citados analisam cada tipo de argumento separadamente. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) justificam essa metodologia afirmando ser essa a forma de melhor esclarecer os resultados obtidos a partir das análises.

Para nosso presente estudo, interessa-nos realizar uma breve consideração acerca de cada um dos argumentos pertencentes aos processos de ligação, como também argumentação por dissociação. Assim, cumprimos nosso objetivo, previamente exposto, percorrendo alguns dos principais estudos sobre a argumentação e, no tópico seguinte, perceberemos a evolução acerca dos estudos da argumentação, compreendendo cada aspecto (uns em paralelo aos outros) relativo às teorias discutidas.

Os autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) organizaram, detalhadamente, a explicação de cada argumento de ligação e dissociação na vasta obra *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. É na terceira parte dessa obra – parte essa subdividida em quatro capítulos - que os autores desenvolveram a análise sobre as técnicas argumentativas.

Assim, a Nova Retórica apresenta três categorias enquanto esquema de ligação, a saber: os *argumentos quase-lógicos*; os *argumentos baseados na estrutura do real*; e os *argumentos que fundam a estrutura do real*.

Os *argumentos quase-lógicos* são os que mais se assemelham ao pensamento formal, pois fundamentam-se na lógica ou matemática. “[...] Mas, ao contrário dos princípios lógicos da demonstração, podem ser todos refutados demonstrando-se que não são ‘puramente lógicos’” (REBOUL, 2004, p. 168). Como afirma Reboul, estes argumentos não possuem o mesmo rigor da lógica formal. Diferentemente dela, os argumentos quase-lógicos não consideram contradição, mas incompatibilidade.

Portanto, os argumentos quase-lógicos buscam nos princípios da lógica os fundamentos argumentativos, mas consideram aspectos relativos aos conteúdos verossímeis, plausíveis, prováveis e questionáveis. Tendo em vista tais características, esse argumento compreende duas formas: os argumentos quase-lógicos com estrutura lógica; e os com estrutura matemática. Os argumentos com estrutura lógica apresentam-se na forma de contradição e incompatibilidade; identidade e definição; analiticidade, análise e tautologia; reciprocidade - relação de simetria; e argumentos de transitividade. Já os argumentos com estrutura matemática apresentam-se de três formas diferentes: divisão do todo em suas partes; argumentos de comparação; e pesos, medidas e probabilidades.

A segunda categoria de argumentos de ligação são os *argumentos baseados na estrutura do real*, cujo fundamento está apoiado na experiência e em elementos concretos da realidade. A identificação desse argumento tem por objetivo principal explicar os fatos reais, justificando-os a partir de pontos de vista levantados com base na descrição objetiva do fato, ou seja, do real.

Ao tratar acerca desse tipo de argumento, Reboul (2004, p. 173) afirma que “[...] aqui, argumentar não é implicar, é explicar”, expressando-se por ligações de sucessão (pragmático, a partir da relação causa e consequência; finalidade, a partir da relação de meio e fim), ou por ligação de coexistência (de pessoa e de autoridade). Neste momento, daremos destaque à forma de argumento por ligações de coexistência, pois no próximo capítulo (no qual abordaremos a Teoria Polifônica apresentada por Ducrot) retomaremos esse conteúdo ao colocar em paralelo o *argumento de autoridade* da Nova Retórica e o *argumento por autoridade* da teoria ducrotiana.

A Nova Retórica expõe as ligações de coexistência como aquelas que traçam um vínculo entre realidades de níveis desiguais, como, por exemplo, a relação entre a pessoa e suas ações, seus princípios e suas obras. No tocante às ligações de coexistência do tipo “de pessoa”, a

adesão do auditório ao discurso proferido dependerá de como ele julga a pessoa do orador. Logo, a argumentação, o significado e a relevância do discurso estão intimamente relacionados aos atributos conferidos à pessoa oradora.

A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 336) afirmam que “[...] na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro a cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais ela dá coesão e significado”. Daí a grande exigência da ética do orador, a fim de que o discurso tenha relevância e alcance a persuasão do auditório pretendido.

Como apontado anteriormente, os argumentos de coexistência compreendem-se em dois tipos, de pessoa e de autoridade. O primeiro baseia-se na relação existente entre a pessoa e seus atos, “[...] nexos que permite presumir os atos dizendo que se ‘conhece a pessoa’, julgá-los dizendo que ‘são típicos dela’, que ‘ela não vai mudar’.” (REBOUL, 2004, p. 177). O segundo, no entanto, justifica uma tese baseado no valor social de seu autor, ou seja, admite-se uma afirmação mediante o prestígio daquele sujeito cuja autoria lhe é imputada. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348), “[...] o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova de uma tese”.

Todavia, a ciência positivista não admite como verdadeira essa forma de argumento, uma vez que nenhuma autoridade pode estar acima da verdade demonstrável. Dessa forma, os pensadores positivistas consideravam este argumento como fraudulento, pois afirmavam que as autoridades invocadas eram tratadas como infalíveis. Entretanto, a Nova Retórica assume uma posição contrária a estes filósofos ao admitir a extrema importância do argumento de autoridade, pois ao invés de construir uma única prova, essa forma de argumento vem completar uma argumentação.

Nesse sentido, Perelman (1999, p. 109) afirma que

[...] O argumento de autoridade só tem interesse na ausência de prova demonstrativa. Ele virá em apoio de outros argumentos, e aquele que o utiliza não deixará de enfatizar o valor da autoridade que está de acordo com a sua tese, enquanto desvaloriza a autoridade que sustenta a tese do adversário.

A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) salientam que existe uma tentativa de desqualificar o argumento de autoridade quando a verdadeira intenção é questionar a autoridade invocada. Para que a argumentação de autoridade se realize favoravelmente ao orador, é importante que a autoridade, antes de ser invocada, seja confirmada, consolidada e

relativa a um testemunho de seriedade. Pois, “[...] com efeito, quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutível parecem suas palavras” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 351).

Além disso, os autores afirmam que costumeiramente o orador utiliza o argumento de autoridade para se proteger em caso de conflito, concedendo à autoridade o juízo de valor defendido. No entanto, “[...] quem invoca uma autoridade se compromete: não há argumento de autoridade que não repercuta em quem o emprega” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 350). Dessa forma, utilizar o argumento de autoridade na tentativa de afastar-se do discurso é uma atitude enganosa, pois, conforme afirma a Nova Retórica, ao utilizar o discurso da autoridade, o orador se compromete com o que é dito.

Até então, elencamos algumas considerações acerca das duas categorias argumentativas (*argumentos quase-lógicos* e *argumentos baseados na estrutura do real*) pertencentes à técnica da argumentação por ligação, conforme a Nova Retórica. A terceira categoria diz respeito aos *argumentos que fundam a estrutura do real*. Diferentemente dos argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que fundam a estrutura do real surgem a partir do exemplo, do modelo, da analogia e/ou da metáfora. Eles são empíricos, pragmáticos, e desempenham papéis de ação, tais como generalizações, imitações, associação por exemplo, estabelecendo nexos entre pessoas e fatos. Estes argumentos podem apresentar-se por indução (por meio de exemplo, ilustração, ou pelo modelo e antimitelo) e também como argumentos por transferência (a partir de analogias e metáforas).

Para melhor visualização da técnica de ligação e a ramificação de cada categoria, apresentamos um quadro elaborando uma síntese dessa técnica, em específico.

Quadro 1: Técnica argumentativa por ligação, segundo a Nova Retórica.

ARGUMENTAÇÃO POR LIGAÇÃO	
1. Argumentos quase-lógicos: Assemelham-se ao pensamento formal, pois fundamentam-se na lógica ou matemática, mas não possuem o mesmo rigor em suas conclusões.	
1.1. Estrutura lógica: • Contradição e incompatibilidade; • Identidade e definição; • Analiticidade, análise e tautologia; • Reciprocidade – relação de simetria; • Argumentos de transitividade.	1.2. Estrutura matemática: • Divisão do todo em suas partes; • Argumentos de comparação; • Pesos, medidas e probabilidades.

2. Argumentos baseados na estrutura do real: Têm seu fundamento apoiado na experiência e em elementos concretos da realidade.	
2.1. Por ligações de sucessão: • Pragmático – relação de causa e consequência; • Finalidade – relação de meio e fim.	2.2. Por ligações de coexistência: • De pessoa – e suas ações; • De autoridade.
3. Argumentos que fundam a estrutura do real: São empíricos, pragmáticos, e desempenham papéis de ação estabelecendo nexos entre pessoas e fatos.	
3.1. Por indução: • Exemplo; • Ilustração; • Modelo e antimitelo.	3.2. Por transferência: • Analogias; • Metáforas.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

O outro tipo de técnica argumentativa, segundo a Nova Retórica, é a dissociação. Diferentemente da técnica de ligações, cujo objetivo é associar noções a técnica por dissociação, como o próprio nome já pressupõe, pretende solucionar incompatibilidades separando elementos anteriormente associado entre si. O objetivo da técnica por dissociação é desfazer noções em pares, mediante argumentos que proporcionem uma coerência com a realidade.

Reboul (2004, p. 189) afirma que, ao apresentar essa técnica, conforme a Nova Retórica, os argumentos por dissociação “[...] consistem em dissociar noções em pares hierarquizados, como aparência/realidade, meio/fim, letra/espírito, etc. Distinguem-se assim de todos os outros argumentos, que associam as noções”. Dessa forma, usam-se as dissociações para remanejar conceitos, como também para esclarecimento das noções tradicionalmente estabelecidas e podem ser aplicadas no discurso sempre que for necessário desfazer incompatibilidades.

Na tentativa sintetizar e mais facilmente visualizar as principais técnicas argumentativas, conforme a Nova Retórica, vejamos o quadro 2:

Quadro 2: Síntese dos procedimentos argumentativos da Nova Retórica.

ARGUMENTAÇÃO:	
1. Por ligação	Argumentos quase-lógicos Argumentos baseados na estrutura do real Argumentos que fundam a estrutura do real

2. Por dissociação	A partir dos argumentos por dissociação, pretende-se resolver incompatibilidades do discurso, substituindo conceitos por outros de valor original, em conformidade com a realidade.
--------------------	---

Fonte: Elaboração própria, a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Além das técnicas argumentativas, a Nova Retórica ressalta a importância de utilizá-las de maneira útil, selecionando a técnica adequada, a fim de que alcance o objetivo do discurso, consequentemente, conquiste a adesão do auditório. Nesta ótica, afirma-se que os argumentos são fortes se conseguirem atingir o auditório. Sendo assim, “[...] a força dos argumentos depende da maneira como são recebidos” pelo auditor. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 524), a força dos argumentos

[...] é certamente vinculada, de um lado, à intensidade de adesão do ouvinte às premissas, inclusive às ligações utilizadas, de outro, à relevância dos argumentos no debate em curso. Mas a intensidade de adesão e, também, a relevância, estão à mercê de uma que viria combatê-las. Por isso a força de um argumento se manifesta tanto pela dificuldade que haveria para refutá-lo como por suas qualidades próprias.

Diante do dito, percebe-se que a Nova Retórica trabalha em função da conquista do auditório, mas este trabalho requer estratégias e foco concernente à provável refutação. Ao elaborar a argumentação do discurso, o orador inteligentemente deve pressupor quais as prováveis refutações que, certamente, virão à mente do seu auditório. A partir desse entendimento, o orador orientará a argumentação guiando na tentativa de desfazer tais refutações e, daí, conquistar a adesão total do auditório. Dessa forma, se há dificuldade na elaboração de um contraponto a um argumento, podemos compreender que a força desse argumento é forte.

O mesmo ocorre na construção da refutação, ou seja, as mesmas condições para que um argumento seja forte num discurso, são as mesmas que devem ser adotadas para que haja a refutação. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 525), na refutação “[...] a escolha é, ademais, guiada pelo argumento que se combate”, assim como na argumentação a escolha é guiada pela refutação que se pressupõe existir.

Portanto, diante de todas as considerações até aqui postas sobre a Nova Retórica percebe-se que a argumentação está sistematicamente estruturada e apoiada teoricamente a partir de procedimentos, técnicas e noções argumentativas, os quais estão fundados em um único objetivo: ganhar a adesão do auditório. Dessa forma, a Retórica domina o orador ao ponto de que esse conduza seu discurso envolvendo seu auditório não somente de maneira intelectual, mas também emocional. Logo, mediante as técnicas retóricas, o orador orienta pensamento e

ações, e estimula e ameniza emoções, comprovando, assim, que a teoria retórica não é apenas ornamento do discurso, como ainda hoje o senso comum afirma – herança do pensamento positivista.

Até então, apresentamos um breve percurso histórico, o qual possibilitou-nos perceber, mais facilmente, a abordagem da argumentação nos estudos retóricos - tanto a Retórica Clássica, quanto a Nova Retórica, como também notamos como a refutação é percebida nessas duas teorias. No tópico seguinte, apresentaremos a argumentação segundo a teoria da Semântica Argumentativa e, então, compreenderemos todos os aspectos divergentes e convergentes entre essas teorias.

2.2 Argumentação à luz da Semântica Argumentativa

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) surge a partir dos estudos inicialmente desenvolvidos por Oswald Ducrot, Jean Claude Anscombre e colaboradores. Atualmente, essa teoria tem recebido contribuições significativas da pesquisadora Marion Carel e, juntamente com Ducrot, têm dado continuidade aos estudos da TAL.

Assim como a Nova Retórica tem seu fundamento teórico na Retórica Clássica, inclusive, sendo apresentada por Perelman como a “neoretórica”, a TAL também apresenta seu alicerce na sólida teoria tradicional da Linguística, o Estruturalismo saussuriano. A teoria estruturalista considera que os elementos da língua não são definidos em termos extralinguísticos, mas a língua sobre ela mesma. Com este entendimento, Saussure (2012), no *Curso de Linguística Geral*, afirma que a língua “[...] é um todo por si e um princípio de classificação”.

Para o autor supracitado, a linguagem possui dois aspectos que se relacionam entre si: social e individual. Nessa ótica, Saussure (2012) diferencia a dicotomia *langue* (ou língua) e *parole* (ou fala) e afirma que a língua é um sistema que possibilita a comunicação entre os sujeitos socialmente organizados, enquanto que a fala é o ato individual desses sujeitos sociais. No entanto, um aspecto não existe sem o outro, eles são interdependentes. (SAUSSURE, 2012).

Ao retomar essa dicotomia saussuriana, Ducrot (1987, p. 64) faz uma releitura afirmando que a língua-fala têm duas funções: “[...] uma metodológica, corresponde à distinção clássica entre o objeto construído pelo pesquisador e o dado do qual este objeto deve fornecer uma explicação”. Dessa forma, “[...] o objeto teórico ‘língua’ não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala” (DUCROT, 1987, p. 64). Neste raciocínio, a dicotomia língua-fala é reinterpretada por Ducrot em termos de frase/enunciado e língua/discurso.

Baseado na referida dicotomia de Saussure, o semanticista elabora os conceitos base da teoria da argumentação, a saber: língua, frase, significação, no campo teórico; fala, enunciado, discurso e sentido, no dado observável. Desse modo, percebe-se uma forte adesão de Ducrot aos postulados saussurianos, os quais compreendem que os signos se constroem nas relações deles mesmos uns com os outros e, portanto, podem ser descritos.

Sob essas considerações, Ducrot (1988) formula o alicerce fundamental de todos os estudos argumentativos da TAL ao afirmar que a argumentação está inscrita na própria estrutura da língua e dela vai para o discurso. É a partir da própria língua que o argumento é estruturado, logo, o sentido do enunciado é apreendido a partir da argumentação estabelecida nas relações dos segmentos da língua, ou seja, a partir da significação das frases que constituem os enunciados. Assim, a argumentação não é algo externo à língua, mas está na sua própria estrutura.

Mais recentemente, ao reafirmar o comprometimento dos seus estudos no campo da Semântica com a visão estruturalista de Saussure, Ducrot e Carel afirmam que

[...] Tomando ao pé da letra a idéia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo, concluímos que ele não pode consistir nem em coisas (ou propriedades das coisas), nem em idéias (conceitos, representações mentais). Mais precisamente, ficamos com as fórmulas de Saussure em que o significado é visto como o “valor” do signo – o que leva a concebê-lo, já que o valor de uma entidade é um conjunto de relações entre entidades que lhe são homogêneas, como um conjunto de relações entre signos. (DUCROT e CAREL, 2008, p. 9).

Com isso, os autores asseveram o comprometimento das suas teorias semânticas aos postulados estruturalistas, sobretudo, ao classificar argumentações, ou encadeamentos argumentativos, como sendo as relações entre signos que estão na base de todo significado, sendo esses como “átomos da significação” (DUCROT e CAREL, 2008, p. 9).

Contrariando a visão tradicional da teoria referencialista, a TAL se apresenta afirmando que as relações existentes linguisticamente não ocorrem a partir do seu referente no mundo, mas essas relações são estabelecidas entre os próprios enunciados. (ANSCOMBRE e DUCROT, 1994). Além disso, a TAL considera que essas relações entre os enunciados possibilitam a argumentação. Numa sequência, na qual o segmento A e B apresenta-se interdependentes semanticamente, forma-se, portanto, uma unidade semântica argumentativa.

Neste ponto, é possível perceber uma forte divergência entre a TAL e os estudos retóricos. Verdadeiramente, a TAL nega a retórica pelo fato de considerar que a argumentação está na língua e, portanto, não é a capacidade técnica do orador que insere a argumentação no discurso, como afirma a retórica. Se a argumentação está na língua, não podem existir discursos

para os quais as técnicas retóricas o tornem persuasivos, enquanto outros não são argumentativos. Com isso, a TAL nega que a argumentação seja uma habilidade de convencer ou persuadir, comum a uns discursos e não a outros, pois, para ela, a argumentação, em maior ou menor grau, está presente em todos os enunciados e discursos.

Portanto, percebemos que não só a compreensão acerca da argumentação é divergente no tocante às duas teorias, mas também a concepção de língua. Para a retórica, a língua é o instrumento pelo qual o orador se utiliza para, de maneira estratégica, alcançar o objetivo persuasivo. Esse entendimento é completamente diferente da concepção de língua para a TAL, que considera a língua como conjunto de frases, sobre esses conceitos discutiremos detalhadamente mais adiante.

Além desses aspectos relativos à Retórica, a TAL também diverge da visão semântica de sentido, cuja compreensão é a de que em um único enunciado existem três tipos diferentes de indicação de sentido, um correspondente ao aspecto denotativo da linguagem (objetivo) e os demais relacionados ao aspecto conotativo (subjetivo e intersubjetivo). A esse respeito, Ducrot (1988, p. 50) afirma que “[...] con frecuencia se llama denotación al aspecto objetivo y connotación a los otros dos aspectos. Esto es lo que he llamado concepción tradicional del sentido y mi objetivo es suprimir esta separación entre denotación y connotación²”. Assim, conforme a concepção de sentido referida pelo autor, o aspecto objetivo relaciona-se à descrição da realidade e a ele corresponde a denotação, o subjetivo diz respeito à atitude do locutor diante da realidade, enquanto que o intersubjetivo corresponde à reação esperada do interlocutor ao que é referido no enunciado. Esses dois últimos aspectos são relacionados à conotação.

Ducrot (1988, p. 50) apresenta-se totalmente contrário a este pensamento e justifica seu posicionamento dizendo que “[...] no creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tanpoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente³” (1988, p. 50). Dessa forma, o semanticista elabora sua tese contrária ao entendimento tradicional, o qual afirma existir um aspecto objetivo que descreve a realidade, separando a conotação da denotação.

A TAL afirma, portanto, que não existe oposição entre objetivo/subjetivo/intersubjetivo, porque quando descrevemos algo, concomitantemente realiza-se o aspecto subjetivo e intersubjetivo. Não há como dissociar o sentido objetivo dos demais aspectos na linguagem.

² Com frequência chama-se denotação o aspecto objetivo e conotação os outros dois aspectos. Isso é o que tenho chamado concepção tradicional de sentido e meu objetivo é suprimir essa separação entre denotação e conotação. (Tradução nossa).

³ Não creio que a língua comum possua uma parte objetiva tampouco creio que os enunciados da língua deem acesso direto à realidade; pelo menos não a descrevem diretamente. (Tradução nossa).

Além disso, Ducrot (1988, p. 51) classifica por *valor argumentativo* o provável somatório do aspecto subjetivo com o intersubjetivo. Para o semanticista, a linguagem comum é apresentada por intermédio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos unidos e não cada um de maneira distinta. Então, segundo ele, o “[...] valor argumentativo de uma palavra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso⁴” (DUCROT, 1988, p. 51).

Diante destas considerações, apresentaremos o enunciado que serviu de exemplo para Ducrot explicar sua tese. Vejamos:

Exemplo 01:

Pedro é inteligente.

Embora Ducrot não admita a existência do aspecto objetivo (o qual descreve a realidade), se a considerássemos como existente, ou seja, caso admitíssemos a descrição de Pedro, essa estaria perpassada pelos aspectos subjetivos e intersubjetivos. Se há descrição do sujeito Pedro, o locutor a faz ao expressar a admiração por Pedro (aspecto subjetivo) ou ao orientar uma possível atitude que o interlocutor deve ter frente a Pedro (intersubjetivo).

Dizendo de outro modo, existiria no referido enunciado uma atitude de admiração do locutor em relação a Pedro e, ainda, conduziria a compreensão de que o interlocutor assumira uma postura confiável em relação a Pedro, pois ele é inteligente e saberá desenvolver atividades de forma coerente, por exemplo. Nesse caso, se no enunciado existe uma qualificação da pessoa de Pedro a partir do adjetivo *inteligente*, não há possibilidade de uma continuidade discursiva na qual se afirme “ele não conseguirá desenvolver o trabalho”.

Todavia, podem-se admitir enunciados do tipo “conseguirá realizar o trabalho”, “passará no concurso”, “terá bom desempenho na prova”. Ou seja, há orientação argumentativa de sentido a partir das instruções contidas nas significações das palavras, assim sendo, para a TAL a argumentação é a orientação discursiva do sentido. Logo, a TAL considera que todos os aspectos da linguagem (subjetivo, intersubjetivo e objetivo - se houver) estão interligados em um mesmo enunciado, todos dependentes e unidos uns com os outros, de modo que não podemos separá-los.

Neste ponto, julgamos ser necessário expor alguns conceitos importantes para a TAL, tais como *frase*, *enunciado*, *discurso*, *significado* e *sentido*. Por *frase*, essa teoria semântica entende que essa é a entidade teórica. A partir dela, o linguista consegue explicar os *enunciados*

⁴ [...] valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso. (Tradução nossa).

que, por sua vez, conforme a TAL, são a materialidade da língua, são a realização da frase, uma realidade empírica. Segundo Ducrot (1988), por serem materialidade da língua, os enunciados podem ser vistos e ouvidos, o que não ocorre em frases que estão no campo teórico, imaterial. Além dos conceitos até aqui apresentados, acreditamos ser importante destacar o conceito de enunciação que, segundo o semanticista, é a realização de um enunciado.

Para a TAL, existe *discurso* quando se tem uma sucessão de enunciados e estes podem conter segmentos sucessivos (S^1 e S^2). Ducrot (1988, p. 53) afirma que “[...] Si el segmento S^1 tiene sentido solamente a partir del segmento S^2 , entonces la secuencia $S^1 + S^2$ constituye un único enunciado”⁵. Segundo o autor, num enunciado com dois segmentos, no qual o primeiro segmento é argumento para o segundo segmento, existirá, portanto, apenas um enunciado.

Entendamos mais facilmente a partir do exemplo, apresentado por Ducrot (1988, p. 54):

Exemplo 02:

Faz bom tempo, vamos passear.

Ducrot ressalta que, na Europa, quando o tempo está ensolarado, há a sensação de momento agradável para a realização de um passeio. É fácil perceber que na sentença acima existem dois segmentos - “Faz bom tempo”, Segmento 1 (S^1), e “vamos passear”, Segmento 2 (S^2). Nesse caso, apesar de possuir dois segmentos, devemos considerar apenas um único enunciado.

A partir da contextualização do enunciado, apresentada pelo semanticista, compreendemos que os seguimentos (S^1 e S^2) não carregam consigo, cada um isoladamente, uma independência de informação. Contudo, os segmentos unidos ($S^1 + S^2$) apresentam um só enunciado, no qual o S^1 é argumento para o S^2 , ou seja, fazer calor na Europa é uma situação ideal para a realização de um passeio.

Semelhantemente ao exemplo anterior, Ducrot (1988, p.) apresenta outro exemplo para elucidar sua argumentação. Vejamos:

Exemplo 03:

Faz bom tempo, não vamos passear.

⁵ “Se o segmento S^1 tem sentido somente a partir do segmento S^2 , então a sequência $S^1 + S^2$ constitui um único enunciado”. (Tradução nossa).

Embora este último exemplo seja semelhante ao exemplo 02, o S¹ deste não conota o mesmo sentido do anterior, pois a noção de bom tempo é diferente nesses dois exemplos, apesar de apresentem a mesma construção, “Faz bom tempo”. A diferença de sentido entre o exemplo 02 e 03 ocorre por causa da negativa expressa no segundo segmento, S², presente nesse terceiro exemplo. No exemplo 03, o calor não é situação favorável para o passeio, mas, assim como no exemplo 02, S¹ é argumento para S², constituindo, portanto, um só enunciado.

Para Ducrot (1988), a língua é formada por um conjunto de frases e, para que consigamos descrevê-la, é necessário primeiramente descrever as frases que a constitui e isso de forma sistemática. Isso consiste em calcular o valor das frases complexas, tendo como base o valor semântico de frases simples. Como exemplo, o autor (1988, p. 56) apresenta a construção “X mas Y”. Para compreendermos melhor esse exemplo, é necessário apresentar o conceito de significação e sentido e, então, logo adiante, retornaremos a análise desta estrutura.

Em relação ao conceito de *significação* e *sentido*, Ducrot (1988) afirma que significação é o valor semântico da frase, enquanto que o sentido é o valor semântico do enunciado. O semanticista diz que a significação corresponde à atividade que se realiza para compreensão de um enunciado. É o que orienta o entendimento do sentido do enunciado.

Existe, aqui, uma diferença de quantidade e de natureza, afirma Ducrot (1988), uma vez que o enunciado diz mais do que a frase realizada pelo próprio enunciado. Assim, o autor compreende que o sentido surge quando se cumpre o que foi orientado pela significação. Retomando o exemplo 01, ao afirmar “Faz bom tempo”, diz-se muito mais do que o que está expresso estruturalmente, pois, com essa afirmação, entende-se que no instante da enunciação não há chuva, que há sol no lugar onde se enuncia.

Com isso, o enunciado profere muito mais do que a significação da entidade teórica (frase), uma vez que, por ser composto de atos de fala, o enunciado pode conter o sentido de constatação, conselho, sugestão, alerta, ameaça, advertência e estes atos não estão descritos na frase. (DUCROT, 1988)

[...] Con esto quiero decir que la significación consiste en un conjunto de instrucciones, de directivas que permiten interpretar los enunciados de la frase. Expresado de otra manera, la significación de la frase es una especie de “modo de empleo” que permite comprender el sentido de los enunciados. Puedo formular esta idea diciendo que la significación es esencialmente abierta, dice lo que hay que hacer para encontrar el sentido del enunciado⁶. (DUCROT, 1988, p. 58)

⁶ Com isto quero dizer que a significação consiste em um conjunto de instruções, de diretivas que permitem interpretar os enunciados da frase. Dizendo de outra maneira, a significação da frase é uma espécie de “modo de emprego” que permite compreender o sentido dos enunciados. Posso formular essa ideia dizendo que a significação é essencialmente aberta, diz o que tem que fazer para encontrar o sentido do enunciado. (Tradução nossa).

Voltemos ao exemplo já mencionado, “X mas Y”. Podemos calcular o valor semântico dessa frase quando conhecermos o valor semântico de X e de Y, no qual X é verdadeiro e Y também é verdadeiro. Os exemplos 03 e 04 são enunciados utilizados por Ducrot (1988, p. 59) para ilustrar essa discussão:

Exemplo 04:

João é republicano, mas honesto.

A significação deste tipo de frase é a de que verdadeiramente João é republicano e que verdadeiramente ele é honesto. No entanto, a presença da conjunção “mas” indica a negação da honestidade de um republicano, contudo, embora João pertença ao partido republicano, ele é honesto.

Ducrot (1988) apresenta o exemplo a seguir e insere uma outra análise a esse tipo de estrutura:

Exemplo 05:

Sim, Maria estava, mas estava com sua mãe.

A presença da conjunção, “mas” indica que geralmente Maria não está acompanhada da sua mãe, isso compreendemos a partir do que foi descrito na significação da frase. Para Ducrot (1988, p. 59), o enunciado pode ser interpretado como: a presença da mãe de Maria não me agrada. Com este entendimento, Ducrot (1988, p. 59) apresenta outra descrição para essa estrutura: “[...] busque una conclusión **r** de modo que resulte justificada por **x**, **y** una conclusión **no-r** (es decir la negación de **r**), justificada por **y**”.

Entendemos como **x** o segmento: “Sim, Maria estava”; como **y** o segmento: “estava com sua mãe”. Sendo assim, quem enuncia o exemplo 05 poderia estar feliz com a presença de Maria (conclusão **r**, justificada por **x**), mas infeliz pela presença da mãe de Maria (conclusão **não-r**, justificada por **y**). Ademais, o locutor poderia interpretar que o fato de Maria estar acompanhada da sua mãe é motivo de tranquilidade para ele.

Como conclusão dessa explicação, Ducrot afirma que o importante são as implicações das conclusões que o locutor interpreta e é por isso que a frase, conseqüentemente a língua, remete às atividades de fala, ou seja, ao que fazemos quando proferimos algum enunciado. É nesse sentido que Ducrot (1987) afirma que o enunciado origina um acontecimento histórico,

pois ele marca o momento da fala. Antes da enunciação, o enunciado não existia e, após a enunciação ele não mais existirá. Daí o entendimento de que a enunciação é a realização de um enunciado.

Com isso, Ducrot formaliza o que é o objeto de investigação da TAL afirmando que o campo de interesse do linguista não deve ser a organização social em seus aspectos contextuais, mas sim a língua enquanto estrutura. Entendemos ser necessário apresentar aqui, de forma resumida, as fases da Teoria da Argumentação na Língua.

A TAL pode ser compreendida em duas grandes partes, a Forma Standard e a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). A Forma Standard está subdividida em quatro partes e a TBS é a fase atual da teoria ducrotiana. Na fase inicial da teoria, *Descritivismo Radical*, Anscombe e Ducrot (1994) apresentavam-se muito influenciados pelos estudos dos lógicos (retórica) e, apesar de negar a referencialidade da língua, consideravam a língua e a argumentação como coisas distintas. Além disso, nessa fase, os operadores eram considerados apenas como encadeadores do discurso, os quais marcavam a relação entre os fatos apresentados nos enunciados.

Na segunda fase, *Descritivismo Preposicional*, os autores passam a considerar a força ilocutória de valor argumentativo presente na própria estrutura dos enunciados. Daí, a partir dos estudos da pressuposição, os estudiosos passaram a considerar que os encadeamentos argumentativos estão sobre o nível do posto. Assim, nessa fase, a teoria associa a língua à argumentação, quando passa a considerar que a língua possibilita orientações argumentativas nos enunciados.

A terceira fase da teoria é a *Argumentação como constituinte da significação*. Como o nome já prevê, nessa fase, os teóricos da TAL passam a compreender que determinadas estruturas – frases – direcionam argumentações. Além disso, esse direcionamento argumentativo é introduzido pelos operadores, ou seja, esses introduzem a argumentatividade na estrutura semântica das frases. Nessa fase da teoria, passou-se a considerar que a argumentação é inerente à língua, diferentemente do que diziam anteriormente, pois consideravam apenas que a estrutura semântica da frase carregaria ou não argumentatividade.

Na fase da *Argumentatividade radical*, quarta fase da TAL, Anscombe e Ducrot inserem o conceito de *topos*, realizando, assim, uma releitura dos princípios retóricos do filósofo Aristóteles. Dessa forma, a significação passa a ser compreendida como conjunto de *topos* (plural de *topoi*), enquanto que o valor semântico da frase está na admissão de pontos de vista argumentativos aos fatos que são enunciados. É nessa fase da teoria que os estudiosos

apresentam considerações acerca da refutação de argumentos e, por esse motivo, teceremos aqui algumas considerações sobre ela.

A Teoria dos *Topoi*, conforme Ducrot (1988), considera que a estrutura da frase, quando realizada no discurso, apresenta algumas condições que servem para introduzir encadeamentos argumentativos, os quais se configuram em enunciado-argumento a um enunciado-conclusão. Segundo o referido autor (1988, p. 102), um *topos*⁷ “[...] es un principio argumentativo y no un conjunto cualquiera de argumentos”⁸. Ou seja, a argumentação não depende unicamente do segmento A (argumento) e C (conclusão), mas faz-se necessário o princípio argumentativo, o qual garante a passagem de A a C.

Tomando como base os estudos de Ducrot, Espíndola (2004) afirma que o *topos* é originado de uma crença, um valor comum numa determinada comunidade. Diante de tais considerações, dizemos, portanto, que o *topos* é o fundamento da argumentação, compreendido a partir de uma dada cultura.

A partir desse entendimento, Ducrot (1988) afirma que um *topos* possui três características: deve ser ele comum, universal e gradual. Segundo o autor (1988), o *topos* é comum porque é compartilhado e aceito pela coletividade e não pertencente ao locutor apenas, mas a um grupo. Ele também é universal, ou seja, geral, porque “[...] el principio utilizado para argumentar es presentado como válido no solamente en la situación de la que se habla en el momento sino también en una infinidad de situaciones análogas”⁹ (DUCROT, 1988, p. 104).

Por fim, Ducrot afirma que o *topos* é gradual, pois coloca em relação duas propriedades graduais, duas escalas argumentativas. Para Ducrot (1988), de um lado encontra-se a escala argumentativa P (antecedente), do outro, a escala Q (consequente) e, no centro, o *topos* T, estabelecendo uma relação entre elas. O autor (1988, p. 108) apresenta duas características para a gradualidade: “[...] a) el antecedente y el consecuente del topos son graduales, b) la relación entre el antecedente y el consecuente es también gradual”¹⁰.

Para melhor compreensão do esquema visual dos *topoi*, apresentaremos o enunciado que o próprio Ducrot (1988, p. 106) afirma ser o “exemplo de base” de sua teoria: “Faz bom tempo, vamos à praia”.

Figura 1: Esquema visual dos *topoi*

Figura 2: Esquema visual dos *topoi*

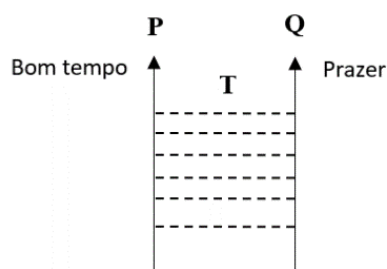
⁷ *Topos* é o termo no singular e *topoi*, o seu plural.

⁸ “é um princípio argumentativo e não um conjunto qualquer de argumentos” (tradução nossa).

⁹ “O princípio usado para argumentar é apresentado como válido não apenas na situação em que se fala em um momento, mas também em uma infinidade de situações semelhantes” (tradução nossa).

¹⁰ “a) o antecedente e o consequente do *topos* são graduais; b) a relação entre o antecedente e o consequente também é gradual”. (tradução nossa)

Figura 3: Esquema visual dos topoi



Na figura acima, observa-se uma relação entre “bom tempo” e “ir à praia”, pois a direção da seta de P (bom tempo) é a mesma de Q (prazer), indicando circunstância favorável para ida à praia. Assim, as escalas se relacionam conforme o *topos* (T), pois “[...] el topos establece un vínculo entre una determinada dirección del trayecto de la escala antecedente y una determinada dirección del trayecto del consecuente¹¹”.

Nesse ponto de discussão da teoria, o autor (1988) afirma que a noção de *topos* o permitiu compreender como pode acontecer a refutação de determinada argumentação. Para esse nosso estudo, interessa-nos entender o que Ducrot considera ser refutação de argumentos, uma vez que, como dito no capítulo anterior, é somente nesse momento que o semanticista apresenta uma discussão utilizando o termo refutação.

Segundo o autor (1988), são quatro possibilidades de refutação de argumentos. Em primeiro caso, o refutador pode negar o primeiro argumento (P) da escala antecedente. Considerando o exemplo base, apresentado pelo semanticista no decorrer da exposição da sua teoria, o refutador poderia afirmar que “Hoje não faz tão bom tempo para irmos à praia”. Para Ducrot (1988, p. 109), “[...] el refutador, en este caso, exigiría un grado superior Y de buen tiempo para ir a la playa¹²”.

A segunda possibilidade de refutação é inserir um argumento contra a conclusão, a partir de um contrapositor, ou seja, quando o refutador afirma que “Realmente, faz bom tempo, mas a praia está muito longe”, ele contrapõe a conclusão. “[...] O sea que según él, dado que es desagradable ir hasta la playa, sería necesario para convencerlo un grado superior de placer, placer que sería ocasionado por un grado superior de buen tiempo¹³” (DUCROT, 1988, p. 109). Imaginando, portanto, um diálogo entre A e B, sendo B o refutador, tomando como base o

¹¹ “o topos estabelece um vínculo entre uma determinada direção do trajeto da escala antecedente e uma determinada direção do trajeto do consecuente”. (tradução nossa)

¹² “o refutador, nesse caso, exigiria um grau mais alto de bom tempo para ir à praia” (tradução nossa)

¹³ “Ou seja, segundo ele, como é desagradável ir à praia, seria necessário convencê-lo de um maior grau de prazer, prazer que seria causado por um maior grau de bom tempo”. (tradução nossa)

exemplo aqui apresentado, certamente, A tentaria convencer B afirmando que “Faz um dia tão agradável que vale a pena a caminhada” (DUCROT, 1988).

Ducrot (1988) afirma que a terceira possibilidade de refutação é a negação do *topos*. O refutador poderá afirmar que não gosta de ir à praia quando faz bom tempo, gosta de ir quando chove. Com essa afirmação, fazer bom tempo não é condição possível para satisfação. Sobre esse terceiro tipo de refutação, o semanticista não discorre muito e logo apresenta a quarta possibilidade. Segundo o autor (1988, p. 111), a quarta possibilidade de refutação é a de que “[...] el refutador utiliza el mismo topos y dado el carácter gradual del topos, el refutador puede llegar a contradecir completamente la argumentación del primer argumentador¹⁴”.

Nesse caso, segundo Ducrot (1988), diante do convite realizado (Faz bom tempo, vamos à praia), o interlocutor pode refutar da seguinte maneira: “Ao invés de irmos hoje, vamos amanhã, pois certamente fará melhor tempo”. Com essa refutação, Ducrot afirma que o primeiro enunciador se tornou vítima da sua própria argumentação, e isso ocorre pelo fato de ser o *topos* de caráter gradual. Dessa forma, “[...] para explicar por qué es posible este último tipo de refutación, es absolutamente necesario que haya una correspondencia grado a grado, entre las dos escalas P y Q¹⁵” (DUCROT, 1988, p. 111).

Como possibilidade de réplica à refutação colocada pelo interlocutor, Ducrot (1988) afirma que o locutor pode dizer: “Vamos hoje e também amanhã”. Com essa réplica, o locutor coloca o seu interlocutor em situação difícil, pois tornou-se difícil negar que o banho de praia é agradável tanto hoje, quanto amanhã. Nesse caso, segundo o semanticista (1988), a tréplica possível a ser realizada pelo o interlocutor é afirmar que não deseja banhar-se na praia dois dias seguidos.

Diante das considerações acerca das características dos *topoi* e das possibilidades de refutação de argumentos, Ducrot (1988) afirma que “[...] en la comunicación cotidiana nos servimos con mucha frecuencia del carácter gradual de los topoi, especialmente cuando tenemos que refutar argumentaciones¹⁶”. Dessa forma, verifica-se que os *topoi* proporcionam a realização de encadeamentos argumentativos, a partir da informação comum a uma coletividade. No entanto, com esse entendimento o semanticista se distancia dos postulados

¹⁴ “[...] o refutador usa o mesmo topos e, dado o caráter gradual do topos, o refutador pode chegar a contradizer completamente a argumentação do primeiro argumentador”. (tradução nossa)

¹⁵ “[...] para explicar por que esse último tipo de refutação é possível, é absolutamente necessário que faça uma correspondência grau a grau, entre as duas escalas P e Q.

¹⁶ “[...] na comunicação cotidiana nos servimos com muita frequência do caráter gradual dos topoi, especialmente quando temos que refutar argumentos”. (tradução nossa)

estruturalistas, pois a estrutura da língua passa a ser insuficiente para orientar os enunciados a determinadas conclusões, necessitando, portanto, dos conhecimentos exteriores à língua.¹⁷

Atualmente, a teoria compreende a fase dos Blocos Semânticos. De maneira geral, podemos afirmar que a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) investiga o sentido em decorrência da relação entre dois segmentos, os quais estão ligados por um conectivo, criando, portanto, blocos semânticos. Como vimos, os estudos da Teoria dos *Topoi*, desenvolvidos por Ducrot e seu grupo, pretendia explicar a passagem do argumento para a conclusão, todavia por causa das investigações assumidas por Marion Carel, em 1992 – em sua tese de doutorado – começou-se a perceber que as relações argumentativas estavam ancoradas em princípios que contrariavam a base da teoria, o estruturalismo saussuriano. Carel e Ducrot observaram que a Teoria dos *Topoi* considerava fatores extralinguísticos, aproximando-se bastante da perspectiva dos estudos retóricos e, conseqüentemente, afastando-se da teoria de Saussure, a qual compreende que o estudo da língua deve ser feito com base nela mesma.

A partir desse momento, Ducrot abandona a Teoria dos *Topoi* e, juntamente com Carel, reformulam os estudos conforme o que propunha a TAL, na tentativa de zelar pelo princípio estruturalista. Sobre esse acontecimento, García Negroni (2005) tece algumas ponderações bastante elucidativas:

[...] A partir de mediados de los años 90, se fue produciendo un gradual pero inexorable abandono del concepto de topos comprendido como esquema escalar bimembre. A pesar de su gran utilidad descriptiva, la noción de topos resultaba, en efecto, en muchos aspectos problemática y controvertida para los propios principios de la teoría. En su lugar, Anscombe sugerirá una representación de la significación en términos de estereotipo y frase estereotípica; Ducrot, por su parte, propondrá una descripción semántica de los encadenamientos argumentativos en el marco de la teoría de los Bloques Semánticos (de ahora en adelante TBS) desarrollada junto con Marion Carel y que puede ser considerada una radicalización de los principios básicos que siempre guiaron a la TAL¹⁸ (GARCÍA NEGRONI, 2005, p. 21).

Como dito por García Negroni, Ducrot e Carel formulam a nova fase dos estudos da Teoria da Argumentação na Língua, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Na obra “[...] La

¹⁷ Salientamos que a Teoria dos *Topoi* é muito mais abrangente e consiste em um vasto leque de conceitos, análises e classificações, mas, como pretendemos apresentar um resumo, entendemos que as informações apresentadas até então são necessárias e suficientes para esta pesquisa. Para este estudo, interessa-nos a compreensão do conceito de *topos*, as suas características principais e o conhecimento sobre refutação.

¹⁸ A partir de meados da década de 90, houve um abandono gradual, mas inexorável, do conceito de *topos* entendido como um esquema escalar bimembre. Apesar de sua grande utilidade descritiva, a noção de *topos* resultou, com efeito, em muitos aspectos problemáticos e controversos para os princípios da própria teoria. De um lado, Anscombe sugere uma representação significativa em termos de estereótipo e frase estereotipada; Ducrot, por outro lado, propõe uma descrição semântica das cadeias argumentativas dentro da estrutura da teoria dos Blocos Semânticos (a partir de agora a TBS) desenvolvida em conjunto com Marion Carel e que pode ser considerada uma radicalização dos princípios básicos que sempre guiaram a TAL. (tradução nossa)

Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semânticos”, composta por sete conferências realizadas em Buenos Aires para apresentação da TBS, Ducrot (2005) afirma que a ideia central da teoria é que o sentido de uma expressão é dado pelos discursos argumentativos que podem encadear dessa mesma expressão, ou seja, a argumentação não está fora e se agrega ao sentido, mas ela o constitui. “[...] el sentido de una entidad lingüística no está constituido por cosas, hechos, propiedades, creencias psicológicas, ni ideas. Está constituido por ciertos discursos que esa entidad lingüística evoca¹⁹” (DUCROT, 2005, p. 13).

Para a TBS, conforme Ducrot (2005), o sentido de uma entidade linguística é constituído por certos discursos que essa entidade possibilita que ocorra, “[...] esos discursos serán caracterizados con el nombre de *encadenamientos argumentativos*²⁰” (DUCROT, 2005, p. 14, *grifos do autor*), o qual é formado por dois segmentos com a seguinte fórmula geral: *X CONECTOR Y*. Assim, para a TBS, X e Y são dois segmentos que compõem o encadeamento relacionado por um conector, o qual pode ser de dois tipos, são eles: *donc/normativo* (PLT) e *pourtant/transgressivos* (SE)²¹, no português, *portanto* e *no entanto*, respectivamente.

Ao analisar essa fase da teoria ducrotiana, García Negroni (2005) afirma que ao contrário do entendimento anterior sobre os encadeamentos discursivos, “[...] el sentido de una entidad lingüística, palabra o enunciado, reside no solo en las argumentaciones en *por lo tanto* sino también en aquellas en *sin embargo* que esa entidad evoca (GARCÍA NEGRONI, 2005, p. 24, *grifos da autora*). Dessa feita, o sentido dos enunciados do tipo argumento/conclusão é constituído por essas duas características: conclusão e contraposição, isto é, normativo e transgressivo, respectivamente e a partir deles são elaborados dois blocos semânticos.

Em ambos os blocos semânticos, a descrição da argumentação não ocorre a partir de propriedade do mundo externo, como na teoria dos *Topoi*. Nesses blocos, as únicas interferências acontecem na própria estrutura da construção linguística, seja pela alternância de conectivos (PLT e SE), como também pelo caráter positivo ou negativo dos segmentos. Dessa forma, o bloco semântico é formado pelo conjunto de aspectos (PLT e SE), acompanhados ou não de expressões negativas, em que se mantém a interdependência semântica entre os elementos A e B, nos enunciados que compõem o bloco.

¹⁹ “[...] o sentido de uma entidade linguística não é constituído por coisas, fatos, propriedades, crenças psicológicas ou ideias. Consiste em certos discursos que essa entidade linguística evoca.” (tradução nossa)

²⁰ “[...] esses discursos serão caracterizados pelo nome de encadeamentos argumentativos” (tradução nossa)

²¹ Por se tratar de uma categoria de conectores, optamos por utilizar sempre as abreviaturas PLT e SE (*portanto* e *no entanto*, respectivamente), conforme o fizeram García Negroni e Lescano ao traduzir as conferências de Ducrot e Carel, presentes na obra *La Semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semânticos* (2005).

Não nos deteremos à descrição e explicação da Teoria dos Blocos Semânticos, segunda parte da Teoria da Argumentação na Língua, tendo em vista que nossas análises estarão apoiadas na Forma Standard. Essa fase teórica da TAL juntamente com a Teoria da Polifonia, contemplam o que previamente foi objetivado para esta pesquisa.

Assim sendo, após traçar o percurso sob as principais considerações acerca da argumentação, notamos que, embora os estudos da retórica e a Teoria da Argumentação na Língua utilizem termos semelhantes, a classificação e abordagens dessas terminologias são quase que completamente divergentes. Essas divergências são verificadas em relação à compreensão concernente aos estudos argumentativos e, inclusive, ao que se refere ao entendimento acerca da contra-argumentação.

Assim como foi apresentado e discutido em todo o decorrer deste capítulo, a refutação é um termo utilizado pela Retórica, o qual se entende como uma estratégia linguística, criada pelo orador, para contradizer e/ou contra-argumentar um discurso previamente formulado. Diferentemente da Retórica, os estudos da Semântica Argumentativa (SA) compreendem que a contra-argumentação parte da própria língua para o discurso, uma vez que se constitui na argumentação. Por compreender que a argumentação é a orientação discursiva do sentido, a contra-argumentação, para a SA, é, portanto, a reorientação argumentativa do discurso a partir de determinados elementos ou fenômenos linguísticos, ou seja, é um fator completamente relacionado à língua, puramente linguístico, pois não envolve fatores externos a ela. Dessa forma, é sob essa perspectiva – Semântica Argumentativa – que esta tese está apoiada.

Dessa feita, compreendemos que a contra-argumentação é a orientação para o sentido oposto ao enunciado anterior, ativado a partir de determinados fenômenos linguísticos, como, por exemplo, os elementos de contraposição e a negação. Esses referidos fenômenos linguísticos são termos que ativam polifonia de enunciadores e serão amplamente discutidos no nosso próximo capítulo (Capítulo 3).

Como forma de sistematizar, didaticamente, a diferenciação existente entre a teoria Retórica e da Semântica Argumentativa, no que se refere à compreensão da ocorrência de contra-argumento, organizamos o quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Contra-argumento para a Retórica e para a Semântica Argumentativa.

Retórica	Semântica Argumentativa
Refutação	Contra-argumento; contraposição
Extralinguística	Puramente linguística

É uma forma de combater o discurso contrário, estabelecendo como foco o convencimento/persuasão do auditório.	É a orientação discursiva do sentido oposto, ou seja, a reorientação argumentativa do discurso.
Utiliza-se a partir de procedimentos, técnicas e noções argumentativas guiadas pelo argumento previamente utilizado, a fim de combatê-lo.	De natureza polifônica, ocorre a partir de fenômenos linguísticos a exemplo dos operadores de contraposição e a negação discursiva.

Fonte: Elaboração própria.

Diante dessas considerações, vê-se a necessidade de que os estudiosos da língua(gem), interessados na verificação de ocorrências acerca da argumentação, busquem compreender as peculiaridades relativas às diferentes abordagens entre as teorias e, então, optem pela análise das ocorrências com base em uma ou outra perspectiva teórica.

No capítulo que segue, apresentaremos a Teoria Polifônica da Enunciação. Essa teoria é uma importante parte dos estudos linguísticos sobre argumentação e, a partir dela, compreendemos que o sentido do enunciado é polifônico.

CAPÍTULO 3

TEORIA DA POLIFONIA E OPERADORES ARGUMENTATIVOS: UM DETALHAMENTO TEÓRICO SOBRE AS RELAÇÕES DE CONTRA-ARGUMENTOS NO DISCURSO

Objetivamos, neste capítulo, apresentar os principais pontos relacionados à Teoria da Polifonia para os estudos da Semântica Argumentativa e expor importantes estudos semânticos sobre operadores argumentativos, em especial, os operadores que ativam contra-argumentação dentro do discurso. Além disso, intentamos compreender o que os teóricos e estudiosos da Semântica Argumentativa apresentam acerca da contraposição e quais são os elementos linguísticos ativadores de contra-argumentos. Para tanto, abordamos as considerações de Ducrot (1987 e 1988), Nascimento (2009), no tocante aos estudos da Teoria da Polifonia, e Vogt e Ducrot (1980), Ducrot (1981), Koch (2011), Neves (2012 e 2013) e Silva (2010 e 2015), sobre os estudos dos operadores argumentativos.

3.1 Teoria da Polifonia

Os estudos desenvolvidos por Ducrot têm como base uma oposição em relação a um princípio anteriormente legitimado. Como vimos no capítulo anterior, no início do desenvolvimento dos estudos da Teoria de Argumentação na Língua (TAL), na Forma Standard, o semanticista contraria a concepção referencialista da língua ao afirmar que não existem três indicações no sentido de um enunciado e, portanto, não há uma parte denotativa e outra conotativa da língua. Além disso, outro ponto fundamental da teoria do semanticista diz respeito à compreensão da argumentação, a qual Ducrot apresenta como oposição ao entendimento dos estudos retóricos. Nessa ótica, Ducrot se opõe à Retórica quando assevera que a argumentação é intrínseca à língua e não exterior a ela, como compreende a teoria Retórica.

Dessa feita, o estudioso da argumentação segue sua tradição e desenvolve a Teoria Polifônica da Enunciação alicerçada em uma contestação a um pressuposto do campo linguístico, segundo o qual afirma que existe um princípio de unicidade do sujeito falante no enunciado. Tradicionalmente, de acordo com o próprio Ducrot, os estudiosos da linguística afirmam que cada enunciado apresenta um único autor e é a essa compreensão que Ducrot (1988) se opõe e desenvolve a Teoria da Polifonia. Com isso, o semanticista trabalha o conceito

de polifonia afirmando que o sentido de um enunciado pode estar relacionado a um ou a mais sujeitos, podendo ser perpassado por diversas vozes, e não apenas a um só sujeito autor do enunciado.

Aqui é importante ressaltar que o termo *polifonia* não surge na teoria do semanticista aleatoriamente, como também não é um termo criado por Ducrot, mas o autor baseou-se no uso que o filósofo Bakhtin (2010) faz do termo e, assim, insere ao vocábulo uma nova compreensão teórica²². Entretanto, o termo também não é criação de Bakhtin, mas emergiu no contexto de estudos relacionados à música e, analogicamente, foi utilizado pelo filósofo ao analisar textos literários.

A concepção de polifonia proposta por Ducrot (1988, p. 16) tem por objetivo mostrar que “[...] en un mismo enunciado hay presente varios sujetos con status lingüísticos diferentes²³”. Dessa maneira, determinado sujeito (que fala) não se expressa diretamente, mas põe em cena pontos de vista, como também, outros sujeitos e, assim, tanto os pontos de vista quanto os demais sujeitos atuam dentro do mesmo enunciado.

Para melhor entendimento desse conceito de polifonia apresentado por Ducrot, é relevante compreender as três funções de sujeitos constituintes do enunciado segundo a Teoria Polifônica da Enunciação, quais sejam: *sujeito empírico* (SE); *locutor* (L); *enunciador* (E).

O *sujeito empírico* (SE) é aquele que produz o enunciado, ou seja, é o sujeito que constrói, literalmente, o texto; nas palavras do autor: “[...] SE es el autor efectivo, el productor del enunciado²⁴” (DUCROT, 1988, p. 16.). No entanto, segundo o estudioso, é extremamente difícil conseguir determinar quem realmente produziu tal enunciado.

A fim de compreendermos de forma mais efetiva o SE, tomando como base os exemplos de Ducrot (1988), imaginemos uma situação na qual o prefeito de determinada cidade solicita a sua secretária a escrita de uma convocatória de reunião com os secretários do município. A convocatória, possivelmente, será redigida pela secretária do prefeito, todavia não deverá ser assinada por ela, mas pelo senhor prefeito do município. No entanto, ainda assim, não podemos afirmar que a secretária é, de fato, a produtora efetiva do texto. Isso porque compreendemos que possa existir um padrão de convocatória já previamente formulado e que será apenas digitado pela secretária. Dessa forma, não podemos afirmar se o texto foi produzido pela

²² Não é de interesse da presente pesquisa abordar a concepção de polifonia segundo Bakhtin, no entanto, sobre esse assunto, recomendamos as seguintes obras: *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 1992); e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN, 2010).

²³ [...] em um mesmo enunciado, estão presentes vários sujeitos com status lingüísticos diferentes. (Tradução nossa).

²⁴ [...] SE é o autor efetivo, o produtor do enunciado. (Tradução nossa).

secretária, ou por um outro funcionário que ditou a convocatória, ou que essa convocatória é um padrão, no qual muda-se apenas a data e horário.

Para o Ducrot (1988), buscar entender quem produziu determinado texto não compete ao trabalho do linguista. Além disso, o autor afirma que “[...] el linguista y en particular el linguista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado [...] lo que le interesa es lo que está en el enunciado y no las condiciones externas de su producción²⁵” (DUCROT, 1988, p. 17). Assim sendo, não nos interessa as condições de produção ou os sujeitos envolvidos nelas, importa-nos, apenas, o sentido do enunciado.

Como *locutor* (L), Ducrot afirma que é aquela pessoa a quem se atribui a responsabilidade pelo enunciado.

[...] Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa. Mesmo que não se leve em conta, no momento, o discurso relatado direto, ressaltar-se-á que o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral (DUCROT, 1987, p. 182, *grifos do autor*).

Como dito, o locutor de um enunciado é aquele a quem podemos remeter as marcas de primeira pessoa e, além delas, Ducrot (1988) afirma que, em algumas situações, as marcas tempo-espaciais, *aqui* e *agora*, lhe são também atribuídas.

Assim sendo, o semanticista deixa bem determinado a distinção relativa ao SE e L. Retomemos a ilustração descrita anteriormente, na qual existe a necessidade de uma convocatória para realização de reunião entre prefeito e secretários municipais de determinada cidade. A secretária entrega o texto redigido, e esse deve ser assinado pelo prefeito, ele assim o faz. Diante de uma ilustração como essa, Ducrot afirma que é óbvio que o prefeito da cidade não é o produtor efetivo do texto, embora o documento tenha sua assinatura atestando a responsabilidade pelo documento. Ainda assim, o *sujeito empírico* não é o prefeito e não é possível identificar quem o seja. Entretanto, ao assinar a convocatória, o prefeito se torna, então, o *locutor* daquele enunciado, pois quem assina é quem se responsabilizará, e essa assinatura indicará que a responsabilidade foi assumida por ele.

Após distinguir o locutor do sujeito empírico, Ducrot (1987) apresenta duas noções dentro da própria função de locutor: “locutor enquanto tal”, doravante L, e o locutor enquanto “ser do mundo”, representado por λ . Para o autor, L é responsável pela enunciação, possuindo

²⁵ O linguista e particularmente o linguista semanticista deve se preocupar com o sentido do enunciado [...] o que lhe interessa é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção. (Tradução nossa).

unicamente essa propriedade e, diferentemente de L, λ possui outras propriedades. Segundo Ducrot (1987, p. 188), “[...] λ é a pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado”.

No nosso *corpus* de investigação desta pesquisa, em alguns momentos, percebemos que o locutor responsável pelo discurso coloca em cena o locutor enquanto ser do mundo, o ser social. Vejamos o trecho a seguir:

Exemplo 06:

[...]

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegamos a um momento histórico em nosso País. Tenho a alegria de participar deste momento e de poder contribuir com o meu voto para mudar a história e os rumos deste País, neste 1 ano e 2 meses de mandato.

Sou um ex-vendedor de roupas que hoje atua e trabalha pelo povo brasileiro no Congresso Nacional; uma pessoa que morou em casa de madeira, dormiu junto de rato, cobra, barata. Sou alguém que conhece bem a realidade que milhares e milhares de brasileiros enfrentam no dia a dia.

(Sr. Diego Garcia, sessão 082.2.55.O, p. 57)

Nesse trecho, percebemos que o locutor enquanto tal (L) – Deputado Federal Diego Garcia – é o ser a quem é imputada a responsabilidade por todo o dito. Esse locutor, L, inicia o discurso afirmando ser aquele um momento importante para o País e, a partir do segundo período, expressa satisfação por participar desse momento histórico. No enunciado “Tenho a alegria de participar [...]”, L expressa satisfação, afirmando que λ sente alegria. Assim sendo, nesses dois parágrafos do exemplo 06, L aponta para o ser social que pode ser situado no mundo, ou seja, o locutor enquanto ser do mundo (λ).

A esse respeito Ducrot (1987, p. 188) afirma que “[...] de um modo geral, o ser que o pronome eu designa é sempre λ , mesmo se a identidade deste λ só fosse acessível através de seu aparecimento como L”. Assim sendo, ao dizer “sou um ex-vendedor de roupas que hoje atua e trabalha pelo povo brasileiro no Congresso Nacional”, o ser do mundo está materializado no conteúdo do enunciado, uma representação externa da fala. Porém, cabe ressaltar que L e λ são seres do discurso, mas não são semelhantes ao sujeito produtor do enunciado (sujeito empírico).

Além dessas situações descritas anteriormente, Ducrot (1988) também considera o caso de enunciados que não possuem L, no entanto, assevera a impossibilidade da existência de um enunciado sem SE, uma vez que se há enunciado, houve um produtor, por mais que não

consigamos precisar exatamente quem o elaborou. Ao considerar enunciados sem L, Ducrot aborda o exemplo dos provérbios que são utilizados como forma de neutralizar L²⁶. Ao dizer “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”, busca-se que as palavras não pareçam pessoais, mas “[...] que me gustaría que apareciera como salida de una sabiduría situada más allá de cualquier subjetividad individual²⁷” (Ducrot, 1988, p. 19), ou seja, que o enunciado não pertença a L a não ser ao senso comum, ao que já se tornou convencional.

No que diz respeito aos *enunciadores* (E), o autor (1988, p. 20) classifica-os como sendo os diferentes pontos de vista que se apresentam em determinado enunciado, “[...] no son personas sino ‘puntos de perspectiva’ abstractos²⁸”. Além disso, Ducrot afirma que “[...] el locutor mismo puede ser identificado con algunos de estos enunciadores, pero en la mayoría de los casos los presenta guardando cierta distancia frente a ellos²⁹” (1988, p. 20).

Consideremos, portanto, o enunciado abaixo para exemplificação de enunciadores:

Exemplo 07:

Não é possível viver sem amor.

No enunciado anterior, percebemos a presença de dois pontos de vista distintos, embora tenhamos a presença de apenas um único enunciado. Por ser um enunciado negativo, o enunciador 1 (E1) apresenta-se em contrário ao enunciador 2 (E2). Ou seja, E1 é aquele que considera a possibilidade de viver sem amor. Já E2 é o que afirma o contrário, considera a impossibilidade de se viver sem amor. Dessa forma, para Ducrot (1988, p. 23), um enunciado negativo é uma espécie de diálogo entre enunciadores, os quais se opõem entre si. Assim, em um enunciado negativo existem pelo menos dois enunciadores: “[...] un primer enunciador E1 que expresa el punto de vista representado por P, y un segundo enunciador E2 que presenta un rechazo de ese punto de vista³⁰”.

²⁶ Atualmente, os estudos da argumentação têm desenvolvido pesquisas acerca dessa anulação do locutor nos enunciados, ou melhor, da voz impessoal dentro dos enunciados. Anscombe (2005, 2010, 2014) afirma que a voz impessoal nos enunciados corresponde a um caso particular de polifonia, o ON-locuteur (SE-locutor). Este caso de polifonia tem sido mais recentemente investido por Nascimento (2015), o qual, ao desenvolver pesquisa sobre textos acadêmicos, corrobora a tese de Anscombe ao afirmar que, embora a voz seja supostamente impessoal ela é também constituída pela voz do outro. Não trataremos desse tipo de polifonia, uma vez que não é recorrente no *corpus* investigado.

²⁷ [...] que gostaria que aparecesse como saída de uma sabedoria além de qualquer subjetividade individual. (Tradução nossa).

²⁸ [...] não são pessoas, mas “pontos de vista” abstratos. (Tradução nossa).

²⁹ [...] mesmo o locutor pode ser identificado como algum destes enunciadores, mas na maioria dos casos, ele apresenta-se mantendo certa distância deles. (Tradução nossa).

³⁰ [...] um primeiro enunciador E1, que expressa o ponto de vista representado por P, e um segundo enunciador E2, que representa um rechaço a esse ponto de vista. (Tradução nossa).

Assim sendo, no exemplo 07 notamos que o locutor responsável pelo enunciado (L) apresenta dois enunciadores: E1 - uma proposição afirmativa: “É possível viver sem amor”; e E2 - que é o oposto à afirmação de E1: “Não é possível viver sem amor”. Diante desses enunciadores, L expõe um posicionamento, rechaça E1 (o ponto de vista afirmativo) e se identifica com E2 (o ponto de vista negativo).

Essas são as principais considerações iniciais acerca das personagens que atuam no enunciado, conforme a teoria da Polifonia de Ducrot. Compreender bem essas personagens é importante para o entendimento dos tipos de polifonias apresentados pelo autor. Assim sendo, prosseguiremos com esse estudo apresentando os dois grandes grupos de polifonia apresentados pelo semantista: o grupo da *polifonia de locutores* e o da *polifonia de enunciadores*.

3.1.1 Polifonia de locutores

No grupo da *polifonia de locutores*, há a ocorrência de locutores diferentes, os quais possuem certa subordinação entre si. Não se trata de duas pessoas que falam, mas há uma única voz que se pluraliza no enunciado. Ducrot (1987) considera que a polifonia de locutores se realiza a partir de uma voz com responsáveis distintos e, portanto, plural.

[...] De acordo com Ducrot, essa possibilidade de desdobramento do locutor permite não somente dar a conhecer o discurso atribuído a alguém como também produzir um eco imitativo, ou ainda organizar um teatro no interior da própria fala, ou que alguém se torne porta-voz de um outro e empregue, no mesmo discurso, *eus* que remetem tanto ao porta-voz quanto à pessoa da qual é porta-voz (NASCIMENTO, 2009, p. 23, *grifo do autor*).

Ducrot (1987) apresenta o discurso relatado em estilo direto, no qual se faz possível observar a presença de pelo menos dois locutores distintos, sendo estes responsáveis pela parte do enunciado a eles relacionados. Consideremos o enunciado hipotético abaixo, elaborado para nos servir de exemplo sobre a pluralidade de locutores, referida anteriormente:

Exemplo 08:

O deputado me afirmou: eu não votarei pelo *impeachment* da presidente.

Neste enunciado, percebemos a presença de dois locutores distintos, um indicado pelo pronome “me” e o outro pelo pronome “eu”. A primeira marca pronominal, “me”, não corresponde ao mesmo referente indicado pela segunda marca de primeira pessoa, “eu”, mas

são relativos a dois locutores distintos. Assim, embora os pronomes estejam em um mesmo enunciado e ambos apontem para a primeira pessoa, a referência indicada pelo primeiro pronome não é a mesma do segundo pronome.

No enunciado anterior, é possível identificar o primeiro locutor, L1, como sendo um sujeito a quem atribuímos a responsabilidade do enunciado como um todo e que está representado, no enunciado, pelo pronome “me”. Então, no exemplo 08, o enunciado sob responsabilidade de L1 é: “O deputado me afirmou: eu não votarei pelo o *impeachment* da presidente.”. O segundo locutor é identificado no enunciado em questão a partir de L1, o qual introduz L2 mediante marcas linguísticas que sinalizam um discurso relatado. L2 é o responsável pelo enunciado “eu não votarei pelo *impeachment* da presidente”, representado pelo pronome “eu”.

Diante de um enunciado como o exposto no exemplo 08, Ducrot afirma existir a presença de relato no estilo direto, pois L1 reproduz, na sua materialidade, as palavras ditas por L2 e, portanto, L1 torna conhecido o discurso de L2. Assim, “[...] relatar um discurso em estilo direto seria, pois, dizer que palavras foram utilizadas pelo autor deste discurso” (DUCROT, 1987, p. 186). Em textos escritos, algumas marcas linguísticas evidenciam o tipo de discurso do enunciado. No exemplo aqui em discussão, percebemos elementos linguísticos que indicam o discurso de L2 dentro do enunciado de L1, a saber: o verbo *dicendi* - “afirmou” – seguido de dois pontos, assim como a marca de primeira pessoa no trecho relatado. Além dessas marcas presentes no exemplo 08, algumas outras também sinalizam o discurso relatado em estilo direto, tais como as *aspas*, *travessões*, *vírgulas*, entre outros.

Outra ocorrência de polifonia de locutores é o discurso relatado em estilo indireto, no qual também se pode notar a presença de pelo menos dois locutores, embora não haja presença de alguns marcadores que apontam o discurso de um segundo locutor, ou seja, as *aspas*, *travessões* e *dois pontos* são ausentes do estilo indireto. Mesmo que a voz do outro locutor não esteja transcrita tal qual tenha sido enunciada, não podemos negar sua existência dentro do enunciado de L1. Assim sendo, o locutor responsável por todo o enunciado, L1, apresenta L2 (segundo locutor) de forma parafraseada e lhe faz referência dentro da sentença, além disso, geralmente, a voz de L2 é introduzida por L1 por meio de *verbos dicendi*.

A fim de facilitar nossa compreensão, transformemos o exemplo 08, utilizado anteriormente para ilustrar o discurso relatado direto, em estilo indireto, baseados nas considerações da teoria da polifonia de Ducrot.

Exemplo 09:

O deputado me afirmou que não votará no *impeachment* da presidente.

No enunciado anterior, em que o discurso se apresenta de forma indireta, da mesma maneira que no exemplo 08, estilo direto, L1 é o locutor responsável por todo o enunciado (O deputado me afirmou que não votará no *impeachment* da presidente.).

É importante aqui ressaltar que em ambos os enunciados - tanto no exemplo 08, quanto no exemplo 09 - não é possível identificar o sujeito apontado como L1, uma vez que o enunciado não apresenta pistas capazes de comprovar quem é o locutor responsável pelo enunciado como um todo. Todavia, em ambos os exemplos (08 e 09) sabemos que L2 é o deputado, pois este é mencionado por L1 no enunciado. Logo, no exemplo 09, L1 apresenta a fala L2, o deputado, mediante do verbo *dicendi* “afirmar”.

Assim sendo, Ducrot (1987, p. 187) explica a diferenciação existente entre o relato em forma direta e indireta ao afirmar que:

[...] A diferença entre estilo direto e estilo indireto é que o primeiro daria a conhecer a forma, o segundo, só o conteúdo. O estilo direto pode também visar só o conteúdo, mas para fazer saber qual é o conteúdo, escolhe dar a conhecer uma fala (ou seja, uma sequência de palavras, imputada a conhecer uma fala).

Diante deste posicionamento, ao investigar a ocorrência do discurso relatado no gênero notícia, Nascimento (2009, p. 27) apresentou um contraponto aos estudos de Ducrot. O autor afirma que a distinção entre estes dois estilos vai “[...] além da diferença entre a forma e o conteúdo” e considera que “[...] se trata de uma questão de grau e orientação de análise”. No caso específico do gênero notícia, o pesquisador observou que, no estilo direto, L1 não se compromete com o dito pelos outros locutores (L2; L3; etc.), “[...] uma vez que não assume a responsabilidade pelo relato dos outros locutores”. No entanto, no estilo indireto, L1 se compromete com os discursos dos demais locutores pelo fato de ele ter incorporado o dito dos outros em seu discurso, ou seja, “[...] torna seu o discurso do outro, incorporando as palavras alheias e deixando de sinalizá-las (com aspas ou travessões) como tal” (NASCIMENTO, 2009, p. 27).

Dessa forma, no gênero notícia, conforme investigado por Nascimento (2009), ao escolher utilizar o discurso do outro no estilo indireto, o locutor responsável pelo discurso automaticamente compromete-se com o dito como um todo, ou seja, com o discurso de outros locutores também. Caso a escolha de L1 seja a de inserir o discurso de L2 no estilo direto,

ocorrerá um distanciamento entre eles, uma vez que L1 apenas apresentará o discurso de L2 e, então, não se comprometerá com esse discurso.

Portanto, a escolha pela forma de apresentação do discurso do outro, segundo Nascimento (2009), seria uma questão de grau de comprometimento, uma vez que no estilo direto haveria um distanciamento e no indireto, uma assimilação do discurso do outro locutor. Nascimento (2015) reformula esse posicionamento inicial, após investigar o fenômeno da polifonia de locutores em outros gêneros discursivos, e passa a considerar que a questão de maior ou menor comprometimento, assimilação ou distanciamento está relacionada aos elementos linguístico-discursivos presentes no discurso e não por ter sido apresentado na forma de estilo direto ou indireto.

No mais, vale aqui ressaltar que, para Ducrot (1987), pode ser considerada ocorrência de polifonia de locutores os enunciados em estilo direto, uma vez que é neste tipo de estilo que se percebe claramente a existência de dois locutores distintos e de uma dupla enunciação. Nas palavras de Ducrot (1987, p. 182), há, nesses enunciados, “[...] uma pluralidade de responsáveis, dados como distintos e irredutíveis”. Como no enunciado em estilo indireto não há a imagem de uma dupla enunciação, para Ducrot não pode ser considerada ocorrência de polifonia de locutores.

Esse posicionamento de Ducrot é questionado por Nascimento (2009, 2015), o qual afirma serem ocorrência de polifonia de locutores tanto os enunciados em estilo direto quanto os em estilo indireto. Nas palavras de Nascimento (2015, p. 346), “a principal razão pela qual consideramos o discurso relatado em estilo indireto um caso de polifonia de locutores é que, no próprio sentido do enunciado, o locutor responsável pelo discurso (L1) atribui a responsabilidade do discurso relatado a um outro ser do discurso, explicitamente identificado no próprio enunciado [...]”.

Para esta pesquisa, nós admitimos esse posicionamento de Nascimento (2009, 2015) e, dessa forma, consideramos que tanto em discursos na forma de estilo direto quanto em estilo indireto são ocorrências de polifonia de locutores. Além disso, consideramos, assim como Nascimento (2009, 2015), que é possível que L1 se comprometa com o dizer de outro(s) locutor(es), dependendo dos termos linguísticos utilizados pelo locutor (a exemplo dos modalizadores discursivos), em ambos os estilos de discurso relatado (direto e indireto).

Ou seja, ao introduzir o discurso alheio, L1 pode comprometer-se com a voz de L2 por tê-la inserido no seu discurso mediante algum posicionamento avaliativo compreendido a partir

do verbo *dicendi* modalizador do tipo avaliativo³¹, por exemplo. Assim sendo, embora o discurso não se apresente com marcas que evidenciem a presença da voz de outro locutor, no estilo indireto, o verbo que introduz L2 pode indicar como L1 se posiciona diante do enunciado de L2.

Além do discurso relatado em estilo direto e indireto, outra estratégia polifônica apresentada por Ducrot é a *argumentação por autoridade*. O estudioso afirma que esse é um “[...] mecanismo argumentativo frequentemente observado no discurso”, mas para que seja um argumento por autoridade, é preciso o cumprimento de duas condições: 1ª) que P já tenha sido, é, ou poderia ser, objeto de uma asserção; 2ª) “apresenta-se este fato como se valorizasse a proposição P, como se a reforçasse, como se lhe ajustasse um peso particular” (DUCROT, 1987, p. 140).

Conforme o autor (1987), existem dois tipos de argumento por autoridade, sendo um denominado de *autoridade polifônica* e o outro de *arrazoado por autoridade*. A autoridade polifônica é considerada por Ducrot como um fenômeno de polifonia de enunciadores, sendo assim, discutiremos sobre esse tipo de argumento por autoridade no tópico seguinte, no qual abordaremos as considerações acerca da polifonia de enunciadores. Contudo, como o arrazoado por autoridade está no campo da polifonia de locutores, então, aqui a apresentaremos.

Ducrot (1987) explica o arrazoado por autoridade, afirmando que este consiste em duas etapas: a) L1, o locutor responsável pelo discurso, apresenta outro locutor, L2, identificando-se com ele; b) L1 certifica-se de que L2 é autoridade para seu discurso e, portanto, L2 apresenta-se como prova do que L1 está asseverando.

Consideremos, como exemplo de arrazoado por autoridade, um trecho do nosso *corpus*, a fala do deputado federal Jutahy Junior (PSDB – Bahia) na seção de discussão sobre o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos deputados:

Exemplo 10:

[...]

Este momento histórico que todos estamos vivendo representa nossos anseios de justiça e esperança. Mas há muito por fazer. O dia de hoje lembra o grande líder e para mim o maior estadista do século XX,

³¹ Quando o locutor utiliza o modalizador avaliativo no discurso, ele revela seu ponto de vista e indica como o interlocutor deve ler aquele enunciado. Carvalho (2014) verificou esse tipo de ocorrência no gênero Projetos de Pesquisa de TCC. Como forma exemplificação, vejamos um caso analisado pela autora: “Ducrot (1988) *critica* a Teoria Tradicional da Argumentação por considerar a argumentação como algo inerente à língua.”. Nesse enunciado, L1 introduz o discurso de L2, afirmando que esse é uma crítica, logo, L1 está avaliando e julgando o dizer do outro. O verbo modalizador “criticar”, nesse caso, comporta-se como um modalizador avaliativo.

Winston Churchill: “*Não é o fim. Não é sequer o começo do fim. Mas é, talvez, o fim do começo*”. Ou seja, a remoção de um Governo inepto não bastará para o nosso povo. Precisamos em seguida juntar forças em torno de um verdadeiro processo de reconstrução nacional, na economia, na ética, na justiça social.

(Sr. Jutahy Junior, sessão 083.2.55.O, p. 29)

No exemplo 10, L1, responsável pelo texto como todo – doravante Jutahy Junior, insere o discurso de L2, Winston Churchill, como uma autoridade no assunto. Dessa forma, L1 apresenta o discurso de L2 a fim de que esse discurso sirva como fundamento em relação ao assunto abordado por L1. Assim, no exemplo 10, a fala do estadista Winston Churchill (L2) é uma autoridade que L1 utiliza em seu discurso, ou seja, uma autoridade legítima que o primeiro locutor utiliza para fundamentar e proferir o seu discurso.

Tratando a respeito deste conteúdo, Nascimento (2009, p. 30) afirma que o fato de Ducrot considerar o “[...] *arrazado por autoridade* como uma polifonia de locutores, demonstra como um locutor L1 traz o discurso de outro locutor L2 para que esse sirva de argumento às suas intenções, ou seja, o discurso de L2 traduz o ponto de vista de L1”. Portanto, é necessário que L2 seja uma autoridade competente para proferir tal discurso.

Outro fator relacionado à polifonia de locutores é a utilização das aspas. García Negroni (2011) estuda as várias maneiras de utilização das aspas e as anotações metadiscursivas em textos científico-acadêmicos.

Com base em Authier (1995), García Negroni (2011) apresenta o discurso que se vale de aspas como aquele em que o sujeito comenta a sua própria enunciação a partir das considerações de alguém que domina o conteúdo discutido e, assim, apresenta a voz do outro. Também conforme Nascimento (2009, p. 27), “[...] além de assinalar a voz de um locutor [...], as aspas possuem outras diferentes funções, permitindo, inclusive, ao locutor se distanciar do que ele introduz no discurso”.

Essas são as principais abordagens apresentadas pela Teoria da Polifonia acerca das ocorrências de polifonia de locutores. Na seção seguinte, discutiremos os tipos de polifonia de enunciadores.

3.1.2 Polifonia de enunciadores

A Teoria da Polifonia considera que há *polifonia de enunciadores* quando, em um enunciado, o locutor coloca em cena pontos de vista distintos. A estes pontos de vista, Ducrot (1987) denomina *enunciadores*.

[...] Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuem palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1987, p. 192).

No enunciado, ao apresentar os pontos de vista (enunciadores), o locutor posiciona-se perante eles. Ducrot (1988) afirma que esse posicionamento se realiza de três maneiras diferentes: o locutor se identifica com o enunciador; o locutor aprova o enunciador; ou rechaça o enunciador.

Sobre o primeiro posicionamento do locutor perante o enunciador, Ducrot (1988, p. 66) afirma que: “[...] El locutor puede en primer lugar identificarse con uno de los enunciadores³²”. Assim, o locutor identifica-se com o ponto de vista que ele próprio colocou em cena e, portanto, assume este ponto de vista. Acerca do segundo posicionamento do locutor, o autor afirma que diante de dois enunciadores (posto e pressuposto) o locutor, L, aprova E1 que é o enunciador pressuposto e identifica-se com E2 que é o posto, dito no enunciado. A outra posição do locutor é a de oposição ao enunciador. Sobre essa terceira posição, Ducrot (1988, p. 66) afirma que “[...] la tercera actitud posible del locutor frente al enunciador es la de oponerse a este enunciador, es decir la de rechazar su punto de vista³³”.

Dizendo com outras palavras, o posicionamento de identificação ocorre quando o locutor apresenta um ponto de vista e o assume. A aprovação acontece quando o locutor se apresenta de acordo com um enunciador, e o rechaça/recusa, o locutor não concorda com o enunciador, ou seja, é caracterizado como uma oposição a determinado ponto de vista.

Para Ducrot (1988), este rechaço ocorre em enunciados humorísticos, no qual L apresenta um ponto de vista absurdo a que ele mesmo se opõe. Além dos enunciados humorísticos, o autor apresenta o rechaço de um ponto de vista em enunciados que contêm o conector “mas” e também em determinados enunciados negativos.

Tomaremos como exemplo o mesmo enunciado apresentado por Ducrot (1988, p. 68):

Exemplo 11:

Sim, faz bom tempo, mas meus pés estão doendo.

³² O locutor pode, em primeiro lugar, identificar-se com um dos enunciadores. (Tradução nossa).

³³ A terceira atitude possível do locutor perante o enunciador é a de se opor a este enunciador, ou seja, o de rechaçar seu ponto de vista. (Tradução nossa).

A enunciação desse enunciado acontece no mesmo contexto da enunciação do enunciado do exemplo 02, dito anteriormente no capítulo 2. No exemplo 11, de acordo com Ducrot, o locutor realiza rechaço ao convite enunciado no exemplo 02 (“Faz bom tempo, vamos passear.”). No enunciado do exemplo 11, percebemos a presença de quatro enunciadores:

E1: Faz bom tempo;

E2: Vamos passear;

E3: Mas os pés estão doendo;

E4: Não vamos passear.

Segundo Ducrot (1988), perante esses enunciadores, o locutor assume diferentes posições. O locutor aprova E1, pois considera que faz bom tempo. No entanto, a finalidade do enunciado não é apenas considerar essa constatação, e, então, o locutor rechaça completamente E2, pois este é favorável ao passeio, e este ponto de vista L não concorda. Com relação a E3, o locutor se identifica, uma vez que ele afirma ter dor nos pés. Da mesma forma que em E3, em E4 há uma identificação do locutor, e é esse enunciado que possibilita o rechaço do locutor ao convite realizado.

Essas são, portanto, as três atitudes do locutor perante os enunciadores que ele próprio apresenta em seu enunciado. Diante dessa ideia geral acerca da polifonia de enunciadores, Ducrot (1987) apresenta alguns usos desse tipo de polifonia, a saber: pressuposição; a ironia e o humor; a negação; os enunciados construídos na forma *masPA* (mas Partícula Argumentativa); a autoridade polifônica; entre outras. Para desenvolvimento desta pesquisa, apresentaremos apenas a autoridade polifônica, a ironia, a negação e, no tópico seguinte, no qual abordaremos questões acerca dos operadores argumentativos, desenvolveremos algumas considerações sobre o *masPA*.

Iniciaremos apresentando a *autoridade polifônica*, pois, como mencionado anteriormente, essa também é uma ocorrência de argumento por autoridade. Para o autor (1987), a *autoridade polifônica* está diretamente inscrita na língua e configura-se em duas etapas:

- L apresenta um enunciador, E1, e confirma uma determinada proposição, P.
- Diante de E1, L expõe E2. L apoia E1 e relaciona E2 a E1, mesmo significando duas coisas.

Na tentativa de elucidar esse conceito ducrotiano, consideremos o enunciado abaixo:

Exemplo 12:

Parece que vai fazer bom tempo: nós deveríamos passear.

No exemplo 12, L é responsável por todo o enunciado e coloca em cena dois enunciadores:

- E1: Parece que vai fazer bom tempo;
- E2: nós deveríamos passear.

Em E1, L dá ao discurso autoridade para o argumento que posteriormente L colocará em cena, no caso, E2. Dessa maneira, L se identifica com E2 e faz com que E1 seja apenas argumento (autoridade) para E2 e, por isso, L não pode ser responsável por E1, uma vez que as informações são compartilhadas coletivamente, a partir de suposição expressa na construção adverbial “parece que”.

Ao explicar essa análise ducrotiana, Nascimento (2009, p. 35) afirma que “[...] o enunciado é construído de tal maneira que a admissão de E1 leva necessariamente à admissão de E2”. No exemplo, ao admitir que pode ser que faça bom tempo, não haverá argumento para que não se admita a possibilidade do passeio. A partir deste entendimento, Ducrot (1987) apresenta termos introdutórios de autoridade polifônica, como é o caso de *parece que, talvez*, entre outros.

Além da *autoridade polifônica*, a polifonia de enunciadores ocorre na *ironia*. Ao discorrer sobre a ironia, Ducrot afirma que “[...] um discurso irônico consiste sempre em fazer dizer, por alguém diferente do locutor, coisas evidentemente absurdas, a fazer, pois, ouvir uma voz que não é do locutor e que sustenta o insustentável” (DUCROT, 1987, p. 197). Segundo o autor, esse entendimento baseia-se na conceituação de Sperber e Wilson acerca das ocorrências de ironias. No entanto, Ducrot afirma que os autores utilizam a expressão “[...] mencionar um discurso” e, na sua concepção, é um termo equivocado, por isso, o autor realiza a troca dessa expressão por “fazer ouvir uma voz”.

Para o autor (1987), o termo “mencionar” pode significar algo relatado e levar à compreensão inadequada de que a ironia é um tipo de discurso relatado. Dessa forma, segundo Ducrot:

[...] Para que nasça a ironia, é necessário que toda marca de relato desapareça, é necessário “fazer como se” este discurso fosse realmente sustentado, e sustentado na própria enunciação. Esta é a idéia (*sic*) que procuro deixar dizendo que o locutor “faz ouvir” um discurso absurdo, mas que o faz ouvir como o discurso de um outro, como um discurso distanciado. (DUCROT, 1987, p. 198).

Assim sendo, para o Ducrot (1987), o locutor fala de maneira irônica a partir do momento que ele apresenta o enunciado como se assumisse a posição de um enunciador (E), embora ele, L, não assuma a responsabilidade por esse enunciador que ele mesmo aparenta identificar-se. Além disso, o L considera a responsabilidade por E como absurda. “[...] Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista exposto na enunciação” (DUCROT, 1987, p. 198).

Para exemplificar esse entendimento, Ducrot formula uma circunstância hipotética de uma enunciação irônica. Pensemos numa circunstância em que o locutor anunciou a vinda de Pedro, e, portanto, L afirma: “Pedro virá me ver hoje”. A partir dessa enunciação os alocutários aparentam não acreditar no dito de L. Num segundo momento, Pedro chega e L, direcionado aos alocutários duvidosos de sua enunciação anterior, profere um enunciado irônico:

Exemplo 13:

Vejam, Pedro não veio me ver.

Na enunciação descrita anteriormente, L apresenta um enunciado irônico, no qual o ponto de vista exposto é absurdo, cuja absurdidade não tem L como enunciador, mas esse é remetido aos alocutários (aqueles que duvidaram da vinda de Pedro), fazendo-os admitir a ausência de Pedro, mesmo diante de sua presença.

Como uma analogia, podemos dizer que a ironia se configura como uma dramaturgia, na qual a enunciação é realizada por quem não é, realmente, o responsável pelo dito. O locutor da ironia se afasta do discurso, jogando para outro a admissão daquele ponto de vista, tanto quanto um ator age ao incorporar um personagem. Na dramaturgia, o que é dito pelo autor é relativo ao personagem, por mais que tenha sido ele o locutor daquela enunciação. No discurso irônico, o enunciador é relacionado a uma figura precisa, que não seja o locutor, ou seja, ao alocutário.

No entanto, Ducrot (1987) afirma que a assimilação do enunciador também pode não ser o alocutário, como no caso da ironia, cuja zombaria é do locutor consigo mesmo. Essa classificação parece contradizer a classificação apresentada anteriormente, mas, segundo Ducrot, essa afirmação passa a ser naturalmente admitida quando compreendemos e aceitamos a distinção de L (locutor) e de λ (locutor enquanto ser no mundo).

Admitindo o mesmo exemplo de Ducrot (1987) acerca da auto ironia, consideremos que eu olhei para o céu e afirmei que o tempo está lindo, portanto, não choverá. Logo em seguida, inicia uma forte chuva e eu, zombando da minha afirmação meteorológica, afirmo:

Exemplo 14:

Como vocês veem, não há chuva.

No exemplo 14, o enunciador ridículo é o que enuncia, ou seja, sou eu. Aqui, L assimila o sujeito enunciador e o ponto de vista absurdo é de λ . L, o sujeito responsável pelo enunciado, apresenta o enunciador E (“não há chuva”), e este é assimilado por λ , sendo λ a figura que sofre a zombaria. “[...] Por isso, o interesse estratégico da auto-ironia: L tira proveito das besteiras de λ , proveito de que λ se beneficia em seguida, como consequência, já que L é uma de suas múltiplas figuras” (DUCROT, 1987, p. 200). Dessa forma, o semanticista ressalta a importância de o locutor não assumir nenhuma posição expressa no enunciado e, além disso, é importante que L não coloque em cena outro tipo de enunciador, E’, pois essa é a principal distinção da ironia em relação à negação.

Anteriormente, vimos ocorrências de negação para compreensão da orientação argumentativa das palavras nos enunciados, conforme a TAL, como também, num segundo momento, para percebermos os enunciadores presentes em um enunciado. A partir deste ponto, veremos a *negação* como um tipo de polifonia de enunciadores apresentado por Ducrot (1987).

Para o autor (1987), o enunciado negativo é uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro. Ainda conforme o autor, toda negação tem a ela relacionada uma afirmação, na qual o locutor rechaça. Dessa forma, grande parte dos enunciados negativos configuram posições contrárias, sendo uma atitude positiva, relativa ao enunciador E1, e a outra oposta à primeira, concernente ao enunciador E2. Nas palavras de Ducrot (1998, p. 23):

[...] En un enunciado negativo no-P, hay por lo menos dos enunciadores: un primer enunciador E1 que expresa el punto de vista representado por P, y un segundo enunciador E2 que presenta un rechazo de ese punto de vista. Un enunciado negativo es pues una especie de diálogo entre dos enunciadores que se oponen el uno al otro.³⁴

Diante disso, o autor apresenta três tipos diferentes de negação no discurso, são elas: *negação descritiva*; *negação metalinguística*; e *negação polêmica*. A negação descritiva corresponde àquela em que a negação “[...] serve para representar o estado das coisas, sem que seu autor apresente sua fala como se opondo a um discurso contrário” (DUCROT, 1987, p.

34 Em um enunciado negativo não-P, há pelo menos dois enunciadores: um primeiro enunciador E1 que expressa o ponto de vista representado por P, e um segundo enunciador E2 que apresenta uma recusa desse ponto de vista. Um enunciado negativo é então uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro. (Tradução nossa).

203). Então, não há oposição de pontos de vista, mas há, implicitamente, uma afirmativa configurada em formato de negação. Vejamos o exemplo apresentado por Ducrot (1987, p. 203):

Exemplo 15:

N perguntou a Z, que acabara de abrir as janelas, como estava o tempo, e Z responde “não há nenhuma nuvem no céu”.

No exemplo 15, Ducrot explica que o enunciado de Z poderia ser parafraseado por enunciados positivos, sem existir perda de sentido. Ou seja, o enunciado negativo “não há nenhuma nuvem no céu” pode ser parafraseado por “o céu está absolutamente limpo” e o sentido não é alterado. Como o próprio nome indica, há uma negação descritiva pelo fato do segundo sujeito apenas descrever a circunstância. Ao invés de utilizar uma construção afirmativa, opta por usar uma negativa. Logo, embora o enunciado seja negativo, há, no seu interior, uma estrutura afirmativa.

Na negação metalinguística, o autor (1987) afirma que há uma retificação/oposição a algum enunciado previamente proferido por um outro locutor. Assim, a negação metalinguística, por se opor a um locutor, é uma ocorrência de polifonia de locutores e não de enunciadores. O autor afirma que essa negação “[...] contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe” e, portanto, “[...] o enunciado negativo responsabiliza, então, um *locutor* que enunciou seu positivo correspondente” (DUCROT, 1987, p. 203, grifo do autor). Para exemplificar essa negação, Ducrot (1987, p. 204) utiliza o seguinte enunciado:

Exemplo 16:

Pedro não parou de fumar, de fato, ele nunca fumou na sua vida.

O autor afirma que negação de que Pedro não parou de fumar só é possível por existir, previamente, um enunciado de outro locutor que diz: “Pedro parou de fumar”. Assim, a negação da segunda parte do enunciado (ele nunca fumou na sua vida), contradiz o que se afirma na primeira parte do enunciado (Pedro não parou de fumar). Portanto, nesse tipo de negação existe uma refutação de um enunciado prévio do outro locutor, o qual o locutor do enunciado negativo tenta desqualificar por apresentar um enunciador como diferente e contrário a ele.

Por fim, o semanticista afirma que a negação polêmica está “[...] destinada a opor-se a uma opinião inversa” (DUCROT, 1987, p. 203). Segundo o autor, ao enunciar “Pedro não é

inteligente”, o locutor desse enunciado assimila o enunciador E2, n-P, e opõe-se ao enunciador E1, o qual afirma que Pedro é inteligente. Dessa forma, neste tipo de negação, L assimila E2 e rechaça E1. Logo, a negação polêmica apresenta-se como uma ocorrência de polifonia de enunciadores, uma vez que o locutor toma posições diferentes diante de enunciadores colocados em cena a partir de um enunciado.

Na tentativa de tornar ainda mais didática a compreensão acerca da negação polêmica aqui discutida, observemos essa ocorrência num trecho do nosso *corpus* de investigação:

Exemplo 17:

[...]

Portanto, não há nenhuma ilegalidade, absolutamente nenhuma! Mas vamos imaginar que houvesse. Vamos imaginar ad argumentandum tantum que houvesse. Onde está o dolo da Presidente da República? Um crime de responsabilidade só se configura com má-fé. Onde está o dolo? O denunciante falou: “O dolo existe porque a Presidenta baixou os decretos”. Ora, mais de 20 de órgãos se manifestaram no sentido de que devia ser feito isso, inclusive a própria AGU, dizendo que era legal. Mais de 20 órgãos o mostraram e atestaram.

(Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, sessão 082.2.55.O, p. 30)

No exemplo 17, percebemos que no primeiro período existem duas ocorrências de negação, a primeira no trecho “não há nenhuma ilegalidade” e a segunda, “absolutamente nenhuma”. Nota-se que a segunda ocorrência de negação apenas reforça o que previamente se havia negado, ou seja, a ilegalidade. No entanto, a ocorrência de negação polêmica, foco de nosso interesse no momento, acontece na primeira parte do enunciado.

Quando o locutor afirma “não há nenhuma ilegalidade”, ele coloca em cena dois enunciadores e sobre eles assume alguns posicionamentos. Vejamos:

E1: Há ilegalidade;

E2: Não há ilegalidade.

Diante desse enunciado, L assimila E2 e rechaça E1 e, na continuidade do enunciado, confirma essa assimilação ao reforçar a negativa, inserindo, inclusive, um advérbio, somando força ao ponto de vista assumido pelo locutor a partir da negativa polêmica.

Esses são, portanto, os três tipos de negação apresentados por Ducrot dentro dos

estudos da Teoria da Polifonia. Dando continuidade, no tópico seguinte, abordaremos os estudos relativos aos operadores argumentativos, colocando em destaque os que são introdutórios de contraposição. Pretendemos, com isso, discutir alguns outros aspectos linguístico-discursivos até então não apresentados, os quais compreendemos que são relevantes para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

3.2 Operadores argumentativos ativadores de contra-argumentos

Na terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), anteriormente discutida no capítulo 2 desse estudo, começou-se a considerar que existem elementos linguísticos na língua que determinam a argumentação, introduzindo valores argumentativos no discurso. Esses elementos são os operadores argumentativos, também classificados pelos gramáticos e algumas correntes da linguística como conectores e/ou conjunções, quais sejam: *mas, porém, embora, pois, porque, todavia, no entanto, apesar de, contudo* etc..

Assim, a TAL compreende que os operadores argumentativos são constitutivos dos enunciados, uma vez que esses são responsáveis por orientar a sequência do discurso. Ou seja, a passagem do enunciado para determinada conclusão é conduzida por um operador argumentativo. Ao introduzir seu estudo acerca dos operadores argumentativos, Koch (2011) afirma, com base nos postulados da TAL, que “[...] existem enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros” (KOCH, 2011, p. 101).

Dessa forma, é importante entender que os operadores utilizados nos enunciados que proferimos constantemente no nosso dia a dia guiam nossos discursos a determinadas conclusões e orientam nossos interlocutores a certas compreensões. Assim, a partir da orientação argumentativa desses elementos da língua, nossos discursos revelam nosso engajamento ou distanciamento diante do dito.

Para compreendermos o funcionamento dos operadores no discurso, é importante entendermos dois conceitos básicos formulados por Ducrot (1981) acerca da força argumentativa no discurso, a saber: escala argumentativa e classe argumentativa. Conforme o semanticista (1981), a classe argumentativa é um conjunto de enunciados em que os argumentos levam, igualmente, a uma determinada conclusão. Sobre a escala argumentativa, Ducrot afirma que os argumentos se apresentam distintamente com força crescente no sentido de uma mesma conclusão, sendo, portanto, um argumento com maior força do que outro.

Um modelo de classe argumentativa pode ser percebido num trecho³⁵ do discurso do deputado Pauderney Avelino, DEM-AM, na discussão do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados Federais, em 2016, quando afirma que a presidente deve sofrer *impeachment* por ter adotado atitudes criminosas:

Exemplo 18:

[...]
Sua Excelência atacou e feriu a Lei Orçamentária em 2014 e 2015, atacou e feriu a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal, atacou e feriu a Constituição Federal.
(Sr. Pauderney Avelino, DEM-AM, sessão 082.2.55.O, p. 50)

O exemplo 18 é constituído de uma série de três argumentos, os quais foram organizados em sequência, permitindo a conclusão de que a presidente Dilma Rousseff cometeu crimes. Note que não há gradação entre os argumentos, mas todos eles estão organizados na sentença com o mesmo peso:

A presidente cometeu crimes (conclusão *R*)

Argumento 1: atacou e feriu a Lei Orçamentária em 2014 e 2015;

Argumento 2: atacou e feriu a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal;

Argumento 3: atacou e feriu a Constituição Federal.

Pelo fato de todos os argumentos terem o mesmo peso argumentativo que leva o locutor à conclusão *R*, essa é, portanto, uma ocorrência de *classe argumentativa*. O mesmo não ocorre no enunciado a seguir:

Exemplo 19:

E é por isso que no Brasil existem cada vez mais manifestações contra esse golpe. O povo brasileiro abriu o olho! Não são somente personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados que protestam; é a população que vai às ruas, são os movimentos sociais do campo e da cidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os trabalhadores do

³⁵ Trecho pertencente ao *corpus* de investigação da presente pesquisa.

movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas, **e até mesmo** as torcidas organizadas dos times de futebol, que não suportam mais esse processo que visa fazer com que a nossa população sofra.

(Sr. Carlos Zarattini, PT-SP, sessão 084.2.55.O, p. 91)

No trecho do exemplo 19³⁶, o deputado Carlos apresenta uma sequência de argumentos que levam o locutor a concluir que o povo brasileiro protesta contra o golpe. Esse trecho é a representação da língua em uso, e para melhor visualização da estrutura desse discurso, consideremos uma paráfrase do exemplo 19 da seguinte maneira: “O povo brasileiro protesta contra o golpe: personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; os trabalhadores do movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas; **e até mesmo** as torcidas organizadas dos times de futebol.”.

Ao considerarmos tal paráfrase, conseguimos compreender com mais facilidade a conclusão exposta e os argumentos elencados. Diferentemente do exemplo 18, no exemplo 19 o último argumento apresenta-se antecedido por um operador (“e até mesmo”) que confere um peso maior ao último argumento, em relação aos anteriores. Com isso, percebemos uma gradação nessa sequência de argumentos, sendo essa uma ocorrência de *escala argumentativa*. Consideremos, no esquema seguinte, p'''' como enunciado mais forte, seguindo a gradação até o p , argumento mais fraco:

O povo brasileiro protesta contra o golpe (conclusão R)

(arg. + forte) p'''' – as torcidas organizadas dos times de futebol (introduzido pelo conectivo “e até mesmo”)

p''' – os trabalhadores do movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas

p'' – o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

p' – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST)

p – personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados

No esquema acima, a inserção do conectivo “e até mesmo” faz com que os cinco argumentos apresentados tenham orientação argumentativa distintas, no qual p'''' apresenta-se como um argumento mais improvável do que p . Naturalmente, espera-se que protestos sejam

³⁶ Trecho pertencente ao *corpus* de investigação da presente pesquisa.

manifestados por grupos de personalidades, juristas, intelectuais e advogados, como também por grupos MTRST, MTST, sindicatos, mas não por torcidas de time de futebol. Daí, então, a justificativa do uso do conectivo, o qual confere ao último enunciado maior força argumentativa em relação aos demais.

Agora, suponhamos que a sentença do exemplo 19 tenha sido enunciada na forma de negativa, isto é, que a escala argumentativa tenha sido utilizada para a negação da conclusão, certamente, o enunciado seria o seguinte: “O povo brasileiro **não** protesta contra o golpe: as torcidas organizadas dos times de futebol **não** protestaram; **nem** os trabalhadores do movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas; **nem** o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; **nem** o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; **nem mesmo** as personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados.”. Apliquemos essa sentença negativa no esquema a seguir:

Conclusão negada: O povo brasileiro **não** protesta contra o golpe (conclusão *R*)

(arg. + forte) p'''' – personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados (introduzido pelo conectivo “nem mesmo”)

p''' – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST)

p'' – o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

p' – os trabalhadores do movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas

p – as torcidas organizadas dos times de futebol

Como apresentado no esquema anterior, ao ter sido negada a conclusão, percebemos que a força argumentativa dos argumentos se invertem. Com isso, observa-se que além da escala de gradação dos argumentos ter sido modificada, o conectivo utilizado para introduzir a sentença de maior força argumentativa também é diferente da sentença afirmativa. O operador “até mesmo” foi substituído por “nem mesmo”, na negação.

Tomando como base o entendimento sobre classe e escala argumentativa de Ducrot (1981), Koch (2011) afirma que os operadores atuam como articuladores estabelecendo diferentes tipos de relação nos textos. Assim, essas marcas linguísticas possibilitam a progressão textual, estabelecendo a coesão do texto. O encadeamento argumentativo é possibilitado pelos elementos linguísticos, os quais estão disponíveis no repertório linguístico do sujeito e são selecionados para o discurso diante da intenção particular, por um ato de linguagem.

Nessa mesma obra, Koch (2011, p. 102) organiza uma lista de sete tipos de operadores argumentativos, conforme o valor argumentativo desses dentro dos enunciados:

- Operadores que estabelecem hierarquia dos elementos numa escada de força argumentativa (mesmo, até mesmo, inclusive, ao menos, pelo menos, no mínimo etc.);
- Operadores que encadeiam expressões orientadas no mesmo sentido (e, também, nem, mas também, além de, além disso, tanto... como etc.);
- Operador marcador de excesso, ou introdutor de mais um argumento a favor de uma conclusão (ainda);
- Operadores que introduzem um argumento decisivo, apresentado como acréscimo (aliás, além do mais, no mais etc.);
- Operadores de oposição entre elementos semânticos (mas, porém, contudo, embora etc.)³⁷;
- Operadores que visam esclarecer, desenvolver enunciados anteriores (isto é, quer dizer, ou seja, em outras palavras etc.);
- Operadores que orientam em uma escala oposta: um deles orienta para a afirmação total e o outro para a negação total (pouco, um pouco, pouquíssimo, muito, bastante etc.).

Essa lista de operadores desperta-nos o interesse por detalhar um pouco mais os operadores que revelam valor argumentativo de oposição, dentro dos discursos. Tendo em vista que o nosso objetivo de investigação para a presente pesquisa é o contra-argumento, assim, é interessante compreendermos os aspectos relacionados aos operadores ativadores de refutação. Portanto, nesse momento, daremos evidências às considerações acerca dos operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias, uma vez que esse é o escopo da nossa pesquisa.

Porém, antes de analisarmos especificamente os elementos que operam no texto estabelecendo enunciados de contraposição, é relevante destacarmos a classificação dos operadores argumentativos apresentados por Silva (2015) que, por sua vez, está baseada nos estudos Ducrot (1981) e Koch (2011). Assim sendo, Silva (2015) organiza os operadores em dois grandes grupos: o grupo do tipo lógico e o do tipo discursivo/argumentativo. Pertencem ao grupo dos operadores do tipo lógicos os que estabelecem interações relacionadas ao conteúdo de duas orações. Diferentemente desses, os do tipo discursivo/argumentativo constituem relações que “[...] podem ocorrer entre as orações de um mesmo período, entre orações de períodos distintos bem como entre os parágrafos de um texto” (SILVA, 2015, p. 89).

³⁷ Sobre esses operadores, nos dedicaremos ao estudo mais detalhado mais adiante.

De forma simples e didática, Silva (2015) sumariza esses dois tipos de operadores em dois quadros, os quais apresentaremos a seguir:

Quadro 4: Operadores do tipo lógico.

Tipos de relações	Operadores do tipo lógico
Condicionalidade	se, caso, desde que
Causalidade	porque, então, assim, por isso, já que, tanto que...
Mediação	para que, a fim de, para
Disjunção	Ou
Temporalidade	quando, nem bem, mal, logo que, depois, assim que...
Conformidade	conforme, segundo, como, consoante
Modo	às pressas, melhor, mal etc.
Complementação	que, se, como
Restrição ou delimitação	sinalizada pelo pronome relativo “que”

Fonte: Silva (2015, p. 93).

Quadro 5: Operadores do tipo discursivo/argumentativo.

Tipos de relações	Operadores do tipo discursivo/argumentativo
Escala de argumentos	até, até mesmo, nem, nem mesmo, inclusive etc.
Adição de argumentos	e, também, ainda, nem (=e não), não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, a par de etc.
Conclusão	portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, consequentemente etc.
Alternativas	ou, ou então, quer... quer, seja... seja etc.
Comparação	mais que, menos que, tão... como, tão... quanto etc.
Justificativa/explicação	porque, pois, que, já que, visto que etc.
Contraposição	mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.), embora (ainda que, posto que, apesar de que etc.)
Ativam pressupostos	já, ainda, agora, deixou etc.
Relação entre escalas opostas	pouco, um pouco, quase, apenas (só, somente)
Comprovação	tanto que
Generalização/extensão	de fato, realmente, bem, aliás, mas, também etc.

Especificação/exemplificação	como, assim como (e expressões como “por exemplo”)
Contraste	mas (e outros operadores de contraposição)
Correção/definição	isto é, de fato, ou melhor, pelo contrário etc.

Fonte: Silva (2015, p. 93-94).

Na classificação apresentada por Silva (2015), os operadores responsáveis por relações de contra-argumentos fazem parte dos Quadro 05, ou seja, os operadores do tipo discursivo/argumentativo. Destacamos as relações do tipo “contraposição” e “contraste”, com a listagem dos seguintes operadores: mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.), embora (ainda que, posto que, apesar de que etc.). Esses são elementos que dentro do discurso possibilitam as relações de contra-argumentos e que, além da negação, será amplamente analisada nessa pesquisa.

Além disso, é relevante salientar que os referidos operadores são classificados pela gramática tradicional como “conjunções coordenadas adversativas”. Nesse sentido, Bechara (2006, p. 321) classifica as conjunções adversativas como aquelas que “[...] enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas” e afirma que as adversativas por excelência são *mas*, *porém*, que “acentuam a oposição”, e *senão*, “marca a incompatibilidade”.

No tocante ao aspecto sintático das conjunções adversativas, Silva (2015) afirma que a conjunção “mas” é a única que apresenta um diferencial sintático em relação às demais. Conforme o estudioso (2015), o “mas” ocupa sempre o lugar de introdutor de uma proposição e esse é um lugar fixo ocupado por essa conjunção no enunciado, diferentemente do que ocorre com as demais conjunções adversativas que “[...] podem mover-se no interior da segunda proposição, sem causar prejuízo ao entendimento do enunciado, na sua íntegra” (SILVA, 2015, p. 95). Organizamos, a seguir, um quadro com os enunciados utilizados pelo autor, ao quais servem de exemplos acerca do comportamento sintático da conjunção “mas” em comparação à conjunção “porém”, vejamos:

Exemplo 20:

Comportamento sintático conjunção “mas”	Comportamento sintático conjunção “porém”
1. Pedro comprou os presentes dos amigos, <i>mas</i> esqueceu do seu.	4. Pedro comprou os presentes dos amigos, <i>porém</i> , esqueceu-se do seu.

2. Pedro comprou os presentes dos amigos, esqueceu-se, <i>mas</i> , do seu.*	5. Pedro comprou os presentes dos amigos, esqueceu-se, <i>porém</i> , do seu.
3. Pedro comprou os presentes dos amigos. Esqueceu-se do seu, <i>mas</i> .*	6. Pedro comprou os presentes dos amigos. Esqueceu-se do seu, <i>porém</i> .

Fonte: Elaboração própria, a partir de Silva (2015).

Os enunciados apresentados na coluna da esquerda (conjunção “*mas*”) são semelhantes aos enunciados da coluna da direita (conjunção “*porém*”), todavia a diferença entre os enunciados da coluna da direita para os da esquerda é o conectivo utilizado. Nos três primeiros enunciados, com a conjunção “*mas*”, o único enunciado gramaticalmente admitido é o 1, uma vez que o 2 e 3 são considerados agramaticais, pois são inviáveis e, portanto, não aceitos pela gramática tradicional. Contudo, nos enunciados 4, 5 e 6, com a conjunção “*porém*”, não existe nenhuma sentença agramatical, uma vez que são enunciados viáveis e apresentam estruturas admitidas pela gramática tradicional.

Ainda nessa perspectiva de estudo sobre o lugar ocupado pela conjunção “*mas*”, destacamos o estudo de Neves (2013) que analisa esse elemento linguístico na arquitetura do texto e não apenas do enunciado. Ao estudar dois elementos co-ordenadores (“*e*”, aditivo, e “*mas*”, adversativo) na macroestrutura textual, a autora (2013) conclui que o “*e*” faz o texto avançar buscando acréscimo à construção textual que se encontra à direita da conjunção, no entanto, o “*mas*” comporta-se de maneira diferente. A autora afirma que diferentemente do “*e*”, a força do “*mas*” não está na mobilidade para a direita do texto,

[...] exatamente porque estabelece desvio, o *mas* exige uma certa fixação no contexto precedente, para o apoio da discriminação. Por isso mesmo ele é elemento de eleição privilegiada na abertura de caminhos novos, que ele marca como, de algum modo, divergentes ou discrepantes. Com ele se sugerem novos e diferentes temas, diferentes focos, diferentes lugares, diferentes tempos, enfim, com ele se abrem novas cenas que, deixando outras para trás – com a marca explícita da alteração –, conduzem o texto para rumos marcadamente desviantes (NEVES, 2013, p. 254).

Com isso, a autora destaca o elemento “*mas*” como aquele responsável por introduzir no texto marcas divergentes, do dizer oposto ao que fora dito anteriormente. Ao observar o “*mas*” na macroestrutura textual, Neves (2013) afirma que o lugar fixo dessa conjunção pode estar dentro do período (conforme apresentamos anteriormente no exemplo 20, a partir de Silva (2015) como também em início de parágrafos.

Quando o “mas” ocorre no início dos parágrafos, a autora (2013) afirma que acontece o efeito desviante não em relação ao enunciado anterior à direita, mas é desviante em relação a todo o bloco anterior. Vejamos o exemplo:

Exemplo 21:

[...]

Fui eu quem deu esta resposta à imprensa brasileira. Quando me perguntaram: “Vocês estão com a faca no pescoço?”, eu disse: “Não só estamos com a faca no pescoço; estamos também com a metralhadora na cabeça”. E, a partir daquele dia, quando o Partido dos Trabalhadores não concordou em salvar esse Presidente no Conselho de Ética, ele instalou o processo de *impeachment* da Presidenta da República, por vingança.

Mas é com muito orgulho que, em nome da nossa bancada, quero dizer ao povo brasileiro que serei contra esse *impeachment* porque nunca na história do Brasil — nunca na história do Brasil —, em 12 anos, existiu um Governo que fez mais, de norte a sul, de leste a oeste, para todo o povo brasileiro.

(Sr. Zé Geraldo, PT-PA, sessão 084.2.55.O, p. 41)

No exemplo 21, a conjunção “mas” está fixada no início de um parágrafo. Ao considerarmos a análise realizada por Neves (2013), levando em consideração a macroestrutura do texto, percebemos que essa conjunção introduz o distanciamento do locutor em relação ao que está apresentado no bloco anterior, ou seja, ao parágrafo anterior. Com a presença do “mas” no início do parágrafo, há a construção do desvio do que fora dito anteriormente. Ou seja, embora o processo de *impeachment* tenha sido instalado, o locutor declara-se contra esse processo.

Na Teoria Semântica, Vogt e Ducrot (1980) foram os pioneiros na investigação e análise sobre o funcionamento do operador “mas”. Nesse estudo, os autores consideraram a existência de duas estruturas de ocorrência desse operador: *masSN* e *masPA*³⁸. O “*masSN*” tem a função de retificar o que foi dito à esquerda do conectivo. Notem tais aspectos a partir do exemplo:

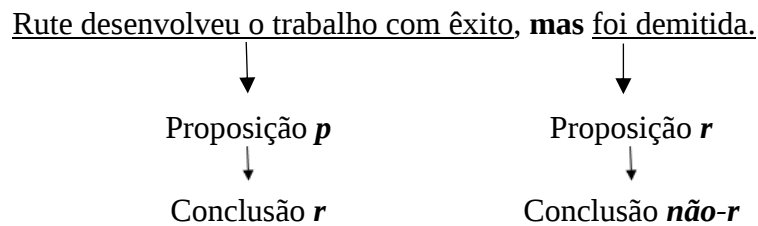
Exemplo 22:

Ela não é professora, **mas** advogada.

³⁸ Silva (2015, p. 95, grifos do autor) explica que “*masSN*” “[...] foi formado por meio do vocábulo espanhol *sino* e do alemão *sondern*” e “*masPA*” é realizada “[...] por *pero* do espanhol e *aber* do alemão”.

No exemplo 22, o “mas” introduz uma informação q (ela é advogada), substituindo a determinação anterior p' (ela é professora) que foi negada por p (ela não é professora). Pelo fato de o “mas” retificar a informação anterior, ele é compreendido pelos autores como “masSN”. Diferentemente desse, o “masPA” tem a função de introduzir uma proposição que orienta para uma conclusão oposta à conclusão previamente apresentada na primeira proposição. Vejamos o exemplo:

Exemplo 23:



A partir do exemplo acima, é possível perceber que o operador argumentativo é ativador de polifonia de enunciadores, uma vez que quatro enunciadores, ou pontos de vista, estão presentes na sentença. Dois enunciadores estão presentes na própria estrutura do enunciado e os demais enunciadores são apresentados como conclusões a partir dos enunciadores apresentados anteriormente, respectivamente:

E1: Rute desenvolveu o trabalho com êxito

E2: continua na empresa

E3: Mas foi demitida

E4: não continua na empresa

Diante da primeira proposição (E1), conclui-se que Rute permanece na empresa (E2), no entanto, com a segunda proposição (E2) percebe-se que a conclusão E1 foi negada e colocou-se em evidência outra conclusão, a de que Rute não continua na empresa (E4). Perante esses enunciadores, o locutor do enunciado assume alguns posicionamentos: o locutor aprova E1, rechaça E2 e se identifica com E3 e E4. Assim, com base nessas considerações, Vogt e Ducrot (1980) concluem que o somente o “masPA” é ativador de polifonia e, portanto, o “masSN” atua dentro da sentença apenas como um retificador da proposição anterior e não como um elemento argumentativo.

Ao estudar esses dois casos do “mas”, Silva (2010 e 2015) verifica que em estruturas com “masSN” o elemento de negação é ativador de polifonia, pois a marca linguística “não” apresenta-se como negação polêmica. Dessa forma, a negação presente na estrutura “masSN” é responsável por ativar pelo menos três enunciadores. Para melhor compreensão, retomemos o exemplo 22, no qual apresentamos a sentença “Ela não é professora, mas advogada”. Veja os enunciadores presentes nesse período:

E1: Ela é professora

E2: Ela não é professora

E3: Mas advogada

Nota-se que os enunciadores E2 e E3 são proposições da sentença, no entanto, o E1 é ativado a partir da negação presente em E2, uma vez que ele é a afirmação do que foi negado em E2. Silva (2015, p. 99) afirma que E2 “[...] é apresentado como elaborado virtualmente”, exatamente por não estar expresso na sentença, mas pode ser recuperado pela negação. Assim, diante desses enunciadores, o locutor se posiciona da seguinte maneira: aprova e se identifica com E2 e E3, mas rechaça E1.

Além disso, Silva (2015) observou, após desenvolver a investigação e análise de um *corpus* composto por 300 resumos, a existência do comportamento do locutor marcado por rechaço total e parcial em relação aos enunciadores, ocorrendo tanto em enunciados com a estrutura masSN quanto nos que apresentam a estrutura masPA. Segundo o pesquisador, ocorre rechaço total quando “[...] o locutor responsável pelo texto, e por colocar em cena os diversos enunciadores, percebe a oposição total que existe entre os enunciadores E2 e E4, nos casos com masPA, e entre E1 e E2, nos casos de masSN” (SILVA, 2015, p. 179).

Sobre o rechaço parcial do locutor em relação a E1 (masSN) ou E2 (masPA), Silva (2015) afirma que

[...] ocorre quando o locutor entende que os dois argumentos não são totalmente opostos, que há entre eles um certo tipo de complementaridade, isto é, no caso de um enunciado com uma estrutura masPA, E2 não é concebido como totalmente oposto, visto que ele se faz presente e é sustentado em E4 como algo necessário, mas não o suficiente, de forma total (SILVA, 2015, p. 179).

Vejamos um trecho do nosso *corpus* que exemplifica o rechaço parcial do locutor em relação ao enunciador E2 ativado no enunciado:

Exemplo 24:

[...]

Temos de admitir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a imagem da Câmara junto à sociedade não é desejável, *mas* nas horas decisivas, esta Casa nunca faltou ao Brasil.

(Sr. Antonio Imbassahy, sessão 084.2.55.O, p. 112)

A partir do trecho acima, podemos considerar 4 enunciadores, vejamos a seguir:

E1: a imagem da Câmara junto à sociedade não é desejável

E2: a Câmara não atende à sociedade (Brasil)

E3: mas nas horas decisivas, esta Casa nunca faltou ao Brasil

E4: a Câmara atende parcialmente à sociedade (atende apenas nas horas decisivas).

Ao observarmos o comportamento do locutor (L) diante desses enunciados apresentados, à luz dos estudos de Vogt e Ducrot (1980), admitiríamos os seguintes posicionamentos: L identifica-se com E3 e E4, assume E1 e rechaça E2. No entanto, ao observarmos o posicionamento de L com base nos estudos de Silva (2015), compreenderemos que nesse enunciado L realiza um rechaço parcial de E2, uma vez que em apenas alguns momentos a Câmara atende ao Brasil (ponto de vista E4). Dessa forma, L não poderá rechaçar totalmente E2, pois se a Câmara atende parcialmente à sociedade (atende apenas nas horas decisivas) (E4), em outros momentos ela não atende ao Brasil (E2). Isso justifica a admissão de que o rechaço de L em relação a E2 seja realizado parcialmente e não totalmente, como inicialmente haviam postulado os fundadores da Semântica Argumentativa.

Portanto, Silva (2015) conclui que os enunciados com ocorrência de *masPA* são polifônicos, uma vez que a partir deles compreendemos pelo menos 4 enunciadores. Perante esses enunciadores o locutor assume diferentes posicionamentos, podendo se identificar, assumir, rechaçar, como também rechaçar parcialmente, diferentemente do que consideram os estudos de Vogt e Ducrot, os quais não abordam o rechaço parcial.

Em relação ao *masSN*, “[...] no caso de rechaço parcial, o ponto de vista apresentado pelo enunciador E1 não é tido, totalmente, como descartado pelo locutor”, pois ele deve considerar algo, por isso não o rechaça completamente (SILVA, 2015, p. 181). No mais, o autor afirma que a presença de pelo menos 3 enunciadores, não se deve à estrutura do *masSN*, mas à negação polêmica acionada pelo elemento negativo presente no enunciado. Assim, “[...] ao

negar algo, nega-se, também, um ponto de vista apresentado anteriormente por um locutor tido como virtual” (SILVA, 2015, p. 181).

Além dessas considerações, Silva (2015) ainda salienta que a ocorrência de rechaço parcial foi identificada não apenas em estruturas construídas pelo “mas”, mas também em várias outras com operadores de contraposição (porém, todavia, contudo, entretanto, embora). Assim, o pesquisador (2015) afirma que caso os operadores de contraposição sejam usados dentro do enunciado, o rechaço parcial pode ocorrer.

A partir das considerações teóricas sobre o “mas_{SN}” e “mas_{PA}”, reconhecemos a importância dos estudos desenvolvidos por Vogt e Ducrot (1980), uma vez que a partir deles aconteceram as investigações e análises dos demais autores. No entanto, para esta pesquisa, no que diz respeito às ocorrências de “mas_{SN}” e “mas_{PA}”, adotaremos a abordagem apresentada por Silva (2010 e 2015).

Como visto no exemplo 24, nosso *corpus* de investigação revela alguns casos de enunciados com operador “mas” ativador de polifonia, cuja posição do locutor é o de assumir, identificar-se e rechaçar totalmente, ou rechaçar parcialmente pontos de vista presentes. Portanto, sem desprezar à abordagem teórica de Vogt e Ducrot (1980), mas somando a ela os estudos de Silva (2010 e 2015), desenvolveremos as análises dos casos de ocorrência do operador “mas” nesta pesquisa.

Ainda em relação aos operadores de contraposição, cabe aqui salientar que os manuais didáticos de Língua Portuguesa, baseados na Gramática Normativa (dita tradicional), apresentam uma lista canônica de unidades linguísticas ativadoras de contraposição e as classificam de conjunções coordenadas adversativas. Ao observarmos a Gramática da Língua Portuguesa, do gramático Celso Cunha (1979), e a gramática Moderna Gramática Portuguesa, do gramático Evanildo Bechara (2006), percebemos que ambos apresentam classificações semelhantes em relação às conjunções coordenadas adversativas. Os referidos gramáticos afirmam que essas conjunções são unidades linguísticas que relacionam termos ou orações com ideia de contraste/oposição. Como exemplo desse tipo de conjunções, os autores listam os seguintes termos linguísticos: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto*.

Diante dessas afirmações, é interessante perceber que os gramáticos consideram a existência de itens linguísticos conectores de sentenças/orações e esses itens possuem uma carga semântica. Contudo, na análise descrita pelos gramáticos, não há abertura para compreensão de que essas conjunções, em determinadas situações, se apresentem com aspectos semânticos diferentes do previsto na lista canônica. Em outras palavras, para a gramática normativa (GN), não há possibilidade de, por exemplo, o “mas” – conjunção adversativa –

assumir equivalência semântica de conjunção aditiva nem de o “e” – conjunção coordenada aditiva – incorporar aspecto semântico adversativo.

Todavia, para esta pesquisa, diferentemente da classificação da GN, consideraremos todas as ocorrências dos operadores conforme as características semânticas empreendidas dentro do discurso. Assim sendo, na análise desta investigação, estão descritas ocorrências de construções “e não” com sentido de “mas não”, isto é, o operador, dito, aditivo, com função semântica de operador de contraposição.

Diante de toda a discussão posta neste capítulo, devemos considerar que, segundo a Teoria da Polifonia de Ducrot, existem dois tipos de polifonia, as de locutores e de enunciadores. Nos casos de polifonia de locutores, as ocorrências de relações de contra-argumentação são percebidas apenas na negação do tipo metalinguística. Já nos casos de polifonia de enunciadores, é possível verificar relações de contraposição em ironia, na negação do tipo descritiva e polêmica, como também em enunciados com estruturas com operador *masPA* e *masSN*.

Dessa forma, nossa investigação do *corpus* dessa pesquisa será guiada pela observação das ocorrências dos elementos linguísticos apresentados anteriormente, uma vez que nosso interesse é analisar a contra-argumentação no discurso.

CAPÍTULO 4

O GÊNERO “DISCURSO POLÍTICO DE SESSÃO PARLAMENTAR”, AS NOTAS TAQUIGRÁFICAS E OS PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, realizamos um breve levantamento histórico sobre a taquigrafia e as Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados Federais e tecemos algumas considerações teóricas sobre gênero discursivo/textual. Com base nessa teorização, na segunda parte deste capítulo, classificamos o gênero “discurso político de sessão parlamentar” que será analisado no próximo capítulo e faz parte da compilação do *corpus* da pesquisa. Na terceira parte, realizamos a explicação dos procedimentos metodológicos adotados para seleção dos dados e, por fim, categorizamos os dados para o desenvolvimento da análise deste estudo.

4.1 Notas Taquigráficas: o que são e como se realizam na Câmara dos Deputados Federais do Brasil?

A taquigrafia é um tipo de escrita que foi desenvolvido para registrar a fala quase que de maneira sincrônica à sua realização. A principal função da taquigrafia (também conhecida como estenografia) é a de transcrever a fala de maneira que essa transcrição aconteça tão rapidamente quanto a realização da fala. Essa compreensão pode ser interpretada pela própria etimologia da palavra “taquigrafia”, uma vez que, de origem grega, esse vocábulo tem o significado de “escrita rápida”.

A fim de tornar o registro escrito da fala fiel ao que foi proferido, a taquigrafia é constituída de símbolos que descrevem os fonemas da língua, diferentemente do que ocorre com a língua escrita convencional que registra letras. Assim, como as línguas apresentam fonemas distintos uma das outras, cada idioma precisa desenvolver seus códigos taquigráficos próprios³⁹.

³⁹ A página da web [taquigrafiaemfoco.com.br](http://www.taquigrafiaemfoco.com.br) disponibiliza muito conhecimento sobre esse tipo de escrita e foi nesse ambiente virtual que encontramos as informações aqui descritas. Esse website foi criado por pesquisadores da taquigrafia e reúne informações detalhadas sobre a prática da taquigrafia no Brasil e no mundo. (Disponível em: <<http://www.taquigrafiaemfoco.com.br/index.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2019.)

Segundo o site taquigrafiaemfoco.com.br, a taquigrafia é uma atividade antiga, pois seu início é marcado no ano de 63 antes de Cristo. Inicialmente, a taquigrafia era conhecida como *Notae*, mais tarde, passou a ser chamada de *Notae Tironianae* (Notas Tironianas), assim classificadas por causa do nome do seu inventor, Marco Túlio Tiro, escravo e secretário de Cícero, imperador de Roma.

Desde o século I a.C., as Notas Tironianas foram bastante úteis para o registro dos discursos proferidos na região de Roma e Grécia. O site taquigrafiaemfoco.com.br afirma que as notas, no decorrer dos anos, sofreram ampliação e muitas modificações em seus símbolos e códigos, principalmente por influência da igreja cristã. Após 12 séculos de uso, houve uma decadência da utilização das Notas Tironianas até serem abandonadas por causa do grande interesse pelo sistema de taquigrafia silábica que surgiu naquela época. Dessa forma, a estenografia continuou sendo estudada e utilizada por estudantes universitários e religiosos cristãos, no entanto, com um novo método.

De acordo com o que nos informa o site acima referido, a partir do século XVI, ocorre o ressurgimento da antiga taquigrafia romana (Notas Tironianas), mas agora com uma ampla adaptação e novos sistemas taquigráficos. A partir da ampliação desses novos estudos e somados ao sistema silábico, esse novo método foi ajustado e, então, cada idioma passou a adaptar o sistema taquigráfico conforme suas necessidades. Dessa forma, do século XVII até os dias atuais, as instituições dos parlamentos e das cortes de justiça, como também algumas discussões políticas, religiosas, filosóficas e literárias, utilizam um instrumento gráfico para registrar os pronunciamentos orais.

No Brasil, tanto a Câmara dos Deputados Federais quanto o Senado Federal possuem um Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (Detaq) que é responsável por registrar e publicar todos os pronunciamentos das sessões realizadas pelos Deputados Federais e pelos Senadores da República. Dessa forma, todas as sessões da Câmara e do Senado são registradas por um grupo de taquígrafos (servidores públicos), os quais se mantêm presentes dentro do ambiente da sessão durante todo o período de reunião, ocupando um espaço próprio para eles. Esse espaço fica localizado próximo ao orador para que a fala seja plenamente audível aos taquígrafos.

Ao elaborar um estudo analisando a importância do trabalho taquigráfico dos discursos e debates na Câmara dos Deputados, Ramalho (2007, p. 27) afirma que o trabalho do taquígrafo é de grande relevância para a sociedade, uma vez que “[...] órgãos técnicos utilizam-se, algumas vezes, de procedimentos jurídicos, e as notas taquigráficas tornam-se peças importantes a serem enviadas ao Ministério Público, podendo servir como instrumento do

processo judicial”. Além disso, a estudiosa destaca a importância do trabalho taquigráfico para o registro da história do país. Nesse ponto, ratificamos a importância das notas taquigráficas e, consequentemente, do trabalho do taquígrafo, para o registro do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, cujo registro oportunizou o *corpus* da presente pesquisa.

Em paralelo à relevância da taquigrafia, tem-se a grande responsabilidade do taquígrafo concernente ao registro original do pronunciamento realizado pelo orador. Por esse motivo, os editais de seleção para a atuação no cargo de taquígrafo das casas legislativas exigem dos candidatos aspirantes formação adequada e qualificação que os tornem aptos a transcrever os discursos de forma coerente com a realidade.

Sobre o texto taquigrafado, o site da Câmara dos Deputados, no espaço destinado ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (Detaq), descreve as seguintes informações acerca do registro taquigráfico dos discursos parlamentares:

Cópias dos discursos (lidos e de improviso) proferidos nas sessões plenárias da Câmara dos Deputados são imediatamente enviadas ao Comitê de Imprensa, à Secretaria de Comunicação Social e, a pedido, em caso de urgência, a parlamentares, lideranças partidárias e órgãos da Casa.

O próprio Deputado pode fazer a revisão de seus pronunciamentos e apartes, observadas as disposições regimentais. Para isso deve comunicar sua pretensão no mesmo dia ao Departamento, que fornecerá a transcrição respectiva. Caso o discurso não seja devolvido dentro de cinco sessões, a Taquigrafia dará à publicação o texto sem revisão do orador. (Art. 98, § 2º, Regimento Interno). (BRASIL, SD).⁴⁰

Conforme exposto, percebe-se que existe uma rotina com procedimentos sequenciados desde a transcrição taquigrafada, até a publicação do texto nas Notas Taquigráficas disponibilizadas na internet. No mais, o Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação guia os registros taquigráficos a partir de instruções contidas no Manual de Procedimentos do Detaq⁴¹ para que o texto taquigrafado seja apresentado de maneira uniforme.

O referido manual contém orientações quanto à escrita e apresentação do texto transcrito, tais como o formato do nome do orador, observações padronizadas, como também orientações para registro escrito. Vejamos algumas dessas orientações:

⁴⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/diretorias/diretoria-legislativa/estrutura-1/detaq/departamento-taquigrafia>. Acesso em: 09 abr. 2020.

⁴¹ Não há publicação, nem virtual nem impressa, do Manual de Procedimentos do Detaq, mas esse é facilmente disponibilizado, em arquivo PDF, quando solicitado via e-mail <camara.service@mailmw.custhelp.com>.

Figura 4: Trecho do Manual de Procedimentos do Detaq

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Por se tratar de registro *ipsis verbis*, não deve ser introduzida no texto, por dedução lógica ou interpretação da intenção, nenhuma palavra ou expressão não proferida: **só deve ser registrado o que realmente estiver gravado, audível e inteligível.**
- A **pontuação é fundamental** para o registro do que realmente foi dito. Em caso de **interrupção** da frase, por exemplo, devem ser usadas **reticências** em vez de vírgula.
- **Gírias, palavras ofensivas** ou de **baixo calão** devem ser registradas **como proferidas**. A chefia do setor responsável pela distribuição do trabalho, contudo, precisa ser comunicada de que palavras ofensivas foram utilizadas. Assim ela poderá entrar em contato com a Secretaria da Comissão, se for preciso.

❖ **Nota ao Taquígrafo:** Reouvir a gravação e reler as notas taquigráficas, para correção de erros que por acaso tenham ocorrido.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

(Casos em que deve haver correção)

- Não usar “num” como variante (sinônimo) de “não”.
- Restaurar, para a forma plena, as **formas verbais abreviadas**, particularmente comuns no emprego do verbo “**estar**”:

Ex.: tô > estou; tava > estava; tamo(s) > estamos; tá > está.

Obs.: Admite-se “**tá**” apenas para “**está bem**”, “**aceito**”, “**concordo**”, conforme o *Dicionário Aurélio*.

(Casos em que não deve haver correção)

- Não omitir os pronomes pessoais (“eu”, “nós”, etc.).
- Não substituir o pronome pessoal “tu” por “você”, mantendo, se for o caso, até mesmo o erro de concordância (“tu vai”, “tu está”, “tu faz”, etc.).
- Não substituir “senhor” por “V.Exa.”.
- Não substituir “a gente” por “nós”.
- Não substituir “99” por “1999”.
- Não substituir “tem” por “há”.

*** Nota sobre o registro de gaguejos**

Gaguejos e hesitações próprios da oralidade (é... é...; né... né...; do... da..., etc.) podem ser ignorados. **São registrados somente aqueles que indiquem claramente nervosismo** do depoente ao responder à pergunta.

Fonte: Manual de Procedimentos do Detaq (BRASIL, SD, p. 88).

A partir do texto do Manual, percebemos que existe uma preocupação do Detaq para manter a originalidade do texto oral, no entanto, algumas das interferências exigidas para a transcrição altera, embora de maneira sutil, o texto original. Sobre essa questão, a pesquisadora Oliveira (2016), em sua tese de doutorado, analisou a retextualização dos pronunciamentos dos Deputados Federais e organizou uma lista de orientações contidas nesse Manual de Procedimentos que padroniza a escrita das Notas Taquigráficas, mas que, de forma discreta, modifica o pronunciamento real do orador. Diante das muitas orientações contidas no Manual,

a pesquisadora (2016) afirma que os pontos listados a seguir são os que, com mais evidência, interferem no texto original:

- obediência às normas gramaticais;
- termos e expressões antirregimentais devem ser eliminados pelos supervisores, com a devida autorização;
- não devem ser registradas ocorrências de gaguejos em geral, como, por exemplo: “tá”, “tô”, “é...”, “é, é, é...”, “de, de, de...”, “né...”, “né..., né..., né...” etc.
- verbos: nos depoimentos não devem ser registradas abreviações ou más pronúncias dos verbos “estar”, “ser” e outros, que normalmente devem ser corrigidas.

Não é de interesse desta nossa pesquisa, discutir o processo de retextualização, do oral para o escrito, dos pronunciamentos dos Deputados Federais, por esse motivo, não avançaremos na discussão de comparação entre o texto oral e o texto taquigrafado. No entanto, acreditamos que é importante compreender como ocorre esse processo, uma vez que, no próximo tópico, discutiremos sobre o gênero textual/discursivo relacionado às Notas Taquigráficas, para tanto, é necessário conhecer o processo de formação do texto contido nas Notas.

4.2 Teorização do gênero

Antes de discutirmos acerca dos gêneros das Notas Taquigráficas, é importante dedicarmos-nos à compreensão teórica sobre gêneros textuais/discursivos. Ao discutir sobre esse conteúdo, Bakhtin (2010) afirma que os gêneros discursivos são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados em cada esfera social de utilização da língua. Alguns gêneros possuem características estruturais que facilmente sinalizam a espécie de texto que são e, por essa razão, tendemos a reconhecer os gêneros por essas características. Entretanto, para Bakhtin (2010), são três os critérios que devem ser observados para definir e identificar gêneros discursivos – *conteúdo temático*, *estilo* e *construção composicional* –, ou seja, o gênero não pode ser reconhecido apenas por suas características estruturais e tais critérios refletem as condições específicas e a finalidade de cada uma das esferas de atividade humana.

De acordo com Bakhtin (2010, p. 281), o *conteúdo temático* está relacionado à “[...] exauribilidade do objeto e do sentido [...]”, ou seja, o assunto que será abordado em determinado gênero. O assunto não deve ser aplicado a todo e qualquer gênero. Cada gênero, por si mesmo, já determina teoricamente o assunto e conteúdo.

Dessa maneira, o assunto, objeto do discurso/conteúdo que será aplicado a um gênero pode sofrer um tratamento adaptativo ou não, ou seja, poderá ser moldado ou não, isso será determinado pela necessidade da esfera comunicativa ou pela intenção, o querer dizer do locutor. O tema/assunto/objeto “[...] ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certas situações do problema, em um dado material, em determinados objetivos colocados pelo autor, isto é, já no âmbito de uma ideia definida pelo autor” (BAKHTIN, 2010, p. 281).

O segundo critério apresentado por Bakhtin é o *estilo verbal*, o que ele afirma ser o “[...] projeto de discurso ou vontade do falante”. Considera-se, nesse critério, a escolha do léxico, os critérios gramaticais, a linguagem utilizada, a maneira de dizer em conformidade com o querer-dizer do locutor, ou seja, a entonação expressiva.

Quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra, *lexicográfica*. Costumamos tirá-las de *outros enunciados* e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo; conseqüentemente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero. O gênero do discurso não é uma forma da língua mas uma forma típica do enunciado; como tal forma, o gênero inclui certa expressão típica a ele inerente (BAKHTIN, 2010, p. 292, *destaques do autor*).

Assim sendo, o estilo verbal será comum a determinada esfera discursiva. Costa (2009, p. 18) afirma que esse é o critério referente às configurações específicas das unidades de linguagem e estão relacionadas aos “[...] traços da posição enunciativa do locutor e os conjuntos de sequência textuais e de tipos discursivos que constituem a estrutura genérica”.

Nesse ponto, é importante compreendermos que o estilo não se reduz ao locutor ou apenas ao gênero. Na realização do enunciado estão fixadas marcas do estilo individual do sujeito locutor, no entanto, conforme Bakhtin (2010), ao agir discursivamente, o sujeito se instrumentaliza de determinado gênero, entendendo existir uma orientação estável desse gênero. Com isso, o padrão específico do gênero deve ser obedecido, embora o estilo individual varie em função do sujeito que enuncia. Dessa feita, para esta pesquisa, não é de nosso interesse os aspectos relativos ao estilo individual marcado nos textos aqui investigados, mas sim às peculiaridades linguísticas imbricadas no gênero, isto é, o estilo em termo genérico e não em termo individual.

O terceiro e último critério bakhtiniano para o reconhecimento dos gêneros é a *construção composicional*, sobre a qual o autor (2010) afirma estarem relacionadas às *formas típicas composicionais e de gênero do acabamento*. Segundo o estudioso, essas são formas

estáveis, padronizadas socialmente, a fim de legitimarem os enunciados. “Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*” (BAKHTIN, 2010, p. 282, *destaques do autor*).

Nessa mesma linha de interpretação, Marcuschi (2008, p. 154) afirma que “[...] toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero”. Assim, o referido autor conceitua gênero como sendo os

[...] textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Ainda nessa discussão, o estudioso alude que os gêneros nunca podem ser tratados independentemente da sua realidade social e da relação com as atividades humanas. Levando em consideração que a sociedade e a cultura são susceptíveis às transformações através dos tempos, o mesmo também acontece com os gêneros textuais/discursivos.

Outra discussão apresentada por Marcuschi (2008) diz respeito ao *suporte dos gêneros*, também classificados de *portadores de gêneros*. O autor afirma que suporte de um gênero é “[...] um *lócus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 174). Ele é a superfície física de formato específico em que o texto é depositado e fixado.

Ainda conforme o autor, o suporte é imprescindível para que o gênero circule na sociedade, uma vez que todo gênero exige um suporte próprio para se realizar socialmente. É a partir desse entendimento que Marcuschi (2008, p. 175) afirma existirem três aspectos relacionados ao suporte: é um lugar (físico ou virtual); tem um formato específico; e serve para fixar e mostrar o texto.

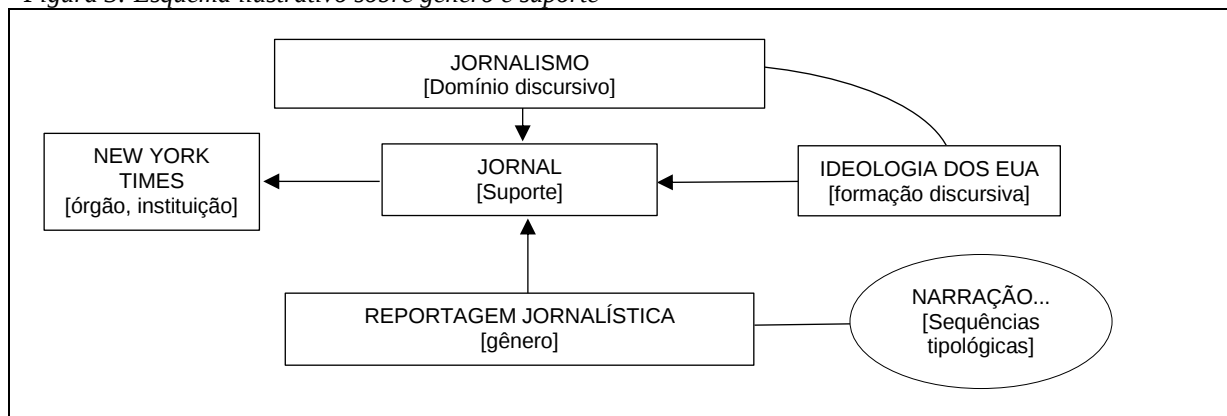
Em relação ao primeiro aspecto, o autor explica que o suporte tem um lugar físico porque deve ser algo real, mesmo que seja esse um espaço virtual (representado pela internet). Além disso, sobre o segundo aspecto, Marcuschi (2008, p. 175) afirma que os suportes não são informes nem uniformes, mas o suporte “[...] foi comunicativamente produzido para portar textos e não é um portador eventual”. Acerca do terceiro aspecto, o autor afirma que fixar textos é a função básica do suporte, pois, com isso, o texto torna-se acessível para sua realização social.

De maneira resumida, Marcuschi (2008) explica a diferença de gênero e suporte, afirmando que todos os textos realizam-se em algum gênero e

[...] todos os gêneros comportam uma ou mais sequências tipológicas e são produzidos em algum domínio discursivo que, por sua vez, se acha dentro de uma formação discursiva, sendo que os textos sempre se fixam em algum suporte pelo qual atingem a sociedade (MARCUSCHI, 2008, p. 176).

Como exemplo dessa explicação apresentada acima, o autor elaborou o esquema a seguir:

Figura 3: Esquema ilustrativo sobre gênero e suporte



Fonte: Marcuschi (2008, p. 177).

No esquema acima (Figura 3), Marcuschi (2008) localiza no centro o suporte “jornal” e ao redor, todas as interligações a ele relacionadas, ou seja, o domínio discursivo, formação discursiva, gêneros – sequência tipológica e órgão/instituições. Para nosso estudo, não discutiremos nem consideraremos o conceito e classificação acerca da formação discursiva e sequência tipológica, uma vez que esses não são objetos de investigação do campo da Semântica Argumentativa, mas pertencem, especialmente, aos estudos de outras teorias linguística, como, por exemplo, Análise do Discurso e Linguística Textual. No entanto, nos deteremos às demais classificações, pois elas atendem à proposta teórica adotada nessa investigação, quais sejam: domínio discursivo; suporte; gênero; e órgão/instituição.

Sobre o domínio discursivo, Marcuschi (2008, p. 155), baseado nos estudos bakhtinianos, afirma que esse está mais para uma esfera da atividade humana, do que “um princípio de classificação de textos”. Segundo o estudioso (2008), o domínio discursivo dá origem a vários gêneros, uma vez que indica instâncias discursivas. Como exemplos de domínio discursivo apresentam-se o discurso jurídico, discurso religioso, discurso jornalístico, discurso político etc.

Além disso, Marcuschi (2008) afirma que alguns suportes foram elaborados com a função de portarem ou fixarem textos, esses o autor classifica de *suportes convencionais*. Como exemplo desse tipo de suporte, o autor (2008) apresenta a seguinte listagem: jornais; livro;

revista; rádio; quadro de avisos; folder; faixas; entre outros. No entanto, existe outro tipo de suporte, classificado pelo autor (2008) de *suportes incidentais*. Esses ocorrem ocasionalmente ou eventualmente para a realização única, sem recorrência, ou seja, sem atividade comunicativa regular. Como exemplos de suportes incidentais Marcuschi (2008) cita: embalagem; para-choques e para-lamas de caminhão; paradas de ônibus; entre outros.

Apresentadas as considerações bakhtinianas sobre gênero, e marcuschianas acerca da diferenciação entre gênero e suporte, podemos, então, considerar que as Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados Federais não são gênero textual/discursivo, mas devem ser considerados suporte. Ao observar as características das Notas Taquigráficas da Câmara, é possível perceber os três aspectos classificatórios de suporte, de acordo com as considerações de Marcuschi (2008), apresentadas anteriormente. Assim, as Notas são um lugar virtual, possuidor de um formato específico, que serve para fixar e mostrar o texto transcrito das sessões ocorridas na Câmara de Deputados Federais.

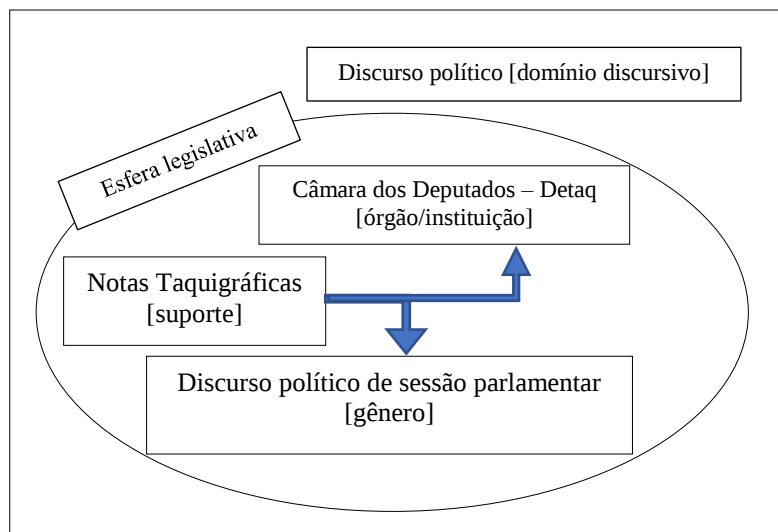
Nesse viés, afirmamos que as Notas Taquigráficas da Câmara são um suporte do tipo convencional, pois foi elaborado para cumprir a função de fixar o texto retextualizado das sessões da casa legislativa federal. Em específico, as Notas Taquigráficas que compõem o *corpus* desta pesquisa fixam textos retextualizados de sessões do tipo deliberativa extraordinárias da Câmara dos Deputados Federais. As sessões desse tipo são realizadas fora do dia ou horário das plenárias ordinárias (comuns) e nelas se apreciam matérias pautadas especificamente para cada sessão. No caso das sessões do nosso *corpus*, a matéria em pauta é a discussão sobre a denúncia contra a Presidente da República Dilma Vana Rousseff por crime de responsabilidade.

Em relação aos textos analisados no nosso *corpus*, podemos afirmar que esses são retextualizações das sessões da Câmara dos Deputados e, por assim serem, estão inseridos dentro do domínio discurso político. Para a presente pesquisa, devemos diferenciar o domínio discursivo político do gênero “discurso político de sessão parlamentar”. O domínio discurso político engloba diversos gêneros, quais sejam: “debate”, “comício”, “pronunciamento”, “discurso de campanha eleitoral”, “discurso solene de posse”, “discurso de inauguração de obras”, “propaganda eleitoral”, “discurso político de sessão parlamentar” etc.

O discurso político que se apresenta no sentido amplo, *lato sensu*, nesta tese, está sempre dito em referência ao domínio discursivo, e, no sentido restrito, *stricto sensu*, está compreendido como o gênero “discurso político de sessão parlamentar”, cujos locutores são os Deputados Federais. Esse gênero está fixado no suporte “Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados” e encontra-se inserido no domínio discurso político, reiteramos.

Na tentativa de didatizar essa classificação, vejamos o esquema a seguir elaborado a partir da Figura 4, adaptada de Marcuschi (2008):

Figura 4: Esquema ilustrativo sobre o gênero “discurso político de sessão parlamentar”



Fonte: Elaboração própria, a partir de Marcuschi (2008).

Para compreendermos as peculiaridades do gênero apresentado no esquema acima, é importante observarmos as três características constitutivas dos gêneros, conforme Bakhtin (2010), ou seja, a estrutura composicional, conteúdo temático e estilo verbal.

No tocante à estrutura composicional, todos os textos taquigrafados da Câmara dos Deputados possuem basicamente a mesma estrutura: capa, com as informações sobre a sessão transcrita; folha de rosto; e texto escrito organizado em parágrafos, geralmente iniciado pela fala do Sr. Presidente da sessão, seguida das falas dos discursantes, os Deputados Federais. Todavia, o gênero “discurso político de sessão parlamentar” pertence ao contexto político e, sobre esses textos, a Retórica Clássica de Aristóteles tece algumas considerações que julgamos serem relevantes para nossa discussão.

Como vimos no segundo capítulo desta tese, Aristóteles (2007) considera que os gêneros oratórios são divididos em três: judiciário, deliberativo (ou político) e epidíctico. O filósofo (2007) descreve esses três gêneros com foco no auditório que deseja atingir, ou seja, o público que pretende persuadir. No entanto, aqui não consideraremos essa abordagem, mas nosso interesse repousa nas considerações acerca da estrutura do gênero “discurso político de sessão parlamentar”.

Em termos de composição estrutural desse gênero, Aristóteles (2007) afirma que o discurso deliberativo/político é dividido em 4 (quatro) partes, são elas: o exórdio; a narração;

as provas; e a peroração. Para o estudioso (2007), o exórdio é a parte introdutória do discurso, é o momento em que se expõe brevemente o que vai ser tratado no discurso e o que o locutor vai tentar provar. Segundo Aristóteles (2007), o discurso deliberativo quase não precisa de exórdio, pois o auditório já tem conhecimento prévio sobre o conteúdo que será abordado no discurso.

Seguida do exórdio, apresenta-se a narração. Reboul (2004, p. 54), ao expor as partes do discurso deliberativo de acordo com Aristóteles, afirma que “a narração é a exposição dos fatos referentes à causa, exposição aparentemente objetiva, mas sempre orientada segundo as necessidades da acusação ou da defesa”. Para Aristóteles (2007), pelo fato de o discurso político tratar do futuro, a narração não é uma parte importante, uma vez que, nessa parte, pretende-se, tão somente, expor fatos já previamente indicado no exórdio.

Diferentemente da narração, a parte das provas, no discurso deliberativo/político, deve ser a mais longa, pois, nela, desenvolve-se a argumentação. É nessa fase que se encontram os posicionamentos capazes de conquistar o auditório, demonstrando, detalhadamente, a causa defendida e as justificativas, as quais produzem adesão do público às ideias. Logo em seguida, tem-se a peroração, que é compreendida como a parte “que se põe no fim do discurso” (REBOUL, 2004, p. 59). Essa última parte deve ser elaborada para complementar todas as demais partes do discurso, sem deixar dúvidas no auditório.

Nos discursos dos Deputados Federais, os quais são objeto de nossa investigação nesta pesquisa, percebemos todas essas quatro partes composicionais, conforme apresentação de Aristóteles (2007), vejamos o exemplo a seguir:

Exemplo 25:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 082.2.55.O

Hora: 9h0

Fase: OD

Data: 15/04/2016

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, estamos iniciando um processo de debate importante. O Brasil, há alguns dias ou meses, aguarda o desfecho desse momento aqui instalado. Este e os próximos 2 dias serão de debates duros, incisivos. Um muro foi construído na frente do Congresso Nacional. Sabemos que esta Casa vai ter a responsabilidade de desfazê-lo a partir de segunda-feira.

A posição que estamos tendo hoje, de enfrentamento e de resistência, é uma posição difícil, mas ela nos orgulha, porque eu, Deputado Weverton Rocha, os Deputados da bancada do PDT e os Deputados que defendem a democracia e a Constituição Federal sabemos da responsabilidade e do papel que estamos cumprindo nesta quadra do País. Aqui nós vamos ter vários momentos para expor as nossas ideias. Vamos ter vários momentos para colocá-las de forma clara.

Uma coisa é certa, Srs. Deputados: nós sabemos a importância do que significa este debate que estamos fazendo agora. O PDT está convencido: o cidadão de bem deste Brasil sabe que a solução para a crise econômica deste País não é destituir um Presidente eleito de forma democrática pelo voto.

Nós sabemos que todos os desgastes e impopularidades que um Governo possa ter precisam ser resolvidos dentro das suas ações governamentais, mas isso jamais nos autoriza a arrancar de forma bruta o mandato popular dado pelo povo brasileiro. Não! Aqui, dentro dessa luta resistente que nós estamos fazendo, eu tenho certeza de que nós iremos sair vitoriosos no domingo.

É uma luta árdua, porque não é fácil abrir um jornal e ver, por exemplo, a manifestação de instituições que representam o empresariado, que simplesmente representam os segmentos, e que foram, ao longo desses anos, as mais beneficiadas por este País. Quando nós ouvimos o grande empresário, quando nós ouvimos a grande mídia dizer que o caminho é por lá, é neste momento que nós temos que lembrar que o nosso caminho, com certeza, é do outro lado, porque eu não acredito que esses grandes bancos, que ganham milhões e milhões do povo brasileiro, vão dizer qual é o melhor caminho para o País. Claro que não!

Nós vamos ter que, neste momento, segurar firme para barrar este pedido de *impeachment* nesta Casa. Serão quase 200 bravos brasileiros - independentemente de partido -, muitos deles com críticas reais a este Governo que está aqui, mas sabendo que a crítica é uma questão e que o golpe é outra questão. E essa postura de se tirar o Governo da maneira que se quer tirar nós não iremos aceitar; nós não vamos permitir que isso seja feito.

Portanto, vamos iniciar este dia, e permaneceremos ao longo da madrugada, levando as nossas ideias, levando as histórias deste País e dizendo que domingo estaremos preparados para dizer "não" ao *impeachment*.

EXÓRDIO

NARRAÇÃO
E PROVAS

PERORAÇÃO

Fonte: Detaq, sessão 082.2.55.O, 15/04/2016, p. 44.

O texto apresentado anteriormente é o discurso do Deputado Federal Weverton Rocha (PDT-MA) o qual, embora seja um discurso curto, apresenta as quatro partes, conforme destacamos na lateral direita do texto discurso. Na primeira parte do discurso, vemos o exórdio, no qual o orador brevemente situa o público sobre o assunto sem muitos detalhes, uma vez que o auditório conhece a causa e motivo da realização o pronunciamento. Logo em seguida, o orador desenvolve a narração interligando-a às provas de defesa contra o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

Na parte final, exatamente no último parágrafo, encontra-se a peroração do discurso do Deputado Weverton. Na peroração, percebemos um desfecho que marca o posicionamento do orador diante do que fora apresentado no meio do discurso, ou seja, na apresentação das provas. Assim, com base na descrição dessas quatro partes do discurso deliberativo/político, segundo

Aristóteles (2007), compreendemos, portanto, a estrutura composicional do gênero “discurso político de sessão parlamentar”, no caso específico, constituído por textos proferidos por Deputados Federais.

Ainda sobre os critérios de constituição dos gêneros discursivos, conforme Bakhtin (2010), além da estrutura composicional, observa-se o conteúdo temático. Esse é o aspecto que mais diferencia o gênero “discurso político de sessão parlamentar” dos demais gêneros da taquigrafia da esfera legislativa.

Como dito anteriormente, nós compreendemos as Notas Taquigráficas como o suporte que fixa os gêneros da taquigrafia. No campo político, na esfera legislativa, o gênero do texto taquigrafado passa a ser diversificado, dependendo do tipo da sessão realizada. Isso ocorre porque o tipo da sessão direciona o formato da plenária e, além disso, determinados conteúdos só podem ser executados em sessões do tipo determinado.

No caso dos textos do nosso *corpus* (pertencentes ao gênero “discurso político de sessão parlamentar”) o conteúdo é *denúncia de crime*, e isso faz com que essas sessões sejam diferentes das sessões cujo conteúdo é de *leitura de ata*, ou de *debate sobre queimadas na Amazônia*, por exemplo. Dizendo de outra maneira, o tipo da sessão e, portanto, o formato da plenária, depende do conteúdo temático que será conduzido na ocasião. Nesse caso, o conteúdo temático do nosso gênero estudado é a discussão dos Deputados Federais sobre a denúncia de crime praticado pela Presidente da República Dilma Rousseff.

Diante disso, não podemos afirmar que o conteúdo temático é o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, uma vez que o *impeachment* ainda não havia ocorrido na data da publicação das Notas Taquigráficas que quais analisamos nessa pesquisa, como também não se trata de *debate* (esse apresenta uma estrutura composicional diferente da estrutura de *discussão*). A discussão sobre a denúncia de crime praticado pelo(a) Presidente da República acontece em sessões do tipo deliberativa extraordinária na Câmara dos Deputados, antes de ser levada à votação. Uma vez aprovada, após discussão e votação na Câmara dos Deputados, essa denúncia avança para o Senado Federal, o qual seguirá alguns protocolos e, assim, dá-se continuidade ao processo até que, por fim, seja legitimado o impedimento de mandato do(a) Presidente do Executivo Federal (popularmente classificado de *impeachment*).

Portanto, nesta tese, quando nos referimos ao gênero “discurso político de sessão parlamentar”, estamos apontando para os textos retextualizados (que seguem as normas dos estudos taquigráficos) dos discursos dos Deputados Federais que se pronunciaram sobre a denúncia contra o/a Presidente da República, especificamente, contra a presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016. Ou seja, o *corpus* de investigação desta pesquisa está inserido no

domínio do discurso político e classifica-se como gênero “discurso político de sessão parlamentar”, um no sentido *lato sensu*, e o outro no sentido *stricto sensu*, respectivamente.

Sobre o estilo verbal, Bakhtin (2010) afirma que essa é uma característica que está relacionada aos recursos da língua selecionados pelo produtor do texto. Sobre a construção da linguagem do gênero “discurso político de sessão parlamentar” proferido pelos Deputados Federais, o Departamento de Taquigrafia Revisão e Redação orienta e monitora toda a escrita taquigrafada, a fim de que os textos publicados obedeçam à norma padrão da Língua Portuguesa, mas sem perder a originalidade do texto proferido oralmente (ver Figura 2, apresentada no tópico anterior). Além da questão relativa ao registro do texto, no que concerne à formulação do texto por parte do orador, o gênero apresenta caráter de formalidade da linguagem, característica essa esperada em um discurso proferido por um legislador federal. Assim sendo, a coloquialidade da linguagem não é recorrente nesse gênero, embora perceba-se algumas marcas de informalidade própria da oralidade.

Além disso, dada a circunstância de discussão sobre o impedimento do mandato do presidente da República - um evento histórico no país - espera-se que os discursos sejam compreensíveis, subjetivos e concisos: compreensíveis, porque o deputado profere seu discurso como porta voz dos que o elegeram para o cargo, ou seja, a linguagem deve ser representativa, ao ponto de gerar identificação do seu público; subjetivos, porque são discursos nos quais o parlamentar deve expressar nitidamente seu posicionamento perante o assunto em pauta (admissibilidade – ou não – do processo de *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff); por fim, devem ser concisos, uma vez que, na tribuna, poderão discursar mais de 500 Deputados Federais, cada um com um tempo limitado para expressar seu pronunciamento.

Tendo em vista tais características, compreende-se que os mecanismos linguísticos utilizados nos discursos revelaram posicionamentos de engajamento do locutor em relação à aprovação ou reprovação do processo de *impeachment* que será votado logo após o encerramento dos discursos. Nitidamente, os parlamentares utilizam expressões com alto teor de subjetividade a exemplo de “eu defendo que”, “acredito que”, “meu posicionamento é favorável”, “meu posicionamento é contrário”, e essas sentenças corroboram a argumentação defendida pelos locutores responsáveis pelo discurso.

Todavia, ainda que os discursos revelem claramente o posicionamento do locutor sobre o assunto discutido, algumas marcas linguísticas revelam contraposições, ou seja, rechaços de certos pontos de vistas que, em algumas situações, não se encontra em evidência no discurso. Dessa feita, afirmamos que o estilo verbal é o nosso principal foco de interesse, pois a partir da

observação, descrição e análise dos fenômenos linguísticos, ativadores de contraposição, nós desenvolvemos a presente pesquisa.

No tópico seguinte, descrevemos as etapas metodológicas norteadoras da pesquisa desta tese.

4.3 Apresentação metodológica

A partir da exposição teórica fundamentadora da nossa pesquisa, amplamente discutida nos capítulos 2 e 3, apoiamo-nos na afirmação de que a língua é intrinsecamente argumentativa. Além disso, consideramos que não só a língua é argumentativa, mas o uso que fazemos da língua também é argumentativo.

Espíndola (2003), ao revisar a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), de Ducrot e colaboradores (1987; 1988; 1994) faz um adendo à TAL e afirma:

Filiamo-nos à tese de Anscombre-Ducrot para quem a língua é fundamentalmente argumentativa, fazendo um adendo a essa tese: o uso também é argumentativo. Dessa forma reescrevemos a tese original de Asncombre e Ducrot: a língua e o seu uso são fundamentalmente argumentativos (ESPÍNDOLA, 2003, p.1).

Segundo a autora, cada gênero discursivo possui funcionamento discursivo específico, com isso, o uso torna-se argumentativo, uma vez que as especificidades dos gêneros fazem variar a argumentação de um gênero para outro. “A estrutura argumentativa varia de gênero para gênero, sendo, na maioria das vezes, marcada linguisticamente, porém apontando, também, para a recuperação de informações contextuais” (ESPÍNDOLA, 2003, p.1).

Nessa perspectiva, a estudiosa (2003) considera que, ao fazermos uso de determinado gênero discursivo, temos algumas pretensões argumentativas e essas pretensões estão marcadas linguisticamente. Por meio da descrição dessas marcas linguísticas, torna-se possível perceber as estruturas argumentativas de alguns gêneros discursivos.

Dessa forma, a argumentatividade não se encontra apenas no plano estrutural de um texto, mas também no uso que fazemos dele. É, portanto, nessa perspectiva que desenvolvemos nossa investigação, analisando a estratégia argumentativa de contraposição presente no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, em textos proferidos por Deputados Federais, considerando que tanto a língua quanto o seu uso são intrinsecamente argumentativos.

Como dito anteriormente, o gênero em questão pertence à esfera legislativa e isso exige maior grau de formalidade na apresentação do discurso. Por se tratar de uma discussão de uma

acusação de crime, na qual discursam apoiadores e opositores do(a) acusado(a) (no caso do nosso *corpus*, a então presidente da República Dilma Rousseff), naturalmente, espera-se alto grau de subjetividade discursiva. Além disso, também é esperado o confrontamento de posicionamentos entre os que acusam e defendem a acusada do crime.

Levando em consideração os fatores anteriormente apresentados, a nossa hipótese para esta investigação é a de que a contra-argumentação no gênero “discurso político de sessão parlamentar” manifesta-se de maneira polifônica, por meio da negação e de operadores de contraposição, e essas construções polifônicas possibilitam diferentes comportamentos semântico-argumentativos do locutor em relação aos enunciados postos em cena.

Nesse viés, constitui objetivo principal desta pesquisa: investigar fenômenos semântico-argumentativos que cooperam para a construção da contra-argumentação registrados nas notas taquigráficas dos discursos dos Deputados Federais nas sessões de pronunciamentos sobre a acusação de crime praticado pela presidente Dilma Rousseff, a fim de compreender os efeitos de sentido resultantes do comportamento do locutor diante dos enunciados produzidos.

Como objetivos específicos, temos:

- a) Identificar e mapear as ocorrências de contra-argumentação no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, em textos proferidos por Deputados Federais;
- b) Descrever e analisar as ocorrências semântico-argumentativas de contra-argumentação mais recorrentes no *corpus*;
- c) Verificar os efeitos de sentido gerados a partir das ocorrências de contra-argumentação mais recorrentes nos pronunciamentos dos Deputados Federais nas sessões de discussão sobre crime;
- d) Analisar os posicionamentos enunciativos dos locutores responsáveis pelos discursos nos enunciados de contra-argumentação catalogados no *corpus*.

Diante dessas considerações, esta pesquisa é do tipo descritiva e intepretativista, uma vez que descreveremos os fenômenos linguísticos que marcam a contraposição e observamos o funcionamento desses fenômenos no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, em textos proferidos por Deputados Federais.

O aspecto metodológico adotado é o de base quanti-qualitativo, sendo quantitativa pelo fato de a seleção dos dados para descrição ser motivada pela sondagem de recorrências dos elementos de contraposição presentes no *corpus*, e qualitativa, porque, após a identificação e descrição dos fenômenos polifônicos ativadores de contraposição, desenvolvemos análises para compreendermos o funcionamento linguístico e semântico-argumentativo das ocorrências identificadas no *corpus* investigado (MOTTIN, 2011).

Diante dos vários discursos dos Deputados Federais, delimitamos nosso *corpus* selecionando os textos taquigrafados das sessões de discussão dos Deputados Federais sobre denúncia contra a Presidente da República Dilma Rousseff. Para tanto, coletamos, no site da Câmara dos Deputados Federais⁴², as Notas Taquigráficas das sessões da Câmara que registraram as discussões sobre a denúncia contra a presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. No total, são 10 (dez) sessões, sendo a primeira registrada no dia 15 de abril de 2016 e a última, no dia 17 de abril de 2016. Em relação à última sessão, informamos que faz parte da nossa investigação o texto registrado até a página 116 (cento e dezesseis), uma vez que, a partir da página 117 (cento e dezessete), inicia-se outro gênero discursivo/textual (votação do Parecer da Comissão Especial sobre a denúncia contra a Presidente da República), que não será contemplado nesta pesquisa.

Nas Notas Taquigráficas das referidas sessões, além dos discursos dos parlamentares, encontram-se registradas falas do presidente da Câmara e discursos dos juristas da defesa e da acusação. Ressaltamos que foram observados, para análise, apenas os discursos dos parlamentares, uma vez que nosso foco de pesquisa consistiu na identificação da contraposição no campo político, como explicado anteriormente.

A Casa Legislativa Federal, à época dos registros das notas que compõem o nosso *corpus* (ano de 2016), contava com o total de 513 (quinhentos e treze) deputados, no entanto, nem todos os parlamentares discursaram sobre a acusação contra a presidente da República. Todavia, alguns deputados apresentam mais de um discurso e isso ocorre pelo fato de alguns parlamentares terem discursado como representantes do partido que estavam filiados naquele momento e, ainda, em momento distinto, discursaram apresentando suas considerações particulares.

Diante desse total de sessões, realizamos um mapeamento dos discursos com posicionamentos contra e a favor da abertura do processo de impedimento do mandato da então presidente da República, Dilma Rousseff. Para melhor visualização, organizamos esses dados na Tabela a seguir:

⁴² (Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 21 out. 2020)

Tabela 1: Quantidade de discursos favoráveis e contrários ao impeachment

	Sessões	Contra o processo de impedimento	A favor do processo de impedimento	Total de discursos	Nº de páginas
1.	082.2.55.O	12	21	33	159
2.	083.2.55.O	7	34	41	162
3.	084.2.55.O	3	37	40	161
4.	085.2.55.O	10	29	39	144
5.	086.2.55.O	9	22	31	149
6.	087.2.55.O	9	25	34	150
7.	088.2.55.O	9	14	23	127
8.	089.2.55.O	33	46	79	168
9.	090.2.55.O	23	62	85	124
10.	091.2.55.O	12	21	33	117
					(essa sessão possui o total de 331 páginas)
	Total	127	311	438	1461

Fonte: Elaboração própria, a partir de observação do *corpus* (2020).

Na Tabela anterior, estão descritas a quantidade de discursos que manifestaram posicionamentos contra a abertura do processo de *impeachment*, a quantidade dos discursos com posicionamentos a favor, o total de pronunciamentos em cada uma das 10 sessões e a quantidade de páginas de cada Nota Taquigráfica das sessões. As Notas Taquigráficas apresentadas são de domínio público, por esse motivo, não omitiremos os nomes dos locutores a quem são imputadas responsabilidade pelos enunciados selecionados para análise, ou seja, os parlamentares. Portanto, em cada trecho do *corpus*, será informado o nome do deputado responsável e o partido político ao qual esse deputado estava vinculado, à época, além da indicação da sessão e página onde se encontra publicado cada trecho.

Como forma de sistematizar o desenvolvimento da nossa análise, apresentada no capítulo seguinte, realizamos a escolha de 4 (quatro) discursos de cada sessão, sendo 2 (dois) de posicionamentos contrários à abertura do processo de *impeachment* e outros 2 (dois) a favor. Dessa forma, o nosso capítulo de análise apresenta a descrição das ocorrências de contraposição contidas em 20 (vinte) discursos, de 20 (vinte) Deputados Federais.

Para tanto, cada trecho selecionado para análise apresenta um código de identificação. A letra T, seguida do número correspondente (exemplo: T1) corresponde ao primeiro trecho

que será descrito e analisado. Além dos trechos, no código, identificamos com a letra “S” as sessões seguidas da numeração, indicando sua sequenciação. Também indicamos a posição do Deputado Federal em relação ao processo de *impeachment*, a letra “C” corresponde ao discurso contrário à abertura do processo de impedimento, e a letra “F” corresponde ao discurso favorável à abertura do processo. Tendo em vista que foram selecionados 2 (dois) discursos de cada posicionamento (contrário e favorável), então a letra C e F poderá ser acompanhada pela numeração 1 ou 2.

Então, o código “T1C1S1”, por exemplo, corresponde ao primeiro trecho selecionado para análise do discurso contrário à abertura do processo de *impeachment* (primeiro entre os dois selecionados) que está presente na primeira sessão de discussão dos Deputados Federais sobre denúncia contra a presidente Dilma Rousseff. Assim sendo, o código “T2F1S1”, por exemplo, indica que é o segundo trecho selecionado para análise do discurso favorável à abertura do processo de *impeachment* (primeiro entre os dois selecionados) e que está presente na primeira sessão.

Ressaltamos que será descrita e analisada, de forma interpretativista, apenas uma amostragem dos 20 (vinte) discursos selecionados das 5 (cinco) primeiras sessões de discussão sobre admissibilidade para abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados Federais. Desses 20 (vinte) discursos selecionados, verificamos todos os trechos que apresentam ocorrência de contraposição.

Dessa forma, serão descritos 3 (três) trechos de cada uma das categorias separadas para análise (conforme detalhamento no tópico seguinte), as quais foram verificadas como ocorrências de mais relevância no *corpus* e os demais trechos estão disponíveis nos apêndices e devidamente organizados conforme verificação de análise. Todas as 10 (dez) Notas Taquigráficas que utilizamos para consultar as sessões que compõem o *corpus* da nossa pesquisa estão disponíveis em CD (anexos), a fim de facilitar a consulta do texto na íntegra, além disso, salientamos que esses textos são públicos e disponibilizados no site da Câmara dos Deputados⁴³, como informado anteriormente.

Tomando como base a seleção e observação dos dados catalogados, elaboramos algumas categorias de análise para guiar nossa investigação, a fim de alcançarmos o objetivo da nossa pesquisa. A apresentação e explicação de cada categoria encontram-se no tópico a seguir.

⁴³ Textos disponíveis em:

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>>.

4.4 Categorias de análise

Cientes de que o gênero desta pesquisa apresenta peculiaridades de embates de discursos, interessou-nos analisar os fenômenos linguísticos que manifestam o contra-argumento a partir da realização da língua em uso no gênero “discurso político de sessão parlamentar”. Ao observarmos especificamente esse gênero, percebemos que os fenômenos ativadores de contra-argumento apontam para a polifonia de enunciadores, a qual apresenta-se de maneira recorrente a partir da negação, especialmente a negação polêmica, e operadores de contraposição, com destaque, os operadores “mas” e “no entanto”.

Acerca da polifonia de enunciadores, tomamos como base os estudos de Ducrot (1987; 1988), Anscombre e Ducrot (1994), juntamente com os estudos de Nascimento (2009; 2015). E sobre os operadores de contraposição, apoiamo-nos nas considerações de Vogt e Ducrot (1980), Koch (2011), Neves (2012; 2013) e Silva (2015). A partir desse embasamento teórico, buscamos investigar fenômenos semântico-argumentativos que cooperam para a construção da contra-argumentação registradas nas Notas Taquigráficas dos discursos dos Deputados Federais nas sessões de pronunciamentos sobre a acusação de crime praticado pela presidente Dilma Rousseff.

Assim sendo, considerando o aporte teórico/metodológico apresentado e os objetivos estabelecidos, analisaremos os dados conforme as seguintes categorias de análise:

1. Contra-argumento ativado pelo elemento “não”;
2. Contra-argumento ativado por outras estruturas negativas;
3. Contra-argumento ativado pelo operador de contraposição “mas”;
4. Contra-argumento ativado por outros operadores de contraposição;
5. Contra-argumento ativado pelo elemento “não” em sentenças retificadoras.

Para chegarmos a essas categorias de análise, inicialmente, coletamos as Notas Taquigráficas que são o suporte do gênero investigado, em seguida, realizamos a identificação e mapeamento das ocorrências de contraposição presentes no *corpus*. A partir da observação de uma parte do *corpus*, percebemos que a negação e os operadores argumentativos de contraposição são as marcas linguísticas ativadoras de contra-argumentos mais recorrentes.

Diante desse levantamento, interessou-nos elaborar categorias de análise que contemplassem a investigação dessas marcas linguísticas mais recorrentes, a fim de compreendermos o comportamento semântico e os efeitos de sentido resultantes do uso dessas

construções. Separadas essas categorias, no próximo capítulo, encontra-se o desenvolvimento da análise propriamente dita e, nela, encontram-se descritos os trechos conforme catalogação.

De forma mais criteriosa, analisamos o funcionamento semântico-argumentativo de cada caso a fim de perceber o posicionamento do locutor perante os pontos de vistas acionados nos enunciados à luz dos fundamentos teóricos apresentados nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa. Após a realização dessa análise, apresenta-se a sumarização dos resultados por meio de gráficos e tabelas e, com isso, cumprem-se os objetivos traçados e verifica-se se a hipótese para esta pesquisa foi confirmada.

Como já mencionado anteriormente, no próximo capítulo encontram-se descritos e analisados os dados coletados para esta pesquisa, a partir da organização categórica descrita anteriormente.

CAPÍTULO 5

OBSERVAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISES DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados para o desenvolvimento da nosso estudo. Assim, acreditamos que seja válido retomar aqui nosso objetivo principal para esta pesquisa, a saber: investigar fenômenos semântico-argumentativos que cooperam para a construção da contra-argumentação registrados nas notas taquigráficas dos discursos dos Deputados Federais nas sessões de pronunciamentos sobre a acusação de crime praticado pela presidente Dilma Rousseff, a fim de compreender os efeitos de sentido resultantes do comportamento do locutor diante dos enunciados produzidos. Intentando alcançar esse objetivo, inicialmente, apresentamos, neste capítulo, algumas observações sobre os dados coletados e uma breve retomada acerca do referencial teórico abordado nos três últimos capítulos e, em seguida, realizamos a descrição e análise do *corpus*, conforme as categorias de análises selecionadas. Por fim, apresentamos uma análise que visa discutir os resultados alcançados por meio da descrição dos dados.

5.1 Sobre a observação dos dados

Como apresentado nos capítulos teóricos e capítulo metodológico desta tese, a descrição e análise da contraposição, observadas no nosso *corpus* de investigação, terão como base a Teoria da Argumentação na Língua (TAL). Essa teoria, ao verificar a polifonia de locutores e enunciadorees, contempla o estudo sobre a contraposição a partir da observação e análise da polifonia presente na negação do tipo metalinguística e polêmica. Além da negação, a contraposição manifesta-se em ocorrências do operador “mas”, na forma de *masPA*.

Além desses fatores teóricos, consideraremos, também, a partir dos estudos de Silva (2010; 2015), a contraposição ativada pelo “não” presente em construções de *masSN*, como também todos os demais operadores que observarmos assumindo função semântica de contraposição.

Dessa forma, o desenvolvimento da descrição e análise ocorrerá da seguinte maneira:

1. Cada categoria de análise apresentada no quarto capítulo desta tese será analisada individualmente;

2. Em cada descrição, serão analisados 3 (três) trechos de ocorrência conforme a categoria correspondente – de acordo com a catalogação dos dados;
3. Não será apresentado o discurso completo dos Deputados Federais, mas recortes dos trechos em que verificamos as ocorrências de contraposição, ou seja, apresentaremos fragmentos dos discursos;
4. Todos os trechos serão transcritos conforme constam nas Notas Taquigráficas publicadas no site da Câmara dos Deputados Federais, uma vez que não interferiremos em absolutamente nenhum aspecto (seja linguístico ou estrutural) dos trechos do compilado desta pesquisa;
5. Após descrição e análise das ocorrências das cinco categorias, desenvolveremos um texto de análise dos resultados.

A seguir, a descrição das ocorrências de contraposição para análise dos contra-argumentos presentes nos discursos políticos dos Deputados Federais no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Como dito anteriormente, as descrições e análises serão construídas a partir da organização estrutural das categorias de análises demonstradas no capítulo anterior.

5.2 Descrição dos dados

5.2.1 Contra-argumento ativado pelo elemento “não”

T11C2S5

Estão aqui homens e mulheres que **não** defendem esse Governo porque querem cargos ou espaço; homens e mulheres que **não** vendem o voto. Se alguém vende o voto, com certeza **não** está do lado de cá deste plenário; **não** está ao lado de partidos que têm história na luta pela democracia, na luta pelos direitos sociais na luta pelo combate à corrupção.

(Dep. Paulo Pimenta – PT – RS.)

O trecho acima é um fragmento do discurso do Deputado Federal Paulo Pimenta, o qual discursa em defesa da então presidente Dilma Rousseff e, portanto, coloca-se contrário à abertura do processo de *impeachment*. Como podemos observar no trecho apresentado, o

locutor responsável pelo texto – L (deputado Paulo Pimenta) – faz uso de 4 (quatro) negações nesse parágrafo. Ao optar pelo enunciado negativo, L coloca em cena 2 (dois) pontos de vista distintos, em cada uma das quatro ocorrências de “não” observadas no trecho do discurso.

Nota-se que a segunda, terceira e quarta ocorrências de negação apenas reforçam o que foi negado na primeira ocorrência, ou seja, os que defendem o Governo não desejam cargos e espaço. Para sistematizar nossa descrição, destacaremos apenas a primeira ocorrência de “não” verificada no trecho:

E1: Estão aqui homens e mulheres que defendem esse Governo porque querem cargos ou espaço.

E2: Estão aqui homens e mulheres que **não** defendem esse Governo porque querem cargos ou espaço.

Os dois enunciadores, colocados em cena, são ativados pela unidade linguística “não” e, diante desses enunciadores, o locutor responsável pelo discurso assume diferentes posicionamentos. Perante esses dois pontos de vista, L assimila E2 e rechaça totalmente E1. A partir desse rechaço, L reitera seu posicionamento porque nega que do lado do Governo se encontram “homens e mulheres que não vendem o voto”.

A partir do terceiro enunciado negativo, percebemos o lugar onde o locutor se situa no discurso, uma vez que L afirma, a partir de uma marca discursiva dêitica - “cá” -, que os que vendem voto não estão “do lado de cá”, ou seja, ao lado dele, unidos a ele. Portanto, o locutor coloca-se como pertencente ao grupo dos que não vendem voto e defendem o Governo por outros motivos que não sejam por barganha, por troca de cargos ou espaço.

Segundo Ducrot (1987), podemos compreender esse trecho como ocorrência de negação polêmica, uma vez que, a partir da marca linguística “não”, o locutor ativa dois enunciadores opostos, sobre os quais L apresenta posicionamentos distintos. A partir do rechaço de E1, L revela seu contra-argumento em defesa da presidente Dilma Rousseff, pois nega o argumento de que os defensores do Governo desejam vantagens (cargos e espaço).

T18F1S2

O *impeachment* **não** é contra a Presidente Dilma. O *impeachment* **não** é a favor de quem vai substituí-la. O *impeachment* é a Constituição na mão de cada um, fazendo o certo pelo Brasil, pelos brasileiros.

(Dep. Nilson Leitão – PSDB – MT.)

A sentença acima é um trecho do discurso do deputado Nilson Leitão (locutor responsável pelo texto, doravante “L”), o qual realiza todo o pronunciamento em defesa do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nesse trecho, L apresenta 2 (duas) negações, ambas definindo o que não é *impeachment*.

Assim como ocorre no trecho T11C2S5, nesse trecho, T18F1S2, o locutor faz uso de enunciados negativos, nos quais o “não” coloca em evidência dois pontos de vista distintos e, em relação a eles, L revela seu posicionamento. Como dito anteriormente, Ducrot (1987) considera que essas ocorrências são negativas do tipo polêmica. Vejamos quais são os enunciadores acionados a partir da presença do “não” nos dois enunciados do trecho em questão:

Enunciado 1:

E1: O *impeachment* é contra a Presidente Dilma.

E2: O *impeachment* **não** é contra a Presidente Dilma.

Enunciado 2:

E1: O *impeachment* é a favor de quem vai substituí-la.

E2: O *impeachment* **não** é a favor de quem vai substituí-la.

Nos dois enunciados acima, percebemos a ativação do enunciador afirmativo (P) que se apresenta inverso ao segundo enunciador, n-P. Em relação a esses enunciadores, L assimila o enunciador n-P e rechaça o enunciador P. Nesse caso, L rejeita o ponto de vista que afirma ser o *impeachment* uma atitude contra a presidente Dilma e favorável ao sucessor que ocupará a presidência, ou seja, o então vice-presidente, Michel Temer.

Após apresentar as sentenças de negação, as quais aqui consideramos serem do tipo polêmica - conforme estudo ducroteano (1987) –, o locutor insere uma sentença afirmativa definindo o que é *impeachment*. Assim sendo, nesse trecho, o locutor apresenta duas definições negativas sobre o *impeachment* e, logo em seguida, insere uma afirmação definindo o *impeachment*.

A partir disso, percebemos que, implicitamente, existe a presença do operador “mas” no início da sentença afirmativa. Dessa forma, a estrutura argumentativa do trecho, aqui em questão, é: “não X, mas Y”, ou seja, em outras palavras, podemos descrever a estrutura desse trecho da seguinte maneira: “O *impeachment* não é contra a presidente Dilma, não é a favor de

quem vai substituí-la, mas é a Constituição na mão de cada um, fazendo o certo pelo Brasil, pelos brasileiros”.

De acordo com o que apresentamos no terceiro capítulo desta tese, sentenças com estruturas do tipo “não X, mas Y” podem ser classificadas como retificadoras, uma vez que o operador “mas” é do tipo “masSN”, aquele que, segundo Vogt e Ducrot (1980), retifica a proposição anterior. Logo, ao considerarmos o “mas” implícito no início do último enunciado, a descrição polifônica do trecho T18F1S2 é a seguinte:

E1: O *impeachment* é contra a Presidente Dilma, é a favor de quem vai substituí-la;

E2: O *impeachment* não é contra a Presidente Dilma, não é a favor de quem vai substituí-la;

E3: mas é a Constituição na mão de cada um, fazendo o certo pelo Brasil, pelos brasileiros.

Diante desse esquema semântico, aqui asseveramos as considerações apresentadas por Silva (2015) acerca de enunciados com estrutura de “masSN”, quando afirma que estruturas desse tipo são argumentativas por causa da polifonia ativada pelo elemento negativo “não” (marca linguística da negação polêmica). Como visto na descrição do esquema anterior, ao enunciar E2, o locutor ativa o ponto de vista oposto (E1) e assume posicionamentos em relação aos três anunciadores apresentados: aprova e identifica-se com E2 e E3, no entanto, rechaça E1. Apresentaremos mais considerações sobre ocorrências de contra-argumentos em sentenças do tipo “masSN” quando formos descrever e analisar, logo adiante, os trechos da categoria 5.

T13C2S1

Dilma não cometeu nenhum crime: não cometeu crime de responsabilidade, menos ainda atentou contra a Constituição Federal. Quem atenta contra a Constituição Federal, quem atenta contra o povo são exatamente aqueles que propõem o *impeachment* à Presidente da República.

(Dep. Paulo Teixeira – PT – SP.)

No trecho T13C2S1, o locutor responsável pelo texto (Deputado Paulo Teixeira, doravante “L”) apresenta uma sequência de argumentos que conduz à conclusão de que a presidente da república estava sofrendo acusações de crimes que não cometeu. Essa série de

três argumentos estão organizados no discurso a partir de uma sequência gradativa de dois enunciados, na qual o locutor atribui peso argumentativo em cada argumento apresentado.

No primeiro enunciado, L apresenta uma sentença negativa dizendo que “Dilma não cometeu nenhum crime”. Nesse enunciado, encontra-se a presença do elemento “não” que ativa a negação polêmica com os seguintes enunciadores:

E1: Dilma cometeu crime;

E2: Dilma **não** cometeu nenhum crime.

No enunciado acima, percebemos que o locutor coloca em cena dois enunciadores distintos e, a partir deles, assume posições diferentes: assume E2 e rechaça E1. É interessante pontuar que em E2, L não apenas se opõe ao E1, mas ele intensifica seu posicionamento ao inserir o pronome indefinido “nenhum” antes da palavra “crime” e, com isso, atribui mais força argumentativa na sua negação.

Na passagem desse enunciado para o seguinte, o locutor insere dois pontos “:” e apresenta mais outros dois enunciados. Podemos considerar que os dois pontos foram inseridos pelo locutor como forma de detalhar, em sequência, os crimes não cometidos pela presidente Dilma Rousseff. Ou seja, “**não** cometeu crime de responsabilidade, menos ainda atentou contra a Constituição Federal”.

Nesse último enunciado, L inclui o elemento negativo “não” e, em seguida, a expressão negativa “menos ainda”. Essas duas negativas, assim como no primeiro enunciado do trecho, acionam a polifonia de enunciadores, uma vez que L coloca em cena dois enunciadores distintos, P e n-P.

E1: (Dilma) cometeu crime de responsabilidade, atentou contra a Constituição Federal;

E2: (Dilma) **não** cometeu crime de responsabilidade, menos ainda atentou contra a Constituição Federal.

A partir desse esquema, notamos que o locutor assume o ponto de vista 2 (n-P) e rechaça o E1 (P). Com isso, L revela seu posicionamento em defesa da presidente Dilma ao afirmar que inexistente crime praticado pela presidente Dilma Rousseff, tanto de responsabilidade, quanto crime contra a Constituição.

É interessante perceber que essa sequência de argumentos apresentados por L no segundo enunciado é construída a partir de uma escala argumentativa (DUCROT, 1981), na

qual o primeiro argumento apresentado é mais fraco e o segundo argumento possui um peso argumentativo mais forte. Vejamos o esquema a seguir:

Enunciado: (Dilma) **não** cometeu crime de responsabilidade, menos ainda atentou contra a Constituição Federal.

Conclusão: Dilma **não** cometeu nenhum crime (conclusão R)

(arg. + forte) p'' – (Dilma) menos ainda atentou contra a Constituição Federal - introduzido pelo conectivo “menos ainda”.

(arg. – forte) p' – (Dilma) não cometeu crime de responsabilidade

No esquema acima, a inclusão da expressão “menos ainda” possibilita conexão entre duas orações, como também carrega consigo o sentido de negação, além disso, essa expressão torna o último argumento mais forte do que o anterior.

A partir dessa escala argumentativa, entende-se que atentar contra a Constituição Federal é um crime que provoca mais indignação do que cometer crime de responsabilidade. Essa conclusão pode ser percebida pela força colocada no discurso a partir da inclusão do operador “menos ainda”. Portanto, L optou por elaborar sua contra-argumentação a partir de enunciados com negação polêmica e, além disso, criou graus de intensidade argumentativa ao defender que a presidente Dilma não cometeu nenhum crime, seja ele de responsabilidade e, menos ainda, crime contra a Constituição Federal.

Além das três ocorrências descritas anteriormente, verificamos mais outras 167 (cento e sessenta e sete) ocorrências dessa categoria presentes nos 24 (vinte e quatro) discursos analisados, distribuídos nas cinco (05) sessões observadas. Das cento e setenta (170) ocorrências, 85 (oitenta e cinco) foram trechos de discursos de Deputados Federais contrários ao *impeachment*, consequentemente, defensores do governo da Presidente Dilma Rousseff. Além desses, 85 (oitenta e cinco) foram trechos de discursos de Deputados favoráveis à abertura do processo de *impeachment* e, portanto, opositores à presidente Dilma.

No próximo tópico, descreveremos os casos de contra-argumentos em estruturas negativas em que não estão evidenciadas o elemento linguístico “não”.

5.2.2 Contra-argumento ativado por outras estruturas negativas

T6F2S2

Enquanto órgão auxiliar do Congresso Nacional, a nossa Corte de Contas, com sua excelência em fiscalização e orientação pública, já alertava o Governo Federal de que poderia haver problemas para serem aprovadas as finanças da União. E ajustes não foram realizados.

Não houve corte de gastos, não houve diálogo, não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto, que, de lá, eles **nem sequer** enxergaram os milhões de brasileiros que os elegeram, **muito menos** os que não votaram na Presidente eleita, ora com o mandato em xeque.

(Dep. Marcus Vicente – PP – ES.)

O trecho T6F2S2 pertence ao discurso do deputado Marcus Vicente (PP-ES), o qual elabora seu pronunciamento em defesa do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. No primeiro parágrafo do trecho, o locutor – deputado Marcus Vicente – afirma que a Corte de Contas havia alertado o Governo Federal sobre os possíveis problemas para aprovação das finanças da União. Essa afirmação serve de fundamento à crítica que o locutor fará, logo em seguida, ao Governo Federal, pois, embora tivesse sido avisado sobre os problemas, o Governo não realizou ajustes nas contas.

No parágrafo seguinte, o locutor (L) segue esse mesmo raciocínio crítico ao Governo e apresenta uma sequência de três negativas, evidenciadas pela marca linguística “não”: “Não houve corte de gastos, não houve diálogo, não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto [...]”. Percebemos, portanto, que essa sequência de negativas está interligada ao discurso do parágrafo anterior, o qual é finalizado com o período negativo: “E ajustes não foram realizados.”.

A descrição semântica da primeira parte desse trecho assume as mesmas características dos trechos descritos anteriormente na categoria 1. No entanto, aqui interessa-nos perceber a construção da contraposição inserida na segunda parte do trecho T6F2S2. Como dissemos, nesse trecho, o locutor inicia um novo parágrafo fazendo uso de uma sequência de “não” e, ainda na mesma sentença, insere mais 2 (dois) enunciados negativos, mas com outras marcas linguísticas, “nem sequer” e “muito menos”.

No capítulo 3 desta tese e na descrição da categoria 1, neste capítulo, apresentamos a abordagem de Ducrot (1987) acerca dos enunciados negativos. Nessas discussões, vimos que Ducrot (1987) afirma que em algumas ocorrências de enunciados negativos o locutor aciona pontos de vista e assume posições contrárias em relação a eles, ou seja, uma atitude positiva e uma oposta. Embora as análises e exemplos apresentados por Ducrot (1987) sejam com a presença da marca linguística “não”, devemos considerar que a marca de negação (no-P) apresenta-se também de outras maneiras, como podemos perceber nos enunciados presentes na segunda parte do trecho T6F2S2, quais sejam: “[...] eles **nem sequer** enxergam os milhões de brasileiros que os elegeram, **muito menos** os que não votaram na Presidente eleita, ora com o mandato em xequê”.

Nesse momento, é interessante percebermos que a contraposição está presente na sequência de negativas evidenciadas linguisticamente pelo “não”, como também pelas expressões “nem sequer” e “muito menos”. A expressão “muito menos”, embora assuma comportamento de negação, apresenta-se linguisticamente no discurso com característica semântica de adição, ou seja, a expressão “muito menos”, nessa construção, é equivalente ao conectivo “nem”. Assim sendo, a estrutura semântica dessa expressão é a seguinte: “e + não”. No entanto, dentro do discurso, percebemos graus de intensidade sobre a expressão “muito menos” que a diferencia da marca linguística “nem”. Discorreremos mais sobre isso logo adiante.

Considerando que “nem sequer” é uma marca de negação (no-P) que aciona enunciadores distintos, apresentaremos, a seguir, a descrição semântica desse enunciado:

E: “eles **nem sequer** enxergam os milhões de brasileiros que os elegeram [...]”.

E1: eles enxergam os milhões de brasileiros que os elegeram [...].

E2: eles **nem sequer** enxergam os milhões de brasileiros que os elegeram [...].

A partir dessa descrição semântica, percebemos que o locutor insere uma negação, do tipo polêmica, uma vez que são ativados dois enunciadores, um positivo e o outro oposto ao positivo. A partir desses enunciadores, L assume o posicionamento de assimilação de E2 e rechaço de E1. A contraposição desse enunciado se revela pela rejeição de L em relação ao enunciado positivo – E1.

Além disso, L constrói graus de intensidade, tornando as primeiras negativas com menos força argumentativa do que a última negativa inserida no discurso. Assim como percebemos na análise do trecho T13C2S1, descrito na categoria 1, o trecho T6F2S2 é estruturado em uma

escala argumentativa. Desse modo, com base nos estudos Ducrot (1981), elaboramos a descrição semântica da escala argumentativa presente no trecho em análise:

Enunciado: Não houve corte de gastos, não houve diálogo, não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto, que, de lá, eles **nem sequer** enxergaram os milhões de brasileiros que os elegeram, **muito menos** os que não votaram na Presidente eleita, ora com o mandato em xeque.

Conclusão: Os ocupantes do Palácio do Planalto foram indiferentes em relação aos problemas dos gastos e ao povo (tanto os eleitores quanto os não eleitores). (conclusão R)

(arg. + forte) p''' – “muito menos os que não votaram na Presidente eleita, ora com o mandato em xeque” – introduzido pelo conectivo “muito menos”;

(2º arg. + forte) p'' – “eles nem sequer enxergaram os milhões de brasileiros que os elegeram” – introduzido pelo conectivo “nem sequer”;

p' – “não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto” – introduzido pela marca linguística “não”;

p' – “não houve diálogo” – introduzido pela marca linguística “não”;

p – “não houve corte de gastos” – introduzido pela marca linguística “não”.

A partir dos enunciados negativos descritos acima, verificamos que o locutor inseriu graus de intensidade argumentativa constituindo uma escala argumentativa. Na forma de argumento mais forte, L marca o último argumento do enunciado, o qual se encontra indicado na escala como *p'''*. Esse argumento diz que o governo não se importou com os que não votaram na Presidente eleita (que estava com o mandato em xeque), tornando esse enunciado mais forte do que os demais pelo fato de ter sido introduzido pela expressão “muito menos”.

Ao colocar essa expressão em paralelo à marca linguística “não” e “nem sequer”, ela se apresenta com maior força argumentativa do que as marcas linguísticas anteriores. Dessa forma, embora a expressão “muito menos” apresente a estrutura de “nem” (“e+não”), na sequência da escala argumentativa do trecho em destaque, não podemos compreendê-la como equivalentes, uma vez que “nem sequer” é uma expressão com mais peso argumentativo do que apenas o termo “nem”. Por esse motivo, para colocar mais força argumentativa no último enunciado

pertencente à escala argumentativa, o locutor optou pela expressão “muito menos”, ao invés de inserir apenas a marca linguística “nem”.

É importante destacar que, além do argumento mais forte, apontado pela expressão “muito menos”, o locutor marca um segundo argumento mais forte nessa escala (p’’) o qual, no enunciado, foi introduzido pela expressão “nem sequer”. Nesse argumento, o locutor afirma que os ocupantes do Palácio do Planalto “nem sequer enxergaram os milhões de brasileiros que os elegeram”. Dessa feita, o locutor deixa, marcado no enunciado, 2 (dois) argumentos com mais peso: o primeiro mais forte, destacado por “muito menos”; e o segundo mais forte, introduzido pelo “nem sequer”. Na sequência, o locutor insere mais outros três argumentos, todos introduzidos pela marca linguística “não”: “não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto”; “não houve diálogo”; “não houve corte de gastos”.

Portanto, no trecho por ora aqui em destaque, percebemos que a contraposição foi inserida pelos enunciados negativos introduzidos pelo “não”, como também pela expressão negativa “nem sequer” e, finalmente, pela expressão “muito menos”. Além disso, esses enunciados fazem parte de uma ordenação sequencial e constituem uma escala de argumentos negativos que se somam – um com maior peso argumentativo do que outro – em razão de uma determinada conclusão.

Assim, nesse enunciado, cada um dos argumentos da escala apresenta pesos diferentes, e, entre eles, o locutor optou por deixar marcados dois argumentos, o mais forte da escala e o segundo mais forte, respectivamente, “muito menos” e “nem sequer”. Essas expressões estão constituídas de dupla função, a função negativa e a de gradação de argumentos. A partir dessas construções linguísticas, o locutor, deputado Marcus Vicente (PP-ES), insere a contra-argumentação no discurso, uma vez que contrapõe argumentos e, além disso, apresenta graus argumentativos na construção da escala.

Portanto, com esse enunciado do trecho T6F2S2, o locutor critica os ocupantes do Palácio do Planalto, ou seja, o Governo Federal – representado pela presidente Dilma Rousseff – ao afirmar que, embora soubesse dos problemas relativos aos gastos públicos, o governo não agiu contra isso e não se importou com o povo.

O trecho T15F1S4, a seguir, pertence ao deputado João Campos (PRB – GO), doravante locutor (L), o qual discursa a favor da abertura do processo de *impeachment* e, portanto, é contra a então Presidente Dilma Rousseff.

T15F1S4

A violência no Brasil é assustadora. Não foi suficiente o Congresso Nacional aprovar o Estatuto do Desarmamento e a nova Lei Antidrogas. O Governo **nada** fez e, por isso, o cidadão de bem está desarmado, mas os bandidos continuam armados e o narcotráfico continua sendo uma atividade promissora.

(Dep. João Campos – PRB – GO.)

No trecho anterior, L discursa sobre a questão da violência no Brasil e critica o governo ao afirmar que “O governo nada fez [...]” para combater a violência. Nesse parágrafo, vemos algumas marcas linguísticas ativadoras de contraposição, a saber: “não”, na segunda sentença; “nada”, na terceira sentença; e “mas”, na terceira sentença. Tendo em vista a organização da presente análise, aqui descreveremos apenas a ocorrência do “nada”, pois essa é marca linguística pertencente à categoria 2 aqui em discussão.

Assim como as demais marcas de negação, a expressão “nada” apresenta-se com a estrutura de “n-P” e, por isso, estão presentes pontos de vista que se opõem um ao outro, sendo um positivo e o outro contrário. Para descrevermos os enunciadores do enunciado “O governo nada fez [...]”, precisamos compreender qual é o ponto de vista positivo ativado a partir desse enunciado, ou seja, qual termo afirmativo é ativado em oposição ao termo negativo “nada”.

Koch (2011), ao estudar a visão argumentativa da gramática, tomando como foco a observação semântica dos operadores argumentativos, considera o termo “tudo” (no sentido da afirmação plena) e “nada” (no sentido da negação plena). Sendo assim, consideraremos esses termos para construção dos pontos de vista do enunciado “O governo nada fez [...]”:

E1: O governo (tudo) fez/ o governo fez algo

E2: O governo nada fez

Diante desses dois pontos de vista, o locutor assume dois posicionamentos distintos. L assimila E2 e rechaça E1. É interessante perceber que a contraposição presente na estrutura desse enunciado é semelhante à contraposição das estruturas de enunciados com a marca linguística “não”. Dizendo de outra maneira, se considerarmos o enunciado “O governo não fez algo”, naturalmente perceberemos o rechaço de L em relação ao enunciador “O governo (tudo) fez/ o governo fez algo”, assim sendo, esse rechaço é semelhante ao rechaço de L na sentença que estamos descrevendo, “O governo nada fez”.

No entanto, no enunciado aqui em análise - “O governo nada fez” - , a força argumentativa do termo “nada” é maior do que o “não”, uma vez que “nada” não conota apenas uma negação, mas remete à “negação + zero”. Nesse sentido, o “nada” opera argumentativamente, nesse discurso, com uma carga de intensidade maior do que se o locutor tivesse optado pelo uso do “não”.

A esse respeito, Koch (2011, p. 101) afirma que a escolha linguística que apresentamos nos enunciados manifesta nossas pretensões, uma vez que, a partir dessa escolha, orientamos o discurso “[...] para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros.”. Assim sendo, ao colocarmos paralelamente os dois termos de negativa – “não” e “nada” –, podemos concluir, a partir da descrição anteriormente apresentada, que, numa hierarquia de graus de argumentatividade, a marca linguística “nada” apresenta-se com maior força do que a marca linguística “não”, embora ambos tenham a mesma função argumentativa: contraposição de pontos de vista.

Assim como no trecho T15F1S4, o trecho T12C2S5, a seguir, apresenta contraposição ativada por um termo “no-P” que não é a marca linguística “não”.

T12C2S5

Nunca houve tanto combate à corrupção. Lula e Dilma deram autonomia para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal poderem investigar crimes de corrupção.

(Dep. Paulo Pimenta – PT – RS.)

O trecho T12C2S5 é parte do discurso do então Deputado Federal Paulo Pimenta (PT – RS.), o qual discursa a favor da então presidente Dilma Rousseff e, portanto, é contrário à abertura do processo de *impeachment* em discussão, à época. Nesse trecho selecionado, percebemos uma marca linguística ativadora de contraposição, a qual colocamos em destaque na cor amarela, a saber: “nunca”.

A gramática normativa e os livros didáticos classificam esse elemento linguístico como advérbio de tempo uma vez que seu léxico denota valor semântico de tempo, no entanto, não negam a função negativa que também está expressa no termo “nunca” (BECHARA, 2006). Todavia, aqui, interessa-nos perceber o comportamento semântico-argumentativo desse termo dentro do trecho selecionado.

Assim sendo, o deputado Paulo Pimenta (doravante L) afirma que, em outros tempos, não houve tanto combate à corrupção, uma vez que o governo Lula e o de Dilma “deram

autonomia para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal poderem investigar crimes de corrupção”. No primeiro enunciado, o locutor utiliza um enunciado negativo (n-P) que, por sua vez, aciona um enunciador afirmativo. Vejamos o esquema:

E1: (sempre) houve tanto combate à corrupção

E2: Nunca houve tanto combate à corrupção

Diante dos enunciadores colocados em cena no discurso, L apresenta o posicionamento de assimilação de E2 e rechaço de E1. Como podemos perceber, a unidade linguística “nunca” ativa a polifonia de enunciadores por causa da marca de negação presente no termo, ou seja, por causa do “n-P”, no entanto, não se pode desconsiderar o sentido de tempo que está expresso no termo. Consideramos, portanto, que a estrutura do termo “nunca”, nesse enunciado, é de “negação + tempo”.

Ao compreendermos tais características, logo verificamos que o locutor critica os governos anteriores, pois, por mais que tenha existido combate à corrupção, em nenhum tempo passado essa atitude foi tão forte quanto nos governos Lula e Dilma. Dessa forma, compreendemos que o contra-argumento presente no trecho investigado é ativado por um elemento linguístico com valor de negação, mas que não é a unidade linguística “não”.

Além dessas expressões negativas ativadoras de contraposição - “nem sequer”, “muito menos”, “nada” e “nunca” -, verificamos, nos 20 (vinte) discursos analisados, as demais ocorrências: “sem”; “sem nunca”; “sem nenhum”; “nem”; “jamais”. Esses elementos linguísticos observados compõem o total de 26 (vinte e seis) trechos da categoria 2. Das 26 (vinte e seis) ocorrências, 20 (vinte) foram trechos de discursos de Deputados Federais contrários ao *impeachment*, defensores do governo da Presidente Dilma Rousseff, e 6 (seis) trechos de discursos de Deputados a favor da abertura do processo de *impeachment*, contra a então Presidente.

5.2.3 Contra-argumento ativado pelo operador de contraposição “mas”

Até aqui, descrevemos as ocorrências de contra-argumentos ativados por marcas linguísticas de negação, no entanto, algumas outras unidades linguísticas apareceram nos discursos como ativadores de contraposição. Além dos casos de contra-argumentos ativados pelo elemento “não” e por outras estruturas negativas, verificamos algumas ocorrências de

contraposição acionadas pela unidade linguística “mas”. A seguir, descreveremos três trechos com essas características, vejamos:

T13F2S3

Quanto à análise econômica, o Presidente Lula viveu momentos excepcionais, com uma economia favorável, **mas** mesmo assim fez um Governo voltado para aqueles dias, voltado de forma demagógica, aprendida com países como Venezuela, Bolívia e outros. Teve popularidade alta, claro, porque governou para muitos, num pequeno momento, não pensando num Governo do futuro.

(Dep. Marcos Montes – PSD – MG.)

O trecho T13F2S3, apresentado anteriormente, pertence ao discurso proferido pelo deputado Marcos Montes (doravante locutor – L), o qual fez parte da bancada de oposição à então Presidente Dilma Rousseff. Nesse trecho, percebemos que L inicia o parágrafo atribuindo ponto positivo em relação ao governo do Presidente Lula, afirmando que, no tocante à economia, esse governo “viveu momentos excepcionais, com uma economia favorável”. A partir desse enunciado, o ponto de vista acionado é o de que o Presidente Lula, em relação à economia, fez um bom governo. Após isso, o locutor insere um elemento linguístico que possibilita ativação de outros enunciadores, como veremos no esquema descritivo a seguir:

E1: Quanto à análise econômica, o Presidente Lula viveu momentos excepcionais, com uma economia favorável;

E2: o Presidente Lula, em relação à economia, fez um bom governo;

E3: **mas** mesmo assim fez um Governo voltado para aqueles dias, voltado de forma demagógica, aprendida com países como Venezuela, Bolívia e outros;

E4: o Presidente Lula, em relação à economia, não fez um bom governo.

Diante desses quatro enunciadores, L assume diferentes posicionamentos: aprova E1; rechaça E2 e identifica-se com E3 e E4. Com base nesses posicionamentos, L formula seu contra-argumento, uma vez que rejeita o ponto de vista de que o governo do Presidente Lula foi bom em relação à economia e, não apenas isso, mas também se identifica com o enunciador oposto, o qual afirma que o governo Lula não fez um bom governo. Estruturas linguísticas desse tipo são classificadas por Ducrot (1988) como ocorrências de “masPA”, ou seja, estruturas

ativadoras de polifonia de enunciadores, as quais ativam, pelo menos, quatro pontos de vista diferentes e, perante eles, o locutor assume alguns posicionamentos.

Vejamos, a seguir, a descrição de outras duas ocorrências de estruturas com a unidade linguística “mas”:

T5C2S3

É bom dizer que o Sr. Eduardo Cunha, com o traidor, o Sr. Michel Temer – porque é este um traidor da República, da democracia e do povo brasileiro –, em conluio com o PSDB, com o DEM, com o PSB, com o PPS, com vários partidos, abraçaram-se para comandar um golpe institucional, porque este é um golpe institucional! Não é um golpe com baioneta, **mas** é um golpe!

(Dep. Jandira Feghali – PCdoB – RJ.)

O trecho T5C2S3 pertence ao texto da deputada Jandira Feghali (PCdoB – RJ.), a qual discursou na terceira sessão de discussão sobre a abertura do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. A referida deputada (de agora em diante, locutor – L) elaborou seu discurso contra a abertura do *impeachment* e, portanto, em defesa da presidente. Em suas palavras, o locutor apresenta o Sr. Eduardo Cunha e o Sr. Michel Temer – juntamente com alguns partidos (L cita 4 (quatro) partidos: PSDB, DEM, PSB e PPS) – como traidores que comandam um golpe institucional.

No enunciado seguinte, L profere a seguinte sentença: “Não é um golpe com baioneta, mas é um golpe!”. A partir do uso do operador argumentativo “mas”, o locutor ativa quatro enunciadores, os quais L assume diferentes posicionamentos.

Vejamos o esquema semântico a seguir:

E1: Não é um golpe com baioneta

E2: Não houve tomada do poder (à força)

E3: **mas** é um golpe!

E4: Houve tomada do poder (de forma institucional).

Diante dos enunciadores apresentados no esquema acima, L aprova E1, identifica-se com E3 e E4, e rechaça parcialmente E2. Nota-se que o rechaço apresentado por L a E2 é parcial, uma vez que L nega apenas a forma como ocorreu a tomada de poder, mas não nega o

fato de ter ocorrido o golpe. Em outras palavras, L afirma que houve golpe (tomada do poder) e isso ocorreu de forma institucional, não à força, usando armas (baioneta). Esse argumento é confirmado pelo primeiro enunciado que L apresenta no início do parágrafo, como explicamos anteriormente.

Dessa forma, podemos perceber que a contra-argumentação do trecho aqui em discussão está marcada pelo operador de contraposição “mas”, ou seja, “masPA”, conforme Ducrot (1988), o qual nos conduz à conclusão de que houve golpe institucional e não bélico. Não ocorreu uso de baioneta, de armas, no entanto, existe uma tomada do poder, um golpe.

T21F2S3

É claro que houve – muitos do PT e de outros partidos diziam isso – corrupção em outros governos. Houve, sim, **mas** não na dimensão em que foi institucionalizada neste País, tornando-nos os campeões mundiais da corrupção.

(Dep. Marcos Montes – PSD – MG.)

Assim como no trecho descrito anteriormente, esse trecho T21F2S3 tem a contraposição ativada a partir da marca linguística “mas”, ou seja, essa é mais uma ocorrência de “masPA”. No entanto, diferentemente do trecho anterior, o presente trecho pertence ao discurso do Deputado Marcos Montes (doravante locutor – L), o qual elaborou seu pronunciamento em defesa do *impeachment* e, portanto, contrário à então presidente Dilma Rousseff.

No primeiro enunciado do trecho T21F2S3, o locutor afirma que houve corrupção em outros governos. No segundo enunciado, em que L insere nesse mesmo trecho, existe a presença do “masPA” o qual permite a ativação de quatro pontos de vista distintos, vejamos o esquema a seguir:

E1: Houve (corrupção em outros governos), sim

E2: A corrupção do governo da presidente Dilma é a mesma dos governos anteriores

E3: Mas não na dimensão em que foi institucionalizada neste país [...].

E4: A corrupção do governo da presidente Dilma não é a mesma dos governos anteriores (é diferente e é maior)

Diante desses quatro pontos de vista, L assume os seguintes posicionamentos: aprova E1; identifica-se com E3 e E4; e rechaça totalmente E2. Ao analisar o esquema semântico desse

enunciado, verificamos que o rechaço de L está relacionado à maneira como ocorreu a corrupção, “na dimensão em que foi institucionalizada neste país”. No enunciador 4, sobre o qual L apresenta identificação, tem-se o argumento de que a corrupção do PT foi diferente e maior do que a dos governos anteriores e, por esse motivo, L rechaça a afirmação do enunciador 2, o qual afirma que “a corrupção do governo da presidente Dilma é a mesma dos governos anteriores”.

Assim sendo, além de revelar o contra-argumento a partir da contraposição ativada pelo “masPA”, L justifica seu comprometimento em defesa do *impeachment*. Essa justificativa ocorre quando L apresenta o posicionamento de identificação com o ponto de vista sobre o qual afirma que a corrupção do governo da presidente Dilma é diferente e maior do que dos governos anteriores, ou seja, ao identificar-se com E4.

Os trechos T13F2S3, T5C2S3 e T21F2S3 são ocorrências de contraposição ativados a partir do uso do operador “masPA”. Todavia, além desses, verificamos a presença de mais outros 53 (cinquenta e três) casos de contra-argumentos ativados pelo “mas”. Desse total de 56 (cinquenta e seis) ocorrências, 30 (trinta) foram contra-argumentos de deputados defensores da então presidente Dilma Rousseff, portanto, contrários ao processo de *impeachment*. E os demais 26 (vinte e seis) casos, fazem parte dos discursos dos deputados favoráveis à abertura do *impeachment*, ou seja, opositores da presidente Dilma.

5.2.4 Contra-argumento ativado por outros operadores de contraposição

Até agora, descrevemos e verificamos os casos de contra-argumentos formulados a partir da contraposição acionada por unidades linguísticas negativas (“não” e outras) e operadores que indicam conclusões opostas, “masPA”, tomando como foco a marca linguística “mas”. A partir deste ponto, descreveremos três ocorrências de “masPA” ativadas por unidades linguísticas diferentes de “mas”. Ou seja, investigaremos o comportamento de estruturas de “masPA” que foram ativados por outros operadores de contraposição.

T10C1S5

Este projeto, que já foi julgado pelo povo quatro vezes, teve a aprovação da maioria do povo do nosso País, e isso incomoda muita gente. Aí eles dizem: “*não, o povo não sabe votar, o povo foi induzido*”

o erro”, desrespeitando a vontade soberana! Mas isso é distorcer a essência da democracia, e nós não o aceitaremos em nenhuma hipótese.

(Dep. Rubens Pereira Júnior – PCdoB – MA.)

O trecho T10C1S5 pertence ao discurso do Deputado Federal Rubens Pereira, o qual fez parte da bancada a favor da então Presidente Dilma Rousseff e, portanto, elaborou o pronunciamento contra a abertura do processo de *impeachment*. No discurso, o deputado Rubens Pereira (doravante locutor – L) fala sobre o projeto dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, dos governos Lula e Dilma.

Nesse parágrafo, L afirma que o referido projeto já passou pelo julgamento do povo brasileiro e foi aprovado, e isso se justifica pelo fato do governo do PT ter sido eleito nesse país por quatro vezes. Após essa afirmação, o locutor insere a voz de um segundo locutor – L2 (anônima) – em estilo direto – com destaque e entre aspas –, que diz: “*não, o povo não sabe votar, o povo foi induzido o erro*”. A partir desse ponto, L analisa a fala de L2 dizendo ser ela desrespeitosa em relação à vontade soberana do povo brasileiro.

É interessante perceber que, nesse trecho, embora L tenha utilizado a unidade linguística “mas”, a marca de contraposição está evidenciada no “e”, presente na primeira sentença do parágrafo. O “mas”, utilizado na última sentença desse trecho, possui o valor conclusivo, ou seja, não se apresenta como elemento de contraposição. Naturalmente, poderíamos substituí-lo, por exemplo, por “logo”, ou “portanto”, pois essas são marcas linguísticas de conclusão e, se usadas no lugar do “mas”, no trecho investigado, não haveria alteração de sentido.

No entanto, existe uma oposição semântica manifestada nesse parágrafo e isso ocorre a partir do “e” que, nesse trecho, assume a função semântica de contraposição, portanto, aciona a polifonia de enunciadores com a presença de 4 (quatro) pontos de vista diferentes, vejamos:

E1: Este projeto, que já foi julgado pelo povo quatro vezes, teve a aprovação da maioria do povo do nosso País

E2: O projeto (e a democracia, por consequência) será respeitado (porque agrada a maioria)

E3: e isso incomoda muita gente

E4: O projeto (e a democracia, por consequência) não será respeitado (porque não agrada parte da população)

Diante desse enunciadores ativados no discurso por causa do elemento “e”, o qual possui valor semântico de contraposição, o locutor apresenta diferentes posicionamentos. Perante esses pontos de vista, L aprova E1, identifica-se com E3 e E4, e rechaça E2. Com esses posicionamentos, L insere a contraposição e possibilita a conclusão de que, para L, o projeto político (e, consequentemente a democracia) não será respeitado e esse desrespeito ocorre por causa do grupo responsável pela voz de L2 inserida por L no discurso. A voz de L2 representa os que estão incomodados com a aprovação da maioria do povo brasileiro, os quais dizem “[...] *o povo não sabe votar, o povo foi induzido o erro*”, conforme apresentado por L, no trecho T10C1S5.

Além dessa ocorrência, descreveremos, a seguir, dois outros trechos de contraposição ativados por outras marcas de contraposição, vejamos:

T19C1S4

Vamos raciocinar. Isso é muito importante. Determinado o afastamento da Presidenta, assume o Vice-Presidente. Será, **no entanto**, um presidente que vai assumir com interinidade, com todo respeito aos eufóricos que constroem aqui um futuro governo. Isso é fato. Não há como fugir disso.

(Dep. Afonso Motta – PDT – RS.)

O trecho acima, T19C1S4, foi selecionado do discurso do Deputado Afonso Motta (doravante locutor – L), o qual elaborou seu pronunciamento contra a abertura do processo de *impeachment* e em defesa da então presidente da República, Dilma Rousseff. Anterior a esse parágrafo, o locutor apresenta os prováveis processos que poderão ocorrer caso seja admitida a abertura do *impeachment* da presidente, ou seja, admissibilidade do processo no Congresso, seguido para o Senado Federal, lugar onde o presidente do STF presidirá um debate que decidirá, em 180 dias, se a presidente será ou não será impedida.

Após essa explicação, o locutor apresenta o parágrafo do trecho T19C1S4. Nesse parágrafo, o locutor expõe a condição final do *impeachment*, o afastamento da presidente eleita e a ocupação desse cargo pelo vice-presidente. A partir desse ponto, o locutor insere um conectivo com valor de contraposição e, com isso, torna-se possível a verificação de 4 (quatro) pontos de vista diferentes e, em relação a eles, L assume diferentes posicionamentos:

E1: Determinado o afastamento da Presidenta, assume o Vice-Presidente

E2: O vice-presidente governará o país plenamente

E3: Será, **no entanto**, um presidente que vai assumir com interinidade [...];

E4: O vice-presidente não governará o país plenamente (governará provisoriamente)

Como podemos perceber, a marca de contraposição está separada do enunciado em que o E1 é verificado, diferentemente do trecho T10C1S5, descrito anteriormente, o qual tem a marca de contraposição presente dentro da sentença em que se apresenta E1. No caso do discurso aqui descrito, E1 e E2 são extraídos de uma sentença, e E3 e E4 da sentença seguinte, a qual estabelece ligação semântica, a partir do conectivo “no entanto”, com a sentença anterior.

Diante desses enunciadores, L assume diferentes posicionamentos: aprova E1; identifica-se com E3 e E4; e rechaça parcialmente E2. Segundo Ducrot (1988), existe a atitude de aprovação quando L apresenta-se de acordo com determinado enunciador. No caso de E1, L o aprova por ser um enunciador de sabedoria universal, diferentemente de E3, cujo ponto de vista foi apresentado por L e ele o assume, por isso há identificação, ao invés de aprovação.

Todavia, nosso foco de interesse repousa sobre o enunciador E2, a respeito do qual L apresenta o posicionamento de rechaço parcial. Esse rechaço parcial ocorre pelo fato de L afirmar que, em caso de *impeachment*, o vice assumirá de maneira provisória, ou seja, L não nega a possível ocupação da presidência pelo vice-presidente, no entanto, se isso acontecer, não será de maneira plena, mas provisória. Dessa forma, o termo “interinidade”, presente no enunciado proferido por L, condiciona o ponto de vista E4 - “O vice-presidente não governará o país plenamente (governará provisoriamente)” – o qual, diante de E2, possibilita que L não realize um rechaço total, mas parcial.

Assim sendo, diante dessas considerações, percebemos que, após apresentar todas as etapas possíveis do processo de *impeachment* da presidente Dilma, o locutor revela o contra-argumento, o qual critica a possibilidade de substituição da então presidente Dilma por um vice-presidente que assumirá de maneira interina. Esse efeito de sentido pode ser percebido por causa do rechaço parcial de L em relação a E2, rechaço esse acionado no discurso mediante o conectivo “no entanto”.

T4F2S5

[...] Preferiria eu estar aqui votando medidas para a melhoria da saúde de nosso País ou avanços na área de educação, mas eu tenho que cumprir o meu papel constitucional e político e, neste momento, julgar uma Presidente e um Governo, que, não podemos deixar de reconhecer,

durante esse período, promoveram avanços em várias áreas, principalmente na área social.

Porém, por melhores que tenham sido esses avanços, ninguém pode estar acima da lei no Estado Democrático de Direito. Logo, todos nós dos mais pobres aos mais ricos e poderosos, estamos sujeitos à lei e, se cometermos crimes, teremos que ser devidamente responsabilizados por eles.

(Dep. José Silva – PHS – ES.)

No discurso, o deputado José Silva (doravante locutor – L) apresenta-se contrário ao então governo federal, presidido por Dilma Rousseff e, portanto, elabora o pronunciamento a favor do *impeachment* da referida presidente. Todavia, no início do primeiro parágrafo, percebemos que L atribui pontos positivos ao governo da presidente Dilma, assim como vimos no trecho T13F2S3, no qual o L apresenta pontos positivos ao governo do PT e, logo em seguida, insere um conectivo de contraposição e rechaça um ponto de vista acionado pelo conectivo.

Essa mesma estrutura de T13F2S3 é percebida nesse trecho T4F2S5. L apresenta elogio ao governo Dilma e no parágrafo seguinte apresenta um conectivo de contraposição, “porém”, ativador de quatro enunciadores, sobre os quais L insere alguns posicionamentos:

E1: Preferiria eu estar aqui votando medidas para a melhoria da saúde de nosso País ou avanços na área de educação, mas eu tenho que cumprir o meu papel constitucional e político e, neste momento, julgar uma Presidente e um Governo, que, não podemos deixar de reconhecer, durante esse período, promoveram avanços em várias áreas, principalmente na área social;

E2: O governo Dilma agiu corretamente;

E3: **Porém**, por melhores que tenham sido esses avanços, ninguém pode estar acima da lei no Estado Democrático de Direito;

E4: O governo Dilma nem sempre agiu corretamente

Diante desses pontos de vista, L assume os posicionamentos de aprovação, identificação e rechaço parcial. Em relação a E1, L apresenta a atitude de aprovação, sobre E3 e E4, L se identifica, e perante E2, L apresenta rechaço parcial, uma vez que, embora reconheça que o governo Dilma tenha apresentado pontos positivos, não se pode admitir que esse governo agiu

constantemente de maneira correta, ou seja, “nem sempre agiu corretamente” – E4. A continuidade do discurso de L – “Logo, todos nós dos mais pobres aos mais ricos e poderosos, estamos sujeitos à lei e, se cometermos crimes, teremos que ser devidamente responsabilizados por eles” – permite-nos compreender que o governo Dilma cometeu crimes e, portanto, “nem sempre agiu corretamente”, enunciador quatro.

Ao dizer que “ninguém pode estar acima da lei no Estado Democrático de Direito” – E3 –, L relaciona essa ação a uma prática do governo Dilma e isso é percebido pelo que foi dito no primeiro parágrafo, com elogios ao governo Dilma, sendo essa informação conectada ao parágrafo seguinte por meio da unidade linguística de contraposição “porém”. Dessa forma, o efeito de sentido ativado nesse discurso é o de que L aprova o ponto de vista de elogio ao governo da presidente Dilma e rejeita parcialmente a afirmação de que o referido governo agiu corretamente, uma vez que se colocar “acima da lei no Estado Democrático de Direito” é uma ação incorreta. Por esse motivo, segundo L, o governo da presidente Dilma não agiu corretamente.

Os casos descritos até o momento são ocorrências de contraposições acionadas pelo uso de negativas e operadores de contraposição (“mas” e outros). Esses três últimos casos, descritos anteriormente, pertencem à categoria de “contra-argumento ativados por outros operadores de contraposição”, ou seja, por unidade linguística ativadoras de contraposição que não são o “mas”.

Além dessas três ocorrências, verificamos mais outros 17 (dezessete) trechos. Assim sendo, dos 20 (vinte) casos verificados nessa categoria 4, 9 (nove) foram trechos de discursos contrários ao *impeachment* e 11 (onze) de discursos favoráveis ao processo de impedimento. Distribuídos nesses 20 (vinte) trechos, verificamos os seguintes operadores de contraposição: “e”; “no entanto”; “porém”; “e não”; “contudo”; “entretanto”.

5.2.5 Contra-argumento ativado pelo elemento “não” em sentenças retificadoras

Nesta quinta categoria de análise, descreveremos os casos de contra-argumentos ativados a partir da presença do elemento “não” existente nas estruturas de sentenças retificadoras. Após a descrição desta quinta e última categoria de análise, apresentaremos as considerações acerca dos resultados obtidos mediante descrição dos dados.

Vejamos, portanto, três trechos de ocorrências da categoria 5:

T6C1S4

Quando nós assumimos esse Ministério, nós entregamos o espaço público que tínhamos e manifestamos à Sra. Presidente da República que o nosso partido **não** queria mais participar do Governo, **mas** queria continuar contribuindo com o Brasil. Como resposta, recebemos um apelo: que aquela era uma hora difícil da vida nacional, como se comprovou que efetivamente era, e que o PDT, pela sua tradição, pela sua luta pela sua defesa da democracia, deveria continuar participando do Governo. E a Direção Nacional do nosso partido e a nossa bancada entenderam que deveríamos dar a nossa contribuição.

(Dep. Afonso Motta – PDT – RS.)

O trecho T6C1S4 é uma pequena parte do discurso do Deputado Afonso Motta (doravante locutor – L), o qual discursou a favor da então Presidente Dilma Rousseff, na quarta sessão de discussão sobre a abertura do processo de *impeachment*. O locutor inicia seu discurso apresentando o percurso histórico do PDT, partido afiliado, e afirma que o referido partido participou ativamente do governo da presidente Dilma, pois uma liderança do partido ocupou um Ministério no Governo.

Após essas considerações, o locutor expõe as palavras do trecho T6C1S4, cuja presença do “mas” retificador colocamos em destaque no trecho selecionado, ou seja, o “mas” antecedido do “não”. Na presença da estrutura “masSN”, percebemos a função retificadora quando o locutor, responsável pelo texto, corrige o argumento de que “o nosso partido não queria mais participar do Governo”. Diante dessa estrutura retificadora, o locutor ativa três enunciadores:

E1: Quando nós assumimos esse Ministério, nós entregamos o espaço público que tínhamos e manifestamos à Sra. Presidente da República que o nosso partido queria participar do Governo;

E2: Quando nós assumimos esse Ministério, nós entregamos o espaço público que tínhamos e manifestamos à Sra. Presidente da República que o nosso partido **não** queria mais participar do Governo;

E3: **mas** queria continuar contribuindo com o Brasil.

Em relação a esses pontos de vista, L assume diferentes posicionamentos: rechaça E1; aprova e identifica-se com E2 e E3. O enunciador um (E1) é ativado pela presença do “não” da

estrutura “não X... mas Y” e, como anteriormente já discutimos, a negação é a oposição a um enunciado afirmativo (locutor virtual). Nesse caso, L se opõe ao enunciador afirmativo, e, conseqüentemente, o rechaça. Portanto, L rechaça E1 por recusar plenamente esse ponto de vista. Sobre a aprovação e identificação de L em relação a E2 e E3, isso ocorre pelo fato de além de concordar com esses pontos de vista, L também os assume.

Com base nessa descrição, vemos que o rechaço inserido na estrutura “mas^{SN}” é possibilitado pela presença da unidade de negação “não”, assim como foi amplamente discutido por Silva (2015) e apresentado no capítulo 4 desta tese. No entanto, é interessante notar que, no início do parágrafo do trecho, T6C1S4, o locutor rechaça o ponto de vista sobre o qual afirma que “o partido queria participar do governo”. Todavia, com o prosseguimento do parágrafo, o locutor diz que, posteriormente, o PDT decidiu “continuar participando do Governo”.

Portanto, percebemos que a estrutura retificadora, no trecho em análise, serviu para mostrar que, em determinado momento – “quando nós assumimos esse Ministério” –, o locutor rechaçou o ponto de vista aqui descrito como “E1”. Contudo, esse posicionamento não se sustenta até o final do parágrafo, ou seja, o contra-argumento inserido por L nesse parágrafo possibilitou a compreensão de que o partido sempre quis contribuir com o Brasil, mas que em um determinado momento o PDT não quis participar do Governo da Presidente Dilma.

Assim como o locutor do trecho analisado anteriormente, o trecho a seguir é parte do discurso de um deputado que elaborou o seu pronunciamento em defesa do Governo Dilma Rousseff, portanto, contra o *impeachment*. Vejamos:

T4C2S5

É por isso que nós estamos aqui. Uma bancada aguerrida e corajosa – não só o PT, mas o PCdoB, o PSOL e outros partidos –, que está aqui **não** para defender o Governo, **mas**, muito mais do que isso, para defender a democracia diante deste momento delicado da história do nosso Brasil.

(Dep. Paulo Pimenta – PT – RS.)

Nesse trecho, T4C2S5, o locutor responsável pelo texto (Deputado Paulo Pimenta, PT) apresenta o argumento de que na Câmara dos Deputados Federais existe “uma bancada aguerrida e corajosa [...], que está aqui não para defender o Governo”. Esse argumento se opõe ao ponto de vista sobre o qual afirma que na Casa existe “uma bancada aguerrida e corajosa que está aqui para defender o Governo”, ou seja, o ponto de vista afirmativo (P) que se opõe a

“no-P”. Diante desses dois pontos de vista, L retifica o argumento “no-P” e afirma que a bancada aguerrida e corajosa está na Casa “para defender a democracia diante desse momento delicado da história do nosso Brasil”.

Logo após o uso do “mas”, que marca a retificação no discurso, o locutor faz uso da expressão “muito mais do que isso”, expressão essa que nos permite perceber uma estrutura semântica além da que se encontra na superfície do texto. Diante dessa expressão, percebemos que existe, no discurso, a presença do “só/apenas” na primeira parte do enunciado, “Uma bancada aguerrida e corajosa [...] –, que está aqui **não** (só/apenas) para defender o Governo”, e a presença do “também” na segunda parte do enunciado, “**mas** (também), muito mais do que isso, para defender a democracia diante desse momento delicado da história do nosso Brasil”.

Percebam que, se ocultarmos a expressão “muito mais do que isso” no texto do locutor, não poderíamos compreender a estrutura “não só/apenas X, mas também Y”. Todavia, a presença dessa expressão no enunciado possibilita a identificação do “só/apenas” oculto na superfície da estrutura.

Diante desses argumentos, visualizamos o seguinte esquema polifônico acionado a partir da estrutura retificadora, “masSN”:

E1: [...] Uma bancada aguerrida e corajosa – não só o PT, mas o PCdoB, o PSOL e outros partidos –, que está aqui para defender o Governo;

E2: [...] Uma bancada aguerrida e corajosa – não só o PT, mas o PCdoB, o PSOL e outros partidos –, que está aqui **não** (só/apenas) para defender o Governo;

E3: **mas** (também), muito mais do que isso, para defender a democracia diante deste momento delicado da história do nosso Brasil.

Em face desses três pontos de vista distintos, o locutor responsável pelo texto (L) apresenta os seguintes posicionamentos: L aprova e identifica-se com E2 e E3 e rechaça parcialmente E1. Nesse trecho, diferentemente do trecho T6C1S4, descrito anteriormente, o posicionamento de L em relação a E1 não é de rechaço total, mas parcial. Isso se justifica pelo fato de L ter apresentado a expressão “muito mais do que isso”, entre vírgulas, no terceiro enunciador, que ativa o termo “só/apenas” e atua como expressão delimitadora no discurso. Portanto, o que garante o rechaço parcial nesse enunciado é o termo “só/apenas” subentendido no texto, porém presente na estrutura profunda da sentença.

Além disso, L constrói graus de argumentatividade, tornando o trecho do enunciado negativo com menos força argumentativa do que o último enunciado, introduzido com o “mas”

acompanhado da expressão “muito mais”. Observemos, a seguir, a descrição semântica da escala argumentativa presente no trecho em análise:

Enunciado: Uma bancada aguerrida e corajosa [...] que está aqui **não** para defender o Governo, **mas**, **muito mais** do que isso, para defender a democracia diante deste momento delicado da história do nosso Brasil.

Conclusão: Os defensores do Governo defendem, principalmente, a democracia.
(conclusão R)

(arg. + forte) p' – “para defender a democracia diante deste momento delicado da história do nosso Brasil.” – introduzido pela expressão conectiva “muito mais”;

p – “para defender o Governo” – introduzido pela marca linguística “não”.

A partir do esquema acima, percebemos que o locutor inseriu graus de intensidade argumentativa estruturando, portanto, uma escala argumentativa. Como argumento mais forte, L marca o último enunciado (p') que ao ser colocado em paralelo com o argumento p , apresenta-se como mais forte mediante a presença da expressão “muito mais”, presente no início do enunciado p' . Então, ao colocar mais força argumentativa no último enunciado, o locutor insere mais importância sobre o segundo argumento do que o primeiro, o que permite concluir que defender a democracia é mais forte argumentativamente do que apenas defender o governo.

Diante disso, não se pode afirmar que a bancada não defende o Governo, mas ela defende o Governo e, não apenas isso, mas também – “muito mais do que isso” – defende a democracia. Nesse caso, percebemos que a retificação, apresentada pelo “mas”, é parcialmente negada pela expressão “muito mais do que isso”, uma vez que o efeito de sentido provocado por essa expressão é de soma. No entanto, esse sentido de adição não anula a retificação possibilitada pela estrutura “não X... mas Y” (“masSN”), dizendo de outra maneira, essa é uma ocorrência de retificação com acréscimo e, ainda, com graus de força argumentativa.

Assim sendo, no trecho T4C2S5 ocorre contra-argumento ativado pela presença do rechaço parcial do enunciador E1, a partir da estrutura retificadora – considerando a presença da correção do argumento de que existe “uma bancada aguerrida e corajosa [...], que está aqui não (só/apenas) para defender o Governo”. Além dessa retificação, percebemos a função aditiva presente no trecho em análise, uma vez que há a soma de dois argumentos (defesa do Governo + defesa da democracia, principalmente). No mais, somada a essas compreensões, notamos a presença de escala argumentativa, a qual confirmou que a força argumentativa sobre o enunciado introduzido pela expressão conectiva “muito mais” é mais forte do que o enunciado

iniciado pelo “não”. Ou seja, a bancada aguerrida e corajosa defende o governo e, principalmente, a democracia.

T2F1S4

Estou convencido de que **não** há golpe em curso no Congresso Nacional. **Ao contrário**, existe um processo de *impeachment* que obedece à Constituição, às leis e ao Regime Interno desta Casa.

(Dep. João Campos – PRB – GO.)

O deputado João Campos realizou o seu pronunciamento na quarta sessão de discussão sobre a abertura do *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff. Nesse discurso, o referido deputado (de agora em diante, locutor – L) conduziu seu texto a favor da abertura do processo, logo, contrário ao Governo da Dilma.

O locutor, após elaborar um breve histórico sobre as atitudes do partido, ao qual é afiliado, e afirmar que esse partido foi o primeiro a deixar a base do Governo Dilma, defende o *impeachment* apresentando o argumento de que “não há golpe em curso no Congresso Nacional”. Por esse argumento possuir estrutura negativa, pressupõe-se, portanto, um ponto de vista afirmativo em oposição ao “no-P”, ou seja, “há golpe em curso no Congresso Nacional”. Logo em seguida, em outro enunciado, o locutor insere o operador “ao contrário”, o qual atua com a função de retificação do enunciado negativo anterior.

A partir dessa consideração, percebemos a equivalência entre “ao contrário” e “mas sim”, operador esse pertencente à estrutura de masSN, ou seja, “não X... mas Y”. Com isso, podemos descrever o esquema semântico do trecho T2F1S4 da seguinte maneira:

E1: Estou convencido de que há golpe em curso no Congresso Nacional;

E2: Estou convencido de que **não** há golpe em curso no Congresso Nacional;

E3: **Ao contrário**, existe um processo de *impeachment* que obedece à Constituição, às leis e ao Regime Interno desta Casa.

Em relação a esses pontos de vista, o locutor responsável pelo texto aprova e identifica-se com E2 e E3, e rechaça totalmente E1. O rechaço total é decorrente da rejeição completa de L em relação ao ponto de vista descrito em E1. Em contrapartida, a aprovação e identificação de L sobre E2 e E3 ocorre pelo fato de ele concordar e assumir esses pontos de vista.

Assim como as demais ocorrências de estruturas retificadoras, a contra-argumentação é marcada, linguisticamente, pela presença do elemento “não” na estrutura do primeiro argumento, o qual aciona um locutor virtual, que profere um enunciado afirmativo oposto ao enunciado negativo do primeiro argumento. A postura de rechaço de L em relação a esse locutor virtual marca a contra-argumentação no discurso.

No mais, a partir desse último trecho descrito, vimos que as ocorrências de “mas^{SN}” não são cristalizadas no operador argumentativo “mas”, no entanto, pode ocorrer a partir de outro operador como, por exemplo, “ao contrário”. Dessa forma, a estrutura semântica desse trecho é “não X... mas Y”, porém, construída pelo operador “ao contrário”, em equivalência ao “mas”.

Esses foram os três casos selecionados para descrição e análise da categoria 5. No entanto, além desses, observamos a presença de mais 19 (dezenove) casos de construções retificadoras nas 5 (cinco) primeiras sessões de discussão sobre a abertura do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados Federais. Dessas 22 (vinte e duas) ocorrências, 7 (sete) foram casos de sentenças retificadoras em discursos contrários ao *impeachment* e 15 (quinze) favoráveis à abertura do processo de *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff.

5.3 Análise dos resultados

Diante da descrição dos dados das cinco categorias de análise desenvolvida nos tópicos anteriores, realizaremos, neste tópico, algumas reflexões acerca dos resultados observados. Antes de iniciarmos essas reflexões, é importante lembrarmos que os dados descritos são trechos que foram coletados dos 20 (vinte) discursos que estão distribuídos nas 5 (cinco) primeiras sessões de discussão dos Deputados Federais sobre a abertura do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Do total de 10 (dez) sessões, selecionamos 4 (quatro) discursos das 5 (cinco) primeiras sessões, 2 (dois) discursos de Deputados Federais contrários ao *impeachment* e 2 (dois) discursos de Deputados favoráveis ao *impeachment*, a fim de analisarmos o comportamento semântico-argumentativo das ocorrências de contraposição.

Ao realizarmos a verificação detalhada de cada discurso selecionado para descrição, percebemos que as marcas linguísticas ativadoras de contraposição que ocorreram mais frequentemente e/ou com mais relevância dentro dos discursos foram as listadas nas cinco categorias de análise descritas na seção anterior deste capítulo. É importante aqui ressaltar que esses diferentes fenômenos, compreendidos nessas cinco categorias, ocorreram conjuntamente

no nosso *corpus* de investigação. No entanto, para fins de análise, foi necessário separá-los em categorias classificando-os conforme as peculiaridades semântico-argumentativas. Mais adiante, retomaremos essa questão a fim de ampliar essa discussão acerca da característica do comportamento dos fenômenos de contraposição no gênero “discurso político de sessão parlamentar”.

Embora não seja o objetivo primeiro para esta análise, é importante aqui quantificar as ocorrências e, a partir desse levantamento, tecer algumas considerações. Vejamos, sumariamente, esse quantitativo de ocorrência de contraposição:

Tabela 2: Quantificação das ocorrências de contraposição no *corpus*

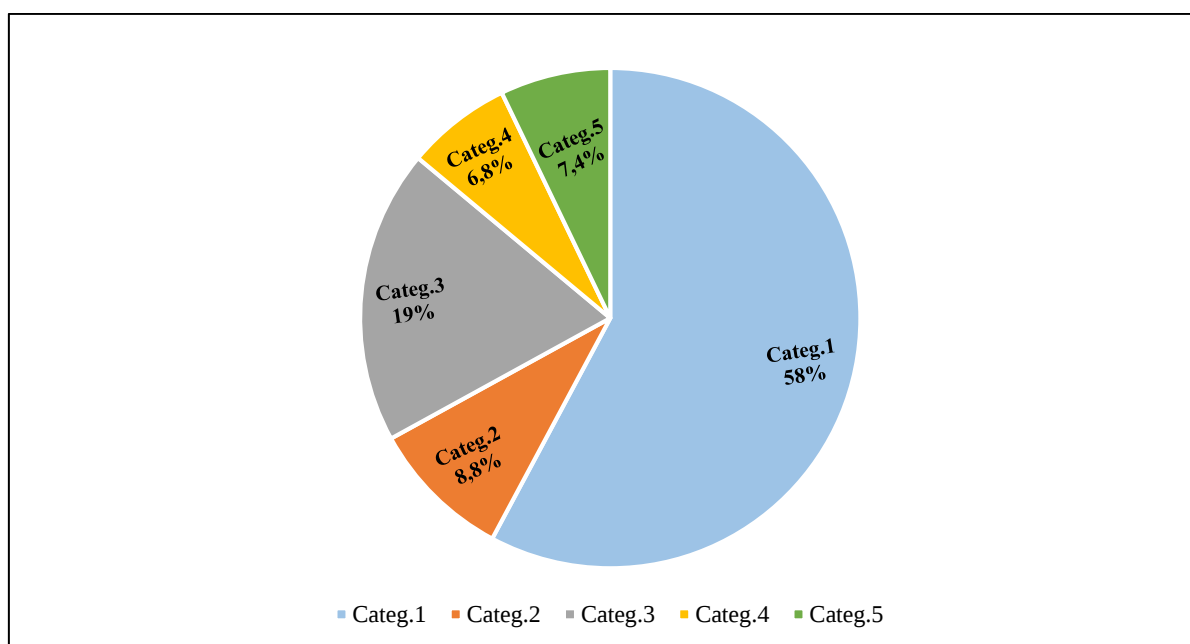
Dados coletados nas cinco (05) primeiras sessões – vinte (20) discursos			
Categorias de análise:	Contrário	Favorável	Total
Categoria 4: Contra-argumento ativado por outros operadores de contraposição;	9	11	20
Categoria 5: Contra-argumento ativado pelo elemento “não” em sentenças retificadoras.	7	15	22
Categoria 2: Contra-argumento ativado por outras estruturas negativas;	20	6	26
Categoria 3: Contra-argumento ativado pelo operador de contraposição “mas”	26	30	56
Categoria 1: Contra-argumento ativado pelo elemento “não”;	85	85	170
Total	147	147	294

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de análise do *corpus* (2021).

Na Tabela 2, observamos que o quantitativo das ocorrências de contraposição nos discursos contrários ao *impeachment* foi exatamente o mesmo dos casos dos discursos favoráveis ao *impeachment*, contabilizando um total de 294 (duzentas e noventa e quatro) trechos de contraposições nos 20 (vinte) discursos separados para descrição e análise. Além dessa semelhança do total de casos no grupo dos discursos contrários e favoráveis, é curioso perceber que também existiu coincidência no quantitativo de trechos da categoria 1 nos dois grupos.

No mais, vemos que a quantidade de trechos da categoria 1 é bem maior do que a quantidade de ocorrências de todas as demais categorias. Vejamos um gráfico de percentual desses números, a partir dos dados da Tabela 2:

Gráfico 1: Dados coletados nas 5 primeiras sessões



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de análise do *corpus* (2021).

Como descrito no Gráfico 1, a categoria 1 corresponde a 58% das ocorrências de contraposição observadas no nosso *corpus* de investigação. Essa categoria compreende as ocorrências de negação, a partir da marca linguística “não”. Vemos, portanto, que a marca de contraposição “não” é uma grande opção de escolha dos locutores responsáveis pelo texto, tanto dos que apresentam posicionamento favorável quanto dos contrários ao *impeachment*, tendo em vista o número elevado dessas ocorrências em relação aos demais casos. Além disso, nessa categoria 1, apareceu a mesma quantidade de trechos nos dois grupos, tanto no grupo de discursos contrários quanto dos favoráveis ao *impeachment*, demonstrando que a ocorrência de negativa com “não” é uma marca de contraposição comum ao *corpus* e não aspecto próprio de um tipo específico de discurso.

Como descrito nos dados da categoria 1, percebemos que o comportamento semântico da negativa com o elemento “não” apareceu da mesma maneira que está previsto na literatura consultada, conforme exposto, detalhadamente, no capítulo 3 desta tese. Ou seja, as contraposições acionadas pela unidade linguística “não” deram-se a partir da ativação de dois enunciadores: um positivo e um negativo, os quais se opõem entre si.

A negativa pelo elemento “não” também ocorreu em estruturas construídas por escalas argumentativas. Essas escalas foram formadas a partir das seguintes expressões: “menos ainda”; “sequer”; “muito menos”. Diante dessas estruturas, percebemos que as unidades linguísticas negativas presentes nos enunciados constituídos de escala argumentativa

apresentam dupla função, ou seja, a função de negativa e a de força gradativa. Essa dupla função dá-se em razão de um determinado argumento e, assim, a contraposição ocorre nesses discursos.

Retomando a quantificação dos dados, notamos que, embora a quantidade de casos negativos com a marca “não” tenha se destacado consideravelmente, os demais casos de contraposição por negativa (categoria 2) não seguiram a mesma característica da categoria 1, ou seja, não ocuparam o segundo lugar no percentual de ocorrências. No Gráfico 1, as ocorrências de negativas com outros operadores aparecem na terceira posição, com o percentual de 8,8%, portanto, atrás da categoria 3 que somou o percentual de 19% do total de casos.

Outro ponto importante, em relação à quantificação dos dados da categoria 2 diz respeito à diferença no número de ocorrências de casos nos discursos contrários e discursos favoráveis ao *impeachment*. Como apresentado na Tabela 2, os casos de negativas com outros operadores foram maioria nos discursos contrários ao *impeachment*, totalizando 74% de casos, enquanto que nos discursos favoráveis somou-se 26%. Dessa forma, diferentemente da categoria 1, em que a quantidade de casos coincidiu nos dois tipos de discursos, nos casos da categoria 2, os locutores contrários ao *impeachment* revelaram preferência por negativas ativadas com outros operadores. Em relação a esse caso, não foi identificado motivo para que esse fenômeno acontecesse.

Acerca dos casos de escala argumentativa, na categoria 2 verificamos duas ocorrências. A primeira é uma ocorrência de escala cujo operador de negação “sequer” marca a gradação no discurso. A outra escala foi escolhida para ser descrita no tópico anterior, trecho T6F2S2, pois apresenta características um pouco diferentes das que apareceram no *corpus*, portanto, interessou-nos observá-la mais detalhadamente. Essa segunda escala argumentativa, assim como as demais, é constituída de marcas linguísticas de negação – “não”, “nem sequer”, “muito menos” – as quais tornam os argumentos negativos e, além disso, insere pesos argumentativos entre eles - uma gradação.

No entanto, a diferença dessa escala argumentativa, em comparação às demais observadas no *corpus*, é o fato de, nela, o locutor ter optado por marcar dois argumentos fortes da escala, o primeiro indicado pelo operador “muito menos”, e o segundo argumento marcado pelo operador “nem sequer”. Dessa forma, diferentemente dos demais casos de escala, no discurso do trecho T6F2S2, o locutor marcou essas duas expressões negativas, as quais apresentam dupla função semântica, a função negativa e a função de força gradativa, em razão de uma determinada conclusão.

Diante da descrição dos dados e observação dos resultados dessas duas categorias de análise (1 e 2) correspondentes à descrição e análise dos enunciados negativos, podemos

perceber que as ocorrências verificadas no *corpus* são formadas por marcas de negação, as quais, em sua maioria, apareceram na forma de casos típicos de “não”. Além desses, ocorreram, em menor quantidade, casos de negativas a partir dos seguintes operadores: “sequer”; “nem sequer”; “muito menos”; “sem”; “nunca”; “nada”; “nem”; “sem nenhum”, “descaracterizar”; “jamais”.

Alguns casos de negativas foram construídos em escala argumentativa, o que revela, portanto, que alguns operadores apresentam dupla função semântica: negação + gradação. Assim sendo, nosso *corpus* evidenciou que há casos do “não” convencional, há casos de negativas convencionais acionadas por operadores diferentes de “não” como também há casos de negativas com dupla função semântica: contrapor argumentos e, ao mesmo tempo, indicar argumentos mais fortes.

Em relação à categoria 3 – contra-argumentos ativados pelo operador de contraposição “mas” –, percebemos que essa foi a segunda categoria que ocorreu no *corpus* com mais frequência, ficando atrás apenas da categoria 1. A elevada quantidade de casos de contraposição, ativados pelo uso do “não” e do “mas”, pode estar relacionada à peculiaridade do gênero “discurso político de sessão parlamentar”, ou seja, pela característica do estilo verbal do gênero. Sendo esse gênero de circulação no contexto político, sugere-se a necessidade de enunciados mais contundentes, ou seja, o próprio gênero, diante da sua funcionalidade, expressa a necessidade de tomada de decisão (consequentemente, de rechaço de pontos de vista contrários), a qual se revela fortemente no estilo verbal, pela presença de enunciados de contraposição.

No capítulo 4 desta tese, apresentamos as peculiaridades do gênero “discurso político de sessão parlamentar” e verificamos, à luz de Bakhtin (2010) e Aristóteles (2007), os três aspectos constitutivos do gênero em questão. Nessa discussão, concluímos que, embora esse gênero pressuponha ser categorizado na modalidade formal da Língua Portuguesa, pelo fato de se realizar socialmente de maneira oral, algumas marcas de informalidades se fazem presentes na versão escrita do discurso que está publicada no suporte “notas taquigráficas”.

Ao analisar as estratégias linguístico-discursivas na oralidade e na escrita, Neves (2012) afirma que, antes de qualquer compreensão acerca da modalidade falada e escrita, deve-se entender que não existe rigidez de dicotomização das características entre elas. Mas, ao contrário disso, toda análise acerca do oral e escrito “[...] estará sendo imperfeitamente vista se uma visão dicotômica radical opuser de um modo irrefletido os extremos das duas modalidades: a língua falada informal, distensa, e a língua formal, cuidada” (NEVES, 2012, p. 139).

É exatamente nesse viés que aqui estamos considerando que a versão escrita dos “discursos políticos”, embora exijam a formalidade da linguagem escrita própria do universo legislativo, pode apresentar características respaldadas na oralidade, tendo em vista a realização inicial do gênero, que é a modalidade oral. A partir dessa percepção, compreendemos que o “discurso político” na sua forma escrita, ocorre da mesma maneira que na sua versão oral e, por esse motivo, reproduz marcas próprias da oralidade e de seus graus de formalidade.

Neves (2012, p. 137), analisando de maneira pragmática a construção do texto oral e escrito, afirma que, na escrita, o locutor realiza um planejamento verbal, enquanto a modalidade oral tem o planejamento simultâneo à produção “de que é protótipo a conversação coloquial”. Logicamente, não podemos desconsiderar o fato de que alguns discursos são realizados na Casa Legislativa dos Deputados Federais de forma lida (texto escrito), no entanto, a nossa investigação repousa sobre o texto taquigrafado, o qual descreve o momento em que ocorreu o discurso, registrando, inclusive, as interferências do líder da sessão, como também dos demais presentes na ocasião.

Portanto, entendemos que a grande frequência de ocorrências da marca linguística “não” e “mas” é, possivelmente, decorrente do próprio gênero “discurso político de sessão parlamentar”, materializado de forma oral. Além disso, podemos considerar que isso também ocorra, talvez, pela familiaridade dos locutores com essas estruturas, as quais se apresentam mais corriqueiramente na linguagem do dia a dia, do que as demais estruturas negativas e contra-positivas. Consequentemente, a pouca frequência dos demais operadores pode se justificar, do ponto de vista pragmático, possivelmente, pela insegurança dos locutores no uso de estruturas linguísticas que não são tão comuns no registro informal da língua.

Ao verificar o número de ocorrências dessa terceira categoria entre os dois grupos de discursos (contrários e favoráveis ao *impeachment*), notamos que existe uma pequena diferença na quantidade de um grupo e de outro. O grupo de discursos contrários apareceu no *corpus* com 4 (quatro) trechos a menos do que o grupo dos favoráveis, ou seja, 46,4% e 53,5%, respectivamente. Tomando como base esse número percentual, podemos considerar que houve um equilíbrio da quantidade de ocorrência dessa categoria entre os dois grupos, o que ratifica as possíveis justificativas apresentadas no parágrafo anterior, quais sejam: estilo verbal característico do próprio gênero “discurso político de sessão parlamentar”; familiaridade do locutor com o uso do operador “mas”; insegurança em relação ao uso dos demais operadores com a mesma função.

Ao analisarmos semanticamente as ocorrências da categoria 3 (“mas”), verificamos que o comportamento no *corpus* ocorreu de igual forma ao que já prevê a literatura investigada nos

capítulos teóricos desta tese. Ou seja, o operador argumentativo “mas” estabelece relação de contraposição nos discursos, pois indicam oposição entre proposições.

Dessa forma, o referido operador apareceu no nosso *corpus* de investigação na forma típica de “masPA”, como descrito por Ducrot (1988). A partir do uso desse operador, o locutor responsável pelo discurso ativa pelo menos quatro enunciadores, os quais, perante eles, o locutor assume diferentes posicionamentos. Como visto na descrição dos dados da categoria 3, em relação ao enunciador 2 (E2), o locutor (L) apresentou rechaço total, como também, rechaço parcial, revelando, portanto, a contraposição no discurso. É assim que L imprime orientação argumentativa nos enunciados.

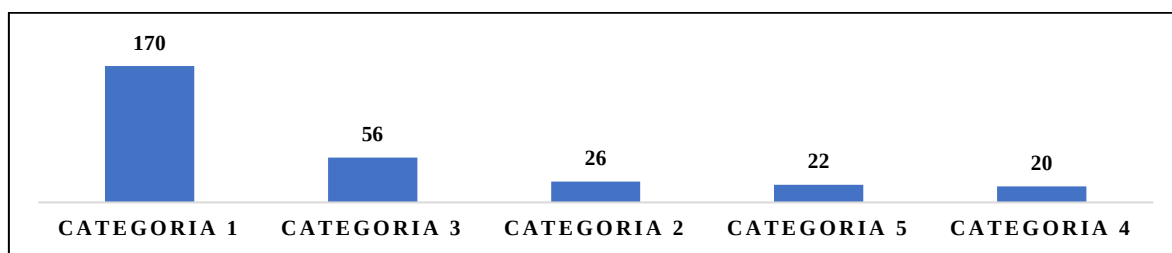
Em relação aos casos pertencentes à categoria 4 – “contra-argumentos ativados por outros operadores de contraposição” –, verificamos que a quantidade de ocorrência no *corpus* foi bem inferior aos casos de contraposição ativados pelo operador “mas”. Embora as ocorrências da categoria 4 assumam a estrutura de “masPA”, semelhante à estrutura da categoria 3, o percentual de casos dessa categoria somou menos do que a metade de casos de contraposição ativados pelo “mas” (categoria 3), 7,4% e 19%, respectivamente.

Essa disparidade reforça a nossa compreensão, apresentada anteriormente, de que os locutores optam, com mais frequência, pelo uso das estruturas mais comuns, uma vez que, observando de maneira pragmática, pode existir, por parte do L, certa familiaridade de uso dessas estruturas e, talvez, insegurança para uso dos demais operadores. Além disso, a própria natureza do gênero “discurso político de sessão parlamentar” assume as peculiaridades da linguagem oralizada, corriqueira, embora seja realizado num contexto de formalidade.

Paralelamente, ao observarmos os casos de contra-argumentos da categoria 3 em relação a todas as demais categorias, verificamos que, enquanto a categoria 3 ocupou o segundo lugar, no que diz respeito à quantidade de casos, a categoria 4 ficou na última posição.

Para melhor visualização dessa classificação, de acordo com o número de ocorrências das cinco categorias no *corpus*, desenvolvemos o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Classificação do número de casos entre as categorias



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de análise do *corpus* (2021).

Como vemos no Gráfico 2, a categoria 4 ocupa o último lugar em relação ao número de ocorrências, com uma diferença de 150 casos, se comparada à categoria 1 (primeira posição), e 36 casos de diferença em relação à categoria 3 (segundo lugar na classificação). Por mais que a quantificação dos dados não seja objetivo principal para a análise dos dados do nosso *corpus*, a observação e análise desses números, ela desperta-nos a curiosidade, uma vez que vemos estruturas linguísticas semelhantes possuírem grande disparidade de ocorrência. É o que acontece, por exemplo, entre o número de casos da categoria 1 e categoria 2, e entre a categoria 3 e categoria 4, como aqui já detalhamos e discutimos.

Acerca do comportamento semântico das ocorrências da categoria 4, verificamos que no nosso *corpus* não houve operadores argumentativos diferentes dos que já foram listados na literatura. No entanto, é curioso percebermos que o operador argumentativo da categoria 4 que ocorreu com mais frequência no *corpus* foi o “e”, o qual, de acordo com a gramática normativa, não é conectivo que designa contraposição (adversidade), mas sim, adição, acréscimo (aditivo).

Do total de 20 (vinte) casos na categoria 4, 14 (quatorze) foram ocorrências de “e”, operador esse que assumiu características de “masPA”. As demais 6 (seis) ocorrências apareceram com os seguintes operadores: “no entanto”; “porém”; “contudo”; “entretanto”.

Ainda sobre a quantificação dos dados dessa categoria, percebemos que houve certo equilíbrio do número de ocorrência dos trechos dos discursos contrários e favoráveis ao *impeachment*. Do total desses 20 (vinte) casos, 9 (nove) foram ocorrências de discursos contrários, e 11 (onze) de favoráveis. Das 9 (nove) ocorrências contrárias ao *impeachment*, 5 (cinco) foram casos de “masPA” ativados pelo operador “e”, e, das 11 (onze) favoráveis, 9 (nove) foram casos de contraposição com o operador “e”. Esse levantamento quantitativo demonstra a clara preferência dos locutores pelo operador “e” com função contrapositiva, embora, tradicionalmente, ele não seja considerado como tal, como discutimos no parágrafo anterior.

Dessa feita, essa citada preferência confirma, novamente, o que apresentamos como justificativa anteriormente. Pelo fato de os demais operadores de contraposição não serem tão usuais na linguagem cotidiana, pode ser que exista, talvez, certa insegurança para utilização dessas unidades linguísticas. Além disso, o “e”, na forma usual da língua portuguesa, assumiu o caráter de operador argumentativo versátil, uma vez que tem incorporado características diferentes da descrita na gramática, dita, tradicional. Essa versatilidade do “e” pode manifestar mais conforto para uso por parte dos locutores, usuários da língua, do que as várias outras unidades linguísticas de operadores de contraposição (conjunção de adversidade, conforme a gramática normativa, dita, tradicional).

No mais, na descrição dos três trechos dessa categoria, percebemos que 2 (dois) dos 3 (três) locutores (L) apresentaram posicionamento de rechaço parcial em relação a um dos enunciadores colocados em cena no discurso. Como já visto na parte teórica dessa tese, segundo Silva (2015), o rechaço parcial ocorre quando o locutor não se posiciona totalmente contrário aos enunciadores (E2 – em caso de “masPA”; e E1 – em caso de “masSN”), por entender que os dois argumentos (E2 e E4, nos casos de “masPA”; E1 e E2, em “masSN”) não são completamente opostos entre si.

Esse posicionamento parcial de L em relação a esses enunciadores ocorre a partir de uma marca linguística presente na estrutura do enunciado (seja na superfície do texto ou na sua estrutura profunda), a qual impossibilita a oposição total entre argumentos. Como vimos, no trecho T19C1S4 (segundo trecho descrito na categoria 4), cujos enunciadores foram postos em cena por causa do operador “no entanto”, o termo “interinamente” possibilita que L não se coloque em total oposição ao argumento do enunciador 2, mas que se apresente parcialmente contrário.

De igual forma, ocorre no trecho T4F2S5 (terceiro trecho descrito na categoria 4), no qual os enunciadores foram ativados pelo operador “porém”, e a marca linguística que permite o comportamento de rechaço parcial de L em relação aos enunciadores é a expressão “ninguém pode estar acima da lei no Estado Democrático de Direito”, uma vez que essa expressão permite o argumento de que “o governo Dilma nem sempre agiu corretamente”. Assim sendo, se o locutor aprova o argumento de que o governo “nem sempre agiu corretamente”, ele não pode rechaçar totalmente o argumento de que “o governo Dilma agiu corretamente”, uma vez que L aprova esse argumento, afirmando que isso não ocorreu em todo o momento, ou seja, “nem sempre” foi assim.

Diante dessas considerações, percebemos que, nos casos de contraposição na estrutura de “masPA” ativados por operadores argumentativos diferentes do “mas”, o operador mais recorrente foi o “e”, o qual, segundo a gramática normativa, não possui classificação padrão de contraposição, mas de adição. Além disso, alguns casos de contraposição foram ativados a partir de rechaço parcial do locutor em relação ao segundo enunciador, isso por causa de um termo/expressão que restringe a possibilidade de rechaço total de L sobre E2.

Na categoria 5, descrevemos as ocorrências de contra-argumento, manifestadas a partir da estrutura de “masSN”. Como dito nos capítulos teóricos desta tese, nós nos filiamos ao entendimento de Silva (2015), o qual considera existir contraposição nas estruturas de “masSN” ativado pelo “não” presente na superfície dessa estrutura linguística: “não X, mas Y”. Partindo dessa compreensão, observamos a ocorrência de 22 (vinte e dois) casos de contraposição

acionados pela palavra “não” em enunciados com “masSN”, conforme apresentado, anteriormente, na Tabela 2.

Em comparação ao total de trechos das demais categorias, como descrito na Tabela 2, a categoria 5 ocupa o penúltimo lugar na classificação. Ou seja, esse tipo estrutura contrapositiva está entre as que os locutores menos preferem utilizar nos discursos. Além disso, percebemos que essa pouca preferência revelou-se, principalmente, nos discursos do grupo contrário ao *impeachment*, o qual contabilizou um percentual de 31,8%, enquanto o grupo favorável somou o total de 68,1% (7 casos contrários e 15 casos favoráveis).

A partir da descrição dessas ocorrências, verificamos que, assim como apresentado no capítulo teórico dessa tese, a contraposição ativada pela estrutura “masSN” acontece pelo “não”, o qual aciona um enunciador positivo e um contrário a ele. Além desses dois enunciadores, essa estrutura coloca em cena o terceiro enunciador que corresponde ao argumento inserido no discurso por causa do “mas” retificador. Diante desses três enunciadores, L assume diferentes posicionamentos: rechaço; aprovação e identificação.

Além dessa forma típica do “masSN”, no nosso *corpus*, verificamos casos de retificação com acréscimo. Nesses casos, o “masSN” apresenta uma estrutura diferente da estrutura convencional, uma vez que se insere no enunciado um termo que possibilita soma de argumentos. A estrutura convencional do “masSN” é “não X, mas Y”, no entanto, a estrutura da retificação com acréscimo é “não só/apenas X, mas (também) Y”.

Em trechos desse tipo, percebe-se, facilmente, o caráter de soma de argumentos. Podemos aqui dizer, inclusive, que a soma é a função primeira desse tipo de estrutura, uma vez que o termo “só/apenas” e “também” (que, em muitos casos, não está presente na superfície do enunciado) acionam a ideia de acréscimo. No entanto, essa não é a única função semântica inserida na sentença. Na descrição da categoria 5, vimos que existe contraposição ativada pela estrutura retificadora diante dos posicionamentos que L assume perante os pontos de vista postos em cena no enunciado.

No segundo trecho descrito na categoria 5, trecho T4C2S5, vimos que a retificação com acréscimo não está nitidamente presente na superfície do texto, mas pode ser percebida na estrutura profunda do enunciado. Desse modo, o contra-argumento desse trecho pode ser compreendido mediante o posicionamento do locutor, o qual apresenta rechaço parcial pelo fato de a estrutura, em si, não possibilitar oposição total. Dizendo de outra maneira, a estrutura “não só/apenas X, mas (também) Y” possibilita uma compreensão de restrição no discurso – por meio do termo “só” ou “apenas presente na primeira parte do enunciado –, o que contribui, de alguma forma, para o rechaço parcial de L em relação a E1.

Além do rechaço parcial descrito na estrutura “não só/apenas X, mas (também) Y”, vimos que apareceram trechos em que o contra-argumento foi posto no discurso a partir da estrutura retificadora marcada pela expressão linguística “ao contrário”. No *corpus* verificado, essa expressão ocorreu em dois trechos e, em ambos, assumiu a função de “masSN”.

A partir da nossa leitura e estudo da literatura pesquisada, que contempla os estudos semânticos, percebemos que não há relato de ocorrência de variação de operadores argumentativos na função de “masSN”. No entanto, embora tenha aparecido apenas duas ocorrências no *corpus* dessa pesquisa, verificamos que o “ao contrário” pode assumir a característica de operador de retificação e, além disso, possibilitar contra-argumentação no discurso. Assim, a estrutura de “masSN” não se apresenta fixada no operador “mas”, uma vez que a marca linguística “ao contrário” comprovou que não há a cristalização do “mas” como o único operador desse tipo de estrutura.

Diante dessas análises, percebemos que o contra-argumento nos discursos das sessões da Câmara dos Deputados Federais para abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff revela-se através de cinco formas diferentes, ou seja, a partir do “não”, de alguns outros operadores de negação, do “masPA” na forma de “mas” e outros operadores de contraposição e do “masSN”. A partir do uso desses elementos, o locutor revela posicionamentos discursivos, os quais possibilita a compreensão da contraposição nos enunciados, possibilitando, portanto, a verificação dos efeitos de sentido dos discursos.

A partir deste ponto, queremos retomar um aspecto apresentado no início da discussão deste tópico de análise, quando afirmamos que os fenômenos de contraposição ocorrem em conjunto no gênero “discurso político de sessão parlamentar”.

Na tentativa de facilitar, visualmente, a percepção do comportamento desses fenômenos dentro do *corpus* investigado, traremos, a seguir, um trecho do discurso do Deputado Bacelar (PTN-BA), vejamos:

Exemplo 26:

[...]

Durante esses dias, tenho lido muito, em jornais nacionais e internacionais, sobre o processo que atravessamos e me chamou a atenção uma notícia publicada na imprensa francesa: a de que o Brasil está a um passo de depor uma Presidente eleita com mais de 54 milhões de votos para entregar o comando desta Nação a alguém que **não** tem **sequer** 3% das intenções de voto para Presidente nas próximas eleições, segundo as pesquisas de opinião.

Sem qualquer ofensa ou demérito do Vice-Presidente Michel Temer, esta é a verdade nua e crua. É uma verdade que, por si só, torna ainda mais

evidente a tentativa de golpe. Torna ainda mais patentes as manobras de um grupo que tenta tomar no grito, para usar uma expressão bem brasileira, o poder que **não** tem condições de conseguir pela vontade do povo. Foram eles quatro vezes fragorosamente derrotados.

Eu, pela crença inabalável que tenho das leis e na democracia, continuarei dizendo “não” a este *impeachment*, que **não** passa de um golpe. Repito: as minhas convicções **não** estão à venda e, a meu ver, **nada** nas denúncias apresentadas ou no relatório do Deputado Jovair Arantes comprova que a Presidente Dilma Rousseff tenha incorrido nos crimes de responsabilidade de que a acusam.

Esta é a minha posição. Continuarei votando “não” porque tenho um compromisso com o meu País e com o meu povo. **Não** quero entrar na histórica como integrante de um golpe. **Porém**, acredito que a democracia **não** busque a unanimidade, **mas** o respeito às opiniões alheias, para que possa prevalecer a opinião da maioria.

[...]

(Sr. Bacelar, sessão 085.2.55.O, p. 125)

No exemplo anterior, todos os destaques na cor amarela são marcas linguísticas ativadoras de contraposição. Aqui, não pretendemos descrevê-las e analisá-las individualmente, uma vez que isso já foi realizado, detalhadamente, nas partes anteriores deste capítulo. No entanto, pretendemos deixar nítida a percepção de que as unidades ativadoras de contraposição no gênero “discurso político de sessão parlamentar” ocorrem conjuntamente e isso coopera, significativamente, para a construção da contra-argumentação no discurso.

Todas as ocorrências de contraposição estão imbricadas na tessitura do discurso. Vejamos que, no primeiro parágrafo do exemplo 26, temos em destaque dois termos negativos que ativam posicionamento de rechaço dentro do discurso, como também apresenta certa força gradativa, respectivamente, por meio do “não” e “sequer”. De maneira sequencial e interligada, o locutor apresenta outra marca ativadora de contraposição introduzindo o parágrafo seguinte. Essa marca, assim como as do parágrafo anterior, também apresenta sentido de negativa, a qual ativa posicionamento de rechaço e, consequentemente, tem-se a contraposição no discurso.

Na sequência, observamos a presença de mais outras cinco ocorrências de negativas, quatro delas ativadas pela marca linguística “não”, e uma pelo termo “nada”. Em todas essas ocorrências, verificamos a presença de polifonia de enunciadores, no qual percebe-se pontos de vistas diferentes e sobre eles o locutor realiza posicionamentos, inclusive, de rechaço, revelando a contraposição no discurso.

Na sequência, no último parágrafo do exemplo 26, temos a presença de outros dois fenômenos de contraposição: a contraposição ativada por um operador de contraposição, “porém”, e a contraposição ativada pelo elemento “não” em sequências retificadoras.

Salientamos que esses dois casos, assim como as demais, estão ocorrendo em conjunto dentro do discurso, de tal forma que é difícil separá-los para organizar as ocorrências em categorias distintas de análises, uma vez que estão completamente interligadas contruindo um todo significativo no tocante à semântica do discurso. Portanto, é a partir dessa forma de apresentação desses fenômenos da língua em uso que a contra-argumentação ocorre no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, ou seja, vários fenômenos diferentes de contraposição, atuando conjuntamente no *corpus* que é a representação real da língua em uso.

Além de todos esses fatores até aqui apresentados, percebemos, também, que as marcas linguísticas ativadoras de contra-argumentos ocorreram com certa semelhança, tanto nos discursos contrários, quanto nos favoráveis ao *impeachment*, provando, assim, que a contra-argumentação está na própria natureza da língua(gem), não nas estratégias estabelecidas a partir dos fatores externos a ela. Assim sendo, é relevante aqui afirmar que a contraposição é uma marca argumentativa bastante privilegiada entre os locutores do gênero “discurso político de sessão parlamentar”, uma vez que essa marca revelou-se bastante contudente a partir das observações e análises aqui desenvolvidas.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho científico desenvolvido a partir da perspectiva semântico-argumentativa, consequentemente linguístico-discursiva, exige do pesquisador bastante concentração no que diz respeito ao comportamento da língua em sua forma específica de manifestação. Para tanto, é necessário um certo afastamento dos aspectos presentes na superfície dos textos, mas que foram motivados por fatores externos à língua, ou seja, os aspectos sociais, tais como percepção do mundo, memória, história, valores e morais. No entanto, o trabalho do cientista da Semântica Argumentativa, especialmente aqueles com *corpora* coletados de situações interacionais, não pode se afastar da observação da língua em uso e é nesse sentido que nós desenvolvemos a nossa pesquisa, na observância dos fenômenos linguísticos a partir da manifestação real da língua em uso, ou seja, da realização concreta de um gênero discursivo.

Dessa feita, após estudarmos os pressupostos que dão sustentação teórica à pesquisa e olharmos detalhadamente o *corpus* de investigação, percebemos que alguns fenômenos linguísticos ativadores de contra-argumentação no gênero “discurso político de sessão parlamentar” se destacam, dada a quantidade de ocorrência. Na tentativa de investigar de que maneira ocorre a estratégia de contra-argumentação, no tocante aos fenômenos semântico-argumentativos, nos discursos políticos dos Deputados Federais nas sessões de discussão sobre a admissibilidade do processo de *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff, desenvolvemos, primeiramente, os capítulos teóricos desta tese.

No capítulo 2 (dois), nos dedicamos aos estudos desenvolvidos pela teoria da Nova Retórica e aos princípios básicos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), os quais apresentam definições acerca da argumentação/refutação/contraposição/contra-argumentação. Com isso, vimos que a Nova Retórica afirma que a força do argumento está apontada para os elementos fora da estrutura da língua, nas informações contidas no contexto social, nas relações do mundo. É por esse motivo que, segundo essa teoria, o orador deve orientar a argumentação, estabelecendo estratégias, a fim de evitar prováveis refutações.

A TAL nega a retórica pelo fato de considerar que a argumentação está na língua e, portanto, não é a capacidade técnica do orador que insere a argumentação no discurso – a fim de evitar refutações – tal como afirma a retórica. Dessa forma, no capítulo 2 (dois), verificamos divergências e convergências entre as citadas teorias e, por fim, concluímos que a contra-argumentação, segundo a Semântica Argumentativa, consiste na reorganização argumentativa

do discurso a partir de fenômenos linguísticos, tais como a negação discursiva e operadores de contraposição.

Sob esse viés, assim como a TAL, nós compreendemos que a própria língua se revela argumentativa e, a partir das marcas linguísticas colocadas no discurso, o locutor orienta sua argumentação, consequentemente, revela seu posicionamento de contraposição. Com base nessa compreensão teórica, no terceiro capítulo, verificamos – a partir da Teoria da Polifonia de Ducrot e dos estudos dos operadores argumentativos – que a contraposição no discurso ocorre por meio dos elementos de negação e operadores de contraposição, além de outros que não foram evidenciados nesta pesquisa por não serem nosso foco de investigação e análise.

No capítulo seguinte, capítulo 4 (quatro), desenvolvemos um estudo sobre o gênero “discurso político de sessão parlamentar”, no qual verificamos peculiaridades relativas aos três aspectos constitutivos dos gêneros discursivos: conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional (BAKHTIN, 2010). Após compreendermos detalhadamente as características do referido gênero e iniciada a observação do *corpus* de investigação, percebemos que o próprio gênero condiciona posicionamentos polarizados em relação ao tema da sessão parlamentar, ou seja, o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

Assim sendo, verificamos que os fenômenos linguísticos ativadores de contra-argumentação aparecem no *corpus* diante da natureza do gênero, ou seja, os locutores que realizam o discurso político nessas sessões desenvolvem seus posicionamentos, geralmente, retomando o que o outro – de posicionamento contrário – havia dito, ou, em caso de ainda não ter sido exposto o posicionamento contrário, eles buscam antecipar o que possivelmente dirão os membros do grupo divergente. Nesse sentido, o “discurso político de sessão parlamentar” exige do locutor a postura de exposição de suas opiniões, de forma a tornar inviável o discurso contrário. Na ocasião de discussão sobre admissibilidade do processo de *impeachment*, a ausência de posicionamento não é aceitável, ou seja, é plenamente admissível os posicionamentos claramente favoráveis ou contrários à pauta de discussão.

Portanto, ao considerarmos que naturalmente o gênero “discurso político de sessão parlamentar” constitui-se de discursos plenamente polarizados, sem admitir posicionamentos de neutralidade, torna-se esperada a ocorrência demasiada de fenômenos linguísticos ativadores de contra-argumentos. Esses fenômenos aparecem com muita frequência no *corpus* exatamente por causa da necessidade provocada pelo gênero, tendo em vista o momento político em que o gênero se realiza, dada a circunstância de possível *impeachment* do presidente da República.

Diante dessas considerações, é importante compreendermos que, no gênero em discussão, os discursos que se dão no nível da retificação se realizam em razão dos

posicionamentos que já estavam marcados, o que torna ainda mais curiosa a investigação de quais os efeitos de sentido gerados a partir das ocorrências de contra-argumentação presentes nos discursos do grupo de deputados contrário e favorável ao *impeachment*. A partir dessa percepção construímos a hipótese de que a contra-argumentação, no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, manifesta-se de maneira polifônica, por meio da negação e de operadores de contraposição, e essas construções polifônicas possibilitam diferentes comportamentos semântico-argumentativos do locutor em relação aos enunciados postos em cena.

Com o desenvolvimento da análise do *corpus*, verificamos que nossa hipótese foi confirmada, uma vez que a maioria dos discursos manifestaram contra-argumentação por meio de marcas linguísticas polifônicas. A partir do levantamento quantitativo do *corpus*, vimos que as marcas linguísticas, ativadoras de contra-argumentos, que apareceram com mais frequência são a negação, com o elemento “não” e o operador de contraposição “mas”.

Além disso, comprovamos que o locutor assume diferentes posicionamentos em relação ao dito. Em determinados enunciados de retificação, o comportamento do locutor foi de rechaço total, em alguns outros enunciados, o locutor apresentou rechaço parcial e, em algumas construções, o locutor contrapõe argumentos e ainda marca o argumento mais forte. A partir dessas comprovações constatadas após desenvolvimento da análise e discussão dos resultados alcançados, respondemos, portanto, à seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira ocorre a estratégia de contra-argumentação, no tocante aos fenômenos semântico-argumentativos, nos discursos políticos dos Deputados Federais nas sessões de discussão sobre a admissibilidade do processo de *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff e quais os efeitos de sentido gerados a partir das ocorrências de contra-argumentação presentes nos discursos do grupo de deputados contrário e favorável ao *impeachment*?

No que concerne aos objetivos de pesquisa, apresentamos como objetivo principal investigar fenômenos semântico-argumentativos que cooperam para a construção da contra-argumentação registrados nas notas taquigráficas dos discursos dos Deputados Federais nas sessões de pronunciamentos sobre a acusação de crime praticado pela presidente Dilma Rousseff, a fim de compreender os efeitos de sentido resultantes do comportamento do locutor diante dos enunciados produzidos. Tomando como foco o alcance desse objetivo maior, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar e mapear as ocorrências de contra-argumentação no gênero “discurso político de sessão parlamentar”, em textos proferidos por Deputados Federais; b) Descrever e analisar as ocorrências semântico-argumentativas de contra-argumentação mais recorrentes no *corpus*; c) Verificar os efeitos de sentido gerados a

partir das ocorrências de contra-argumentação mais recorrentes nos pronunciamentos dos Deputados Federais nas sessões de discussão sobre crime; d) Analisar os posicionamentos enunciativos dos locutores responsáveis pelos discursos nos enunciados de contra-argumentação catalogados no *corpus*.

Para cumprimento desses objetivos traçados, inicialmente, selecionamos todas as ocorrências de contra-argumentação presentes nos discursos dos Deputados Federais nas 5 primeiras sessões sobre a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Após realizada a catalogação dos fenômenos ativadores de contra-argumento, selecionamos os discursos para descrição e análise no capítulo cinco desta tese.

Assim sendo, no capítulo 5 (cinco), elaboramos a descrição e análise semântico-argumentativa dos trechos correspondentes às categorias que guiaram a catalogação do *corpus* e, então, observamos os efeitos de sentido produzidos em cada enunciado. Diante dessa observação, percebemos que os efeitos de sentidos são orientados discursivamente, uma vez que o locutor faz uso de recursos linguísticos indicadores de polifonia de enunciadores. Ao utilizar elementos linguísticos ativadores de contraposição, o locutor coloca em cena pontos de vista e assume diferentes posições perante eles, como detalhadamente demonstramos no capítulo de análise.

Os elementos linguísticos ativadores de contra-argumentos, em especial a negação e os operadores de contraposição, cooperam para confirmar o posicionamento do locutor em relação à pauta em discussão nas sessões parlamentares. Verificamos que, com a negação, tanto com o uso elemento “não” quanto das demais marcas de negação, os locutores colocam em cena dois pontos de vista, um positivo e outro oposto ao positivo.

É interessante notar que os pontos de vista positivos, colocados em cena a partir do uso da negativa, são argumentos utilizados pelo grupo contrário à opinião defendida pelo locutor (L). Ao fazer uso da negação, o locutor evidencia o discurso do grupo contrário, na forma de enunciador positivo (E1), e, perante ele, L se posiciona contrário, ou seja, o rechaça. Com isso, L reafirma seu posicionamento - favorável ou contrário do *impeachment* – e marca a contra-argumentação dentro do discurso. Isso significa que o locutor do gênero “discurso político de sessão parlamentar”, ao fazer uso de elementos linguístico de contraposição, procura compartilhar com o seu interlocutor a sua opinião, mas, não apenas isso, ele pretende colocar em cena o discurso alheio (oposto ao seu) para evidenciar a sua contra-argumentação.

Verificamos o mesmo fenômeno nas ocorrências de trechos com a presença de operadores de contraposição. As análises demonstraram que esses elementos linguísticos se comportam de maneira polifônica no discurso e, com isso, o locutor coloca em cena pelo menos

quatro enunciadores e sobre eles assume diferentes posicionamentos. Assim como ocorre nos casos de negação, com os discursos em que aparecem operadores de contraposição, a grande maioria dos enunciadores rechaçados são argumentos pertencentes (ou possíveis de serem atribuídos) ao grupo oposto ao defendido pelo locutor. Dizendo de outra maneira, nessas construções linguísticas, o enunciador rechaçado pelo locutor que, por exemplo, defende o *impeachment* apresenta teor argumentativo contrário ao *impeachment*, ou seja, o locutor rechaça o ponto de vista defendido pelo grupo contrário.

Nas análises dos casos de operadores em sentenças retificadoras, percebemos que o elemento “não”, presente na estrutura “não X... mas Y”, aciona um locutor virtual, o qual profere um enunciado afirmativo, oposto ao enunciado negativo do primeiro argumento, e o rechaço do locutor em relação ao enunciado afirmativo é o que marca a contra-argumentação no discurso. Em alguns casos, o locutor rechaça o enunciador afirmativo e esse enunciador, geralmente, está (ou pode ser) relacionado ao argumento do grupo contrário ao locutor, da mesma maneira que ocorre nos casos de negação e operadores de contraposição, explicados anteriormente.

No entanto, nos trechos com presença de sentenças retificadoras com acréscimo – estrutura “não (só/apenas) X... mas (também) Y” – o locutor não apresenta rechaço total do enunciador afirmativo, uma vez que existe a ideia de adição inserida na estrutura. Assim, o locutor coloca em cena o ponto de vista da oposição e o apresenta como algo limitado, acrescentando-lhe outro enunciador, o qual nos permite compreender o rechaço parcial do locutor e a informação acrescentada ao discurso. Em outras palavras, o locutor faz uso de sentenças retificadoras com acréscimo, a fim de corrigir o argumento da oposição e acrescentar um ponto de vista no qual apresenta identificação. Com isso, o locutor apresenta o seu posicionamento, mas também marca a contra-argumentação.

Além desses fatores, percebemos que nosso *corpus* revelou a ocorrência de algumas sentenças retificadoras marcadas pelo operador argumentativo diferente do que encontramos na literatura dos estudos semânticos. Até então, as pesquisas desenvolvidas mostraram que os casos de “masSN” ocorrem a partir do operador “mas”, todavia, em alguns “discursos políticos de sessão parlamentar” apareceram trechos de sentenças retificadoras cujo operador é o “ao contrário”. Isso reforça nossa compreensão de que a língua não pode ser entendida como estática, fixada às regras previamente estabelecidas, mas é mutável, dinâmica e adaptável a depender da necessidade motivada pelo uso.

No mais, os resultados das investigações e análises apontaram que no gênero “discurso político de sessão parlamentar” as ocorrências de contra-argumentação, a partir dos elementos

estudados, ocorrem concomitantemente. Ao fazer uso de variados elementos linguísticos ativadores de contraposição, o locutor cumpre o que é esperado em sessões parlamentares cuja pauta é a discussão sobre admissibilidade do processo de *impeachment* do presidente da República, ou seja, não deixa dúvidas sobre seu posicionamento (favorável ou contrário), como também busca desprestigiar o ponto de vista contrário ao dele. Dessa forma, os Deputados Federais revelam, linguisticamente, a subjetividade, pois orientam argumentativamente o discurso e também o reorientam argumentativamente - ou seja, contra-argumentam.

Assim sendo, por meio desta pesquisa de caráter semântico-argumentativo esta tese contribui com o campo da investigação linguística, principalmente dos estudos da Semântica Argumentativa, pois comprova que a negação (“não” e outros elementos negativos) e operadores de contraposição (“mas” – na forma de *masPA* e *masSN* – e outros operadores de contraposição), são elementos que se constituem característica de contra-argumentação no gênero investigado. Por assim serem, permitem-nos postular que são fatores constitutivos do próprio estilo linguístico do gênero “discurso político de sessão parlamentar”.

A partir do estudo detalhado do nosso *corpus*, verificamos que o gênero “discurso político de sessão parlamentar” é bastante rico e sua investigação não se esgota com esta pesquisa, uma vez que muitas outras podem ser desenvolvidas posteriormente. No tocante aos aspectos de natureza enunciativa/pragmática, algumas pesquisas podem ser desenvolvidas a fim de compreender a origem dos discursos dos Deputados Federais, como também, analisar a construção dos discursos, a partir da observação do sujeito empírico e seu posicionamento político ideológico. Esses são, portanto, entendimentos de natureza Pragmática e, por esse motivo, não são questões que motivaram a nossa atenção nesta pesquisa, uma vez que nosso foco de análise está alicerçado na observação dos fenômenos semântico-argumentativos manifestados no *corpus*.

As questões apresentadas anteriormente são bastante relevantes e curiosas para investigações e estudos no campo da linguística, as quais poderão ser desenvolvidas em investigações posteriores. Esses são alguns exemplos, mas acreditamos que ainda existem outras possibilidades de investigações, colocando como base diversas outras teorias linguísticas.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J-C; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1994.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. Autour d'une définition linguistique des notions de voix collective et de ON-locuteur. **Recherches linguistique**. Université Paris, n. 31, p. 29-64, 2010.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. Le ON-locuteur: une entité aux multiplex visages. In: BRES, Jacques et al. **Dialogism et polyphonie**. Paris: De Boeck Supérieur (Champs linguistiques), p. 75-94, 2005.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. **Mediatividade, Omini-locutores, y marcadores del discurso**. El caso del francés actual: on sait que, on prétend que, on raconte que, on admet que. Archivum, n. 64, p. 7-26, 2014.

ARISTÓTELES. **Retórica**; Tradução Marcelo Silvano Madeira. – São Paulo: Rideel, 2007.

AUTHIER, J. **Ces mots qui ne vont pas de soi. Boucles réflexives et noncoïncidences du dire**. Paris: Larousse, 1995.

BAKHTIN, Milhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. (1ª edição 1992). Tradução: Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 262-306.

BAKHTIN, Milhail Mikhailovitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. Registros das sessões. Website: **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma> . Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

CARMO, Bougleux Bonjardim da Silva. **As construções com o conector mas e a contra-argumentação na organização tópica de uma elocução formal**. Língu@ Nostr@ - Revista Virtual de Estudos de Gramática e Linguística do Curso de Letras da Faculdade de Tecnologia IPCU – FATIPUC, v. 5, n. 2, p. 90-89, 2017.

CARVALHO, A. G. **O arrazoado por autoridade e a modalização discursiva: estratégias de argumentação no gênero Projeto de Pesquisa de TCC**. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Linguística). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CARVALHO, Aleise Guimarães; MORAIS, Maria Eliane Gomes; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Operadores de contraposição na introdução das redações do ENEM**. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, v. 3, p. 5-27, 2020.

COSTA, Antonio Vianez da. **O uso dos operadores mas e embora nos textos argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio**. Manaus, UFAM, 2015. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009, p.113-126.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**: leis lógicas e leis argumentativas. São Paulo: Global editora, 1981.

DUCROT, Oswald. Los bloques semánticos. In: CAREL, Marion. **La Semántica Argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semânticos. Buenos Aires: Colihue, 2005, p. 10-50.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes. Tradução de Le dire et le dit. 1987.

DUCROT, Oswald. **Os topoi na Teoria da Argumentação na Língua**. Revista Brasileira de Letras. v.1, nº 1, p. 1-11, inverno, 1999.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentacion**. Universidade del Valle - Cali. 1988.

DUCROT, Oswald. Sémantique linguistique et analyse de textes. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, (35): 19-36, jul./dez. 1998.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. **Descrição argumentativa e descrição polifônica**: o caso da negação. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 43, nº 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A entrevista**: um olhar argumentativo. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **O Gênero Discursivo Charge**: Leitura e Ensino. Texto da comunicação apresentada no V Encontro sobre Mídia, Educação e Leitura no IV COLE – Congresso de Leitura do Brasil. Campinas-SP: ALB/UNICAMP, 22 a 25 de julho de 2003.

GARCÍA NEGRONI, Maria Marta. **La teoría de la argumentación lingüística**: De la teoría de los topoi a la teoría de los bloques semânticos. In: RODRÍGUEZ SOMOLINOS, A. (coord.) **Lingüística francesa**, Madrid, Liceus E-Excellence, ISBN 84-9822-157-9, 29 páginas, 2005.

GARCÍA NEGRONI, Maria Marta. **Los discursos del saber**: prácticas discursivas y enunciación académica. Buenos Aires: Editoras del Calderón, 2011.

KOCH, Ingedore. G. Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore. G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONTTIN, Livia Pretto. **A Linguística de Corpus aliada ao ensino/aquisição de L2**. In: I Seminário Internacional de Aquisição da Linguagem (I SIAL), 2011. Porto Alegre. (Anais). Porto Alegre: EDIPUCRS.

NASCIMENTO, E. P. do; SILVA, J. M. da. O fenômeno da Modalização: estratégias semântico-argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A argumentação na redação comercial e oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 63 – 100.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro: a Polifonia – recurso modalizador na notícia jornalística**. João Pessoa: UFPB, 2005. (Tese de doutorado).

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. **A polifonia nos gêneros acadêmicos e formulaicos: a construção de sentidos a partir da evocação da palavra alheia**. Porto Alegre: Revista Letras de Hoje, v. 50. 2015.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. **Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura.. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura.. **Texto e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Hermano Aroldo Gois. **Operadores de contra-argumentação em redações do ENEM: por uma análise linguístico-discursiva**. Revista Leia Escola, v. 18, n. 3, 2018.

OLIVEIRA, Maria Rodrigues de. **Discurso parlamentar: retextualização e (des)cortesida em foco**. 2016. 182 f. Doutorado em Língua Portuguesa – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PACHECO, G.. **Retórica e Nova Retórica: a tradição grega e a Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman**. Cadernos PET-JUR/PUC-RIO, Rio de Janeiro, p. 27-47, 2011.

PERELMAN, Chaim. **O império retórico: Retórica e argumentação**. ASA Editores II, AS. 1999.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: A nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMALHO, Ana Cristina de Macêdo. **A importância do registro taquigráfico para o processo legislativo**. 2007. 111 f. (Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor, da Câmara dos Deputados). Curso de Especialização em Processo Legislativo, Brasília, 2007.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução I.C. Benedetti. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Marcos Antônio da. **O *mas* na produção textual**: uma análise semântico-discursiva. João Pessoa, UFPB, 2010. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Marcos Antônio da. **Os operadores de contraposição no gênero resumo acadêmico**: perspectiva linguístico-discursiva. João Pessoa, UFPB, 2015. (Tese de Doutorado).

TAQUIGRAFIA EM FOCO. História. Website: **Taquigrafia em foco**, 2020. Disponível em: <http://www.taquigrafiaemfoco.com.br/historia.htm>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Categoria 1: Contra-argumento ativado pelo elemento “não.

APÊNDICE B - Categoria 2: Contra-argumento ativado por outras estruturas negativas.

APÊNDICE C - Contra-argumento ativado pelo operador de contraposição “mas”.

APÊNDICE D - Contra-argumento ativado por outros operadores de contraposição.

APÊNDICE E - Contra-argumento ativado pelo elemento “não” em sentenças retificadoras.

APÊNDICE A

Categoria 1: Contra-argumento ativado pelo elemento “não”.

• Sessão 1

T1C1S1

Não há como afastar qualificação deste momento fórmula deste processo, como a farsa, é uma verdadeira façanha. **Não** é possível pensar em fazer julgamentos quando a ausência de crime. Se **não** há crime, **não** há que se fazer julgamento!

T2C1S1

As defesas apresentadas pela Presidenta Dilma são absolutamente incontestáveis. Aqui se viu a diferença: de um lado, a acusação, com conteúdo panfletário, sem indicar qual é o crime; de outro lado, a demonstração cabal de que **não** existe crime que justifique o encaminhamento, o acatamento deste pedido de *impeachment*.

T5C1S1

Não adianta dizerem por aí que já alcançaram o número suficiente. **Não** o terão. E, no domingo, nós vamos derrotar essa tentativa de golpe. (*Palmas.*)

T2C2S1

Por que um golpe parlamentar? Querem um golpe parlamentar para destruir e desconstruir direitos do povo brasileiro que estão na Constituição Federal. **Não** conseguiram realizá-lo por eleições. A oposição, desde 2001, **não** vence eleições no Brasil. E ela agora quer voltar ao poder por meio de uma conspiração, de um golpe parlamentar.

T3C2S1

Dilma Rousseff e teve 54 milhões de votos do povo brasileiro nas eleições de 2014. A Oposição **não** se conformou e, desde então, busca impedir o Governo de governar, buscar desestabilizar o Governo, e agora quer retirar o Governo

T5C2S1

E eu vou dizer por que um governo parlamentar. Eles querem tirar a presidente sem previsão constitucional. **Não** há previsão constitucional.

T6C2S1

Ocorre que a hipótese constitucional do *impeachment* **não** se configura em relação à Presidente Dilma Rousseff. Por que não se configura? Nesse relatório que **não** tem base jurídica, o relatório inepto do deputado Jovair Arantes, a presidente Dilma Rousseff é acusada de ter editado seis decretos sem autorização legislativa. Ora, ela teve a acusação legislativa: o art. 4º da lei orçamentária anual diz que podem ser feitos remanejamentos, mediante decretos, desde que **não** mudem a meta fiscal. Ela contingenciou o orçamento, fez remanejamentos sem ampliar as despesas. Ela **não** alterou a meta fiscal, apenas alterou a natureza das despesas. Os decretos foram filtrados, quanto a sua legalidade, por mais de 20 órgãos públicos. Igualmente, o vice-presidente Michel Temer editou decretos semelhantes a esses.

T7C2S1

Esses decretos não só foram legais, constitucionais, como foram decretos meritórios, na medida em que destinaram recursos às Universidades Federais, às investigações da Polícia Federal, a outros poderes, a exemplo dos recursos destinados a construção de um fórum trabalhista em Minas Gerais. Portanto, esses decretos foram editados. Não houve problemas com eles.

T9C2S1

A segunda denúncia do relatório é a de que, quanto ao Plano Safra, a natureza do contrato teria sido de operação de crédito. Não foi operação de crédito; foi contrato de prestação de serviço para financiamento da agricultura familiar com data para pagamento e punições e penalidades, no caso de eventuais atrasos, previstos. É como se, por exemplo, na relação locador e locatário, o locatário atrasasse o pagamento do aluguel, sofrendo as penalidades do contrato. Portanto, não é operação de crédito.

T10C2S1

Portanto, no tocante a essa acusação que chamam de pedaladas, eu desafio algum brasileiro a encontrar esse termo em nossa legislação. Não há o termo pedaladas no ordenamento jurídico brasileiro. Essa é uma linguagem esportiva, é uma linguagem de palanque, não uma linguagem jurídica.

T11C2S1

E ainda a mais – pasmem, senhores –, pois o contrato do Plano Safra É gerenciado pelo Conselho Monetário Nacional e não tem qualquer relação com a Presidenta da República. Portanto, atribuíram a ela responsabilidade ela disse que não são dela, a exemplo da gestão do Plano Safra

T13C2S1

Dilma não cometeu nenhum crime: não cometeu crime de responsabilidade, menos ainda atentou contra a Constituição federal. Quem atenta contra a Constituição Federal, quem atenta contra o povo são exatamente aqueles que propõem o *impeachment* à Presidente da República.

T14C2S1

Esses atentam contra a soberania popular, porque a nossa Constituição não prevê o instrumento de *recall*, para retirar governos com baixa popularidade, como não prevê o voto de desconfiança, próprio do parlamentarismo.

T15C2S1

Portanto circula não há morte do chefe de estado, não há renúncia, não há novas eleições e não há *impeachment*. Isso aqui não é *impeachment*; isto é um golpe.

T17C2S1

Essa conspiração da elite brasileira com parte da mídia e com parte do Parlamento é podridão, e da podridão não nasce o novo, da podridão não nasce esperança. Sem legitimidade não se pode governar, e legitimidade vem das urnas

T19C2S1

Por isso eles não ganharam a eleição, não venceram o pleito. Por isso querem tirar a presidente na “mão grande”, no “tapetão”.

T20C2S1

Domingo, o povo brasileiro irá às urnas, as redes sociais, com eles os juristas brasileiros, os intelectuais, os operários, os camponeses, e, junto com uma base muito forte deste parlamento, **não** permitirá que prossiga esse atentado contra a Presidente.

T21C2S1

Portanto, **não** há fato que justifique a retirada da Presidenta da República, segundo a Constituição Brasileira.

T22C2S1

Por último, eu conclamo os Srs. Parlamentares: **não** permitam que seja colocado em suas biografias um golpe de Estado na democracia brasileira, construída pelo nosso povo e tão importante para nós.

T1F1S1

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, cidadãs e cidadãos brasileiros que neste momento nos acompanham através da TV Câmara por este Brasil todo, antes de começar o meu discurso, como o tempo é curto, **não** vou fazer 1 minuto de silêncio, vou fazer 10 segundos de silêncio.

T2F1S1

Esse é o silêncio da infraestrutura do País, que, no ano que vem, **não** tem dinheiro para tapar buraco da estrada. **Não** se trata de começar obra nova, **não**. Esta nação, que já esteve entre quinta, a sexta e a sétima economia do mundo, **não** tem recurso para tapar buraco de estrada no ano que vem

T3F1S1

Esse é o silêncio aqui o povo brasileiro **não** vai se submeter. O povo brasileiro vai continuar nas ruas neste final de semana, porque **não** quer mais este Governo. Refiro-me à grande maioria, **não** àquele que recebeu financiamento para ir às ruas protestar, em uma prática comum do PT e dos partidos aliados. Espontaneamente, o povo brasileiro vai às ruas dizer que **não** quer mais este Governo

T4F1S1

Este **não** é um voto que dou com alegria. **Não** é um voto sobre o qual venho aqui falar, em nome do meu partido, nesta sessão de hoje, com alegria.

T7F1S1

Ulysses Guimarães, na promulgação da Constituição, que o PT **não** assinou, disse o seguinte:

“A moral é o cerne da pátria a corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam. [...]”

T8F1S1

A presidente enfiou o país em um buraco econômico, em um nó político que ela **não** tem competência para desatar. E a história de golpe já passou, porque *impeachment* está na Constituição brasileira, na Constituição que o PT **não** assinou – por Várias e várias oportunidades, tentou aqui “impeachmar” presidentes como Fernando Henrique Cardoso, como Itamar Franco. Então, vale para João, mas não vale para Manuel?

T11F1S1

Por isso, senhoras e senhores brasileiros que nos assistem neste momento, com tristeza nós vamos ter que tirar essa Presidente. Nós gostaríamos de estar batendo palmas para bons programas, de estar batendo palmas para uma economia em evolução, e não de estar constatando que ela cometeu falhas administrativas, erros constitucionais; que ela se apoderou de recursos públicos que **não** tinha o direito constitucional de obter. Isso fez com que este Congresso, após a perda do controle político e administrativo da Nação, que enfiou a Nação em um buraco sem fundo, tivesse que tomar a atitude que 90% do PSB apoia.

T1F2S1

Devemos reafirmar a importância de nossas instituições na consolidação da nossa democracia e que existe um só Brasil, uma só sociedade, um só povo e uma só Pátria; **não** há muros na nossa Constituição.

T2F2S1

A decisão do meu voto **não** se motiva pelo espectro ideológico, nem pelo insucesso do Governo na condução da política econômica, mesmo sendo de muita relevância, pois essa condução tem levado o País a uma profunda crise, mas a decisão é pelos crimes de responsabilidade cometidos.

T5F2S1

Entendo que a existência de qualquer crime, por qualquer pessoa, **não** está atrelada à concretização judicial de sua persecução penal.

T7F2S1

O pagamento de despesas **não** obrigatórias (PRONATEC, FIES, Ciência Sem Fronteiras, entre outros programas sociais) para que as contas públicas **não** apresentassem déficit, que **não** fez.

- **Sessão 2**

T1C1S2

Eu **não** vou debater com o Deputado que usou a tribuna anteriormente — **não** me refiro ao Deputado que formulou a questão de ordem —, pelo grau de intolerância, de ódio e de ataque generalizado a um grupo político; pelo grau de preconceito que a fala desse Parlamentar que me antecedeu procura levar ao Brasil. É o que eu chamo de cultura do ódio e da intolerância daqueles que querem fazer desses sentimentos a ferramenta de conquista do poder.

T3C1S2

O povo brasileiro **não** é um povo de ódio e de intolerância. Desculpe-me o Deputado que me antecedeu, mas o povo brasileiro quer soluções para os problemas do País. O grande debate que nós realizamos hoje **não** é um debate entre Governo e Oposição; **não** é um debate pró-Dilma ou contra Dilma; **não** é um debate do partido A, B ou C contra o PT; é um debate sobre a democracia brasileira.

T5C1S2

A democracia brasileira está sendo cada vez mais atacada, desde o momento em que a Oposição decidiu desrespeitar o resultado eleitoral de outubro de 2014. A Oposição multiplicou teses, mas a tese central que move todas essas ações que agora chegam ao seu ponto culminante, Deputado Chico Alencar, é a tese de derrubar um Governo democraticamente eleito e colocar

no poder um grupo que **não** teve votos para chegar ao poder. A tese central é a tese do golpe a qualquer preço. É a tese do vale-tudo no meu projeto de poder.

T6C1S2

Não é questão de partidos; a questão é de dignidade e respeito ao voto do cidadão brasileiro. Vamos dar nome a esse golpe: o que querem o Deputado Eduardo Cunha e Sr. Michel Temer, os dois capitães do golpe, é acabar com as eleições diretas. Esta é a questão central: **não** têm votos para ganhar a eleição e querem chegar, através de eleição indireta, de forma indigna, ao poder, que só pode ser delegado pelo voto do cidadão brasileiro. Esse é o artigo central da Constituição.

T11C1S2

Eu vejo Deputados que têm ética, história. Esses Deputados **não** podem montar um governo que terá como Vice-Presidente um dos homens mais corruptos desta República.

T1C2S2

É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que **não** estamos discutindo apenas e tão somente o direito de uma Presidente da República de seguir no cumprimento do seu mandato.

T2C2S2

Sr. Presidente, a defesa do Estado Democrático de Direito **não** se limita à simples submissão a uma lógica formal, subordinada à letra da lei, obediente às vedações legais.

Por esta e outras razões, a classe dirigente, numa democracia, **não** tem o direito de ensurdecer, como acontece nos regimes totalitários.

T4C2S2

Contudo, o mergulho na amplitude de teses que foram expostas neste colegiado **não** nos dá direito à cegueira. Ainda que esta cegueira seja patrocinada pela mais honesta, porém ingênua, convicção cívica.

T5C2S2

Sras. e Srs. Deputados, naquela ocasião, a escola golpista mostrava a sua face deletéria. Aquela sabotagem advogava um golpe sob a alegação de que o Presidente JK **não** teria conseguido a maioria absoluta dos votos naquela eleição, uma exigência, senhoras e senhores, que **não** passava pela cabeça do Constituinte de 1946.

T6C2S2

Sua análise apurada implicará o reconhecimento de aspectos constitucionais que **não** admitem dúvida no âmbito da admissibilidade desse processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

T7C2S2

Estou convencido, Sras. e Srs. Deputados, de que os eleitores brasileiros do plebiscito de 1993 escolheram o sistema presidencialista com falsas expectativas. Ninguém disse para o eleitor que o afastamento de um chefe de governo só **não** é uma excepcionalidade no sistema parlamentarista. Nós vivemos hoje o presidencialismo.

Sr. Presidente, estou certo de que boa parte da maioria dos eleitores do presidencialismo **não** estava devidamente esclarecida sobre as reais peculiaridades do seu funcionamento.

T9C2S2

Não foi por acaso, senhoras e senhores, que o Constituinte estabeleceu todo um conjunto de ingredientes necessários para a configuração de um processo de *impeachment* no presidencialismo. Fora desses pressupostos, qualquer processo de *impeachment* é inconstitucional!

T12C2S2

Portanto, Sr. Presidente, a defesa da legalidade **não** admite a sabotagem que pretende autorizar o espírito parlamentarista numa conspiração contra o presidencialismo brasileiro. Enquanto **não** houver um sistema de governo parlamentarista implantado no Brasil, este Plenário ainda terá de se render à verdade que condiciona o *impeachment* ao registro de um atentado à Constituição, um ato doloso, uma excepcionalidade capaz de abalar os alicerces do Estado, conforme vaticínio do Prof. Eduardo Cardozo.

T14C2S2

Não houve dolo, Sras. e Srs. Deputados, porque a Presidente confiou no juízo do Tribunal de Contas da União, que reiteradamente aprovou as contas de Governos anteriores que adotaram o mesmo expediente fiscal. **Não** houve dolo, Sras. e Srs. Deputados, porque os pareceres técnicos de órgãos oficiais de assessoramento da Presidência da República garantiram a legalidade dos créditos e da retenção de repasses devidos aos bancos do Governo.

T15C2S2

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, **não** há controvérsia no que diz respeito à impropriedade apontada pela defesa da Presidente Dilma Rousseff, aqui mesmo, nesta Casa.

T16C2S2

O interesse dos investimentos externos no Brasil, Sr. Presidente, foi coibido pelo aprofundamento da guerra política, ocasionada pela iminência de um pedido de *impeachment* que **não** encontra argumentos sólidos para sua sustentação.

T2F1S2

É importante reafirmar que houve crime e que **não** há golpe. Um pai de família, um cidadão comum, se cometer um homicídio, é preso.

T4F1S2

A Presidente Dilma **não** é apenas sórdida. Ela está pagando aqui uma pena não apenas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também pelos crimes contra os valores da família, que defendemos dentro de casa. Ela mentiu para o seu povo. Ela enganou o seu povo. O que ela fez com a sociedade brasileira **não** há como ser mensurado — talvez com anos de cadeia. Quantos morreram? Quantos morreram acreditando em suas promessas? A morte **não** é apenas o óbito da vida física, é também a morte de sonhos, a morte de esperanças, a morte de tudo aquilo que se quer transgredir para o próprio futuro.

T5F1S2

A Presidente Dilma, com aquele desejo de poder, fez o vale-tudo: tudo pode, custe o que custar. Perdeu sua compaixão e **não** teve um pinga de espírito público e sentimento pelo cidadão brasileiro.

T6F1S2

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são apenas intermediários de contratos, **não** podem bancar a festança do PT e da própria Presidente Dilma. Se fosse assim seria fácil: eu **não** pagaria o meu cartão de crédito e simplesmente diria: “*Segura meu débito por 15 meses*”. O dinheiro desses bancos é público!

T7F1S2

O grande problema de tudo isso é que a Presidente Dilma **não** entendeu o que está claro na Constituição: a punição para Presidente da República que comete crime de responsabilidade é o seu *impeachment*. *Impeachment* **não** é golpe.

T9F1S2

O *impeachment* da Presidente Dilma **não** é apenas por uma questão ou duas, é pelo conjunto da obra! É a sordidez de um partido, Deputado Bruno Araújo, que passou uma história plantando esperança e pregando revolução.

T11F1S2

O sentimento da Presidente Dilma teria que mudar a partir de agora para ela pelo menos entender pelo que os brasileiros estão clamando. **Não** são apenas as vaias no avião, nos restaurantes, os gritos das ruas ou o pedido de todos pelo *impeachment*. Ela realmente deveria se reinventar como ser humano, **não** como Presidente, **não** como petista, **não** como alguém que comanda um partido que se tornou uma quadrilha dentro da República brasileira.

T13F1S2

Como assim? O Brasil **não** é do partido vermelho ou azul. Esse muro na frente do Palácio do Planalto é um retrato daquilo em que o PT transformou o Brasil: um Brasil de dois lados; um Brasil de três lados — o branco contra o negro, o religioso contra o ateu, o índio contra o produtor. **Não** é isso que queremos. Esta Pátria é de todos. Nós somos filhos da mesma Pátria. O PT **não** pode continuar fazendo isso. Nós **não** vamos deixar o PT nos transformar no que ele transformou o Brasil, porque esta Pátria vai ter uma resposta no domingo.

T14F1S2

O Brasil **não** pode ser dois, **não** pode ser dividido entre quem os defende e quem é contra eles. O Brasil é um só, com opiniões diferentes, com cores diferentes, com setores diferentes, cada um dentro da sua estrutura. O agricultor mais rico **não** pode ser pior do que o agricultor mais pobre, e vice-versa. O Brasil **não** pode continuar sofrendo desse mal de divisão.

T15F1S2

Eu **não** quero mais ouvir o outro lado do plenário dizer: “*Vocês não amam o País*”. Nós amamos, sim, o País. E tenho certeza de que V.Exas. também o amam. Mas a diferença não está em amar ou não amar; está no egoísmo, está em tentar manter-se no poder a qualquer custo.

T17F1S2

Essa história acabará neste domingo, Deputado Jutahy Junior, porque o *impeachment* **não** foi algo inventado em 2015, **não** foi pedido apenas por fatos de 2014; foi pedido por um conjunto de atos praticados desde o começo.

T18F1S2

Agora, não! Agora é a vez do Brasil dos brasileiros. O *impeachment* não é contra a Presidente Dilma. O *impeachment* não é a favor de quem vai substituí-la. O *impeachment* é a Constituição na mão de cada um, fazendo o certo pelo Brasil, pelos brasileiros.

T1F2S2

Passamos a pesar os prós e os contras, se valia a pena ou não prosseguir com o modelo atual de governança, de condução do Brasil.

E não se trata, absolutamente, de uma tentativa de dividir o País, como muitos querem propagar. Não se trata de uma luta de classes nem de rixa entre siglas partidárias ou mesmo ideologias.

T3F2S2

Trata-se de atingirmos a maturidade para entender que, se um representante do povo não está à altura do cargo a ele concedido por votação direta, não merece, então, permanecer no núcleo de decisões de um país de dimensões continentais como o Brasil, decisões que afetam o dia a dia da população e que podem fazer de nós uma referência mundial — positiva ou negativamente.

T4F2S2

Não há o irreversível nesse caso. Não há o “imexível”, como profetizou o ex-Ministro Magri, mal comparando, numa outra “era”, em também se cassou um presidente eleito democraticamente — aliás, o primeiro —, por corrupção.

T5F2S2

Enquanto órgão auxiliar do Congresso Nacional, a nossa Corte de Contas, com sua excelência em fiscalização e orientação pública, já alertava o Governo Federal de que poderia haver problemas para serem aprovadas as finanças da União. E ajustes não foram realizados.

T8F2S2

Foi um período em que também aos brasileiros foi cerceado o direito de conhecerem a verdadeira situação das contas públicas, falidas, na tentativa de atrasar a “chegada” da crise econômica aos cidadãos, a fim de não atrapalhar o projeto eleitoral e de poder de um grupo de pessoas que, evidentemente, não busca o bem comum.

T9F2S2

Pelo País afora, não são poucos os relatos de desemprego e de dificuldades financeiras. Há uma centena de matérias diariamente, na imprensa nacional e nos veículos de comunicação regionais ou locais, sobre a quebraadeira por que passam os mais diversos setores da economia brasileira.

T10F2S2

Eu não posso, neste momento, virar as costas para a população do meu País e do meu Estado.

T11F2S2

E ainda, o PP tem a promoção de uma política de desenvolvimento econômico autosustentável, que tenha preocupação primordial com a geração de empregos, a busca da equidade econômica e a realização da justiça social, por meio de adequados mecanismos de desconcentração da renda e da riqueza, tanto pessoal quanto regional.

Definitivamente, isso **não** é o que vivemos atualmente.

E **não** podemos fechar os olhos neste momento. O Brasil inteiro já sabe que as pedaladas fiscais constituem crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária. Números **não** mentem. **Não** há o que se discutir.

T12F2S2

Tentam passar a ideia de que os meios justificam os fins. Meias verdades viraram moda... **Não** saber do que se passa diante do nariz virou prática de governo... Desonestidades são justificadas como se fossem naturais e necessárias...

Assim como **não** existe meia verdade, **não** existe relatividade na questão ética. A virtude é um valor absoluto. A virtude é inegociável, intransferível!

T14F2S2

Todos nós aprendemos que o exemplo tem que vir de cima. Uma nação cujo governo mente e desrespeita a sua constituição **não** está ensinando coisa boa para os nossos jovens e para as nossas crianças. Um governo que abusa do poder econômico em nome do povo **não** tem legitimidade ética para nos representar.

• Sessão 3

T1C1S3

Apesar do extenso relatório do Deputado Jovair Arantes, ficou claro, pela defesa do Advogado-Geral da União, em três oportunidades — duas na Comissão e uma neste plenário —, que essas acusações **não** têm substância. São acusações vazias, são questões que **não** têm profundidade, são questões que **não** revelam crime de responsabilidade nesse processo todo. Portanto, nós só podemos concluir que este é um processo de golpe, é um processo em que se visa desrespeitar a Constituição Federal.

T3C1S3

E é por isso que no Brasil existem cada vez mais manifestações contra esse golpe. O povo brasileiro abriu o olho! **Não** são somente personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados que protestam; é a população que vai às ruas, são os movimentos sociais do campo e da cidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os trabalhadores do movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas, e até mesmo as torcidas organizadas dos times de futebol, que **não** suportam mais esse processo que visa fazer com que a nossa população sofra.

T4C1S3

E contamos com o apoio da maioria dos Deputados desta Casa. Contamos até mesmo com o apoio daqueles que queiram votar aqui pelo *impeachment*, porque o Brasil **não** pode parar, o povo brasileiro **não** pode ser sacrificado.

T1C2S3

Quando um jornal de fora observa isso, **não** há por que nós **não** considerarmos que a grande imprensa brasileira, a grande mídia brasileira, faz parte, como todos nós já observamos, deste complô e deste conluio golpista que hoje se estrutura no País.

T3C2S3

Destaco, sem nenhum medo, particularmente o Sistema Globo de rádio, televisão e jornal. E digo isso destacando o *The New York Times*, porque, de fato, há muitos criminosos,

ou, pelo menos, acusados de crime neste plenário. Eles sobem à tribuna com um discurso ético, como paladinos da moral, a começar pelo Presidente da Câmara, que já **não** deveria estar sentado nessa cadeira.

T4C2S3

Não é justo imaginar que pessoas que estão hoje presentes como réus no Supremo Tribunal Federal, ou são acusados em várias ações penais, queiram retirar do cargo uma mulher que **não** teve nenhum enriquecimento nesse período, **não** é responsável por nenhum crime, **não** é investigada por nenhum crime, **não** é ré em nenhuma investigação.

T6C2S3

E, do lado de fora, **não** tenhamos ilusão, há um comando, sim, na elite paulista, certamente articulado com um comando lá fora.

T7C2S3

Falando nisso, eu posso dizer que, com a divisão da sociedade brasileira, V.Exas. colocam aqui um governo saído, ungido de um processo que V.Exas. **não** consideram golpe e acham que vai dar paz, equilíbrio e união nacional.

T9C2S3

Ora, por favor! Um governo ilegítimo que surge da violação da Constituição brasileira, sem voto, é um governo que **não** governa, que terá nas ruas um confronto necessário para que esse governo **não** siga adiante. Com esse governo ungido por um golpe, o Sr. Michel Temer **não** conseguirá sair às ruas, **não** terá condição de caminhar pelas ruas do Brasil, porque 204 milhões de brasileiros **não** aceitarão um governo ilegítimo neste País, principalmente decorrente de um golpe inescrupuloso, indigno e violador daquilo que há de mais importante no Brasil, que são os parâmetros e as regras da convivência democrática.

T11C2S3

Nós temos clareza de que foi uma tentativa de certos órgãos da imprensa, durante todo esse período, dizer que V.Exas. já ganharam. Ora, podemos afirmar aqui com galhardia, altivez e firmeza: V.Exas. já perderam. V.Exas. **não** terão os 342 votos! V.Exas. **não** terão os dois terços! (*Palmas.*)

Aliás, hoje a *Folha de S.Paulo*, que tanto os apoiou, já fez um editorial dizendo que o *impeachment* **não** é o caminho. A *Folha de S.Paulo* já divulgou que o *impeachment* perdeu quórum. O *Globo* já fez isso, imaginem! V.Exas. vejam que **não** têm mais nenhuma condição de colocar esse sorriso no rosto. Aliás, “*quem ri por último ri melhor*”, já diz o povo. E V.Exas. saberão no domingo o lugar de V.Exas., que é o lugar de quem vai ter que aceitar a derrota, aceitar a democracia.

T12C2S3

Tudo o que V.Exas. fizeram até aqui V.Exas. vão ter que engolir. E vão ter que parar de falar. Têm que lavar a boca para falar da Esquerda brasileira e para falar da Presidenta Dilma. Ela **não** cometeu nenhum crime, e **não** há nenhuma razão para ficar na boca de alguns que, incriminados e réus no Supremo, levantam a boca para falar de moral.

T13C2S3

Moral é respeitar a democracia, respeitar a Constituição e respeitar o povo brasileiro. Isso é o que V.Exas. **não** conseguem fazer. Repetem-se ali numa denúncia vazia.

T4F1S3

Não existe democracia onde imperam a corrupção e a falta de credibilidade do Governo.

T6F1S3

Chega de ladroagem! O povo **não** suporta mais! As eleições estão aí. Muita gente vai ser varrida. Muita gente está se achando, mas não está plugada com as ruas.

T1F2S3

Este momento faz parte de uma história que, provavelmente, **não** gostaríamos de estar participando. Eu estou na vida pública há algum tempo, já vi muita coisa nessa vida pública, vi justiças e injustiças, mas não gostaria de estar aqui neste momento. Eu **não** gostaria de ter que explicar para a Nação brasileira o papel do Parlamentar.

T8F2S3

Queríamos sair daquelas reuniões com a esperança de mudar este País, mas nós **não** conseguíamos, porque ele realmente não dava objetividade às nossas conversas e às nossas ações.

T10F2S3

O tratamento **não** pode ser diferenciado. E nós sabemos como esses Prefeitos estão vivendo, muitos deles enfrentando situações dramáticas com suas famílias pela punição que a Justiça, às vezes, com justiça o fez.

T11F2S3

A Presidente, que deveria ser o exemplo maior para todos nós, comete um crime, e o Sr. Ministro da Justiça ou o senhor responsável pela Advocacia-Geral da União vem aqui nos dizer que o crime dela é pequeno. **Não** há crime pequeno. Há crime.

T14F2S3

Teve popularidade alta, claro, porque governou para muitos, num pequeno momento, **não** pensando num Governo do futuro.

T15F2S3

Posteriormente, quanto à análise econômica do Governo da Presidente Dilma, ela trouxe todos os problemas do Governo Lula do ponto de vista econômico. Enfrentou ventos desfavoráveis, **não** administrou como nós queríamos e foi, sem dúvida alguma, um Governo ineficiente.

Mas a análise **não** só fica na política, a análise **não** só fica na área econômica; ela passa pela análise ética. Esta, sim, é grave em nosso País. E começou lá atrás, quando Lula criou a turma do Lula.

T17F2S3

Mais uma vez, quero dizer ao PT que eu **não** o ataco. Eu ataco os elementos do PT que fizeram parte do Governo Lula. Ali se criou a turma; ali se criou uma organização criminosa que assaltou os cofres públicos.

T18F2S3

Claro que naquele momento passaram despercebidamente, porque os ventos econômicos se tornavam favoráveis. Nós **não** víamos os rombos; nós **não** víamos os desfalques; nós **não** víamos os desvios.

T20F2S3

Mas isso entrou no Governo da Presidente Dilma, e ela **não** teve capacidade de se desvencilhar da turma do Lula. Isso contaminou e feriu mortalmente o seu Governo.

T23F2S3

Por favor, façam uma reflexão, **não** se deixem enganar pelos contos de fadas que estão lhes oferecendo. **Não** se deixem levar, porque o arrependimento será muito grande.

T25F2S3

Não contrariem o povo brasileiro, porque V.Exas. serão cobrados no futuro.

- **Sessão 4**

T2C1S4

O refrão **não** era mais “o mar de lamas”. O refrão era o “comunismo que alcançava o País”, para justificar, então, a desconstituição, depois de se ter constituído no Congresso Nacional a possibilidade de um parlamentarismo que não era de fato parlamentarismo, mas sim um confronto ao presidencialismo.

T4C1S4

Veio a ditadura militar. Esses períodos em que nós resistimos, em que nós procuramos conscientizar o povo brasileiro e procuramos lutar pela democracia **não** foram só períodos de cerceamento da liberdade, de cerceamento da expressão. Eles foram longos períodos em que perdemos gerações do povo brasileiro.

T5C1S4

Por isso, entre as razões, entre os argumentos pelos quais achamos que a admissibilidade do *impeachment* **não** deva ser acolhida, nós começamos pela responsabilidade de quem tem esse legado, de quem tem um partido trabalhista, de quem tem um partido que teve inspiração nessas lideranças — o velho PTB, o PTB de Getúlio Vargas, e o PDT de Leonel Brizola.

T7C1S4

Portanto, nós ainda participamos do Governo, ao contrário de outros partidos, como o PP, o PMDB e o PSD, que até ontem — e isso **não** é figurativo —, até ontem participavam efetivamente do atual Governo do Brasil, e não só com ocupação de Ministérios. Isso **não** seria participação. **Não**! Participavam efetivamente, direcionando políticas públicas.

T9C1S4

Esses partidos respondiam pela política pública da saúde. **Não** há política pública mais relevante do que a da saúde.

T10C1S4

Dizer, agora, que **não** participavam do Governo, que **não** tinham responsabilidade no Governo que criticam, no Governo que dizem estar eivado de corrupção e que julgam sumariamente pela corrupção é uma falácia! Isso é algo que **não** cabe no bom debate, na racionalidade.

T13C1S4

Aqui, sobejamente, desfilaram antes de nós as manifestações da grande maioria dos partidos que integram a Oposição. E quais foram os principais argumentos para o *impeachment*? Mau governo, corrupção. Ninguém defende a corrupção, muito menos o PDT, mas está comprovado que a corrupção é sistêmica, e ela **não** envolve só o setor público nacional; ela envolve o setor privado nacional. Isso está nas páginas de todos os inquéritos, está nas páginas de todas as apurações. Ora, isso **não** é motivo suficiente para desconstituir um governo! Isso **não** é motivo suficiente para ruptura!

T14C1S4

Qual é a imputação? Qual é a tipificação? Qual foi o crime praticado pela Sra. Presidente da República? Defendem os opositores, e o próprio relatório, do qual divergimos, que é o crime de responsabilidade por infração ao Orçamento nacional, através da publicação de decretos que **não** teriam legalidade.

T17C1S4

Por tudo isso, pelas razões expostas anteriormente, pelo nosso legado, pela nossa responsabilidade, a principal razão pela qual o PDT é contra o *impeachment* é a defesa da democracia, a defesa do Estado Democrático de Direito. Aberto o precedente, **não** haverá democracia nem Estado Democrático de Direito que garantam as eleições nos Estados federados, as eleições nos Municípios nacionais, que foram realizadas democraticamente pelo voto popular.

T18C1S4

Estamos aqui falando para o povo brasileiro, para aqueles que nos assistem: **não** se iludam! **Não** se iludam! O fato de este Parlamento, esta Câmara, no domingo, votar a favor ou contra o *impeachment* **não** oferece uma alternativa, uma luz para solucionar os problemas nacionais.

T20C1S4

Vamos raciocinar. Isso é muito importante. Determinado o afastamento da Presidenta, assume o Vice-Presidente. Será, no entanto, um presidente que vai assumir com interinidade, com todo respeito aos eufóricos que constroem aqui um futuro governo. Isso é fato. **Não** há como fugir disso.

T21C1S4

Em segundo lugar, ele vai assumir sem legitimidade, porque as próprias pesquisas mostram isso e aqui mesmo, nesta Casa, o debate que se processa mostra que **não** há legitimidade suficiente para aquilo que é mais importante para o Brasil.

T2C2S4

Não tenham dúvidas: o golpe contra um Governo legalmente eleito é uma ferida aberta na democracia. Quando votarmos, estaremos fazendo história. A cada Deputada e a cada Deputado caberá decidir se quer passar à história do Brasil apoiando o golpe ou a democracia!

T3C2S4

Não se enganem: assim como os brasileiros que se referiram ao golpe militar como o redentor hoje se referem a ele como o golpe de 64, no futuro, esta tentativa de *impeachment*, que **não** tem base legal ou moral, será conhecida, se for aprovada pela maioria dos Deputados, como o “golpe de 16”. E cada um dos que votarem “sim” terá a sua parte de culpa nesse golpe.

T4C2S4

Durante esses dias, tenho lido muito, em jornais nacionais e internacionais, sobre o processo que atravessamos e me chamou a atenção uma notícia publicada na imprensa francesa: a de que o Brasil está a um passo de depor uma Presidente eleita com mais de 54 milhões de votos para entregar o comando desta Nação a alguém que **não** tem sequer 3% das intenções de voto para Presidente nas próximas eleições, segundo as pesquisas de opinião.

T6C2S4

Sem qualquer ofensa ou demérito do Vice-Presidente Michel Temer, esta é a verdade nua e crua. É uma verdade que, por si só, torna ainda mais evidente a tentativa de golpe. Torna ainda mais patentes as manobras de um grupo que tenta tomar no grito, para usar uma expressão bem brasileira, o poder que **não** tem condições de conseguir pela vontade do povo. Foram eles quatro vezes fragorosamente derrotados.

T7C2S4

Eu, pela crença inabalável que tenho nas leis e na democracia, continuarei dizendo “não” a este *impeachment*, que **não** passa de um golpe. Repito: as minhas convicções **não** estão à venda e, a meu ver, nada nas denúncias apresentadas ou no relatório do Deputado Jovair Arantes comprova que a Presidente Dilma Rousseff tenha incorrido nos crimes de responsabilidade de que a acusam.

T11C2S4

A Oposição é cega e por isso **não** tem o apoio das ruas. Vocês querem colocar a estabilidade financeira, a estabilidade fiscal acima do bem-estar do povo. Por isso, vocês **não** passarão nesta tentativa de golpe. Os brasileiros vão reagir, estão reagindo a isso. O Nordeste está de olho aberto em vocês.

T1F1S4

Ao tomar posse, jurei cumprir a Constituição da República e as leis. Tenho pautado a minha atuação tendo como parâmetro este juramento, e **não** será agora, na votação do *impeachment*, que agirei diferente.

T3F1S4

Em todos esses casos em que o Governo ou os seus apoiadores foram à Suprema Corte, o objeto das ações **não** foi nenhuma questão de mérito. Foi sempre questão de natureza procedimental.

T4F1S4

Por que **não** propuseram ação atacando o mérito, sustentando, por exemplo, que as condutas da Presidente Dilma **não** constituem crime de responsabilidade? Porque sabem que os crimes de responsabilidade estão configurados. Logo, **não** há golpe. Ninguém aqui está rasgando a Constituição. Onde está o golpe? O relatório do Deputado Jovair Arantes é convincente, jurídico e consistente.

T5F1S4

O PT e o Governo **não** encontraram argumentos de defesa. Portanto, apelaram para um chavão, uma frase de efeito, apenas retórica. E gritam: “*Golpe! Golpe!*”

T6F1S4

Se golpe fosse, o Supremo Tribunal Federal já teria sido provocado pelo Governo ou por alguns de seus apoiadores. E, certamente, como guardião do Estado Democrático de Direito, à sua unanimidade, já teria se pronunciado e **não** permitiria que tal acontecesse.

T7F1S4

Não é golpe! **Não** é golpe! É *impeachment*! Os crimes estão configurados.

T8F1S4

Neste momento da nossa história, tenho uma responsabilidade diferenciada. A mim **não** cabe apenas me manifestar, me indignar, ir às ruas, usar as redes sociais.

T11F1S4

Eu votarei “sim” porque **não** posso me abstrair da realidade presente. A realidade é dura. O povo sabe e sofre essa realidade. **Não** temos mais Governo, temos desgoverno. Senão, vejamos: milhões de jovens e pais de família estão desempregados, a inflação está em alta, os juros estão exorbitantes, há ausência de investimentos e falência de empresas.

T13F1S4

Em profunda a recessão, as famílias dos trabalhadores estão sofrendo com a diminuição da renda e com o desemprego. As contas de luz, água e telefone já **não** são pagas. O cartão de crédito está atrasado. As compras de supermercado estão limitadas. O povo está sofrendo.

T14F1S4

A violência no Brasil é assustadora. **Não** foi suficiente o Congresso Nacional aprovar o Estatuto do Desarmamento e a nova Lei Antidrogas. O Governo nada fez e, por isso, o cidadão de bem está desarmado, mas os bandidos continuam armados e o narcotráfico continua sendo uma atividade promissora. Armas e drogas matam.

T17F1S4

É preciso mudar! O Brasil **não** pode esperar. E a única alternativa de mudança já, prevista na Constituição, é o *impeachment*.

T1F2S4

Evidentemente que ninguém agrada os dois lados. **Não** tem como um relato ser favorável aos dois.

T3F2S4

Se os senhores aqui estão achando que todo esse dinheiro desviado foi para o bolso da quadrilha petista, digo que **não** foi, **não**. Foi para treinar guerrilheiros. E começou na época do desarmamento, quando tentaram iniciar o desarmamento da população brasileira, porque já estavam temendo que este dia de hoje fosse chegar.

T4F2S4

Vou mais longe, Deputado Busato. Essa quadrilha que está presa, que foi ontem retida pela Polícia Federal, **não** é de freirinhas que estão vindo da Bolívia. **Não** é de pessoas de bem, porque as pessoas de bem da Bolívia, com certeza, também **não** estão concordando com esse golpe que aqui estão tentando dar no País.

T5F2S4

O *impeachment* vai passar. Nós vamos ter a grande maioria. Tem gente que diz que a Dilma **não** é culpada. Ora, **não** é culpada, meu Deus?

T6F2S4

Para mim **não** cola essa conversa de que ela é uma mulher honrada. **Não** é, **não**, porque quem é gente honrada **não** anda com esse tipo de gente, que assaltou o nosso País, que roubou a nossa Nação.

T7F2S4

Deputado Luiz Carlos Busato, eu quero dizer a V.Exa. que, se nós **não** tivermos força para derrubar essa gente, o nosso povo vai ficar na mão de uma quadrilha, que **não** pensa apenas em ficar no poder, mas em transformar a nossa Nação — e eles falam isso abertamente —, adotando o mesmo regime de Cuba.

T9F2S4

Sabe o que é Cuba, Deputado Busato? Cuba é onde o povo vive de forma igual, mas vive igual na miséria, na pobreza. Nós **não** queremos viver igual a Cuba. Nós queremos ter a nossa liberdade, que levamos anos para obter.

T10F2S4

E **não** pense essa gente que está me assustando com gritos, com bandeiras vermelhas, com foices e facões, porque nós **não** temos medo, **não**! Nós vamos enfrentar esse povo agora, no domingo, e vamos enfrentar com grandeza, respeitando a nossa população.

T11F2S4

Quero dizer, Deputado Alex, que nós, a nossa bancada, a grande maioria, somos pessoas que **não** temos medo, **não**. Não nos curvamos, **não** nos trocamos, **não** nos vendemos, porque nós sabemos do caminho desta Nação.

T12F2S4

Agora, espero também, Deputado Alex Canziani, que o Senado tenha agilidade para fazê-lo e tenha coragem; que o Senado **não** se curve, através do Senador Renan Calheiros, para esse grupo de bandidos que está aí comandando nosso País; que o Senado também tenha a mesma postura que nós Deputados teremos aqui no sentido de fazer a limpeza, a faxina ética neste País.

- Sessão 5

T2C1S5

Sras. e Srs. Deputados, essa denúncia é tão fraca. A Oposição **não** soube fazer uma denúncia que preenchesse os requisitos da Lei nº 1.079 e da Constituição Federal. **Não** arrolaram um só crime de responsabilidade — **não** conseguiram prová-lo —, **não** há um indicativo de crime que envolva ato de corrupção da Presidenta Dilma Rousseff que o Presidente Eduardo Cunha tenha recebido.

T4C1S5

Em 2015, o TCU disse: “*Parece que não pode*” — porque o TCU só pode emitir parecer. Desde esse dia, ainda que nós **não** concordássemos com isso, o Governo Federal nunca mais editou um decreto de tal forma.

T7C1S5

Mais uma vez, eu repito: a Oposição nem sequer acertou fazer um pedido de *impeachment*, **não** habituada ao cumprimento regular da lei.

T9C1S5

Tentam julgar a Presidenta da República pelo conjunto da obra, sabendo que **não** há crime de responsabilidade. Para julgar pelo conjunto da obra há dia, hora e local: nas urnas. É lá que a Presidenta da República será julgada, assim como o seu projeto político.

T11C1S5

Este projeto, que já foi julgado pelo povo quatro vezes, teve a aprovação da maioria do povo do nosso País, e isso incomoda muita gente. Aí eles dizem: “*não, o povo não sabe votar, o povo foi induzido o erro*”, desrespeitando a vontade soberana! Mas isso é distorcer a essência da democracia, e nós **não** o aceitaremos em nenhuma hipótese.

T12C1S5

Não há crime de responsabilidade, e nós **não** podemos conceber um julgamento sem crime de responsabilidade e sem desvirtuamento da essência da Constituição.

T14C1S5

O *impeachment* sem crime de responsabilidade é como pena de morte sem guerra declarada — e, neste caso, a pena de morte atinge a Constituição Federal. **Não** há caminho razoável quando se maltrata a Constituição Federal, e é isso que nós queremos repudiar de forma veemente.

T16C1S5

A Câmara **não** vai julgar o *impeachment*. Quem vai julgá-lo é o Senado. O que a Câmara faz é conceder ou **não** a autorização política para que prossiga este procedimento. Eu fui estudar o esse instituto da autorização política.

T21C1S5

É um projeto de poder pessoal e um projeto de poder penal, e, no fundo, no fundo, eles têm em comum o fato de os dois serem investigados na Lava-Jato, diferentemente da Presidenta Dilma. Ela nunca foi investigada na Operação Lava-Jato. **Não** houve Juiz Sergio Moro, **não** houve Polícia Federal, **não** houve Supremo Tribunal Federal, absolutamente nada que caracterizasse uma investigação que fosse contra a Presidente da República. É isso que nós temos que diferenciar.

T22C1S5

Este conluio entre Eduardo Cunha e Michel Temer tem que ser paralisado pela Câmara. A Câmara **não** pode dar autorização para que ele prossiga. As Sras. e os Srs. Deputados sabem o quanto isso atende apenas ao interesse do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

T22C1S5

“Ah, ele teve voto; ele era Vice”. Eu não estou dizendo que ele não teve voto, mas que ele **não** tem o apoio popular, como **não** o tem o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

T24C1S5

Com esta tentativa de atalho nós **não** podemos compactuar, porque ela feriria de morte a Constituição Federal. É por isso que nós **não** podemos permitir o prosseguimento deste processo, deste conluio, desta trama.

T25C1S5

Este processo difere muito — e já caminho para o fim — do processo de 92. Aquela votação, Sras. e Srs. Deputados, uniu o Brasil. Havia um movimento pela ética na política. Agora **não** há, no processo conduzido pelo Presidente Eduardo Cunha. Naquela votação, naquele período, **não** havia ódio.

T1C2S5

Quero dizer a V.Exas. que, se, por um lado, estamos felizes com estas notícias, por outro, temos a convicção de que **não** se trata de uma virada, porque, na realidade, a Oposição nunca teve os votos necessários para aprovar nesta Casa a sua proposta de golpe.

T5C2S5

Todos nós sabemos que a Presidenta Dilma é uma mulher honesta; todos nós sabemos que a Presidenta Dilma é uma mulher que **não** responde a nenhum processo, que **não** tem conta na Suíça. É uma mulher que, com a sua trajetória, inspira e orgulha qualquer brasileiro.

T6C2S5

Estamos diante de um fato observado pela imprensa internacional de maneira perplexa. O principal juiz desse processo é nada mais, nada menos do que o Presidente Eduardo Cunha, um político que já deveria ter sido afastado há muito tempo, um político que **não** reúne condições morais, éticas, jurídicas de estar à frente deste Parlamento, menos ainda de presidir um processo dessa gravidade. Dilma Rousseff sendo julgada em um processo que tem como juiz principal Eduardo Cunha!

T7C2S5

Senhoras e senhores, essa aventura golpista **não** tem limites! Pretendem não só afastar Dilma, mas transformar Temer em Presidente e Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República. Não sei se V.Exas. se deram conta, mas, pela proposta golpista, Cunha passará a ser o primeiro na linha sucessória.

T9C2S5

Não haverá golpe, Sr. Presidente!

Quero aqui dirigir a minha palavra a esses Parlamentares que vêm à tribuna e nos ofendem; acusam-nos de defender um Governo corrupto; questionam a nossa bancada. Quero dizer aos senhores e às senhoras que **não** há sombra de dúvida sobre o caráter, a conduta e o compromisso dessa bancada com o Brasil.

T11C2S5

Estão aqui homens e mulheres que **não** defendem esse Governo porque querem cargos ou espaço; homens e mulheres que **não** vendem o voto. Se alguém vende o voto, com certeza **não** está do lado de cá deste plenário; **não** está ao lado de partidos que têm história na luta pela democracia, na luta pelos direitos sociais, na luta pelo combate à corrupção.

T14C2S5

Amanhã, domingo, nós teremos nesta Casa e em todo o Brasil uma festa de reafirmação da democracia. **Não** permitiremos que mais uma vez a Constituição brasileira seja rasgada, a democracia seja jogada no lixo por um grupo de Parlamentares derrotados na eleição, que se uniram com Eduardo Cunha em troca da salvação do seu mandato para dar um golpe neste País.

T2F1S5

Dizem que o Brasil está dividido. Em verdade, duas forças antagônicas debatem o *impeachment*: de um lado, está uma maioria esmagadora da sociedade que clama pelo afastamento da Presidente Dilma; de outro lado, está uma minoria ruidosa e raivosa que **não** quer perder o poder, que **não** quer perder as benesses do poder, disposta até a ir ao enfrentamento físico, para tentar salvar um projeto político e se perpetuar no poder.

T4F1C5

Mas tenho certeza de que as famílias brasileiras, as famílias de bem vão tomar conta deste País, Deputado Takayama, Deputado Victório Galli. Eu **não** tenho dúvida de que estamos cumprindo o nosso papel e de que neste domingo, de forma muito resumida, vamos ser instados a dizer, através do voto aberto e democrático, neste Parlamento, com a responsabilidade que cada uma das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados têm com o País, que chegou a hora da grande decisão, chegou a hora de dar um basta a todos estes desmandos, a toda esta irresponsabilidade, a toda esta corrupção que toma conta do País.

T5F1S5

Tenho certeza de que o povo vai lotar as ruas. O povo pacífico e ordeiro veste verde e amarelo, as verdadeiras cores da nossa bandeira, da nossa Nação, da nossa Pátria. **Não** é o vermelho!

T6F1S5

Não bastassem todos os crimes de responsabilidade fiscal cometidos por este Governo, há ainda os investigados pela Operação Lava-Jato, o mensalão do PT e todos os desmandos de um partido que foi de encontro a sua história e a rasgou, porque sempre disse ser o partido mais honesto, mais íntegro e mais correto da história deste País.

T8F1S5

Mas mostrou ser o partido mais corrupto, que verdadeiramente envergonha o povo brasileiro. **não** deve ser chamado de Partido dos Trabalhadores.

T10F1S5

Isso é fundamental, porque o País passou a andar para trás neste Governo: a inflação fechou o ano na casa de 10%; a retração da economia é gigantesca; **não** há vagas no mercado de trabalho; o desemprego atinge a casa de 9,2% em 2016 e vai passar, se **não** tivermos um novo Governo, dos 10% em 2017, Deputado Sóstenes; a inflação está em alta; o crescimento desenfreado dos juros, por conta da irresponsabilidade deste Governo, é assustador; o quadro

de endividamento elevado faz com que os cidadãos brasileiros que ascenderam à classe média retornem à linha da pobreza.

T11F1S5

Não estamos mais num tempo em que se permitem colocações falaciosas e promessas infundadas, como este Governo está acostumado a fazer. **Não** há mais espaço para o embuste. É necessário e urgente extirparmos o mal que se apoderou do poder em nosso País.

T12F1S5

Como eu disse no início, neste domingo nós faremos história para decidir o futuro da nossa Nação, Deputado Arolde de Oliveira. V.Exa. é um grande Parlamentar. Participou do processo do *impeachment* do ex-Presidente Collor e entrará para a história no próximo domingo, fazendo justiça para os brasileiros, mostrando que aqui **não** há golpe, há *impeachment*, justiça, respeito ao povo brasileiro e acima de tudo responsabilidade de um Parlamento composto por homens e mulheres que representam o povo brasileiro.

T13F1S5

Deputada Cristiane Brasil, Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Jair Bolsonaro, domingo será um grande dia, que entrará para história. E **não** tenho dúvida de que todos nós faremos nosso papel.

T15F1S5

Da mesma forma, eu quero alertar, Deputado Sóstenes, que o povo brasileiro está muito atento. Aquele Parlamentar que se acovardar, que se curvar, que **não** vier votar porque **não** tem coragem de dizer “não” demonstrará que **não** tem responsabilidade com o Brasil. O povo entenderá que o Parlamentar ausente estará votando “não” ao futuro deste País. E não adianta dizer que está doente, porque um momento como este o povo acompanhará. Aquele que estiver ausente é porque **não** tem compromisso. E eu tenho certeza de que o povo dará a resposta para ele, nas urnas, em 2018.

T1F2S5

Quero aqui expressar que **não** me sinto confortável, muito menos contente com toda essa miséria que acontece no nosso País, primeiramente porque **não** se trata de uma decisão de algo ordinário e positivo.

T3F2S5

Preferiria eu estar aqui votando medidas para a melhoria da saúde de nosso País ou avanços na área de educação, mas eu tenho que cumprir o meu papel constitucional e político e, neste momento, julgar uma Presidente e um Governo, que, **não** podemos deixar de reconhecer, durante esse período, promoveram avanços em várias áreas, principalmente na área social.

T5F2S5

Senhoras e senhores, a Presidente Dilma perdeu a governabilidade. **Não** podemos mais conviver com Estados e Municípios falidos, sem as mínimas condições de oferecer serviços básicos à população brasileira.

T6F2S5

Portanto, Srs. Deputados, temos que agir. **Não** podemos ser omissos neste momento tão delicado por que passam os nossos irmãos brasileiros.

T8F2S5

Porém, aqui no nosso querido Brasil, foi feito diagnóstico pelo Governo de então de que tudo **não** passava de uma marolinha e que a saída para a crise se daria com incentivo ao consumo, através da injeção de dinheiro público, estimulando o crédito.

T9F2S5

E aí está o grande nó desse processo: a Presidente Dilma chegou ao poder e **não** dialogou com a classe política, **não** conversou com o setor produtivo, desprezou seu partido, pensando que poderia governar sozinha, como se fosse uma monarca.

T11F2S5

Neste momento, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores e pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, estamos há exatamente 15 meses da eleição presidencial de 2014. **Não** tenho dúvida de que foi planejado, foi implantado de maneira premeditada um projeto puramente eleitoreiro [,,,].

T13F2S5

Assim sendo, em nome da maioria do povo capixaba, votarei a favor do *impeachment* porque sou a favor da lei, a favor da justiça, a favor da ética, a favor da decência, a favor do direto à ampla defesa, mas também a favor de **não** se blindar quem quer que seja.

APÊNDICE B

Categoria 2: Contra-argumento ativado por outras estruturas negativas.

• Sessão 1

T3C2S1

E eu vou dizer por que um golpe parlamentar. Eles querem tirar a presidente **sem** previsão constitucional. Não há previsão constitucional.

T8C2S1

Não houve qualquer problema com eles. Nas contas de 2015, no Tribunal de Contas da União, eles **sequer** foram analisados - **sequer** foram analisados!

T18C2S1

Por isso digo que o programa dessa coalizão é um programa para suprir direitos, e um programa de retirada de direitos **nunca** terá a aceitação popular.

• Sessão 2

T9C1S2

Apresentem-me uma prova! *Impeachment* **sem** crime de responsabilidade, **sem** dolo, **sem** culpa é golpe, Sras. e Srs. Deputados.

T13C2S2

Sr. Presidente, a lembrança do Ministro Cardozo da ausência de uma ação dolosa, da intenção de dolo da Presidente, por si só, já **descaracteriza** o crime de responsabilidade, previsto na Constituição como pré-requisito para o *impeachment*. Está claro que **não** houve dolo, sobretudo quando a Presidente assinou decretos de créditos ou nas chamadas pedaladas fiscais, que atrasaram repasses para os bancos oficiais.

T6F2S2

Enquanto órgão auxiliar do Congresso Nacional, a nossa Corte de Contas, com sua excelência em fiscalização e orientação pública, já alertava o Governo Federal de que poderia haver problemas para serem aprovadas as finanças da União. E ajustes não foram realizados.

Não houve corte de gastos, não houve diálogo, não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto, que, de lá, eles **nem sequer** enxergam os milhões de brasileiros que os elegeram, **muito menos** os que não votaram na presidente eleita, ora com o mandato em xequê.

T7F2S2

Percebam, Sras. e Srs. Deputados, que os problemas aqui relatados por mim **nem** fazem menção ao período pré-eleitoral, no qual, aparentemente, segundo as investigações, também houve um forte esquema de corrupção.

- Sessão 3

T2C1S3

Nunca se discutiu e **nunca** foi aprovada pela população uma reforma previdenciária que coloca aposentadoria aos 65 anos de idade; **nunca** se discutiu uma lei de terceirização que joga por terra os direitos trabalhistas; **nunca** se discutiu o fim do regime de partilhas e a entrega das jazidas do pré-sal para multinacionais do petróleo, como querem fazer com o projeto de lei que já vem lá do Senado Federal, o projeto de José Serra. Essas modificações eles querem fazer à revelia do povo brasileiro, à revelia do processo democrático. Nós estamos denunciando isso em todos os cantos do País.

T2C2S3

Destaco, **sem nenhum** medo, particularmente o Sistema Globo de rádio, televisão e jornal. E digo isso destacando o *The New York Times*, porque, de fato, há muitos criminosos, ou, pelo menos, acusados de crime nesse plenário.

T8C2S3

Ora, por favor! Um governo ilegítimo que surge da violação da Constituição brasileira, **sem** voto, é um governo que não governa, que terá nas ruas um confronto necessário para que esse governo não siga adiante.

T9F2S3

Por isso essa desordem que se instalou no Brasil, Deputada Tereza Cristina, com invasões de Terra, **sem** respeito à propriedade, dando a todos nós da produção um sentimento de insegurança muito grande.

- Sessão 4

T5C2S4

Sem qualquer ofensa ou demérito do Vice-Presidente Michel Temer, esta é a verdade nua e crua. É uma verdade que, por si só, torna ainda mais evidente a tentativa de golpe. Torna ainda mais patentes as manobras de um grupo que tenta tomar no grito, para usar uma expressão bem brasileira, o poder que não tem condições de conseguir pela vontade do povo. Foram eles quatro vezes fragorosamente derrotados.

T15F1S4

A violência do Brasil é assustadora. Não foi suficiente o Converso Natural aprovar o Estatuto do Desarmamento e a nova Lei Antidrogas. O Governo **nada** fez e, por isso, o cidadão de bem está desarmado, mas os bandidos continuam armados e o narcotráfico continua sendo uma atividade promissora. Armas e drogas matam.

- Sessão 5

T3C1S5

Não arrolaram um só crime de responsabilidade - não conseguiram prová-lo -, não há um indicativo de crime que envolva ato de corrupção da Presidenta Dilma Rousseff que o Presidente Eduardo Cunha tenha recebido. **Nem** Cunha recebeu um só ato de corrupção contra a Presidente da República - o Presidente é inimigo da Sra. Presidente da República, e nem ele

encontrou um fato que pudesse ser caracterizado como corrupção. Encontraram dois fatos: decreto e pedalada.

T5C1S5

Em 2015, o TCU disse: "*Parece que não pode*" - porque o TCU só pode emitir parecer. Desde esse dia, ainda que nós não concordássemos com isso, o Governo Federal **nunca** mais editou um decreto de tal forma.

T6C1S5

Mais uma vez, eu repito: a Oposição **nem** sequer acertou fazer um pedido de *impeachment*, não habituada ao cumprimento regular da lei.

T8C1S5

Mais uma vez, eu repito: a Oposição **nem** sequer acertou fazer um pedido de *impeachment*, não habituada ao cumprimento da lei.

É isso o que nós estamos votando neste momento. **Nada** deve ser considerado fora disso.

T13C1S5

O *impeachment* **sem** crime de responsabilidade é como pena de morte **sem** guerra declarada - e, nesse caso, a pena de morte atinge a Constituição Federal. Não há caminho razoável quando se maltrata a Constituição Federal, e é isso que nós queremos repudiar de forma veemente.

T20C1S5

É um projeto de poder pessoal e um projeto de poder penal, e, no fundo, no fundo, eles têm em comum o fato de os dois serem investigados na Lava-Jato, diferentemente da Presidenta Dilma. Ela **nunca** foi investigada na Operação Lava-Jato. Não houve Juiz Sérgio Moro, não houve Polícia Federal, não houve Supremo Tribunal Federal, absolutamente nada que caracterizasse uma investigação que fosse contra a presidente da República. É isso que nós temos que diferenciar

T26C1S5

Não há crime de responsabilidade, e nós não podemos conceber um julgamento **sem** crime de responsabilidade e **sem** desvirtuamento da essência da Constituição.

T27C1S5

É um projeto de poder pessoal e um projeto de poder penal, e, no fundo, no fundo, eles têm em comum o fato de os dois serem investigados na Lava-Jato, diferentemente da Presidenta Dilma. Ela **nunca** foi investigada na Operação Lava-Jato. Não houve Juiz Sérgio Moro, não houve Polícia Federal, não houve Supremo Tribunal Federal, absolutamente **nada** que caracterizasse uma investigação que fosse contra a presidente da República. É isso que nós temos que diferenciar.

T2C2S5

Quero dizer a V.Exas que, se, por um lado, estamos felizes com estas notícias, por outro, temos a convicção de que não se trata de uma virada, porque, na realidade, a Oposição **nunca** teve os votos necessários para aprovar nesta Casa a sua proposta de golpe.

T3C2S5

Sr. Presidente, o Vice-Presidente Michel Temer, hoje pela manhã, publicou quatro tuítes, falando como Presidente da República, e anunciou medidas ao País, numa atitude que superou o seu intuito conspirador e que revela outra face. Temer, o Breve, o que foi **sem nunca** ter sido, anunciou ao Brasil hoje medidas como se Presidente da República já fosse.

T12C2S5

Nunca houve tanto combate à corrupção. Lula e Dilma deram autonomia para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal poderem investigar crimes de corrupção.

T1F1S5

E nós sabemos acima de tudo, de toda essa história comprovada de corrupção no Governo do PT, que **sem** sombra de dúvida é o maior escândalo de corrupção da história do Brasil e um dos maiores da história da humanidade.

T9F1S5

Os verdadeiros trabalhadores do Brasil, que fazem grande este País, **jamais** permitiriam que um partido como esse pudesse ser chamado de Partido dos Trabalhadores.

T17F1S5

A responsabilidade, Deputada Cristiane Brasil, é muito maior. Aqui vão estar os brasileiros e as brasileiras de bem para dizer “sim”, para mostrar que respeitam a vontade do povo e desta Nação e para mandar para casa os que **nunca** deveriam ter chegado ao poder para comandar o futuro de nosso país.

APÊNDICE C

Categoria 3: Contra-argumento ativado pelo operador de contraposição “mas”.

• Sessão 1

T3C1S1

As defesas apresentadas pela Presidenta Dilma são absolutamente inquestionáveis. Aqui se viu a diferença: de um lado, a acusação, com conteúdo panfletário, sem indicar qual é o crime; de outro lado, a demonstração cabal de que não existe crime que justifique o encaminhamento, o acatamento desse pedido de *impeachment*.

Mas a Oposição não quer discutir, não quer tratar desse assunto, porque há uma decisão comandada pelo Presidente da Casa para que essa farsa chegue ao seu objetivo: produzir um golpe de Estado no nosso País.

T4C1S1

O Presidente da Casa deveria se dar por impedido na condução deste processo, **mas** ele o acatou de forma indevida, motivado por razões pessoais, para tentar defender o seu mandato, com um conteúdo de retaliação.

T1C2S1

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todo o povo brasileiro que acompanha esta sessão na Câmara Federal, o que está acontecendo neste momento é uma tentativa de golpe parlamentar. Tem raízes na imprensa, tem raízes no empresariado, **mas** é um golpe parlamentar.

T4C2S1

Em primeiro lugar, o Constituinte de 1988 definiu que o sistema de Governo no Brasil é o sistema presidencialista. O parlamentarismo foi derrotado na Constituinte. **Mas** os parlamentaristas quiseram um plebiscito.

T12C2S1

Notem que a Presidente não praticou crime algum, porque é honesta. Muito aqui se falou da Operação Lava-Jato, **mas** ela **não** foi acusada de qualquer ato ilícito na Operação Lava-Jato.

T16C2S1

Povo brasileiro: tentam tirar do povo brasileiro seu poder de eleger o Presidente da República, tentam depor uma Presidente legitimamente eleita, substituindo-a por meio de golpe sem base jurídica. É isso o que tentam, **mas não** vão conseguir!

T4F1S1

Este não é um voto que dou com alegria. Não é um voto sobre o qual venho aqui falar, em nome do meu partido, nesta sessão de hoje, com alegria. Eu falo com tristeza, porque nós deveríamos, nesse período de 13 anos e meio, estar deslanchando, **mas** este Governo **não** se preocupou com a roubalheira.

T9F1S1

A Presidente enfiou o País em um buraco econômico, em um nó político que ela não tem competência para desatar. E a história de golpe já passou, porque *impeachment* está na Constituição brasileira, na Constituição que o PT não assinou — por várias e várias oportunidades, tentou aqui “impeachmar” Presidentes como Fernando Henrique Cardoso, como Itamar Franco. Então, vale para João, **mas não** vale para Manoel?

T4F2S1

Admito ser difícil de apartar todas as questões correlacionadas com o cometimento de crime de responsabilidade pelo mais alto escalão do Poder Executivo, **mas** devo ser justo e declarar um voto despido de qualquer paixão ou sentimento que possa me influenciar negativamente no sentido de concretização da Justiça.

- **Sessão 2**

T2C1S2

O povo brasileiro não é um povo de ódio e de intolerância. Desculpe-me o Deputado que me antecedeu, **mas** o povo brasileiro quer soluções para os problemas do País.

T4C1S2

A democracia brasileira está sendo cada vez mais atacada, desde o momento em que a Oposição decidiu desrespeitar o resultado eleitoral de outubro de 2014. A Oposição multiplicou teses, **mas** a tese central que move todas essas ações que agora chegam ao seu ponto culminante, Deputado Chico Alencar, é a tese de derrubar um Governo democraticamente eleito e colocar no poder um grupo que não teve votos para chegar ao poder. A tese central é a tese do golpe a qualquer preço. É a tese do vale-tudo no meu projeto de poder.

T7C1S2

A Presidenta Dilma pode errar e acertar — o nosso Governo comete erros e acertos —, **mas** V.Exas. estão há meses tentando comprovar um único crime contra ela, e não o comprovam.

T10C1S2

Eu peço àqueles que ainda estão em dúvida que, na dúvida, preservem a democracia; na dúvida, preparem projetos, apresentem candidatos, **mas não** queiram rasgar a Constituição brasileira para, por um atalho, colocar no poder alguém que, se fosse disputar a eleição, provavelmente teria 1% dos votos dos brasileiros.

T8C2S2

Está claro que, no mundo real, basta o desabamento dos índices de aprovação de um governo para que as ruas sejam tomadas por manifestantes que exercem o inalienável direito ao protesto. **Mas**, num regime presidencialista, Sras. e Srs. Deputados, a rua cheia **não** é motivo para o afastamento de um chefe de governo. É preciso, Sr. Presidente, como ressalta o Ministro José Eduardo Cardozo, que haja um ato doloso, que seja um atentado à Constituição, uma violência excepcional, capaz de abalar os alicerces do Estado.

T11C2S2

No parlamentarismo que governou o Brasil republicano entre 1961 e 1963, o Chefe do Governo foi escolhido pelos Deputados e pelos Senadores. **Mas** isso só aconteceu, Sras. e Srs.

Deputados, depois que foi aprovada a emenda constitucional que aboliu o presidencialismo e implantou o Parlamentarismo.

T1F1S2

E por que chegamos a este dia, Líder Imbassahy? Por que chegamos a um dia como o de hoje? As razões poderiam ser muitas: a incompetência, a inoperância, a corrupção, as falsas promessas, as mentiras e os muitos crimes. **Mas** a Presidente Dilma Rousseff, além de tudo isso, cometeu crime de responsabilidade.

T3F1S2

O PT age como se fosse o proprietário da fala pelas minorias, desse discurso político, e da única política que daria certo para esses segmentos.

Mas esses mesmos segmentos tiveram cortadas as suas cabeças quando o PT afundou o País e teve que mandar a esta Câmara, a esta Casa, a este Congresso projetos para tirar direitos dos trabalhadores, para afetar o aposentado, para cortar o FIES e tirar o sonho e a esperança de jovens que, lá em 2014, na campanha eleitoral, dobraram o seu financiamento. **Mas**, em 2015, imediatamente após a eleição, cortou-se o sonho de brasileiros pobres que sonhavam com a universidade financiada com dinheiro público.

T10F1S2

O *impeachment* da Presidente Dilma não é apenas por uma questão ou duas, pelo conjunto da obra! É a sordidez de um partido, Deputado Bruno Araújo, que passou uma história plantando esperança e pregando revolução. Conquistou o coração de jovens; conquistou o coração de pobres; conquistou o coração de operários. **Mas** quando chegou ao poder esse pobre **não** ficou mais rico. Quem ficou rico foi o próprio partido. Quem ficou rico foram alguns militantes. Quem ficou rico foram aqueles que enganaram esses operários, que mentiram para o povo — e continuam mentindo, pela ganância de ficar no poder.

T12F1S2

Ao se reinventar como ser humano, como mulher, como mãe, como filha, como brasileira, poderia dizer com dignidade: “*Eu tenho a caneta. Eu amo o meu País, eu amo o meu povo. Eu vou renunciar, porque eu falhei com meu País.*”

Mas a palavra “humildade” **não** faz parte do vocabulário dessa Presidente. A palavra “humildade” **não** faz parte do vocabulário desse partido, que acha que o Brasil é deles: têm o Palácio do Planalto como um QG; e o seu quintal como se fosse a República brasileira.

T16F1S2

Eu não quero mais ouvir o outro lado do plenário dizer: “*Vocês não amam o País*”. Nós amamos, sim, o País. E tenho certeza de que V.Exas. também o amam. **Mas** a diferença **não** está em amar ou não amar; está no egoísmo, está em tentar manter-se no poder a qualquer custo.

• Sessão 3

T5C2S3

É bom dizer que o Sr. Eduardo Cunha, com o traidor, o Sr. Michel Temer — porque é este um traidor da República, da democracia e do povo brasileiro —, em conluio com o PSDB, com o DEM, com o PSB, com o PPS, com vários partidos, abraçaram-se para comandar um golpe institucional, porque este é um golpe institucional! **Não** é golpe com baioneta, **mas** é um golpe!

T1F1S3

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com muito orgulho de ser catarinense, **mas não** estou feliz com este momento histórico que estamos vivendo. Não estou feliz, porque este é um momento histórico, mas triste, um momento de dificuldades para todos nós.

T3F1S3

Os empresários, que esperam pelo parcelamento de dívidas em 120 meses, estão quebrando, porque o projeto está no Senado, **mas não** se tem tempo para votar.

T7F1S3

Chega de ladroagem! O povo não suporta mais! As eleições estão aí. Muita gente vai ser varrida. Muita gente está se achando, **mas não** está plugada com as ruas.

T8F1S3

Todo e qualquer político pode perder popularidade, **mas não** pode perder nunca a credibilidade. E esse Governo perdeu a credibilidade.

T2F2S3

Este momento faz parte de uma história que, provavelmente, não gostaríamos de estar participando. Eu estou na vida pública há algum tempo, já vi muita coisa nessa vida pública, vi justiça e injustiças, **mas não** gostaria de estar aqui neste momento. Eu não gostaria de ter que explicar para a Nação brasileira o papel do Parlamentar.

T3F2C3

É um momento difícil, **mas** os momentos difíceis nós temos que enfrentá-los. Eu sempre digo aos meus amigos e à minha família que nós devemos pedir a Deus que nos dê força ao encontrarmos dificuldades, **mas** que **não** nos tire as dificuldades pela frente. E no decorrer desses dias, assim como hoje, nós estamos vivendo, provavelmente, um dos momentos mais difíceis por que passamos na nossa vida pública.

T4F2C3

E sobre o relatório do Deputado Jovair, eu quero dar uma explicação a toda a Nação brasileira. Aqui encontramos os mais variados discursos, os mais variados posicionamentos e nós temos que respeitá-los. **Mas** eu **não** posso aceitar a defesa feita pelo ex-Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, atual Advogado-Geral da União, que não poderia estar aqui defendendo a Presidente, porque o cargo dele é de defesa do Estado e não da pessoa da Presidente.

T13F2S3

Quanto à análise econômica, o Presidente Lula viveu momentos excepcionais, com uma economia favorável, **mas** mesmo assim fez um Governo voltado para aqueles dias, voltado de forma demagógica, aprendida com países como Venezuela, Bolívia e outros.

T16F2S3

Posteriormente, quanto à análise econômica do Governo da Presidente Dilma, ela trouxe todos os problemas do Governo Lula do ponto de vista econômico. Enfrentou ventos desfavoráveis, não administrou como nós queríamos e foi, sem dúvida alguma, um Governo ineficiente.

Mas a análise não só fica na política, a análise não só fica na área econômica; ela passa pela análise ética. Esta, sim, é grave em nosso País. E começou lá atrás, quando Lula criou a turma do Lula.

T19F2S3

Claro que naquele momento passaram despercebidamente, porque os ventos econômicos se tornavam favoráveis. Nós não víamos os rombos; nós não víamos os desfalques; nós não víamos os desvios.

Mas isso entrou no Governo da Presidente Dilma, e ela não teve capacidade de se desvencilhar da turma do Lula. Isso contaminou e feriu mortalmente o seu Governo.

T21F2S3

É claro que houve — muitos do PT e de outros partidos diziam isso — corrupção em outros governos. Houve, sim, **mas não** na dimensão em que foi institucionalizada neste País, tornando-nos os campeões mundiais da corrupção.

T22F2S3

A nossa análise final é para aqueles Deputados indecisos: pensem com o coração; reflitam; olhem suas famílias; olhem lá atrás; olhem suas origens. Muitos de V.Exas. **não** tinham nada no passado, **mas** conseguiram se eleger Deputados e têm uma vida construída com dignidade.

T24F2S3

Ontem S.Exa. nos disse que recebeu mensagem de uma eleitora sua dizendo que estava muito feliz com sua posição de hoje, **mas** lamentava que o pai dela **não** pudesse dizer o mesmo, porque já havia falecido. S.Exa., naquela época, o contrariou.

T26F2S3

Eu tenho absoluta certeza de que, se hoje formos para casa e nos debruçarmos sobre os nossos travesseiros, às vezes ao lado das nossas famílias — alguns **não** estão mais ao seu lado, **mas** pensem neles —, voltaremos às nossas origens de vida para podermos fazer uma reflexão e lhes dizer, olhando nos olhos de cada um, da minha esposa, da minha mãe, de 90 anos, que está vendo televisão, claro, orgulhosa do seu filho, que podem ter certeza de que nós políticos ainda vamos resgatar a nossa dignidade.

• Sessão 4

T1C1S4

E foi esse pensamento, foi essa manifestação com a qual contribuiu com a própria vida que garantiu o seguimento da vida democrática nacional. **Mas** tentaram de todas as formas, foram a todos os limites, passaram todos os limites na tentativa de desconstituir o Governo de Getúlio, Governo democraticamente eleito.

T11C1S4

Nós preferimos manter o nosso compromisso, continuar participando do Governo e enfrentar o desafio que o Governo enfrenta neste momento. Esse é o nosso primeiro argumento, **mas não** é o mais importante.

T12C1S4

Aqui, sobejamente, desfilaram antes de nós as manifestações da grande maioria dos partidos que integram a Oposição. E quais foram os principais argumentos para o *impeachment*? Mau governo, corrupção. Ninguém defende a corrupção, muito menos o PDT, **mas** está comprovado que a corrupção é sistêmica, e ela não envolve só o setor público nacional; ela envolve o setor privado nacional. Isso está nas páginas de todos os inquéritos, está nas páginas de todas as apurações. Ora, isso não é motivo suficiente para desconstituir um governo! Isso não é motivo suficiente para ruptura!

T15C1S4

Ora, nós temos posição divergente, **mas** vamos admitir, para o bom debate, para o bom argumento, que a posição daqueles que defendem o *impeachment* é respeitável, é defensável do ponto de vista jurídico, porque há um debate nacional de juristas, de advogados, ora defendendo uma posição, ora defendendo outra.

T16C1S4

Nós do PDT preferimos reconhecer, respeitar essas posições, **mas** devemos dizer, companheiros de bancada, que, mesmo havendo a divergência, mesmo que a admitamos, isso não é suficiente para desconstituir um governo eleito, como foram eleitos o Governo Getúlio Vargas e a chapa da qual participava o ex-Presidente João Goulart, ambos desconstituídos pela ruptura, por aqueles que entendem que basta querer para desconstituir um governo eleito democraticamente.

T1C2S4

Longe de mim a ideia de estabelecer qualquer paralelo entre a figura da ilustre e respeitável Presidente Dilma Rousseff com a figura de Cristo. O que quero deixar bem claro, neste início de pronunciamento, é que a história premia os que votam de acordo com a sua consciência, **mas** castiga duramente aqueles que votam errado, ao sabor de conveniências próprias.

T9F1S4

Neste momento da nossa história, tenho uma responsabilidade diferenciada. A mim não cabe apenas me manifestar, me indignar, ir às ruas, usar as redes sociais. Como Deputado Federal, poderei fazer tudo isso, **mas**, agora, tenho o dever de votar “sim” ou “não” ao *impeachment*.

T16F1S4

A violência no Brasil é assustadora. Não foi suficiente o Congresso Nacional aprovar o Estatuto do Desarmamento e a nova Lei Antidrogas. O Governo nada fez e, por isso, o cidadão de bem está desarmado, **mas** os bandidos continuam armados e o narcotráfico continua sendo uma atividade promissora.

T2F2S4

Eu quero dizer que, nos últimos dias, eu tenho ouvido nas ruas a palavra democracia. Ora, senhoras e senhores, democracia, meu Líder, é o que estamos tendo agora, quando exercemos o direito de tirar uma Presidente que comanda uma quadrilha, que está assaltando o nosso País a cada dia. Democracia é poder estar aqui nesta tribuna defendendo os direitos do nosso povo.

Mas a democracia que o PT tem pregado por aí é diferente da nossa. É aquela democracia que está certa enquanto estiver bom para eles.

T8F2S4

Sabe o que é Cuba, Deputado Busato? Cuba é onde o povo vive de forma igual, **mas** vive igual na miséria, na pobreza. Nós não queremos viver igual a Cuba. Nós queremos ter a nossa liberdade, que levamos anos para obter.

- **Sessão 5**

T1C1S5

Muitos disseram — tinham que tentar falar alguma coisa: “*Mas impeachment consta na Constituição!*” E quem disse que não? Até a pena de morte está na Constituição. **Mas** há pena de morte em caso de guerra declarada e *impeachment* em caso de crime de responsabilidade.

T18C1S5

Sras. e Srs. Deputados, a bancada do PCdoB continua firmemente na luta. Isso aqui deve ser interpretado como uma possibilidade de veto. Ainda que houvesse crime de responsabilidade, e não há, apenas um terço dos Deputados poderia vetar o andamento deste processo.

Mas em que caso se pode vetar o andamento desse processo? Sabe em que caso esse processo deve ser vetado, deve ser paralisado? Quando houver um conluio, quando houver uma farsa, quando houver uma trama, quando houve uma garbulha. Nesses casos pode-se interromper este processo.

T19C1S5

Sabem onde está o conluio? Está no Vice-Presidente Michel Temer e no Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que é réu no Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*) E esse conluio tem por objetivo atender a um projeto de poder pessoal. Eles querem chegar ao poder, **mas não** têm o respaldo popular, e estão tentando um atalho fora daquilo previsto na Constituição.

T8C2S5

Senhoras e senhores, essa aventura golpista não tem limites! Pretendem não só afastar Dilma, mas transformar Temer em Presidente e Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República. Não sei se V.Exas. se deram conta, **mas**, pela proposta golpista, Cunha passará a ser o primeiro na linha sucessória.

T10C2S5

Os senhores vêm aqui e falam, falam, **mas**, na realidade, sabem que existe uma bancada que merece aplauso, reconhecimento, conduta ética, retidão dentro deste Parlamento: é a bancada dos Parlamentares que estão ao lado da democracia, Zé Carlos, na luta contra o golpe. E fazemos isso com orgulho, puro compromisso histórico.

T13C2S5

Nós queremos mais investigação, mais combate à corrupção, **mas não** de maneira seletiva, **não** de maneira parcial. É contra isso que se insurge o povo brasileiro.

T3F1C5

Dizem que o Brasil está dividido. Em verdade, duas forças antagônicas debatem o *impeachment*: de um lado, está uma maioria esmagadora da sociedade que clama pelo afastamento da Presidente Dilma; de outro lado, está uma minoria ruidosa e raivosa que não quer perder o poder, que não quer perder as benesses do poder, disposta até a ir ao enfrentamento físico, para tentar salvar um projeto político e se perpetuar no poder.

Mas tenho certeza de que as famílias brasileiras, as famílias de bem vão tomar conta deste País, Deputado Takayama, Deputado Victório Galli.

T7F1S5

Não bastassem todos os crimes de responsabilidade fiscal cometidos por este Governo, há ainda os investigados pela Operação Lava-Jato, o mensalão do PT e todos os desmandos de um partido que foi de encontro a sua história e a rasgou, porque sempre disse ser o partido mais honesto, mais íntegro e mais correto da história deste País. **Mas** mostrou ser o partido mais corrupto, que verdadeiramente envergonha o povo brasileiro. não deve ser chamado de Partido dos Trabalhadores. Os verdadeiros trabalhadores do Brasil, que fazem grande este País, jamais permitiriam que um partido como esse pudesse ser chamado de Partido dos Trabalhadores.

T2F2S5

Preferiria eu estar aqui votando medidas para a melhoria da saúde de nosso País ou avanços na área de educação, **mas** eu tenho que cumprir o meu papel constitucional e político e, neste momento, julgar uma Presidente e um Governo, que, não podemos deixar de reconhecer, durante esse período, promoveram avanços em várias áreas, principalmente na área social.

T12F2S5

Não somos contra os projetos sociais, **mas** entendemos que eles precisam ser aperfeiçoados e que o gestor não pode usar a população mais pobre deste País como massa de manobra, pois o Governo tinha consciência da inviabilidade de continuar com esses projetos na magnitude em que se encontravam. Volto a dizer: era um projeto eleitoreiro.

APÊNDICE D

Categoria 4: Contra-argumento ativado por outros operadores de contraposição.

• Sessão 1

T6F1S1

Vou ler tudo que disse Ulysses Guimarães no dia da promulgação da Constituição brasileira, **e não** por parte do discurso, como fez o Ministro José Eduardo Cardozo.

T10F1S1

Por isso, senhoras e senhores brasileiros que nos assistem neste momento, com tristeza nós vamos ter que tirar essa Presidente. Nós gostaríamos de estar batendo palmas para bons programas, de estar batendo palma para uma economia em evolução, **e não** de estar constatando que ela cometeu falhas administrativas, erros constitucionais; que ela se apoderou de recursos públicos que não tinha o direito constitucional de obter. Isso fez com que este Congresso, após a perda do controle político e administrativo da Nação, que enfiou a Nação em um buraco sem fundo, tivesse que tomar a atitude que 90% do PSB apoia.

T6F2S1

A fraude do Decreto de Programação Financeira de Contingenciamento, em face da frustração de receita do FAT e da sobrenecessidade de suplementação de despesas do seguro-desemprego, onde deveria ter responsabilmente contingenciado R\$ 14 bilhões **e não** o fez;

• Sessão 2

T7C1S2

A Presidenta Dilma pode errar e acertar — o nosso Governo comete erros e acertos —, mas V.Exas. estão há meses tentando comprovar um único crime contra ela, **e não** o comprovam.

T8C1S2

A Presidenta Dilma pode errar e acertar — o nosso Governo comete erros e acertos —, mas V.Exas. estão há meses tentando comprovar um único crime contra ela, **e não** o comprovam.

T3C2S2

Sr. Presidente, a defesa do Estado Democrático de Direito não se limita à simples submissão a uma lógica formal, subordinada à letra da lei, obediente às vedações legais.

Por esta e outras razões, a classe dirigente, numa democracia, não tem o direito de ensurdecer, como acontece nos regimes totalitários.

Contudo, o mergulho na amplitude de teses que foram expostas neste colegiado não nos dá direito à cegueira. Ainda que esta cegueira seja patrocinada pela mais honesta, **porém** ingênua, convicção cívica.

T10C2S2

Portanto, população brasileira, meus caros e nobres edis, Sr. Presidente, só no sistema parlamentarista teremos um governo que pode ser afastado por sua impopularidade ou pela desconfiança de uma parte do Congresso.

Entretanto, Sr. Presidente, a eventual solução de inspiração parlamentarista que paira nesta Casa como remédio para uma crise política estabelecida e consolidada enseja a reedição do filme a que o Brasil já assistiu em 1961.

T2F2S2

Passamos a pesar os prós e os contras, se valia a pena ou não prosseguir com o modelo atual de governança, de condução do Brasil.

E não se trata, absolutamente, de uma tentativa de dividir o País, como muitos querem propagar. Não se trata de uma luta de classes nem de rixa entre siglas partidárias ou mesmo ideologias.

- **Sessão 3**

T6F2S3

E sobre o relatório do Deputado Jovair, eu quero dar uma explicação a toda a Nação brasileira. Aqui encontramos os mais variados discursos, os mais variados posicionamentos e nós temos que respeitá-los. Mas eu não posso aceitar a defesa feita pelo ex-Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, atual Advogado-Geral da União, que não poderia estar aqui defendendo a Presidente, porque o cargo dele é de defesa do Estado **e não** da pessoa da Presidente.

- **Sessão 4**

T8C1S4

Portanto, nós ainda participamos do Governo, ao contrário de outros partidos, como o PP, o PMDB e o PSD, que até ontem — e isso não é figurativo —, até ontem participavam efetivamente do atual Governo do Brasil, **e não** só com ocupação de Ministérios. Isso não seria participação. Não! Participavam efetivamente, direcionando políticas públicas.

T19C1S4

Vamos raciocinar. Isso é muito importante. Determinado o afastamento da Presidenta, assume o Vice-Presidente. Será, **no entanto**, um presidente que vai assumir com interinidade, com todo respeito aos eufóricos que constroem aqui um futuro governo. Isso é fato. Não há como fugir disso.

T8C2S4

Esta é a minha posição. Continuarei votando “não” porque tenho um compromisso com o meu País e com o meu povo. Não quero entrar na história como integrante de um golpe. **Porém**, acredito que a democracia não busque a unanimidade, mas o respeito às opiniões alheias, para que possa prevalecer a opinião da maioria.

T10F1S4

O Brasil é maior. E será pelo Brasil e pelo nosso povo que votarei “sim” ao *impeachment*, entendendo que não afastaremos apenas a Presidente Dilma, mas toda a equipe

de governo, inclusive quem está nomeado Ministro, porém impedido de tomar posse, e, além disso, está com o pedido de prisão a ser decretado.

T12F1S4

Eu votarei “sim” porque não posso me abstrair da realidade presente. A realidade é dura. O povo sabe e sofre essa realidade. Não temos mais Governo, temos desgoverno. Senão, vejamos: milhões de jovens e pais de família estão desempregados, a inflação está em alta, os juros estão exorbitantes, há ausência de investimentos e falência de empresas.

• Sessão 5

T17C1S5

Sras. e Srs. Deputados, a bancada do PCdoB continua firmemente na luta. Isso aqui deve ser interpretado como uma possibilidade de veto. Ainda que houvesse crime de responsabilidade, e não há, apenas um terço dos Deputados poderia vetar o andamento deste processo.

T10C1S5

Este projeto, que já foi julgado pelo povo quatro vezes, teve a aprovação da maioria do povo do nosso País, e isso incomoda muita gente. Aí eles dizem: “não, o povo não sabe votar, o povo foi induzido o erro”, desrespeitando a vontade soberana! Mas isso é distorcer a essência da democracia, e nós não o aceitaremos em nenhuma hipótese

T16F1S5

Da mesma forma, eu quero alertar, Deputado Sóstenes, que o povo brasileiro está muito atento. Aquele Parlamentar que se acovardar, que se curvar, que não vier votar porque não tem coragem de dizer “não” demonstrará que não tem responsabilidade com o Brasil. O povo entenderá que o Parlamentar ausente estará votando “não” ao futuro deste País. E não adianta dizer que está doente, porque um momento como este o povo acompanhará. Aquele que estiver ausente é porque não tem compromisso. E eu tenho certeza de que o povo dará a resposta para ele, nas urnas, em 2018.

T4F2S5

Preferiria eu estar aqui votando medidas para a melhoria da saúde de nosso País ou avanços na área de educação, mas eu tenho que cumprir o meu papel constitucional e político e, neste momento, julgar uma Presidente e um Governo, que, não podemos deixar de reconhecer, durante esse período, promoveram avanços em várias áreas, principalmente na área social.

Porém, por melhores que tenham sido esses avanços, ninguém pode estar acima da lei no Estado Democrático de Direito.

T7F2S5

Esse processo pelo qual passamos começou em 2008. Estávamos, naquele momento, diante de uma grave crise mundial, com recessão e desemprego atingindo grande parte dos países do globo terrestre.

Porém, aqui no nosso querido Brasil, foi feito diagnóstico pelo Governo de então de que tudo não passava de uma marolinha e que a saída para a crise se daria com incentivo ao consumo, através da injeção de dinheiro público, estimulando o crédito.

T10F2S5

A Presidente, o seu Governo e o PT perderam a grande oportunidade de colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento. Infelizmente, optaram pelo caminho mais curto. Porém, senhores, neste mundo globalizado, rápido e competitivo, não podemos perder oportunidades, nem na nossa vida privada e, muito menos, na administração pública.

APÊNDICE E

Categoria 5: Contra-argumento ativado pelo elemento “não” em sentenças retificadoras.

• Sessão 1

T3F2S1

A decisão do meu voto **não** se motiva pelo espectro ideológico, **nem** pelo insucesso do Governo na condução da política econômica, mesmo sendo de muita relevância, pois essa condução tem levado o País a uma profunda crise, **mas** a decisão é pelos crimes de responsabilidade cometidos.

T8F2S1

Diante de todo o exposto, reitero, por estas e outras razões, **não** só a possibilidade da continuidade do procedimento de *impeachment*, **mas** a necessidade dela. Voto aqui de maneira tranquila, com a consciência de ter exercido de forma plena a minha responsabilidade como Parlamentar.

• Sessão 2

T19F1S2

Neste domingo a luta **não** será contra o PT, **não** será contra Dilma, **mas** a favor do Brasil e de cada brasileiro que quer um País melhor, a favor do seu povo, dos seus filhos, dos pobres, dos médios, dos ricos.

T20F1S2:

A Presidente Dilma não é apenas sórdida. Ela está pagando aqui uma pena **não** apenas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, **mas** também pelos crimes contra os valores da família, que defendemos dentro de casa.

T21F1S2:

Líder Deputado Antonio Imbassahy, essa resposta no domingo marcará **não** apenas o fim de uma era, **mas** também o fim da divisão de um povo.

T8F1S2

Aperta o número da Presidente sonhando com um país melhor, sonhando com aquela creche que foi prometida aos seus netos, sonhando em ter uma vida melhor como aposentada. Dali a alguns dias, simplesmente, **nada** ocorre. **Ao contrário**, a energia fica mais cara, o combustível fica mais caro, a inflação sobe, os juros sobem. Isso mata o sonho dessa velhinha aposentada, que sonhava com uma vida melhor.

T13F2S2

A democracia **não** é uma conquista de um Estado, **mas** uma vitória de todos os seus cidadãos. A democracia é o destino da humanidade.

T15F2S2

É momento de refletirmos o nosso País, **não** em nome desta ou daquela bandeira, **mas** em busca de um futuro melhor para os brasileiros, de uma vida em sociedade mais justa e igualitária.

- **Sessão 3**

T10C2S3

São pessoas que se dividiram em diversos segmentos e **não** fazem manifestação em um ou dois domingos, **mas** manifestações diárias, cotidianas. É muita poesia, é muita música, é muita energia, é muita democracia e é muito grito pela liberdade.

T2F1S3

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com muito orgulho de ser catarinense, mas não estou feliz com este momento histórico que estamos vivendo. **Não** estou feliz, porque este é um momento histórico, **mas** triste, um momento de dificuldades para todos nós.

T5F1S3

Eu tenho muito orgulho de representar o povo do meu Estado, um povo ordeiro, trabalhador. Estou aqui, **não** alegre, como eu já disse, **mas** na expectativa de passar o País a limpo.

T12F2S3

Vencido o momento jurídico do relatório, surge o aspecto político. Esta Casa é política e tem que fazer a análise política do que está acontecendo. A análise política que nós fazemos **não** passa só por este Governo, **mas** passa por dois Governos: o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidente Dilma Rousseff. E em nossa análise política nós fazemos a análise econômica e a ética.

- **Sessão 4**

T3C1S4

O refrão não era mais “o mar de lamas”. O refrão era o “comunismo que alcançava o País”, para justificar, então, a desconstituição, depois de se ter constituído no Congresso Nacional a possibilidade de um parlamentarismo que **não** era de fato parlamentarismo, **mas** sim um confronto ao presidencialismo.

T6C1S4

Quando nós assumimos esse Ministério, nós entregamos o espaço público que tínhamos e manifestamos à Sra. Presidente da República que o nosso partido **não** queria mais participar do Governo, **mas** queria continuar contribuindo com o Brasil.

T9C2S4

Esta é a minha posição. Continuarei votando “não” porque tenho um compromisso com o meu País e com o meu povo. Não quero entrar na história como integrante de um golpe. Porém, acredito que a democracia **não** busque a unanimidade, **mas** o respeito às opiniões alheias, para que possa prevalecer a opinião da maioria.

T2F1S4

Estou convencido de que **não** há golpe em curso no Congresso Nacional. **Ao contrário**, existe um processo de *impeachment* que obedece à Constituição, às leis e ao Regimento Interno desta Casa.

T18F1S4:

O Brasil é maior. E será pelo Brasil e pelo nosso povo que votarei “sim” ao *impeachment*, entendendo que **não** afastaremos apenas a Presidente Dilma, **mas** toda a equipe de governo, inclusive quem está nomeado Ministro, porém impedido de tomar posse, e, além disso, está com o pedido de prisão a ser decretado.

T13F2S4:

Deputado Luiz Carlos Busato, eu quero dizer a V.Exa. que, se nós não tivermos força para derrubar essa gente, o nosso povo vai ficar na mão de uma quadrilha, que **não** pensa apenas em ficar no poder, **mas** em transformar a nossa Nação — e eles falam isso abertamente —, adotando o mesmo regime de Cuba.

- **Sessão 5**

T23C1S5

“Ah, ele teve voto; ele era Vice”. Eu **não** estou dizendo que ele **não** teve voto, **mas** que ele não tem o apoio popular, como não o tem o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

T4C2S5

É por isso que nós estamos aqui. Uma bancada aguerrida e corajosa — não só o PT, mas o PCdoB, o PSOL e outros partidos —, que está aqui **não** para defender o Governo, **mas**, muito mais do que isso, para defender a democracia diante deste momento delicado da história do nosso Brasil.

T15C2S5:

Senhoras e senhores, essa aventura golpista não tem limites! Pretendem **não** só afastar Dilma, **mas** transformar Temer em Presidente e Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República.

T14F1S5

Eu tenho certeza de que no domingo o povo brasileiro estará muito atento, Pr. Marco Feliciano, e observará **não** o microfone que do corredor do plenário, **mas** a posição de cada Deputado.